

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ADRIANE GERALDA ALVES DO NASCIMENTO CÉZAR

TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

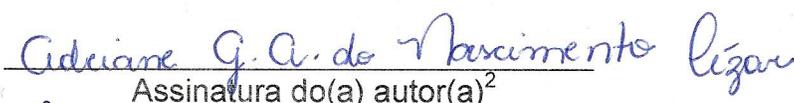
Nome completo do autor: Adriane Geralda Alves do Nascimento Cézar

Título do trabalho: **TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO:** entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás

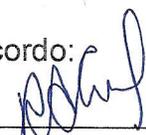
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 20 / 03 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ADRIANE GERALDA ALVES DO NASCIMENTO CÉZAR

TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia, na linha de pesquisa: Trabalho, Emprego e Sindicatos.

Orientador:
Prof. Dr. Revalino Antônio de Freitas.

GOIÂNIA
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Geralda Alves do Nascimento César, Adriane
TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás [manuscrito] / Adriane Geralda Alves do Nascimento César. - 2018.
CCXXX, 230 f.

Orientador: Prof. Revalino Antônio de Freitas.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Trabalho. 2. Proteção Social. 3. Aposentadoria. 4. Envelhecimento. I. Antônio de Freitas, Revalino, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
ADRIANE GERALDA ALVES DO NASCIMENTO CEZAR

Aos 14 dias do mês de março de 2018, às 14h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de Adriane Geralda Alves do Nascimento Cezar, intitulado *TRABALHO, APOSENTADORIA E ENVELHECIMENTO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Um estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás.* A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Revalino Antonio de Freitas (presidente, PPGS/UFG), Carlos Eduardo Henning (PPGAS/UFG), Cleito Pereira dos Santos (PPGS/UFG), Ricardo Luiz Sapia de Campos (PPGS/UFG) e Wanderson Ferreira Alves (PPGE/UFG). A candidata apresentou o trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 17h10 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Wanderson Ferreira Alves _____

Resultado Final Aprovada. CONSIDERANDO AS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS ÀS
NORMAS DE EDITORAÇÃO/PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E LIVROS, A BANCA RECOMENDA A PUBLICAÇÃO.

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Leticia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Leticia Ferreira Angélica _____

Leticia Ferreira Angélica

Leticia Ferreira Angélica

Assistente em Administração

Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS

Faculdade de Ciências Sociais/UFG

As minhas filhas:

Yasmin; e

Thaís, que ainda está por chegar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Aquele que guarda e guia meus caminhos.

A minha família: pais, irmãs e ao meu marido. Especialmente a minha filha Yasmin: seu sorriso doce e meigo me enche de força em todos os momentos da minha vida. Yasmin é minha luz, minha fortaleza, a quem também devo desculpas pela ausência para dedicação a este trabalho. A minha filha Thaís, que ainda está no meu ventre, mas já é tão amada. Você virá ao mundo para alegrar e transformar ainda mais meus dias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Em especial a alguns professores que fizeram parte dessa jornada: Rabelo, Jordão e Marta. Levo de cada um deles, o aprendizado adquirido em cada aula, cada encontro.

Aos professores Cleito Pereira e Ricardo Sapia que participaram da minha banca de qualificação. Tenho certeza que todas as ponderações, considerações e sugestões apontadas foram extremamente importantes para que este trabalho tomasse rumos mais seguros. Aprofundo meus agradecimentos ao professor Cleito Pereira, que, na coordenação do PPGS, sempre me acolheu tão bem.

Ao meu Orientador, Professor Revalino Antônio de Freitas. Aqui deixo os meus mais sinceros agradecimentos e reconhecimento, pela pessoa incrível e humilde. Com ele aprendi que existem momentos certos de parar e seguir em frente. Tudo isso em função não apenas da preservação da minha saúde física, mas principalmente emocional. Obrigada por essa condução tão humanizada que me possibilitou chegar até aqui.

Aos professores convidados e participantes da banca de defesa. Obrigada pelo aceite do convite e por enriquecer com detalhes o processo avaliativo desse trabalho.

Ao coletivo ETE (Envelhecimento, Trabalho e Educação). Principalmente nas pessoas de Luciene, Marco, Leila, Joelena, Reyce e Danilo. Com vocês aprendi muito. A também colega de doutorado, Márcia, pelas sugestões, bibliografias e parceria.

A dois amigos muito especiais: Fleide, obrigada pelo apoio, publicações, parceria e força. Os dias no PPGS ficaram mais tranquilos e melhores ao seu lado; Luciano, com certeza, você foi aquele que me estendeu a mão quando mais precisei. Obrigada por todo carinho, palavras de força e apoio. Por ser sempre "ouvidos" nos momentos difíceis. O mundo se torna mais doce quando podemos contar com amigos de verdade.

Aos Docentes da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC-UFG): Francis, Lindsay, Divina, Gardene, Flávia, Milson. Obrigada pelo carinho.

Ao meu avô. Ele se foi há alguns anos, mas com certeza foi minha maior inspiração para seguir nos estudos. Sempre se orgulhava ao falar de sua neta “estudada”, quando eu ainda era apenas uma criança. Dele guardo as mais doces lembranças da minha infância.

À FAPEG, pelo apoio financeiro na condução desse estudo e da pesquisa.

Aos meus pesquisados. Com eles vivi momentos de aprendizado e sensibilidade. Obrigada por terem aceitado fazer parte dessa pesquisa e enriquecido este trabalho.

À ADUFG, em especial ao professor Peter e a professora Ana, por terem apoiado meu contato com o grupo de aposentados.

Àqueles com 60 anos ou mais; àqueles que um dia vão envelhecer:

“Um menino caminha e caminhando chega no muro
E ali logo em frente a esperar pela gente o futuro está
E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar
Não tem tempo nem piedade nem tem hora de chegar
Sem pedir licença muda nossa vida
Depois convida a rir ou chorar”.

(Aquarela, Toquinho)

Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Cora Coralina

RESUMO

Esta tese objetivou compreender os significados assumidos pelo contínuo do trabalho pós-aposentadoria, os significados da aposentação e da experiência do envelhecimento para uma categoria específica de análise: os docentes da Universidade Federal de Goiás, com idade igual ou superior a 60 anos, que mesmo aposentados continuam ativos no mercado de trabalho. Para tanto, o trabalho foi estruturado por meio de pesquisas bibliográficas que enfocaram temáticas relacionadas ao surgimento da condição salarial, da proteção social, as principais transformações sofridas pelo trabalho, mais especificamente, do fordismo à acumulação flexível, o contexto político de alguns regimes no Brasil e sua importância para a consolidação dos direitos relativos ao trabalho. As reflexões seguiram com discussões também relacionadas ao histórico da previdência social e da aposentadoria. A articulação teórica foi ancorada pela realização de uma pesquisa de campo, qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade, com a utilização de um roteiro semiestruturado, aplicado a uma amostra de dezessete entrevistados, composta por professores da UFG, já aposentados, no período de junho e julho de 2017. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. Adotou-se a hermenêutica em profundidade como técnica de análise. Os resultados gerais mostraram que, para a categoria analisada, muito mais que um retorno financeiro, o trabalho significou e significa fonte de motivação, realização, socialização, prazer, saúde e contínuo de vida. Já a aposentadoria não trouxe nenhum marco considerável, isso para todos os entrevistados. Afirmaram apenas ter continuado a trabalhar e não sentiram a aposentadoria como um momento de transição forte. A aposentadoria foi considerada não como o fim de um ciclo, mas como um novo ciclo, em que o trabalho continuou de forma muito ativa, com possibilidades de atuação em novos locais, com novas oportunidades, sendo ainda exercido pela maioria deles, no mesmo segmento (pesquisa, ensino e extensão). Os respondentes relataram de forma enfática a oportunidade de trabalhar sem a necessidade de cumprimento de horas rígidas, podendo aproveitar o tempo de forma mais livre e organizada para outras demandas do cotidiano. A experiência do envelhecer assumiu diferentes significados, sendo apontada, em alguns momentos, como de difícil aceitação e, em outros, como uma possibilidade de aprendizado, reflexão e sabedoria. Isso remete a que o envelhecimento está atrelado a uma condição física e emocional que é muito particular de cada um e que está ancorado num conjunto de vivências. Em ambos os casos, as limitações físicas não deixaram de ser consideradas. Novos apontamentos de pesquisa foram feitos ao final desse trabalho, enquanto recomendações de estudos futuros.

Palavras-chave: Trabalho. Proteção social. Aposentadoria. Envelhecimento.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand the meanings assumed by the continuum of post-retirement work, the meanings of retirement and the experience of aging, for a specific category of analysis: the professors of the Federal University of Goiás, aged 60 or over, who even as retirees, remain active in the labor market. For this, the work was structured through bibliographical research that focused on themes related to the emergence of salary conditions, social protection, the main transformations suffered by the work, more specifically Fordism to flexible accumulation, the political context of some regimes in Brazil and its importance for the consolidation of labor rights. The reflections followed with discussions also related to the history of social security and retirement. The theoretical articulation was anchored by conducting a qualitative field research, using in-depth interviews, using a semi-structured script, applied to a sample of seventeen interviewees, composed of UFG professors, already retired, in the June and July 2017, were recorded and transcribed and then analyzed. Hermeneutics was adopted in depth as a technique of analysis. The general results showed that for the analyzed category, much more than a financial return, work meant and means source of motivation, achievement, socialization, pleasure, health and life continuum. However, retirement did not bring any significant milestone, for all the interviewees. They just said they had continued to work and did not feel the retirement as a moment of strong transition. Retirement was considered not as the end of a cycle, but as a new cycle, in which the work continued very actively, with possibilities of acting in new places, with new opportunities, nevertheless being still exercised by most of them, in the same follow-up (research, teaching and extension). They reported emphatically the opportunity to work without the need to comply with strict hours, and to use the time in a freer and more organized way for other daily demands. The experience of aging has taken on different meanings, being pointed at times as difficult to accept and, in others, as a possibility of learning, reflection and wisdom. This point out that aging is linked to a physical and emotional condition that is very particular to each one and that is anchored in a set of experiences. In both cases, the physical limitations were not neglected. New research notes, with analyzes directed to the same category of work, however with high school teachers and / or private institutions, which relate the theme presented here, are made at the end of this study, as recommendations for future studies.

Key words: Work. Social Protection. Retirement. Aging.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Perfil dos entrevistados..... | 41 |
| Quadro 2 - Idade de aposentação e trabalho atual..... | 42 |
| Quadro 3 - Questões centrais na política da aposentadoria..... | 152 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRAPP** - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada
- ACAR** - Associação de crédito e Assistência rural
- ADUFG** - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás
- AGL** - Academia Goiana de Letras
- APUB** - Associação dos Professores Universitários da Bahia
- CAP** - Caixas de Aposentadoria e Pensão
- CEE-GO** - Conselho Estadual de Educação de Goiás
- CEI** - Conselho Estadual do Idoso
- CEME** - Central de Medicamentos
- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa
- CEPAE** - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
- CLT** - Consolidação das Leis de Trabalho
- COBAP** - Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos
- DASP** - Departamento Administrativo de Serviço Público
- DATAPREV** - Processamento de Dados da Previdência Social
- DE** - Dedicção Exclusiva
- DET** - Departamento Estadual do Trabalho
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FACEA** - Faculdade de Ciências Econômicas e Humanas
- FAEG** - Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
- FANAP** - Faculdade Nossa Senhora Aparecida
- FE** - Faculdade de Educação
- FIC** - Faculdade de Informação e Comunicação
- FL** - Faculdade de Letras
- FUNABEM** - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
- GED** - Gratificação de Estímulo à Docência
- HC** - Hospital das Clínicas
- IAP** - Instituto de Aposentadoria e Pensões
- IAPAS** - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
- IAPC** - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
- IAPM** - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICHL - Instituto de Ciências Humanas e Letras

IDETEC - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano

IEAL - Internacional de La Educación para América Latina

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IHGG - Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

IME - Instituto de Matemática e Estatística

INAMPS - Instituto de Assistência Médica da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional da Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPE - Instituto Presbiteriano de Educação

IPTSP - Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública

ISSB - Instituto de Serviços Sociais no Brasil

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência

MEC - Ministério da Educação

MONGERAL - Montepio Geral de Economia dos Serviços do Estado

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OSEGO - Organização de Saúde do Estado de Goiás

OTI - Organização Internacional do Trabalho

PDV - Programa de Demissão Voluntária

PEA - População Economicamente Ativa

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

PPA - Programa de Preparação para a Aposentadoria

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REPPID - Rede Goiana de Pesquisa em políticas Públicas e Inclusão Digital

RJ - Rio de Janeiro

SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SMIC - Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento
SMIG - Salário Mínimo Interprofissional Garantido
SP - São Paulo
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UPF – Universidade de Passo Fundo
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNIANA - Universidade Estadual de Anápolis
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIRV - Universidade de Rio Verde
UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO I | |
| O TRABALHO, A PROTEÇÃO SOCIAL E AS GARANTIAS DO DIREITO | 45 |
| 1.1 Do trabalho à proteção social e às garantias do direito: o contexto europeu..... | 45 |
| 1.2 O trabalho, o rompimento do compromisso fordista e a acumulação flexível: impactos e transformações mundiais..... | 57 |
| CAPÍTULO 2 | |
| DO TRABALHO À PROTEÇÃO SOCIAL E AS GARANTIAS DO DIREITO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA | 68 |
| 2.1 Da herança escravocrata às resistências do proletariado nas décadas iniciais do século XX: os primeiros caminhos da luta pelos direitos trabalhistas..... | 68 |
| 2.2 Os regimes políticos no Brasil e seus impactos para a constituição dos direitos sociais relativos ao trabalho de 1822 a 1984..... | 77 |
| 2.2.1 Do período da democracia oligárquica (1822) ao autoritarismo burocrático (1964-1984)..... | 77 |
| 2.3 A constituição de 1988 no Brasil e a busca da consolidação dos direitos sociais..... | 94 |
| CAPÍTULO 3 | |
| AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E ENVELHECIMENTO | 100 |
| 3.1 Trabalho e Envelhecimento: reflexões do campo de pesquisa..... | 100 |
| 3.2 Trabalho e tempo..... | 129 |

CAPÍTULO 4

POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NO CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL: DO SURGIMENTO ÀS CARACTERIZAÇÕES NORTEADORAS.....134

- 4.1 A aposentadoria como um dos instrumentos da previdência Social: perspectivas e desafios frente ao público idoso.....146
- 4.2 Trabalho e aposentadoria: representações no contexto do curso da vida.....153

CAPÍTULO 5

ENVELHECIMENTO: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS SOCIAIS.....171

- 5.1 Os dois polos da velhice contemporânea.....171
- 5.2 Envelhecimento e Socialização.....189

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....199

REFERÊNCIAS 210

APÊNDICE..... 225

- Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE..... 225
- Apêndice 2 - Roteiro de Entrevistas..... 228

ANEXOS..... 229

- Anexo 1 - Carta de Recomendação de Participação..... 229

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da tese

O trabalho sempre esteve presente em nossa sociedade, seja como forma de sobrevivência, socialização, realização, subordinação ou controle, sendo também responsável por um grande movimento de transformação social e individual. Ele traz associado a si uma série de mecanismos de proteção social, que foram conquistados pelos trabalhadores ao longo do tempo, principalmente pelo advento da condição salarial, bem como pelos constantes movimentos de luta, em prol de uma sociedade mais igualitária e justa. Todavia, por sua vez, esse contexto de luta não extinguiu condições de miserabilidade, vulnerabilidade e precariedade social, tão presentes no universo do capitalismo.

Um dos principais mecanismos de proteção que está vinculado ao trabalhador que envelhece, é o direito relativo à aposentadoria. Essa, por sua vez, representa um momento de transição de vida, que teoricamente significa a retirada de trabalhadores ativos do mundo do trabalho. Isso porque a aposentadoria pode trazer e resultar em outros significados para além da inatividade, como foi, por exemplo, o caso desta pesquisa. Desse modo, inserido no âmbito da aposentadoria, o envelhecimento, por meio do critério idade, aparece atrelado como um dos fatores de acesso a esse benefício. Em uma das falas dos pesquisados deste estudo, a associação do idoso aposentado à situação de inatividade foi claramente evidenciada, muito mais pela simbologia trazida no contracheque de “inativo”, do que pela própria experiência vivenciada:

[...] O único susto que eu tive, foi quando eu recebi o meu contracheque e tava escrito inativo, mas eu inativa, não tô inativa, não. Mas até hoje tá escrito: inativa. É o único susto que eu tomei quando eu me aposentei, mas foi uma sequência normal de trabalho, um atrás do outro, foi muito bom. (AMÉLIA, 82 anos).

Assim, o objeto de estudo desta tese centrou-se no tripé trabalho, proteção social e envelhecimento. A articulação entre esses eixos temáticos foi feita, apresentando-se discussões teóricas que envolveram o contexto do trabalho, com ênfase no advento da condição salarial e dos mecanismos de proteção, bem como, as principais modificações sofridas pelo próprio trabalho ao longo do tempo: do

período industrial à acumulação flexível (HARVEY, 2014). As discussões deram prosseguimento, com o estudo da previdência social e um de seus instrumentos norteadores: o direito à aposentadoria, que se vincula ao envelhecimento do trabalhador. A partir desse contexto, a presente pesquisa objetivou: compreender os significados assumidos pelo contínuo do trabalho pós-aposentadoria e os significados da aposentação e do envelhecimento, para uma categoria específica de análise, os docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), com idade igual ou superior a 60 anos, que, mesmo aposentados, continuam muito ativos no mercado.

Considerando-se que faz parte do fenômeno contemporâneo criar ou denominar uma série de etapas do curso da vida ou no espaço que separa a juventude da velhice com a utilização de diversos termos como “meia-idade”, “terceira idade”, “melhor idade”, é que, para fins desse estudo foi utilizado o termo idoso (a) para representar aqueles com 60 anos ou mais¹.

Desse modo, optou-se, também, por não apresentar nenhum recorte cronológico da velhice a partir dos 60, enquanto anos vividos, por entender que a realização da pesquisa de campo poderia perder ricos detalhes, ao categorizar idades no processo de envelhecimento. A intenção remeteu-se muito mais em apreender os significados e a importância que o trabalho e a aposentadoria assumem na vida dessas pessoas, além de buscar entender o processo de envelhecimento como uma experiência vivida e ainda a se viver.

Dos caminhos percorridos para a escolha do tema às primeiras inquietações

A escolha do tema de pesquisa relacionou-se a alguns interesses levantados pela pesquisadora, e que, de forma geral, a instigou para esse estudo. O primeiro ponto, diz respeito à relevância fundamental adquirida pelo trabalho enquanto categoria de análise social, bem como a possibilidade de ampliação de estudos no campo da proteção, mais especificamente da aposentadoria. Outro fator, diz respeito à importância crescente que os estudos direcionados à área do envelhecimento têm demandado, já bastantes abordados e concentrados nas áreas da saúde, todavia pouco ainda explorados, principalmente enquanto possibilidades de reflexão

¹ Alguns documentos oficiais, como Estatuto do Idoso do Brasil de 1º de outubro de 2003, Lei n. 10.741 e a Organização das Nações Unidas (ONU), conceituam a pessoa idosa, como sendo aqueles(as) com idade a partir de 60 anos.

sociológica. Segundo Debert (2004), o estudo do envelhecimento tornou-se tema privilegiado, quando envolve alguns desafios da sociedade contemporânea. Especialmente quando se assume que o idoso é um ator que não está mais isolado de um conjunto de discursos produzidos em nossa sociedade. Compreender a gestão da velhice é também “buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e de gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer” (DEBERT, 2004, p.13).

O interesse em trabalhar e pesquisar o público idoso tornou-se definitivo na consolidação do tema do projeto de pesquisa já no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Vi como um grande desafio, já que minha proposta inicial de estudo foi modificada para novos rumos. Confesso, em um primeiro instante, ter sido acometida por um sentimento de medo e de grande angústia, por me engendrar por um caminho em que tudo parecia novo ou, talvez, nem tão novo assim. No fechamento inicial do meu primeiro ciclo de estudos, na Graduação do Curso de Comunicação Social, em 2002, apresentei como projeto de final de curso, o trabalho “Humanização do atendimento ao idoso, no Hospital X de Goiânia”, fruto de uma pesquisa cujos resultados mostraram que o atendimento médico deveria ser repensado, para além da saúde física do corpo.

Essa perspectiva estaria vinculada à reflexão de que os propósitos médicos deveriam cercar-se de um olhar mais detalhado ao paciente. Havia já ali o entendimento de que aquele que deve ser atendido e/ou tratado, principalmente o idoso, carrega um histórico de vida, e que pode estar, muitas vezes, em situações de vulnerabilidade social (solidão, tristeza, abandono, problemas psíquicos, preconceito) que impactam ainda mais a condição de seu corpo adoecido. Por esse motivo, o atendimento deveria projetar-se, em torno de uma perspectiva mais humanizada. Alguns relatos à época me marcaram, como, por exemplo, o de uma senhora. Lembro-me de a mesma apontar que, em sua opinião, um dos problemas vivenciados no hospital não estava na grande espera para ser atendida ou na burocracia dos encaminhamentos exigidos para consultas ou exames (na maior parte dos casos), mas no incômodo, de se entrar em um consultório e não receber um “bom dia”, um sorriso ou um aperto de mão. O que incomodava mais aquela senhora era o fato de não presenciar uma relação mais acolhedora, daqueles responsáveis pelos atendimentos cotidianos no hospital.

Agora, na Pós-Graduação, me vejo novamente tocada pelo tema do idoso e me pergunto: coincidências da vida ou escolhas? Penso que, talvez, a melhor resposta seria a junção das duas opções. Coincidências, por reparar que essa temática se encontrava em um dos campos de estudo do meu orientador; escolhas, por eu ter decidido seguir novamente por esse caminho, agora com possibilidades de reflexões mais amadurecidas. Desse modo, a preocupação em relação ao estudo do idoso surge agora, já no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), a partir de uma nova perspectiva: os sentidos e impactos do trabalho naquele que envelhece e os significados da aposentadoria, já que, a mesma representa uma proteção intrinsecamente associada ao ato de envelhecer e corresponde à saída do indivíduo, de uma condição de assalariado, para um estatuto de aposentado, por meio do pagamento de uma pensão, assegurada pelo Estado ou complementares.

Já a escolha por pesquisar os docentes decorreu do interesse em apreender melhor essa categoria de trabalho, em função de ser também a profissão da pesquisadora e o ambiente da universidade fazer parte de sua vida cotidiana. Importante destacar que a definição da amostra pesquisada constitui o estudo de professores aposentados, que não é o caso, particularmente, da pesquisadora. Desse modo, após ter definido o possível tema da tese, passei a me atentar a algumas curiosidades. Intrigava o fato de que, nos corredores da Faculdade de Informação e Comunicação - FIC/ UFG (local de minha lotação), era comum encontrar o mesmo quadro de servidores técnicos administrativos e professores trabalhando, como no tempo em que eu ainda era uma estudante recém-ingressa no curso de Comunicação, no ano de 1999. Fiquei me questionando sobre o porquê de aquelas pessoas ainda estarem ali, trabalhando, imaginando que boa parte delas, talvez, já pudesse estar em gozo de sua aposentadoria.

A tão sonhada aposentadoria que, no seu conceito mais particular, infere o afastar-se do trabalho para poder desfrutar de um tempo maior para si, para seu cuidado pessoal, seus familiares e para o lazer. Mas, será mesmo que era a tão esperada aposentadoria, como eu imaginava?! Resolvi, de maneira informal, conversar com duas pessoas: um técnico e uma professora. Na conversa com o servidor-administrativo, que, curiosamente, já poderia ter se aposentado há mais de cinco anos, ele me disse que tinha medo de afastar-se do trabalho da universidade e adoecer, de forma semelhante ao ocorrido com um amigo.

Logo depois, em conversa com a professora, ela me contou que aposentar-se significaria se afastar daquilo de que ela mais gostava na universidade: a possibilidade de integração e convívio social, já que seu filho morava fora do Brasil e a mesma sentia-se sozinha. Após essas conversas informais, mesmo não tendo falado especificamente com duas pessoas aposentadas, mas que, todavia, já poderiam estar em gozo desse benefício, passei a me questionar: qual o real significado que o trabalho assume para a vida dessas pessoas? aumentando minhas indagações continuei: e para aquelas então, já aposentadas? o que as fazem ficar conectadas ao trabalho? o que viria para além de uma retribuição financeira? qual o real sentido assumido pela relação trabalho-envelhecimento? como esses elementos estariam imbricados? como as interpretações sobre a aposentadoria e o envelhecimento rearticulariam projetos de vida, trabalho e lazer em diferentes faixas etárias, a partir dos 60 anos? como as políticas públicas apresentam-se frente às novas concepções e imagens do envelhecimento?

Desse modo, percebi o quão importante poderia ser aprofundar todas essas inquietações, que não me pareciam poucas, em forma de pesquisa. Para tanto, todos esses elementos questionadores foram importantes, para que eu pudesse chegar, na definição da problemática central dessa tese: como uma categoria específica de trabalhadores (docentes), concursados do serviço público federal (UFG) já aposentados e com 60 anos ou mais se relaciona com o trabalho, com sua condição de aposentado e, sobretudo, com o fato de envelhecer?

A partir desse contexto, algumas questões norteadoras foram levantadas para delinear essa pesquisa: I. O significado e importância que o trabalho assume na vida dos entrevistados carregam outros elementos que se sobressaem ao retorno financeiro. II. Mesmo já cumprido o tempo por idade ou períodos necessários ao gozo da aposentadoria, esses indivíduos pesquisados simplesmente não o fazem, pela dificuldade de não se perceberem/aceitarem como um “não trabalhador”. III. A aposentadoria representaria mais que a saída do trabalhador de sua condição de assalariado, para o gozo do lazer, representaria rupturas sociais, ausência de socialização e adoecimento, por parte da amostra pesquisada. IV. A aposentadoria é percebida por esses entrevistados como sinônimo de envelhecimento. V. O envelhecimento constitui uma difícil fase na vida dos aposentados pesquisados e o trabalho, apareceria como elemento “de fuga” para enfrentar essa situação. Para

apreensão desse objeto de estudo, da problemática apontada e suas questões norteadoras deu-se o início da construção desta tese.

Sobre a proposta do tema

O processo de mudança na consciência social em conjunto com as resistências e lutas marcaram o histórico do surgimento da proteção social na Europa. Ao longo do período feudal, os trabalhadores destituídos de direitos e de possibilidades eram assistidos pela caridade e ações humanitárias da Igreja Católica. A partir de meados do século XIX, com o processo de urbanização, acompanhado das primeiras iniciativas de industrialização, começaram a surgir às primeiras instituições orientadas para algum tipo de proteção, configuradas fora do domínio da igreja. A consequente emergência do Estado Social passa a assumir alguns riscos e marca um profundo processo de transformação social e do mundo do trabalho.

Todavia, o quadro presente na Idade Média, proposto por Castel (2009), dos chamados pobres, desempregados, vulneráveis, vagabundos, que constituem os primeiros elementos para compreender a ação dos reformadores sociais, transitou depois de vários séculos, para o quadro que hoje envolve os denominados "excluídos". Em outras palavras, aqueles, pautados pela nova forma com que o capitalismo figura o contexto das sociabilidades, são deixados à margem da relação assalariada ou se configuram, muitas vezes, vítimas da precarização no mundo do trabalho, das políticas sociais e proteções que compõem o chamado Estado Social.

Considerando-se a realidade brasileira, Freitas (2012) aponta que, diferente das sociedades europeias, a construção do Estado Social no Brasil, se deu a partir de uma sociedade fundada em bases patrimoniais e que o histórico da nossa proteção foi marcado por um contexto de intensas desigualdades sociais. Assim, no Brasil, as lutas, os mecanismos de reivindicações, mobilizações, e da problematização de necessidades sociais ao longo do tempo, foram e são responsáveis pela busca de meios e mecanismos de proteção que respondam pela minimização desses conflitos. Um estado de correlação de forças sob a égide daqueles que buscam ou lutam por seus direitos e aqueles de que emana o poder, constitui importante elemento para se pensar a estrutura de nossa sociedade e dos atores que dela fazem parte.

Apesar da constituição, ampliação e consolidação dos mecanismos de proteção relativos ao trabalho, ao longo do tempo, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, férias, 13º salário, aposentadoria, bem como a ampliação dos direitos sociais – acesso à educação, saúde, entre várias outras conquistas, resultantes dos processos de lutas –, ainda é aviltante a situação dos que estão à margem de um processo de integração social. Todavia, são nas “fórmulas de proteção” sucessivamente adotadas no decorrer da história – caracterizada em um primeiro momento pelo vínculo da solidariedade primária e posteriormente pelo contexto de lutas, da relação assalariada e da intervenção do Estado – apresentadas de formas restritivas, fragilizadas ou não, que se encontram os primeiros fundamentos que asseguram o amparo dos trabalhadores, muitos em situação de risco e expostos às condições excludentes do capital.

A partir desse contexto, há que se pensar em um grupo específico: os idosos. Por conseguinte, se faz necessário pensar, também, acerca do envelhecimento, do trabalho e do sistema de proteções que envolvem esses grupos. Mundialmente, a expectativa de vida vem sofrendo modificações ao longo dos anos e isso traz reflexos consideráveis para uma sociedade. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) ², em 2050 80% das pessoas mais velhas do mundo viverão em países em desenvolvimento, sendo que a população com mais de 60 anos de idade será maior do que a população com menos de 15. Dentro deste panorama, faz-se importante contextualizar os indicadores relativos ao Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) ³ a dinâmica demográfica brasileira vem apresentando uma diminuição no ritmo de crescimento populacional e mudanças na sua estrutura etária. O processo de transição demográfica, relacionado com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, aumento da esperança de vida⁴ combinada ainda com outros fatores,

² Relatório sobre a situação da população mundial 2011, produzido pela Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso em 10 de Janeiro de 2015.

³ Composição da população residente por sexo, segundo os grupos de idade, Brasil 1999/2009. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010. Dados referentes ao último censo realizado.

⁴ A esperança de vida é um forte indicador, que chama atenção dos governos e da sociedade civil, para como novos planejamentos e políticas públicas devem pensados, em virtude de um novo “arranjo social demográfico” que se estabelece. Ao longo de 10 anos (1999 a 2009), houve um aumento considerável de 3,1 % na esperança de vida, no Brasil. Com o aumento da esperança de vida, os reflexos na longevidade se tornam cada vez mais visíveis. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010.

tais como os avanços da tecnologia, especialmente na área da saúde, tem provocado uma rápida variação na estrutura etária brasileira, com redução da proporção de crianças e jovens, aumento da população adulta e uma tendência de substantiva elevação de idosos (BERQUÓ, 1999). Os dados apontam para uma redução do contingente de crianças e adolescentes de até 19 anos de idade e considerável aumento da população idosa, de 60 anos ou mais. Esta alteração na distribuição etária chama a atenção para um novo retrato da configuração populacional brasileira e reforça a importância de estudos dedicados ao tema.

A metodologia de trabalho do estudo

A metodologia utilizada, de acordo com as discussões norteadoras que foram propostas, correspondeu às pesquisas: exploratória e bibliográfica para construção do arcabouço teórico, a documental para levantamento de dados em fontes pré-existentes (CHIZZOTTI, 2010; CRESWELL, 2007; DEMO, 2012) e a qualitativa, um método que permite um estudo em profundidade de intenções e subjetividades dos atores pesquisados (DESLANDES, NETO e GOMES, 1994; OLIVEIRA, 2010). O interesse pelo uso da pesquisa qualitativa se deu em função da possibilidade que esse tipo de pesquisa permite de apreender a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir, o que estende seu foco, as particularidades dos detalhes e das unidades dos acontecimentos (MELUCCI, 2005; FLICK, 2009; LALANDA, 1998).

Além disso, utilizou-se também, como técnica de análise, a hermenêutica em profundidade (WELLER, 2010), um recurso metodológico, sistematizado por John B. Thompson, muito característico das ciências sociais, que permite ao pesquisador “analisar o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que cerca o fenômeno pesquisado” (VERONESE e GUARESCHI, 2006, p.3), pela adoção de diferentes possibilidades de análises e interpretação, que objetiva conhecer e, sobretudo, entender um campo-sujeito, através de formas simbólicas, com amplo espectro seja de falas, textos, imagens ou ações.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas em profundidade com dezessete entrevistados, já aposentados, mas muito ativos no trabalho. Segundo Duarte (2006, p.63), a entrevista em profundidade corresponde a um recurso que

"busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir de experiências subjetivas de uma fonte". Com a entrevista em profundidade objetiva-se saber como determinada situação é percebida por um conjunto de entrevistados a fim de investigar uma problemática. Assim, a técnica sinaliza que "o objetivo está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas" (DUARTE, 2006, p.63).

A amostra constitui-se de quinze professores do ensino superior da UFG e mais dois professores do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), também da UFG. Em um primeiro momento, a intenção foi localizar esses professores pelo registro e bancos de dados do departamento de pessoal da Universidade, todavia, uma segunda opção foi considerada como de mais fácil acesso e localização por parte da pesquisadora a esses entrevistados: a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG). Isso pelo fato de a associação ser responsável por diversas ações que incluem professores aposentados, como o Coral Vozes e o grupo de Artes e Artesanato Travessia.

A partir dessa decisão, entrei em contato com a diretora financeira do sindicato, professora Ana Kratz para apresentação deste trabalho e dos objetivos da pesquisa. Uma reunião foi agendada no mês de abril de 2017, na qual fui gentilmente recebida. Fui informada que os professores aposentados filiados da ADUFG dividiam-se em dois perfis principais: os que continuavam muito ativos e aqueles inativos em relação ao trabalho. Desse modo, me foi repassada uma lista aleatória, com aproximadamente trinta nomes daqueles que estavam ativos, com os respectivos nomes completos, telefones e e-mails para que eu entrasse em contato, bem como uma carta de recomendação de participação, que está em anexo, ao final deste trabalho.

Resolvi inicialmente fazer contato por e-mail, mas infelizmente não obtive sucesso no retorno. Apenas três mensagens foram respondidas. Posteriormente, escolhi, de forma aleatória, aproximadamente 25 nomes da lista e fiz o contato via telefone. Alguns não puderam me receber e acabei fechando em 17 entrevistados que aceitaram participar dessa pesquisa de campo. Após o contato por telefone, reforcei o comunicado por e-mail, com o horário, local, e a data previamente agendada, fechando com um agradecimento prévio do aceite de participação. Um

dia antes da data marcada por eles para a entrevista, entrava em contato novamente, por telefone, apenas para motivos de confirmação. Felizmente, nenhum imprevisto aconteceu, tendo sido possível manter a agenda que havia sido inicialmente proposta.

Nesse momento de seleção dos entrevistados, o projeto de pesquisa já havia sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UFG. A submissão deu-se no dia dois de dezembro de 2016, com registro de comprovante número 126112/2016. No projeto foram apresentados os objetivos e a metodologia a ser utilizada, além de outros elementos solicitados pelo próprio comitê. A submissão ocorreu de forma tranquila, respeitando-se todas as exigências necessárias, com intuito de que o mesmo fosse aprovado e, desse modo, a pesquisadora não tivesse entraves em relação ao tempo dedicado principalmente para coleta e análise dos dados. A aprovação deu-se ao final de dezembro de 2016.

As pesquisas iniciaram-se no dia cinco de junho, tendo sido finalizadas no dia vinte e cinco de julho. As entrevistas ocorreram de modo individual e três momentos-chave foram levados em consideração: a) o primeiro deles, voltado para o agradecimento de participação, bem como a apresentação dos objetivos principais da pesquisa; b) o segundo dedicado à solicitação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento do CEP que formaliza o aceite de participação voluntária e que se encontra em anexo, ao final desse trabalho; e c) o terceiro momento voltado a explicar que os nomes reais não seriam usados ou divulgados, sendo substituído por outros, fictícios, com o intuito de respeitar a privacidade de cada entrevistado, conforme previsto no projeto da pesquisadora submetido ao comitê de ética. Informou-se também que, em caso de não interesse do entrevistado em responder alguma pergunta do roteiro, ficaria a seu critério essa negativa, o que, felizmente, não ocorreu.

As entrevistas tiveram duração de 1h a 1h30m cada, foram gravadas e posteriormente transcritas para serem decodificadas, com auxílio do software Atlas ti 6.0, para categorização dos dados em três eixos principais: trabalho, aposentadoria e envelhecimento. As mesmas foram realizadas em horários, dias e locais agendados pelos entrevistados. Algumas foram feitas pela manhã, outras à tarde e apenas uma foi realizada no período noturno. Os locais foram escolhidos pelos próprios pesquisados, atentando-se ao detalhe de sua comodidade, bem como sua possibilidade de deslocamento. Nenhuma pesquisa foi aplicada dentro da UFG. Os

principais locais foram: o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO), a sede sindical dos professores e praças locais. A pesquisa de campo seguiu um roteiro semiestruturado, que me permitiu explorar o assunto, conhecer o passado e também perspectivas, microintenções e detalhes. As análises ao longo deste trabalho seguiram com utilização da técnica de hermenêutica em profundidade.

Conhecendo os participantes da pesquisa: um pouco da história, das memórias e do hoje...

É no mundo vivido que as identidades se constroem e se afirmam e é do passado que os velhos se nutrem. É de sua trajetória que se origina a própria ideia de “eu” individualizado, formulado através do desempenho de vários papéis sociais, sendo exatamente esses papéis que irão dimensionar essa identidade.

(FERREIRA, 1998, p.211)

Maria: Entrevista 1

Maria, 71 anos, sexo feminino, tem um casal de filhos (31 e 36 anos), mora atualmente com o filho, que é divorciado e vive um relacionamento afetivo. Começou a trabalhar com 23 anos e seguiu sempre na mesma profissão de ortoptista. Entrou na UFG em 1977 e lá continuou até o momento de sua aposentadoria, que se deu em 2008, ao completar 31 anos de trabalho. Na universidade esteve vinculada como professora da educação básica no CEPAE UFG⁵, antigo Colégio de Aplicação, prestando serviços posteriormente no laboratório de oftalmologia da universidade, a convite de outros professores, pela necessidade da presença de um profissional que possuía sua expertise. Hoje como aposentada exerce atividades no hospital dos olhos de Goiânia. Em sua fala deixa claro que gosta muito do trabalho que

⁵ O Colégio de Aplicação foi criado em 12 de março de 1966, pelo Decreto-lei n.º 9.053 e suas atividades foram iniciadas em março de 1968. Com a proposta da Reforma Universitária de 1968, o Colégio de Aplicação foi agregado à Faculdade de Educação e passou a constituir-se em órgão suplementar. Em 1980, os professores de 1.º e 2.º graus conseguiram por meio de reivindicações serem reclassificados para a carreira do magistério superior, ou seja, passar à condição de professores de 3º Grau. Em 1982 foi criado do Departamento de Estudos Aplicados à Educação da Faculdade de Educação/UFG, composto pelos membros do Colégio de Aplicação, funcionando desta forma até março de 1994, quando foi criado o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), através da portaria n.º 0063.

Informações disponíveis em:

<https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_CEPAE_2017.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

desempenha, principalmente por lidar com crianças. Associa o trabalho à remuneração, que lhe dá condições de usufruir a vida com prazeres (viagens internacionais, por exemplo). Todavia, diz que o fator motivador que a faz continuar, é o prazer que o trabalho lhe proporciona, isso porque a renda que possui de alguns aluguéis lhe permitiria viver com tranquilidade. Não postergou sua aposentadoria, tendo decidido aposentar-se pelo interesse em ter maior tempo para organizar as coisas cotidianas da vida. Hoje ela mesma organiza sua agenda de trabalho e tem todas as manhãs livres. enxerga o envelhecimento como uma fase em que é preciso ter aceitação de suas limitações, afirmando ser necessário envelhecer da maneira mais positiva possível. Envelhecer seria um privilégio, porque muitas pessoas não tem a oportunidade de chegar/passar por essa fase da vida.

Amélia: Entrevista 2

Amélia, 82 anos, sexo feminino, solteira, sem filhos. Graduiu-se em pedagogia pela antiga Universidade Católica, tendo também cursado orientação educacional e profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1959, no Rio de Janeiro. Especializou-se em Educação para a América Latina, por um curso oferecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com a Universidade de São Paulo (SP), em 1962. Voltou posteriormente para Goiânia e começou a trabalhar na secretaria de educação. Concurou-se na UFG em aproximadamente 1967 e em 1973 defendeu sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo. Na UFG, fez carreira como docente, tendo, todavia, se dedicado mais à parte administrativa, com a ocupação de cargos nas Pró-Reitorias e também como Reitora. Orgulha-se também de ter concedido a Cora Coralina o título de doutora *honoris causa* pela Universidade Federal de Goiás. Após aposentar-se, em 1981, continuou desenvolvendo atividades para criar a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e a Universidade de Estadual de Anápolis (UNIANA), hoje Universidade Estadual de Goiás (UEG). Considera que a aposentadoria foi apenas uma mudança de natureza de trabalho, que abriu oportunidades para que pudesse vivenciar novas experiências. Hoje faz parte do CEE-GO e participa, como membro do Conselho Diretor, do Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (IDETEC). Concebe o trabalho como uma escola, um ato de inteligência, para aqueles que começam cedo, principalmente.

Aponta que o trabalho ajuda também a prolongar a vida na velhice e que traz a oportunidade para que as pessoas se mantenham atualizadas. Afirma que “é muito importante que a pessoa idosa, tendo saúde, continue a trabalhar até realmente as forças físicas impedirem”. Para Amélia, envelhecer é o desabrochar ao contrário. Afirma que “é o morrer, o encaminhamento para o fim. Então, por isso que eu falo que eu não me sinto velha, pra mim eu não estou envelhecendo, não estou velha ainda [...]”.

Rosa: Entrevista 3

Rosa, 70 anos, sexo feminino, solteira, nutróloga e mestre em nutrição. Não tem filhos, mas afirma ter criado vários de outras pessoas. Atualmente mora com o sobrinho-neto de 24 anos. Começou a trabalhar com 20 anos, como professora primária (atual ensino fundamental), na zona rural do Rio de Janeiro (RJ), alfabetizando crianças e depois no ensino médio, alfabetizando adultos, tendo chegado a Goiás em 1977, onde atuou como profissional nutróloga, no hospital do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após, ingressou na UFG e nela permaneceu por 25 anos e meio. Na Universidade, apesar de ocupar vários cargos, como diretora de unidade e Pró-Reitorias, conta que nunca se afastou da sala de aula. A motivação e o desafio do novo foram os principais fatores que a fez continuar trabalhando, após se aposentar. Define o trabalho como uma realização pessoal que a move constantemente, por meio de uma construção que é coletiva. Após se aposentar foi coordenadora pedagógica da faculdade de medicina da Universidade de Rio Verde (UNIRV) em Aparecida de Goiânia, durante dois anos e chefe de gabinete, da Secretaria de Estado de Educação, durante quatro anos e oito meses. Hoje está na Faculdade Nossa Senhora Aparecida (FANAP), ocupando um cargo de direção desde 2011. Em seu depoimento afirma ter aposentado com 48 anos e 28 de trabalho. Diz não ter sentido o processo de aposentadoria, afirmando ter apenas “continuado” a trabalhar e que a principal modificação experimentada nesse processo diz respeito aos novos espaços de trabalho que foram assumidos. Rosa visualiza o envelhecimento como sendo de difícil aceitação, afirmando querer voltar atrás na idade que tem. Sente-se plenamente ativa, e ainda não sente as limitações decorrentes da idade, apesar de reconhecê-las.

Jorge: Entrevista 4

Jorge, 71 anos, sexo masculino, doutor em Educação, possuindo também pós-doutorado. Tem dois filhos legítimos do primeiro casamento e mais três sem relação consanguínea, do segundo casamento. Atualmente mora com a esposa. Foi seminarista até os 18 anos, tendo feito filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de SP. Afirma ter vindo de uma família muito pobre, tendo o seminário lhe proporcionado condições de sobrevivência e de conhecimento: “[...] eu, menino de roça, com pais analfabetos, eu logo com 10, 11 anos, eu aprendi a ouvir música sacra, música clássica, aprendi órgão, tinha teatro, tinha sessões de oratória”. Começou a trabalhar com 19 anos, com rotinas de serviços bancários, e ficou por aproximadamente um ano. Após, trabalhou como mimeógrafo e escriturário na PUC de SP. Aos 22 anos iniciou seu trabalho como diretor de uma escola, a partir de um grupo escolar experimental em que permaneceu por seis anos, considera ter sido esse um período, extremamente rico em termos de conhecimento teórico e prático na área pedagógica. Em 1973 foi convidado para vir a Goiás, para trabalhar na Secretaria de Educação e fundar também um Centro de Formação de Professores. Trabalhou três anos na Secretaria, e no quarto foi ser professor. Fez concurso para Faculdade de Educação (FE) da UFG, tendo trabalhado por apenas seis meses, por motivos de “cassação política” na ditadura militar. Afirma ter sido esse período muito difícil e doloroso. Após essa cassação e a procura de emprego, foi ser gerente de recursos humanos de uma empresa de crédito imobiliário. Lá ficou por três anos, até surgir à oportunidade de, junto com mais dois colegas, fundar um colégio particular voltado para um ensino moderno, avançado, com um modelo pedagógico diferenciado, em que atuou como diretor por seis anos. Em agosto de 1980 veio a anistia, tendo sido nesse período restituído para seu cargo de professor na UFG. Aposentou-se aproximadamente em 2000, pela UFG, e hoje trabalha como docente pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás) e também como pesquisador. Optou por continuar trabalhando, pois considera o trabalho uma dimensão fundamental da vida humana, um elemento constitutivo e de motivação da existência. Considera que a aposentadoria não teve significado nenhum na sua vida, pois continuou a exercer o trabalho de docente e pesquisador muito intensamente, tendo mudado apenas de universidade. De forma descontraída afirmou na entrevista “ter e não ter se aposentado”. Vê o envelhecimento de forma negativa e nostálgica,

afirmando não gostar desse processo. Envelhecer não lhe permite fazer coisas simples do cotidiano, como por exemplo, ter o prazer de jogar uma partida de futebol.

Helena: Entrevista 5

Helena, 79 anos, sexo feminino, viúva há 6 anos. Formou-se em pedagogia, orientação educacional e psicologia clínica pela PUC-SP. Depois, bem mais tarde, fez formação em psicanálise em Brasília. Possui um filho biológico e uma filha adotiva. Aposentou-se pela UFG como professora titular, possui renda também advinda de seu consultório, que é bastante variável, além de receber uma pensão de seu marido. Começou a trabalhar muito jovem, com 16 anos, sem nenhuma formação, substituindo uma prima professora no ensino primário, em sua cidade, Guaxupé, no sul de Minas. Nessa sua primeira experiência de trabalho, afirma que ficava muito constrangida e desesperada porque era nova demais e não possuía experiência didática. Posteriormente, com sua formação em pedagogia, lecionou em SP diversas disciplinas: psicologia, sociologia, biologia, matemática. Veio para Goiânia, casou-se, tendo trabalhado como psicotécnica na Secretaria de Serviços Sociais até prestar o concurso para a UFG, em 1967, na FE. Na universidade, lecionou diversas disciplinas, foi chefe de departamento e exerceu diversas funções administrativas. Defendeu sua tese na FE, que lhe concedeu o título não só de livre-docente, mas também de doutora em psicologia da aprendizagem. Diz ter se aposentado aproximadamente no ano de 1995, sem que a mesma tenha sido postergada. Hoje como aposentada exerce atividade de psicanalista, profissão pela qual diz ser apaixonada. Fez formação em Brasília e conseguiu diploma internacional pelo Centro Universitário Metodista, tendo conseguido *a posteriori* fazer carreira no Centro. Começou como membro simples do grupo, até chegar a titular, ocupando hoje importante função de analista de data, trabalhando na formação dos futuros analistas. Optou por continuar trabalhando pós-aposentadoria por se considerar muito motora, elétrica e ativa. Afirma que ficar sem ter o que fazer é uma ameaça terrível e que o trabalho a faz sentir viva, útil, produtiva e social. Aposentou-se com o intuito de manter uma atividade principal em foco, a psicanálise. Considera o envelhecimento um período que faz parte do ciclo vital, todavia não o percebe como algo agradável de pensar, sentir e viver.

Mário: Entrevista 6

Mário, 71 anos, sexo masculino, ensino superior completo em física. Casado, criou sete filhos entre os seus e de sua esposa. Atualmente mora com a esposa e dois filhos de 20 e 34 anos. Começou a trabalhar com 16 anos, no RJ, dando aula em um colégio noturno no centro da cidade, onde fazia cursinho na época. A partir daí não parou mais com a docência. Entrou na UFG, com 28 anos, no Instituto de Matemática e Estatística (IME) e até se aposentar exerceu atividades de docência e de política não remunerada na Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG). Aposentou com 58 anos e exerce hoje atividades de consultoria em diversas áreas como, por exemplo, a de marco regulatório, sendo a mesma remunerada. Também está em contato com alunos do ensino médio noturno num colégio da periferia de Goiânia, com foco na área de física. Mantém também atividades no aeroclube. Optou por continuar trabalhando após sua aposentadoria, pela expectativa de poder contribuir com aquilo que sabe fazer, além de valorizar o lado social proporcionado pelo trabalho. Não gosta de dizer que o trabalho edifica o homem, porque em sua opinião, a maior parte do trabalho existente na sociedade é muito mais alienante que edificante. Todavia considera que trabalhar naquilo que gosta, como no seu caso, a docência, trata-se de um privilégio. Não postergou sua aposentadoria e a chegada desse período não trouxe significados marcantes. Para ele, representou apenas ter deixado de frequentar a UFG. Acredita que o envelhecimento traz perdas, principalmente as físicas, o que, por consequência, limita muitas atividades e postos de trabalho. Todavia, considerada por outro lado, ser um momento que permite maior reflexão e sabedoria, em que se deixa de gastar energia com coisas consideradas desnecessárias na vida.

João: Entrevista 7

João, 91 anos, sexo masculino, formação em filosofia. É casado, vive com a companheira aposentada e possui três filhos. Um deles, de 35 anos, ainda mora em sua residência, sendo considerado seu dependente financeiro. João ficou no seminário até aproximadamente os 19 anos, trabalhando posteriormente em um comércio da família. Após foi para SP, tendo sido nomeado, pelo governador local, como técnico de laboratório na Secretaria de Agricultura, tendo permanecido por lá,

durante oito anos. Todavia, afirma ter sido, nesse local, aproveitado também para outras funções como, por exemplo, a de pesquisador na biblioteca. Em 1955 foi requisitado para o Tribunal de Justiça, tendo permanecido, por aproximadamente 18 anos. Em 1973 fez concurso na UFG, tendo sido também, antes desse período, diretor do Instituto Nacional de Cinema em Brasília e no RJ, por um ano. Ficou como docente por dez anos, quando se aposentou em 1984. Posteriormente, foi convidado pelo Reitor para ocupar a função de assessor de assuntos políticos do mesmo e, ao mesmo tempo, voltar à UFG como professor visitante, tendo ali permanecido por mais alguns anos. Aposentou-se com 58 anos e realiza hoje atividades colaborativas na ADUFG, no campo jurídico. Diz não se preocupar com o envelhecimento, mas reconhece as limitações físicas e também de memória pertencentes a essa fase da vida.

Manuel: Entrevista 8

Manuel, 73 anos, é maçom, sexo masculino, mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), título obtido no ano de 1978. Casado, vive com a esposa também aposentada, é pai de dois filhos e avô de três netos. Era de uma família muito pobre e dava aulas particulares, com o objetivo de se manter. Formou-se em 1972 e veio para Goiás. Já nessa época trabalhava para o Estado, além de continuar com as aulas particulares. Morou na Casa dos Estudantes, no Setor Universitário. Fez concurso para UFG, como professor de primeiro e segundo grau, e foi trabalhar no atual colégio CEPAE. Lá consolidou sua experiência como educador, ficando por 28 anos. Em 1980, saiu da categoria de professor de primeiro e segundo grau, tendo sido enquadrado na carreira do magistério de ensino superior. Isso permitiu o seu processo de qualificação e de demais professores que atuavam no colégio. Foi diretor eleito do CEPAE, durante oito anos. Posteriormente, deu aulas na PUC-GO de metodologia de ensino de matemática e ciências e também aula de verão para a Universidade de Passo Fundo (UPF). Aposentou em 1996, todavia ficou ainda na direção do CEPAE, por mais dois anos. Coordenou o “provão” nas áreas de matemática, física e química como parte da comissão avaliadora, tendo permanecido por seis anos em processos de avaliação do ensino superior. Os principais fatores que o fez continuar no trabalho após ter se aposentado foi a necessidade de participação no processo de mudança social, via

processos educacionais. Hoje, quando tem possibilidades, atua em escolas, além de fazer parte de um programa chamado “Maçonaria a favor da vida” com um trabalho de prevenção primária nas escolas. Em sua opinião o trabalho é o que cria perspectivas de vida e o envelhecimento representa a falta de disposição, resistência e ousadia de quando jovem, devido à perda natural de algumas funções necessárias para enfrentar determinados embargos da vida.

Antônia: Entrevista 9

Antônia, sexo feminino, casada, 71 anos, mãe de quatro filhos, avó de sete netos, mora com o esposo também aposentado. É especialista, mestre e doutora em Educação. Começou a trabalhar muito jovem, aos 16 anos. Seu primeiro emprego foi na rede estadual de SP, onde morava, como professora substituta. Depois que se formou, foi dona de escola por algum tempo, seguindo seu trabalho posteriormente na Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 1968, casou-se, saiu da prefeitura e foi desenvolver atividades novamente em âmbito escolar. Parou com o trabalho durante algum tempo, para criar os filhos. Ao retomar, formou-se em jornalismo e trabalhou na TV Gazeta de SP, como redatora. Fez licenciatura em Ciências Sociais e mudou-se para Goiânia em 1983. Prestou concurso e foi trabalhar com alunos deficientes. Depois, mudou-se para Anápolis, fez novo concurso, passando a atuar na rede estadual. Concluiu o mestrado em Anápolis e foi convidada para trabalhar na Faculdade de Ciências Econômicas e Humanas (FACEA), que depois se transformou em UNIANA e também na UniEvangélica. No ano de 1993/94 prestou concurso na Universidade Federal de Goiás. Trabalhou por 15 anos, tendo se aposentado em 2003, quando então concursou pela UEG. Continuou atuando na UFG, até 2014, como voluntária. Hoje é também membro do CEE-GO. Nunca pensou em parar de trabalhar, mesmo com a chegada de sua aposentadoria, por acreditar na contribuição que ainda poderia trazer e os projetos que poderia desenvolver em relação as suas áreas de atuação: educação e tecnologia de educação à distância. Afirma que o trabalho faz parte de sua vida: [...] “tem um verso do Mario Quintana que ele fala assim: metade é amor, a outra metade também. Eu tenho dito: que a metade de mim é trabalho e a outra metade também (risos).” Acredita que o envelhecer é difícil e que as primeiras percepções estão ligadas às marcas de expressão, cujas primeiras rugas nunca são esquecidas.

Vitória: Entrevista 10

Vitória, 63 anos, sexo feminino, graduada em música, mestre e doutora em crítica literária. Está no segundo casamento, possui dois filhos do primeiro e seu companheiro também. Mora com seu marido e com um de seus filhos biológicos, de 28 anos. Vitória veio de uma família que sempre incentivou seus estudos e recebeu muita influência de “uma tia, professora da UFG”. Começou a estudar piano aos quatro anos de idade, e sua primeira experiência de trabalho, foi aos 14 anos, quando auxiliou uma de suas professoras do Colégio, a montar uma equipe de coral em uma escola pública de Goiânia, chamada “Grupo Escolar Gracinda de Lourdes”. Aos quinze anos, começou a ajudar os alunos de sua mãe, que precisavam de reforço escolar nas aulas de piano, recebendo, desse modo, seus primeiros proventos financeiros. Sua mãe preparava crianças de oito a doze anos para fazer seleção no denominado Conservatório de Música da UFG, quando veio a falecer, e Vitória, com apenas 16 anos, passou a assumir parte de seus compromissos de ensino de música. Em 1976, aos 22 anos prestou concurso para a UFG. Conta que esse momento foi um divisor de águas, para obter sua independência financeira, visto que, à época, a Universidade remunerava muito bem. Aposentou-se em 1996. Em 1997, fez concurso para o departamento de Letras da PUC-GO, passando a assumir cargos de gestão dentro da universidade como, por exemplo, a Coordenação de Arte e Cultura, ligada a Pró-Reitoria de Extensão. Hoje é coordenadora administrativa da biblioteca. Considera o trabalho algo que completa sua vida, uma “mola libertadora” de situações complexas, como por exemplo, o adoecimento e tristeza. Já o envelhecimento é, em sua opinião, sinônimo de calma. Afirma que, antes, “era muito agitada, muito tensa de querer abraçar o mundo com as pernas”. Hoje considera que pode produzir muito mais, porque sabe controlar a tensão das situações com muito mais paciência, que só a idade foi capaz de lhe proporcionar.

Ana: Entrevista 11

Ana, 61 anos, sexo feminino, formação em linguística, casada (“amasiada”) há 34 anos, mora com o esposo e com a filha de 30 anos. Veio de Minas Gerais para Goiânia, sozinha, sem família, tendo passado muitas dificuldades no início. Suas

primeiras experiências de trabalho foram com aulas particulares e com vendas informais. Quase aos 19 anos começou a trabalhar formalmente na Prefeitura de Goiânia, como professora no setor Novo Mundo. Trabalhou lá por quatro anos. Depois seguiu como professora no Colégio Vocacional Letivo, no setor Marista e no Santa Clara, em Campinas, onde ficou por um ano, no supletivo do ensino médio. Posteriormente foi convidada para dirigir uma unidade do pré-escolar do Colégio Vocacional. Entrou na UFG em 1981 e ficou por dois anos no campus avançado de Jataí, onde desenvolveu um importante projeto de incentivo à leitura, em conjunto com outra professora, nas escolas estaduais locais e algumas particulares. Retornou para Goiânia, foi para a Faculdade de Letras (FL), que na época era um departamento pertencente ao Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), tendo ficado até 2008, quando se aposentou. Afirma que a aposentadoria foi um choque, algo desejado, mas não planejado, pois sentiu muita falta da sala de aula e das atividades decorrentes dela. Após se aposentar continuou desenvolvendo alguns trabalhos de assessoria na Secretaria de Educação e na Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), num programa chamado Agrinho. Depois, afirma ter sido necessário parar com todas as suas atividades, pois sua mãe adoeceu e já se encontrava em estágio de velhice avançada, dependendo de seus cuidados. Hoje faz parte do coral da ADUFG e auxilia sua filha, em uma *hamburgueria*, no Goiânia II. Para ela, trabalho é vida, pulsação, necessidade e prazer e já o envelhecimento significa amadurecimento, mas em contrapartida, é também, o início de se pensar no fim e o fim, não é algo bem-vindo. Afirma: “o fim eu não quero; eu quero ficar pra sempre”.

Miranda: Entrevista 12

Miranda, 76 anos, sexo feminino, mestre em educação pela Universidade de São Paulo (USP), viúva, possui três filhos, mora sozinha. Começou a trabalhar aos 17 anos, como concursada, em um banco, tendo ficado apenas por um ano. Em seguida prestou vestibular para pedagogia e começou a dar aulas no antigo colégio Assunção e no Instituto Presbiteriano de Educação (IPE). Deixou o IPE e foi trabalhar como concursada na Universidade Católica. Em 1980 concursou-se também na FE da UFG, tendo permanecido, posteriormente, apenas nessa universidade, após assumir o compromisso de dedicação exclusiva (DE). Trabalhou

como docente, além de ocupar o cargo de diretoria na FE. Aproximadamente nos anos 2000, fez parte do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, do qual foi presidente. Aposentou-se em 2006, tendo seguido como membro do CEE-GO, até 2010. Desse período até o presente, seguiu prestando trabalhos de assessoria também no CEE-GO. Considera o trabalho como algo fundamental, que contribui para a evolução da sociedade democrática, para o relacionamento entre as pessoas, principalmente quando é realizado com prazer, destacando a importância pecuniária que o mesmo proporciona. Considera que a aposentadoria traz certo esvaziamento, mas que, por outro lado, proporciona maior tempo livre para fazer o que quiser. Em sua opinião o envelhecimento traz impactos e limitações físicas que prejudicam o andamento de atividades cotidianas.

Roberto: Entrevista 13

Roberto, 76 anos, formou-se em Ciências Sociais, pela primeira turma da UFG. Mestre em Ciências Políticas, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e doutor pela USP, em 1985. Casado, possui três filhos e mora atualmente com a esposa. Sua primeira experiência de trabalho se deu ainda muito jovem, com apenas 8 anos, quando ajudava seu pai, com as atividades diárias na farmácia da família. Aos 12 anos foi para o internato. Anos depois, ao chegar a Goiânia, serviu o quartel, realizando *a posteriori*, atividades como auxiliar de contabilidade, no Hotel Bandeirante. Trabalhou também como revisor e repórter jornalístico e com atividades bancárias por um tempo. Nesse ínterim dedicou-se aos estudos e ainda quando aluno, no curso de Ciências Sociais foi convidado para organizar os documentos do Ginásio de Hidrolândia, quando seguiu, sendo nomeado professor do Estado. Afastou-se de suas atividades em 1969 para cursar o mestrado, tendo concluído o mesmo em 1971. Nesse mesmo ano concursou-se pela UFG, permanecendo até 1998. Trabalhou como docente, além de ocupar o cargo de Diretor de Unidade. Em 1998, recebeu convite para atuar no Curso de Ciências Sociais da UniEvangélica, em Anápolis. Ficou de 2006 até 2016, como Pró-Reitor de Pós-Graduação, pesquisa, extensão e ação comunitária da Universidade. Atua hoje no curso de Mestrado, trabalhando como professor e pesquisador e como membro do projeto de instituição do curso de Doutorado. Faz parte da Academia Goiana de Letras (AGL) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Decidiu se

aposentar aproximadamente aos 57 anos, pelo clima hostil em que se encontrava a UFG. Todavia, mesmo aposentado, continuou muito ativamente com suas atividades de trabalho, considerando que o mesmo foi elemento fundamental para construção de todo seu projeto de vida. Enxerga o envelhecimento como uma condição orgânica, que termina refletindo no espelho a ação do tempo sobre os anos vividos, de forma difícil, mas aceitável.

Joaquim: Entrevista 14

Joaquim, 71 anos, sexo masculino, graduado em Publicidade e Propaganda, mestre em Teorias da Comunicação e doutor em Antropologia Cultural. Casado (“amasiado”) possui três filhos do primeiro casamento e mais uma do segundo. Mora atualmente com a esposa e com a filha. Após graduar-se em Comunicação (1972) veio para Goiânia e trabalhou na Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Goiás, por um ano. Após, voltou para Brasília para fazer o mestrado. Ao término, foi selecionado para trabalhar na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na área de difusão de tecnologia. Ficou pouco mais de um ano, quando foi aprovado em concurso público, em 1977, para o curso de Comunicação Social da UFG. Em 1989, cursou o Doutorado. Aposentou-se em 1997, por razões de insegurança política. Após se aposentar foi convidado para dar aulas em uma universidade em Anápolis e também em Uberaba-MG. Após deixar a sala de aula, trabalhou como assessor para uma editora de Goiânia. Hoje, dedica-se exclusivamente à leitura e à escrita, estando envolvido na produção de dois livros de ficção. Afirma que é um trabalho que não lhe proporciona retribuição financeira, mas que lhe proporciona prazer. Enxerga o trabalho como “o fazer”, que está associado ao sentimento de satisfação. Vê o envelhecimento como o fim, conforme proposto por Norbert Elias. Não acredita que tenha nada depois da morte ou daquilo que as pessoas comumente denominam de “passagem”. Para ele, a passagem “é pro nada, não é pro céu, pro inferno, pra nada disso, apenas para o fim”. Desse modo, enxerga que o envelhecimento é uma proximidade com a finitude.

Geraldo: Entrevista 15

Geraldo, 66 anos, sexo masculino, graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em antropologia. Casado, tem três filhos e um enteado. Mora atualmente com a esposa. Começou a trabalhar aos 20 anos como bancário, permaneceu por algum tempo e depois voltou a estudar. Foi para Brasília e como estudante começou a trabalhar no Itamaraty, no Ministério das Relações Exteriores, como oficial de chancelaria. Quando terminou o mestrado em Antropologia concursou-se na UFG, em Goiânia. Dedicou-se à antropologia indígena, tendo permanecido na Universidade entre pesquisa, extensão e educação, de 1983 a 2010, quando se aposentou no começo de 2011. Paralelamente à docência e à vida universitária, começou a se dedicar também à prática de ensino de Tai chi chuan, hoje, uma de suas principais atividades. Ministra aulas na ADUFG, no Zabriskie e ao ar livre em parques de Goiânia. Tem-se empenhado também ao estudo de música, mais especificamente o piano, além de estudar práticas de medicina tradicional chinesa. Considera o trabalho como o “mover” para realização de algo, afirmando que, quando esse “mover” é prazeroso, é também trabalho. A aposentadoria significou apenas a transferência de atividades, antes consideradas secundárias, para primárias, como a prática do Tai chi chuan, pois manteve seu ritmo de vida, à exceção da universidade, normalmente. Passou a ter mais tempo para dedicar-se à leitura e a outros estudos. Considera que o envelhecimento traz algumas limitações, principalmente corporais e de disposição, que cerceiam muitas atividades do indivíduo.

Marcelo: Entrevista 16

Marcelo, 76 anos, sexo masculino, casado, pai de quatro filhos. Mora atualmente sozinho. Começou a trabalhar aos 16 anos. Formou-se como médico, em 1970 e iniciou carreira na UFG, em 1976. Exerceu, em paralelo com a medicina, atividades de ensino e pesquisa, tendo se aposentado em 2011. Hoje trabalha como pesquisador voluntário no Hospital das Clínicas (HC), da UFG, desenvolvendo pesquisas na área de doença de Chagas. É também coeditor da revista do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), da UFG. Considera a aposentadoria como um “acidente de percurso” que foi necessário apenas para não perder os seus

direitos. Nunca esteve nos seus planos deixar de trabalhar, pois afirma que não saberia viver sem o trabalho. Vê o trabalho como fonte de prazer e realização pessoal, além da possibilidade de deixar algo importante para que outros deem continuidade. Considera o envelhecimento como algo muito pessoal e destaca que seus impactos no corpo físico são evidentes. Todavia considera que, se não houver envelhecimento psíquico, não há muitos problemas. Afirma: “o que vale é o que a gente pensa, né? A atividade psíquica, se ela está mantida, então vamos em frente, não tem envelhecimento”.

Antenor: Entrevista 17

Antenor, 80 anos, sexo masculino, casado, pai de quatro filhos (um deles falecido). Mora com a esposa e com o filho mais velho. Formou-se médico e iniciou seus trabalhos no Hospital Servidor do Estado, no RJ. Voltou para Goiás e foi morar com sua avó, passando a trabalhar como médico otorrino nomeado, em 1965, na antiga Organização de Saúde do Estado de Goiás (OSEGO). Posteriormente passou a fazer cirurgias no Centro Médico de Saúde, no antigo Hospital Santa Casa e no antigo Hospital de isolamento Oswaldo Cruz, onde desenvolveu um intenso e pesado trabalho, principalmente de traqueostomia, por conta das epidemias de difteria e meningite. Concurso-se em 1971, pela UFG e foi trabalhar no IPTSP. Aposentou-se, mais ou menos em 2004, todavia, continuou ainda a desenvolver várias atividades como médico. Por esse motivo, diz não ter sentido diferença nesse processo. Ao aposentar-se entrou para a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), seção Goiás e passou a compor o corpo diretor. De lá, foi encaminhado para representar o Conselho Estadual do Idoso (CEI), onde permaneceu por 10 anos, ligado à diretoria. Ajudou a organizar o Estatuto do Idoso, em Brasília. Hoje se dedica principalmente ao cultivo frutífero em sua fazenda e à comercialização, além de leituras, produção de textos e pesquisas na área médica. Afirma nunca ter conseguido parar de trabalhar e caso tivesse a oportunidade de voltar atrás, faria o mesmo caminho, porque foi muito bom e prazeroso. Segundo Antenor, você tem na vida duas opções: o uso e desuso e segue afirmando: “se você usar e não parar, você está sempre ativo. Se você desusa, aí acaba. Então eu procuro usar tudo, manter o uso (risos)”. Considera que o envelhecer não é bom e que, na realidade, o envelhecimento precisa de qualidade e muita paciência.

Após ter sido apresentado cada um dos entrevistados (as) dessa pesquisa, segue abaixo, as principais informações resumidas. O quadro 1. Perfil dos Entrevistados, apresenta o nome fictício, sexo, idade, situação conjugal, número de filhos e moradia e o quadro 2. A idade de Aposentação e Trabalho atual.

Quadro 1. Perfil dos entrevistados

| Entrevista | Nome fictício | Sexo | Idade | Situação conjugal | Filhos | Mora com |
|------------|---------------|------|-------|-------------------|--|------------------------------------|
| 1. | Maria | F | 71 | namorando | 2 | um dos filhos |
| 2. | Amélia | F | 82 | solteira | não possui | empregados da casa |
| 3. | Rosa | F | 70 | solteira | não possui | sobrinho-neto |
| 4. | Jorge | M | 71 | casado | 2 biológicos 3 não consanguíneos do segundo casamento | esposa |
| 5. | Helena | F | 79 | viúva | 1 legítimo 1 adotivo | não informado |
| 6. | Mário | M | 71 | casado | 2 | esposa e os filhos |
| 7. | João | M | 91 | casado | 3 | esposa e um dos filhos, de 35 anos |
| 8. | Manuel | M | 73 | casado | 2 | esposa |
| 9. | Antônia | F | 71 | casada | | esposo |
| 10. | Vitória | F | 63 | casada | 2 biológicos 2 não consanguíneos por parte do marido | esposo e um dos filhos biológicos |
| 11. | Ana | F | 61 | casada | 1 | esposo e a filha |
| 12. | Miranda | F | 76 | viúva | 3 | sozinha |
| 13. | Roberto | M | 76 | casado | 3 | esposa |
| 14. | Joaquim | M | 71 | Casado | 4 | esposa e com a filha |
| 15. | Geraldo | M | 66 | casado | 3 filhos 1 enteado | esposa |
| 16. | Marcelo | M | 76 | casado | 4 | sozinho |
| 17. | Antenor | M | 80 | casado | 4 filhos (um falecido) | esposa e com um dos filhos |

Fonte: Entrevistas.

Quadro 2. Idade de aposentação e trabalho atual

| N. Entrevista | Nome fictício | Idade de aposentação | Trabalho atual |
|---------------|---------------|----------------------|--|
| 1. | Maria | 62 anos | - ortoptista |
| 2. | Amélia | 46 anos | - membro do conselho Estadual de Educação - membro do Conselho Diretor da Idetec. |
| 3. | Rosa | 48 anos | - cargo de direção na faculdade FANAP - consultora |
| 4. | Jorge | 54 anos | - docente na PUC-GO - pesquisador |
| 5. | Helena | 57 anos | - psicanalista |
| 6. | Mário | 58 anos | - consultor - desenvolve projeto em escola de periferia - aeroclube |
| 7. | João | 58 anos | - colaborador em atividades jurídicas na ADUFG sindicato |
| 8. | Manuel | 52 anos | - atividades em escolas de Goiânia - programa: "maçonaria a favor da vida" |
| 9. | Antônia | 57 anos | - concursada na UEG - membro do Conselho Estadual de Educação |
| 10. | Vitória | 44 anos | - concursada na PUC-GO |
| 11. | Ana | 52 anos | - coral da UFG - <i>hamburgueria</i> da filha |
| 12. | Miranda | 65 anos | - assessoria no Conselho Estadual de Educação |
| 13. | Roberto | 57 anos | - professor e pesquisador do curso de mestrado da Evangélica de Anápolis. - membro do projeto de instituição do curso de doutorado da Evangélica. - membro da academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico. |
| 14. | Joaquim | 51 anos | - leitura e escrita de dois livros de ficção. |
| 15. | Geraldo | 60 anos | - aulas de tai chi chuan - estudo de música (piano) - estudo da medicina tradicional chinesa. |
| 16. | Marcelo | 70 anos | - pesquisador voluntário no hospital das clínicas, da UFG, desenvolvendo pesquisas na área de doença de Chagas. - coeditor da revista do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da UFG. |
| 17. | Antenor | 69 anos | - cultivo e comércio frutífero - leitura, produção de textos e pesquisas na área médica. |

Fonte: Entrevistas.

A organização geral da tese

Essa tese foi organizada em cinco capítulos principais, além dessa introdução e das considerações finais. Essa composição pretendeu contemplar a linha de pensamento da pesquisadora em relação às abordagens que foram feitas a respeito do trabalho, da proteção social (ênfase na aposentadoria) e do envelhecimento. A tese foi desenvolvida por meio de suporte teórico de autores relevantes na temática e de pesquisa de campo, com professores aposentados, com 60 anos ou mais, da UFG. Desse modo buscou-se estabelecer uma conexão entre os vários temas tratados nos capítulos que se seguiram, em conjunto com as reflexões e discussões levantadas a partir da pesquisa empírica, com a intenção de atingir o objetivo proposto, investigar o problema e as questões norteadoras anteriormente levantadas neste trabalho.

O primeiro capítulo tratou das questões referentes ao contexto do trabalho, da proteção social e dos direitos sociais. Ênfase foi dada aos caminhos da proteção social na Europa, particularmente na França, que se consolidou, pelo advento da condição salarial. Em seguida se discutiu as principais transformações mundiais sofridas pelo trabalho, do taylorismo à acumulação flexível. O capítulo II seguiu com as mesmas intenções do capítulo I, todavia com enfoque relativo ao Brasil. As discussões foram estabelecidas em torno do entendimento de nossa formação social: da herança escravocrata aos primeiros movimentos sociais, nas décadas iniciais do século XX, instituídos pela organização e luta dos trabalhadores. Apresentou-se também, reflexões ancoradas nos principais regimes políticos vivenciados no Brasil, do período de 1822 a 1984, e seus impactos para a constituição dos direitos sociais relativos ao trabalho, com ênfase à Constituição de 1988. O capítulo III, tratou de apreender os significados do trabalho e sua relação com o envelhecimento, por meio principalmente, de reflexões advindas do campo de pesquisa em conjunto com o suporte teórico.

O capítulo IV se dedicou ao estudo da política da previdência social no Brasil, de seu surgimento às principais caracterizações norteadoras, com atenção voltada para discussões relativas à aposentadoria. Reflexões teóricas e de campo foram levantadas sobre o tema trabalho e aposentação, bem como de seus significados no contexto do curso da vida. O capítulo V foi responsável por trazer o tema do envelhecimento, a partir de uma abordagem social, à luz da teoria e do campo. Nele

se discutiu as principais percepções dos entrevistados dessa pesquisa, sobre a experiência do ato de envelhecer, os desafios e ensejos dele advindos.

Considerações finais foram feitas como fechamento do estudo, sobre os três eixos centrais anteriormente discutidos: trabalho, aposentadoria e envelhecimento. Foram levantadas reflexões decorrentes da análise dos resultados da pesquisa, sugerindo-se investigações futuras e estudos de cunho comparativo sobre o tema trabalhado.

CAPÍTULO I

O TRABALHO, A PROTEÇÃO SOCIAL E AS GARANTIAS DO DIREITO

É em torno do status da condição de assalariado que gira o essencial da problemática da proteção social. Acaba-se de ver que foi primeiro em suas falhas que ela se conectou para começar a tirá-lo de sua indignidade; é através de sua promoção que a proteção social vai desenvolver-se e expandir-se na sociedade salarial; enfim é a crise da condição de assalariado que hoje fragiliza as proteções sociais.

(CASTEL, 2009, p.413)

1.1 Do trabalho à proteção social e às garantias do direito: o contexto europeu

Ao longo do tempo, as sociedades ocidentais buscaram formas de prover iniciativas visando assistir os indigentes, inválidos, miseráveis e desafortunados em situação de risco. Essa necessidade de ajuda foi assegurada em um primeiro momento pela solidariedade, caracterizada pelos núcleos familiares de um lado e pela caridade dirigida pelas instituições religiosas, de outro. Foram e são, portanto, nas fórmulas de "proteção" adotadas no decorrer da história, cujas raízes remontam às características de uma sociabilidade primária, amparada na caridade e no poder da Igreja de assistir os necessitados, que se encontraram os primeiros fundamentos que asseguraram o amparo do homem atingido pela miserabilidade e que, ao longo dos séculos, foi se moldando, conforme momento histórico, até a emergência dos sistemas de proteção e da consolidação do Estado Social (CASTEL, 2009).

Castel (2009) faz uma análise da emergência dos sistemas de proteção, garantias e direitos, a partir de uma reflexão que vai das tutelas aos contratos e que, ao final do século XVIII, se configura na modernidade liberal. Nesse contexto, sua intenção é configurar as formas de organização do trabalho que se desenvolveram antes e depois da "revolução industrial", a partir principalmente do tratamento reservado às classes mais estigmatizadas da sociedade. O autor salienta que não se trata de pensar apenas os fenômenos que relatam como e quem foi posto à margem do sistema social e se encontra em situação de risco (miseráveis, vagabundos), mas também de entender o que acontece com os que permanecem no interior das chamadas zonas de integração (constituída a partir do vínculo entre as relações de trabalho e as formas de sociabilidade).

A assistência ou auxílio, em um primeiro momento, era feita por vínculos de solidariedade social, mantidos por proximidade. Segundo Castel (2009), o termo

sociabilidade primária foi usado para definir as sociedades em cujo seio o indivíduo era encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações e reproduzia, essencialmente, as tradições e costumes de sua existência social. Sob o viés da sociabilidade primária, a assistência foi considerada uma proteção próxima, e dizia respeito ao auxílio daqueles considerados incapazes de prover suas necessidades por seus próprios meios. Nesse contexto, a igreja assumiu posicionamento privilegiado das práticas assistenciais, o que a tornou a principal administradora da caridade, sob o exercício da tutela. Esse recurso fez com que se projetasse na gênese da estrutura protetiva ações de auxílio à orfandade e à miséria, cujo sistema de estratégias vinculava os membros de um grupo, dentro de um espaço territorial, a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança e do trabalho, mediante uma rede de interdependências que não demandava a mediação de instituições específicas.

D'Intignano (1997) também aponta para o termo solidariedade ao colocar que o mesmo figurou como um importante conceito no centro do debate sobre o bem-estar social (leis dos pobres) na Inglaterra do século XVII até o nascimento do Estado Providência, no final do século XIX, enfatizando que o termo aparece em conjunto com outros três: fatalidade, responsabilidade e reciprocidade. A solidariedade era tida como uma das principais formas de combate às fatalidades, baseada na ideia de pertencimento, proximidade e dos vínculos a partir do outro, o que, por sua vez, já trazia intrínseco a si, a ideia de responsabilidade para com os semelhantes. O conceito de reciprocidade estaria vinculado ao princípio de que todos são indivíduos ativos e sociais e, que, a partir desse *status quo* seriam divididas as mesmas responsabilidades enquanto seres que convivem socialmente.

De acordo com a perspectiva durkheimiana, passando das formas elementares às formas modernas mais complexas, a sociedade simplesmente modificou o formato de solidariedade, fundada sobre laços de pertencimento (solidariedade mecânica) a outra, fundada sobre a divisão social do trabalho (solidariedade orgânica), baseada na especificidade das tarefas e ao mesmo tempo na dependência de cada um em relação a todos. Para Durkheim (1995), à medida que as sociedades se tornam mais complexas, as sanções repressivas, existentes nas sociedades primitivas, vão dando origem a um sistema legislativo que busca acentuar os valores da igualdade, da moral, das leis e regras, como forma de manter a organização social. Na tentativa de curar a sociedade de um estado denominado de anomia, a solução estaria em uma sociedade orgânica a exemplo de um

organismo biológico, no qual cada órgão é responsável por uma função específica, mas dependente de outros para sobreviver, tal qual o corpo humano e seu funcionamento. Portanto, se cada membro exercer uma função específica na divisão do trabalho, ele estará vinculado a ela através de um sistema de direitos e deveres, bem como obediente às regras sociais que lhe são impostas e que devem ser cumpridas, para que a função moral possa ser garantida e mantida.

A partir do final século XVIII, a questão do livre acesso ao trabalho quebra as formas seculares de organização dos ofícios e faz do trabalho uma questão de sobrevivência. A promoção do livre acesso ao trabalho fecha um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial. Com o advento do capitalismo como sistema social dominante, uma nova forma de contratualidade passa a ser vigente, configurando também uma transformação social, na medida em que as sociedades europeias ocidentais vão consolidando sua base material assentada na produção industrial. No raiar do século XX, o desenvolvimento da industrialização ameaça o formato das solidariedades mais antigas, passando ao Estado Social, à sua principal representação. Condições de desigualdade e de exploração social sobre os trabalhadores, frutos do processo de industrialização, levam a uma fase de lutas sociais, o que acaba por resultar num amplo debate sobre as condições de vida e miserabilidade desses trabalhadores e daqueles que vivem às margens de uma condição de integração.

Na conjuntura da sociedade industrial, Castel (2009), destaca três formas dominantes de relações de trabalho, mediadas pela relação assalariada, que serão importantes para compreender o desenvolvimento do sistema de proteção social na Europa: a condição proletária, a operária e a salarial. A análise dessas condições se faz importante para o objeto de estudo desta tese, pelo fato de o advento da sociedade salarial representar o ápice dos sistemas de proteção, em função das condições de acesso ao pleno emprego e dos direitos que nascem a partir das relações assalariadas do trabalho.

Compreende-se, assim, que a condição de assalariado seja, simultaneamente, a base e o calcanhar de aquiles da proteção social. A consolidação do estatuto da condição de assalariado permite o desenvolvimento das proteções, ao passo que sua precarização leva novamente a não seguridade social (CASTEL, 2009, p. 413).

Essas formas de como o trabalho se manifestou e ainda se manifesta na vida social (condições proletária, operária e salarial), de certo modo são consideradas sucessivas, todavia muito complexas quando se busca uma demarcação estritamente histórica das mesmas. A condição assalariada existiu de forma muito fragmentada no início da sociedade pré-industrial, sem, contudo, se impor. Somente com o advento da Revolução Industrial é que se começa a desenvolver um novo perfil de operários das manufaturas e das fábricas, que, de certo modo, antecedeu a relação salarial moderna. O que se faz importante destacar é que “no seio de uma mesma formação social, o capitalismo, a relação salarial pode assumir diferentes configurações” (CASTEL, 2009, p.419).

A primeira relação estabelecida, denominada de condição proletária, representou o marco do processo inicial de industrialização e caracterizou aqueles quase excluídos da vida social, separados pela oposição capital e trabalho. Nesse tipo de condição, existia uma relação, configurada a partir da disciplina do trabalho – que regulamentava o ritmo da produção – e uma relação salarial, que se dava por meio de contratos de trabalho e das disposições que o cercavam. Todavia, o dinheiro ganho com o labor, servia apenas para atender as necessidades mais específicas do trabalhador, condenando-o a viver a cada dia com o que ele ganhou. Dessa forma, o trabalhador esteve destinado a um registro de existência social para fins estritamente de produção, e não de consumo. Nesse tipo de condição, não existia um sistema de proteção, dotado por meio de regulações jurídicas, mas uma proteção próxima, mantida por relações de tutela e pertencimentos comunitários diretos.

Já a condição operária (modelo de integração que caracterizou os anos 1930 e que continuou dominante até os anos 1950) é constituinte de uma nova relação salarial, em que, o salário deixa de ser a retribuição apenas de uma atividade fim e passa a assegurar direitos, dar acesso a subvenções extratrabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e passa a ampliar a participação do trabalhador na vida social, aumentando dessa forma, as possibilidades do consumo e do acesso às condições de lazer. A integração da produtividade ao consumo de massa e o aumento dos salários, instaurados a partir do modelo Fordista, eleva a condição de muitos trabalhadores a um novo registro de existência, pautados numa lógica de atendimento de desejos de bem-estar e de saída de uma situação de extrema miséria e insegurança social. Estes fatos também foram marcados por alguns

avanços sociais, obtidos principalmente pela luta da classe operária, tais como, as que podem ser observadas nos anos de 1919 e final de 1930 na França.

Em 1919, a lei 25 de março, deu estatuto jurídico à noção de convenção coletiva, e passou a reconhecer o trabalhador como membro de um coletivo, dotado de um estatuto social. Essa consideração da dimensão coletiva fez a relação contratual passar da relação de trabalho ao estatuto de assalariamento, podendo o operário a partir de então, ser admitido a título individual numa empresa e obter os benefícios previstos em convenção. Outro marco histórico acontece em 1936, quando os trabalhadores da grande indústria passaram também, a ser sujeitos sociais suscetíveis a uma rede mínima de seguridades. Duas grandes conquistas foram a redução do tempo de trabalho (semana de 40 horas) e a conquista de um “tempo livre”, a partir das férias remuneradas. Todavia, é importante destacar que, apesar dessas conquistas, a condição operária ainda manteve uma condição de participação muito fragilizada no seio da estrutura social, de extrema subordinação e opressão, visto a estratificação intensa e complexa da oposição dominantes x dominados. Isso permitiu uma estrutura de integração e pertencimento social, todavia, ainda caracterizada de forma extremamente instável e dependente, tendo-se em vista o modelo da organização científica e racional do trabalho (CASTEL, 2009).

É o que o autor irá denominar de “consciência infeliz”, ou seja, da importância do papel assumido pelo operário na condição de agente de criação da riqueza, mas, ao mesmo tempo, da falta ou ausência do reconhecimento social. Uma situação de desvalorização e perda de autonomia que irá cercar, ainda, por muito tempo, o destino dos operários. Isso porque a racionalização científica do trabalho condicionou o operário à perda de sua autonomia, reflexão, destituição de suas competências e habilidades, limitando-o a uma execução parcelada, simples, repetitiva, cronometrada e braçal de suas atividades, além de ser responsável por uma relação de subordinação, de privação da posse e da ausência de dignidade social, conduzidas a partir de um trabalho alienado. Todavia, por outro lado, essa situação também se mostra justificável em relação ao seu modelo de inserção, uma vez que, é a partir da opressão, que a classe operária passou a sentir-se consciente das necessidades de lutar por seus direitos.

Desse modo, se o pauperismo foi considerado o grande infortúnio da sociedade industrial no seu início, caracterizando a condição proletária, por quadros

de extrema vulnerabilidade e exclusão social, a condição operária irá diferir desse contexto, no sentido de apresentar uma relação que Castel (2009) irá denominar de “repatriamento”. Os operários passam a ser repatriados da posição de quase excluídos que ocupavam e pode-se, nesse sentido, pensar em uma integração, todavia, a partir de um quadro dualista de perspectivas, que ainda mantêm o trabalhador numa relação de dependência com aquele que detém a riqueza, os bens e o poder. Apesar de o trabalhador não estar mais à mercê das arbitrariedades de um Senhor, a relação dominantes x dominados ainda irá representar a marca de dependência da condição operária, fazendo do trabalho alienado um dos grandes males dessa condição.

Grandes transformações irá sofrer ainda a condição operária, ao longo dos anos 1930 até a década de 1950⁶, data considerada como o marco da condição salarial. A primeira delas relacionadas ao enfraquecimento constante das lutas sociais dos trabalhadores na busca por seus direitos, principalmente após 1936. Outra mudança relevante está relacionada à ideia do trabalho estritamente puro e braçal, típico dos operários das indústrias, que começa a se polarizar com as perspectivas da nova divisão do trabalho. Outras possibilidades de organização do trabalho surgem como, por exemplo, o setor terciário, que passa a agregar novos grupos de assalariados, tais como chefes de serviços, “colarinhos brancos” (executantes de atividades de escritório), bancários, comerciantes, entre outros. A ideia do empregado enquanto mero executor de atividades começa a ser substituída pela ideia de novos agentes, que passam a ser mentores e que desempenham um papel importante na nova lógica da divisão do trabalho.

Trata-se de uma mudança considerável das formas de trabalho, uma vez que se observa uma gama cada vez maior e diversificada de atividades. Todavia, paralelamente a essa transformação, há que se observar um quadro de permanência na subordinação, que ainda se estabelece quando se é pensado as situações salariais, que se configuram à época. O assalariado operário é quase sempre esmagado por baixos salários, fazendo prevalecer um forte antagonismo de poder, de classe e subordinação. Um quadro em que boa parte consome, mas não as mesmas coisas, em que a maioria tem acesso ao lazer, mas não de forma igual.

⁶ Segundo Castel (2009), a partir da metade da década de 50 irá emergir um novo discurso sobre os “homens dos tempos que virão”, espécie de puros assalariados.

Um mundo em que as possibilidades são possíveis, mas ao mesmo tempo niveladas e restritas para muitos.

Por vez, o advento da condição salarial não seria a “salvação” da condição proletária e operária, mas representaria o suporte de identidade social e de integração necessários para o progresso, melhorias e bem-estar. Castel (2009, p.417) afirma que, a condição salarial "parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias." Por outro lado, é também nesta direção que se observam as dimensões e os elementos da constituição do Estado Social cujo núcleo se dá pelo enfraquecimento das formas da política social, pelo crescimento do desemprego, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho. A proteção social que emerge no século XIX provocou uma ampla reconfiguração nas sociedades capitalistas e os riscos sociais passaram a ser também enfrentados pelo Estado.

Desta forma, a partir do surgimento do Estado-providência, como forma de uma organização política e econômica, o mesmo passou a ser o principal regulamentador da vida social, com o objetivo de garantir serviços públicos e proteção à população. D'Intignano (1997) elenca três fases de implementação do Estado-providência. I. Experimentação (1880 - 1914): fase em que cada país inicia a sua "experimentação" das políticas sociais; II. Consolidação (1920-1940): o Estado não poderia ficar indiferente àquilo que se passava e, por isso, chega a hora de intervir com o objetivo de consolidar e III. Generalização (a partir de 1945): pós-II Guerra Mundial, momento de expansão do Estado de bem-estar social em que se configura um acordo social em três partes: o proletariado (representado pelos sindicatos), o patronato e o Estado (mediador). Essa nova configuração da questão social se intensificou a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período de constituição do Estado republicano e de consolidação dos mecanismos de proteção social.

Nesse sentido, percebe-se que o Estado assumiu importante papel para garantir também como coautor, a manutenção no auxílio de serviços e proteções. Foi através dos suportes garantidos pela condição de assalariado que a existência do indivíduo passa a ser assegurada, não somente pela capacidade de vender a sua força de trabalho, mas pelo reconhecimento das possibilidades sociais ao qual passou a ter acesso. As relações de trabalho foram estruturadas na sociedade

salarial em torno de instituições do Estado que garantiram os suportes materializados na legislação trabalhista e na legislação social, que instituíram o direito à aposentadoria, ao seguro desemprego, à assistência e à saúde (CASTEL, 2009).

Considerando-se esse contexto de intervenções, o Estado assumiu papel de destaque, no campo das proteções, com a instituição da Seguridade Social⁷, a partir do decreto de 4 de outubro de 1945. Com esse instrumento legal, o objetivo era garantir aos trabalhadores e suas famílias a cobertura de riscos de toda natureza, inclusive encargos de maternidade, possibilitando assim, a diminuição de situações de risco. Nessa perspectiva de intervenção, o Estado passa a fazer parte do dispositivo salarial, a partir do momento, em que o trabalhador condiciona parte de seu salário para a seguridade, em prol de garantias relacionadas à saúde, doença, aposentadoria etc. Manifesta-se uma relação agora triangular no seio social entre empregados, empregadores e instituições sociais.

A condição salarial também marca um novo recomeço na forma de se pensar as possibilidades com que o salário se institucionalizou socialmente na Europa. Duas grandes características reforçam essa perspectiva. A primeira delas está relacionada à instituição do SMIG (Salário Mínimo Interprofissional Garantido) em 1950, que representa um estatuto legal das condições mínimas de acesso à condição salarial e que se torna em 1970 o SMIC (Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento), indexado sobre o aumento dos preços e sobre a progressão do crescimento. Essas medidas foram essenciais para dar um estatuto legal à condição salarial. A segunda característica ligada à forma de prover o salário, que passa a ser mensal. Assim, o salário deixa de retribuir uma tarefa simplesmente pontual para representar uma integração global atribuída ao indivíduo (CASTEL, 2009).

Apesar de a condição salarial apresentar avanços no campo trabalhista, ela também trouxe outras implicações. Essa condição passou a representar um modelo privilegiado de diferenciação, com aproximação e distanciamento dos grupos sociais, permitindo sua comparação e a sua classificação. A partir dessa

⁷ Importante fazer a distinção de dois conceitos. O termo Seguridade Social é usado para designar “uma socialização generalizada dos riscos, “cobrindo” os assalariados, suas famílias e, finalmente, todos os que se inscrevem na ordem do trabalho” (CASTEL, 2009, p.539). Já a ajuda social herda a função de “dar recursos subsidiários a todos aqueles cuja existência não pode ser assegurada a partir do trabalho ou da propriedade” (CASTEL, 2009, p.539). No Brasil, Leite (1981) aponta que a previdência e a assistência social constituem dois setores básicos de nossa incipiente seguridade social, não deixando de integrar, também, o todo mais amplo constituído pela proteção social.

perspectiva, o consumo passou a ser um dos indicadores principais de diferenciação, logo que os indivíduos, por meio daquilo que consomem, conseguem expressar, na estrutura social, seu posicionamento. A sociedade salarial acabou por envolver uma estrutura de situações que a destinou, também, à sua própria fragilidade. O lugar daqueles destituídos que não se inserem socialmente, assalariados em condições de trabalho precárias, às vezes até subumanas, os excluídos, os marginalizados, o culto ao consumo de massa e da individualidade, da precariedade, de um presente concreto, mas de um futuro incerto, uma sociedade de hierárquicas, de coletividades construídas na base da divisão do trabalho e reconhecidas pelo direito. Todavia, a existência de um contrato de trabalho, um dos marcos principais da sociedade salarial, que traz garantias legais e direito às proteções, já não é mais garantia de filiação social (CASTEL, 2009).

De forma semelhante, afirma Santos (1979) que o sistema de regulamentação social no Brasil, face à interferência governamental, não se afastou da experiência revelada por outros países, de predomínio da ideologia capitalista, em que a forma industrial de acumulação e produção, terminou por provocar a ação por parte do Estado, principalmente nas relações de trabalho, o que, a partir dos códigos de direito privado, fez das relações sociais, contratos livremente ajustados entre indivíduos de direito, juridicamente iguais por essa perspectiva. Todavia, distinguem-se os países, quanto ao formato da interferência do Estado no ritmo de estabelecer os regulamentos sociais, ao escopo da legislação trabalhada frente aos grupos legislados e, sobretudo, no número de dimensões sociais cobertas: “distingue-se os países quanto à articulação dos programas sociais, presuntivamente destinados a maximizar a equidade com as demais políticas governamentais” (SANTOS, 1979, p.7).

Conforme proposto por Castel (1999), a sociedade salarial, apresenta-se ao mesmo tempo sofisticada e frágil, representante do progresso, das melhorias e do bem-estar, mas ao mesmo tempo opressora e ofensiva, daqueles que buscam um enfrentamento, na tentativa de sentir menos inseguros e marginalizados socialmente. Nesse contexto, o tradicional desenho do *Welfare State Keynesiano* do pós-guerra, assentado nas bases do pleno emprego, crescimento econômico, família estável e paz social, também entrou em crise e fragilizou-se, principalmente, a partir de 1970, marcado por movimentos de instabilidade, crise econômica e pelo afrouxamento das relações de produção e trabalho, com dificuldades, desse modo,

de atender satisfatoriamente, às demandas sociais. Reforçou-se o advento de uma sociedade dual, composta, por um lado, de pessoas muito bem empregadas e, por outro, de um elevado contingente de desempregados ou empregados em condições instáveis (SILVA, 1996). Outras transformações, também apresentaram repercussões importantes na sociedade salarial, com profundos impactos, sobretudo na economia do trabalho, como flexibilização, precarização e terceirização (ANTUNES, 1997, 1999; GORZ, 1995, 2004; HARVERY, 2014) que, por sua vez, serão discutidos com maior ênfase no decorrer deste estudo.

Apesar de “As metamorfoses da questão social” ser uma obra que reflete os padrões históricos da sociedade europeia, particularmente a francesa, fez-se importante compreender elementos essenciais dessa reflexão, que, em muitos casos, podem ser pensados em contexto brasileiro, quando se é levado em consideração o quadro de intensas desigualdades, injustiças e lutas enfrentadas também por nossa sociedade. Todavia, não se trata apenas de realizar uma transposição conceitual, isso porque o Brasil, diferente da sociedade europeia, teve suas raízes fundadas em um modelo escravocrata e patriarcal, cujo forte legado não pode ser esquecido. Conforme colocado por Santos (1979, p.8), faz-se necessário “descrever, em pormenores, a evolução da problemática social no Brasil, sob sua forma legislativa e organizacional”, para que se possa entender as diferentes manifestações do comportamento social. É preciso observar as especificidades políticas, econômicas e sociais marcadas pela historicidade de fatos e acontecimentos, de forma muito particular.

Chalhoub e Silva (2009) reforçam que os trabalhadores, no modelo histórico de desenvolvimento europeu, foram fortemente influenciados por uma herança de tradição artesanal, por sua vez decisiva nos modos de atuação do movimento operário e político logo em seus primórdios. De modo diferente, na experiência brasileira “a escravidão legara ausência de cultura política, a ser suprida por cabeças e ideologias importadas do centro do mundo e propulsoras exclusivas do movimento operário brasileiro em sua primeira fase” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p.16). Assim, trata-se, muito mais de apreender que o advento da condição salarial representou o suporte dos sistemas de proteções, principalmente pelo fortalecimento das relações seguridade e trabalho, ancorados pelo suporte do Estado, fragilizadas ou não, sem, contudo, deixar de levar em conta um conjunto de experiências vivenciadas de modo muito peculiar por diferentes sociedades.

Considerando-se a realidade brasileira, Carvalho (2010) traz que no período do império (1822/1889), pouco se observou em termos de modificações relativas aos direitos cidadãos, com exceção apenas da abolição da escravidão em 1888, que se caracterizou como grande marco histórico. A justiça, que deveria ser instrumento de garantia de direitos, tornava-se mãos dos senhores, instrumento de poder pessoal, assim como o próprio poder do governo. A justiça real também enfrentava seus problemas, exercendo força e controle de alcances limitados, já que ela respondia pela oposição dos grandes proprietários de terra, além da própria distância geográfica da Coroa. Desse modo, o cidadão comum, mulheres e crianças ficavam à mercê e a jurisdição dos senhores da terra. De modo geral, pode-se dizer que no período imperial o exercício dos direitos na sociedade brasileira era praticamente nulo: “os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da igreja e de particulares” (CARVALHO, 2010, p. 24).

De acordo com Rago (1985) e Carvalho (2010), a ascensão da primeira república (1889 a 1930) também não foi protagonista de grandes mudanças na representação política, com pouquíssimas medidas de proteção social adotadas, principalmente em relação ao trabalhador. Santos (1979, p.8) reforça: “a primeira constituição brasileira, de 1824, não apresenta nenhuma originalidade em relação às demais constituições da época, no que diz respeito à problemática social”. A inexistência de uma legislação social de proteção social no Brasil provocou o aparecimento de associações privadas, restritas a determinados ofícios, com concessão de privilégios direcionados. Afirma Draibe (1994) que antes dos anos 1930 as políticas sociais se faziam presente, todavia, é somente a partir dos anos de 1930 e 1970 que elas ganham características mínimas de intervenção e regulação.

Fortes movimentos por parte do operariado destacaram-se no contexto do trabalho e da questão social, pressionados pela conjuntura política da crise de 1920. Desse modo, os anos de 1930 serão um marco na história do Brasil, isso em razão de que, a partir dele, importantes mudanças políticas e de avanços em termos de direitos serão observadas como, por exemplo, a criação, em 1931, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguido da criação da carteira profissional obrigatória para os trabalhadores urbanos em 1932 (SANTOS, 1979). Outro marco será o período compreendido pelo regime militar de 1964, que, pautado por um governo centralizador e intervencionista, irá alterar o modo de expansão social,

quando uma série de medidas, com tendências universalistas, fará substituição ao modelo de até então, mais fragmentado, com vistas à reorganização dos sistemas nacionais públicos ou regulados pelo estado. O fenômeno ocorre especialmente nas áreas de bens e serviços básicos, como saúde, educação, previdência, assistência social e habitação. Permanece, contudo, em sua essência como um modelo cooptativo de privilégios, assentado em determinadas categorias, que irá apresentar, até o final de 1970, sinais de esgotamento e crise (DRAIBE, 1994).

Desse modo, a experiência de constituição da moderna sociedade brasileira requer pensar uma dinâmica que, embora possa ser comparável é, sobretudo, muito singular em sua historicidade e também na construção de suas referências simbólicas. Para entender o atual modelo de democracia do Brasil, em que se inserem algumas garantias sociais, se faz necessário realizar um resgate histórico, que reflita, sobretudo, sobre uma experiência vivida no tempo, de uma sociedade que, mesmo influenciada por uma herança escravocrata, por um século de república e industrialização, se faz presente no mundo contemporâneo por meio de uma modernidade ainda incompleta, em que ainda há dificuldades para se fazer valer a igualdade de justiça e que, ainda mantém uma forte hierarquia de privilégios (PAOLI, 1989).

Este posicionamento é também reforçado por Chauí (2008), ao argumentar que o modelo de cidadania da sociedade brasileira, oriundo de uma experiência servil, ainda está ancorado no privilégio de classes: a dominante “concede” e “retira” das classes menos favorecidas, quando assim decidir. Uma sociedade marcada por assimetrias sociais, desigualdades, hierarquias de mando e também obediência, em que as relações tomam forma de tutela, concessão e favores, distribuindo os indivíduos em superiores e inferiores. Por fim, uma sociedade em que “a polarização econômico-social entre a carência e o privilégio ergue-se como obstáculo à instituição de direitos, definidora da democracia” (CHAUÍ, 2008, p.18).

Essas especificidades que dizem respeito principalmente às garantias do direito, relativas ao trabalho, no contexto brasileiro, requer aprofundamento de reflexão e, por isso, serão trabalhadas, de forma mais detalhada, no capítulo II desta tese. Na oportunidade serão apresentados os primeiros caminhos percorridos pelos trabalhadores, em prol da luta pelos direitos trabalhistas, nas décadas iniciais do século XX, seguido por um resgate dos principais regimes políticos adotados no Brasil, de 1822 a 1984, até a consolidação da Constituição de 1988, marco de

referência legal, em termos de fundamento das ações públicas, para o alcance de objetivos de igualdade e justiça.

1.2 O trabalho, o rompimento do compromisso fordista e a acumulação flexível: impactos e transformações mundiais

O objetivo neste tópico será refletir sobre as principais modificações sofridas no contexto do trabalho, que se dá do modelo fordista até a chegada da acumulação flexível. A compreensão dessa transição no contexto do trabalho se faz importante por trazer elementos essenciais para o objeto de estudo desta tese.

Silva (2012) aponta que o trabalho sempre esteve presente como centralidade do capitalismo, todavia entender as transformações ocorridas em sua fase monopolista se faz fundamental para pensar a proteção social. De acordo com a autora, uma das saídas encontradas após o ápice da crise capitalista de 1929, pautou-se no modelo fordista/keynesiano, que apresentou como fundamento o estímulo ao consumo, à busca pelo pleno emprego, bem como a estruturação dos sistemas de proteções. À época, nunca o trabalho assalariado destacou-se tanto como motor do capitalismo e das relações sociais, tornando-se, cada vez mais enfática a relação estabelecida entre o tripé organização do trabalho, padrão de acumulação do capital e proteção social. Segundo a autora, entre as décadas de 1940 e 1970 ocorre a consolidação do denominado Estado Social em diversos países de capitalismo avançado, o que condicionou o fortalecimento do trabalho assalariado enquanto força motriz de acesso aos direitos. Os trabalhadores passaram a ser assistidos em relação à saúde, aposentadorias, pensões, entre outros aspectos, enquanto aqueles não aptos ao trabalho eram protegidos pela assistência social.

A proteção antes inserida no seio social, a partir da sociabilidade primária e dos vínculos de proximidade, passou a sê-lo na sociedade salarial, provida por meio da assistência do Estado e da Seguridade. Todavia, esse modelo também apresentou uma perspectiva fragilizada, uma vez que ao mesmo tempo em que o Estado-providência recriou a ideia de proteção de um lado, de outro, ele também a fragilizou. Isso porque o próprio poder público não conseguiu levar a cabo todas as suas responsabilidades. Situações de desemprego, precarização do trabalho,

desequilíbrio demográfico, fragilidade dos sistemas, flutuações do mercado e terceirização fazem parte do contexto social (CASTEL, 2009).

De acordo com Harvey (2014), dois fatores foram considerados limitantes aos avanços do fordismo. O primeiro deles relacionado à difícil aceitação do trabalhador a longas jornadas de trabalho rotinizadas e com controle quase inexistente sobre o seu processo produtivo. O segundo relacionado aos modos de intervenção estatal, dados principalmente a partir da depressão econômica na década de 1930, que fez com que as sociedades capitalistas chegassem a uma nova concepção do uso dos poderes do Estado. É nesse contexto de mudanças econômicas e políticas que se fez necessário compreender as tentativas diversificadas de várias nações, de organizar novos arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem resguardar o capitalismo diante de suas fragilidades de reprodução.

Já o pós-guerra foi marcado por um grande momento de expansão, envolvendo três elementos principais: o ajustamento do capital corporativo, os novos processos de produção e o novo papel intervencionista assumido pelo Estado, fatores responsáveis por levar o fordismo à maturidade. Levando-se em consideração o papel assumido pelo Estado, este se esforçou para manter uma economia estável, com políticas fiscais e monetárias dirigidas para as áreas de investimento público, consideradas vitais para o crescimento do consumo de massa e da manutenção de empregos. O governo reforçou os gastos com seguridade e com o poder exercido sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. Harvey (2014) assinala que as formas de intervencionismo estatal foram muito variadas entre os países capitalistas avançados, todavia, faz se importante observar que maior parte desses países apresentaram um crescimento econômico estável e um aumento dos padrões de vida, fruto da adoção de uma política de bem-estar social e de um modelo de administração keynesiano.

Segundo Harvey (2014), o fordismo ainda se disseminou de forma desigual por diversos países e conforme já discutido por Castel (2009), enormes fragilidades e vulnerabilidades sociais, também foram extremamente marcantes nesse período. Os mercados de trabalho tendiam a se dividir (como, por exemplo, raça e gênero) e as desigualdades resultantes geravam tensões e movimentos por parte dos grupos mais excluídos socialmente, como negros e mulheres. Grandes massas marginalizadas em situação de extrema miséria, pobreza, exclusão, desemprego e ou empregos precários também configuraram o contexto fordista, que se polarizou,

com duas situações manifestas: trabalho x não trabalho. Têm-se então, de um lado o aumento do consumo de massa e, de outro, a manifestação de grupos que continuaram à mercê dos riscos sociais.

Apesar de todas as tensões manifestas no regime fordista e da dualidade miséria x riqueza, o mesmo conseguiu manter sua expansão no período pós-guerra e, de certo modo, manter, um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos e elevados padrões de vida para determinados segmentos de população. Esta situação foi configurada até meados de 1973, período de aguda recessão econômica mundial, enfrentada por diversos países, que marcou uma nova fase, denominada de acumulação flexível – um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, característico das décadas de 1970 e 1980 (HARVEY, 2014).

Grandes modificações foram observadas principalmente em nível dos mercados de trabalho. A grande quantidade de mão de obra excedente face o grande número de desempregados ou subempregados oportunizou regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis, com a redução aparente do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, com um aumento considerável no setor de serviços. Outros fatores, como a forte volatilidade do mercado, aumento da competitividade e diminuição dos lucros também influenciariam de forma gradativa a reestruturação dos mercados (ANTUNES, 1997; HARVEY, 2014).

As economias de escala passaram a ser substituídas pela produção de escopo, em pequenos lotes, para atender uma gama bem mais ampla de necessidades do mercado. Os modelos de sistemas de produção flexível começavam a acelerar o ritmo das inovações dos produtos, tornando-se fundamentais para sobrevivência num mercado altamente competitivo. O tempo de giro foi reduzido pelo uso das novas tecnologias de produção (automação) e de novas formas organizacionais de gerenciamento (*just-in-time*). Na ponta do consumo, o movimento de transição do capital também acentuou o novo e valorizou a força de tudo que é efêmero, passageiro, fugaz, instantâneo, de consumo rápido, a serviço de um individualismo exacerbado. Na transição do fordismo para acumulação flexível, mercado, capital, consumo e espaços geográficos adquirem novas configurações (HARVEY, 2014).

A crise do modelo fordista, caracterizada pela burocratização, massificação, estatização, padronização, começou a ser substituída pela mundialização do mercado, por um Estado “virtual”, sem território, sem distâncias e sem fronteiras. O capital passou a redefinir seus processos, seus modelos e suas instâncias de poder. O capitalismo desmaterializou as principais forças produtivas: o trabalho material e o capital fixo, recompondo um novo modelo de organização social e do próprio trabalho (GORZ, 2004).

O rompimento com o compromisso fordista deixou às empresas duas possibilidades de fuga à estagnação: conquistar novas parcelas do mercado e renovar as suas produções, de modo rápido. A competitividade de mercado impedia uma produção em série, e exigia que os produtos fossem produzidos em prazos cada vez mais curtos, quantidades cada vez menores e preços reduzidos, com o objetivo de atender as novas demandas de mercado. De uma perspectiva quantitativa e material, os produtos passaram a atender uma perspectiva qualitativa e imaterial. A competitividade exigia também a máxima fluidez e rapidez na produção do novo. As descobertas contínuas, as improvisações, deveriam chamar a atenção do consumo efêmero, rápido e instantâneo e das modas voláteis. O importante, além de atender a demanda de mercado, era antecipar-se a ela, opondo-se a todo censo de normalidade (GORZ, 2004).

O modelo fordista, de um sistema centrado e rígido, passou ainda, a ser substituído, em algumas sociedades, por um modelo descentrado de autogestão, em que os trabalhadores precisavam integrar-se de todo processo organizacional, o denominado modelo Toyota. A dominação total e repressiva de todos os trabalhadores deveria ser substituída por um modelo de participação, de mobilização. As práticas denominadas de *kaizen*, ou seja, as melhorias contínuas dos procedimentos produtivos deveriam surgir dos próprios trabalhadores e não mais de uma ordem hierárquica, advinda de cima para baixo. Tal modelo permitiria, ao menos em tese, o consenso de uma participação coletiva, de uma cooperação produtiva e ágil que resultaria na flexibilidade dos processos.

Essa nova lógica daria ao trabalhador, pelo menos em ideia, uma possível tentativa de tornar inteligível todo o processo de fabricação, do qual assumiriam a responsabilidade da própria produção. Todavia, as experiências adotadas pelo modelo Toyota não se mostraram ao longo do tempo tão eficazes, mas também frágeis e comprometedoras, visto que, seja no pós-fordismo, ou no próprio

Toyotismo, o que se observou, foi que o drama da relação de forças foi sempre desfavorável aos assalariados – aqueles não detentores da riqueza e muito menos do poder. Gorz (2004) coloca que nova frente de batalha é imposta, e que a própria produção enxuta, também foi capaz de impor, condições sociais e culturais que permitiram a dominação do capital sobre a autonomia do trabalho vivo, hipnotizando o homem das questões mais sérias que o cercavam, por meio de uma autonomia, na verdade negligenciada.

Mais que uma mudança na natureza do trabalho, o pós-fordismo, transformou a natureza das relações salariais. Iniciou-se o surgimento de contratos terceirizados, temporários, sazonais e precários, uma contratação que ocorreria conforme as demandas de mercado e que se institucionalizariam, principalmente, a partir de acordos comerciais (ANTUNES 1997; HARVEY, 2014). As empresas não mais apresentam o comprometimento com o pagamento de benefícios, salários fixos, previdência social ou outros elementos. Nessa perspectiva, tem-se a ideia, denominada por Gorz (2004), de “abolição do próprio assalariamento”, manifestada sobre a nova possibilidade de pensar a remuneração do trabalho a partir de condições flexíveis, ou seja, de uma forma mais negociável e livre entre aquele que contrata e aquele que oferece sua força de trabalho. Isso, de certo modo, contribuiria para a degradação que o movimento operário conseguiu impor à exploração, por meio dos movimentos e lutas sociais ao longo do tempo.

A negociação coletiva passou a ser substituída por uma negociação individual, em que prestadores de trabalho começavam a ser tratados como fornecedores particulares, com uma remuneração individualizada e negociável, em que os indivíduos, dispersos entre si, concorrem uns com os outros. A precariedade surge como consequência, daqueles que não se reconhecem mais como agentes produtores de um trabalho material ou daqueles que se perdem nas consequências impostas pelo trabalho imaterial que sem perspectivas fixas de salário, se dividem em múltiplas atividades e tempos de trabalho, aqueles que se submetem a condições precárias, de subempregos, de um trabalho mensurável e vendável (GORZ, 2004).

Nessa concepção o mercado apresenta-se cada vez mais dinâmico, mais volátil, flexível, exigindo mudanças constantes nos formatos de trabalho. As promoções e demissões passaram a se assentar em regras fixas e as atividades de trabalho já não são mais claramente definidas. Sennett (2014), caracteriza que hoje

“não há longo prazo” para nada, as carreiras que avançavam aos poucos, estão cada vez mais distantes, sendo comum um jovem, em pouco tempo, mudar de emprego várias vezes. O conceito de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho já não existe e a distribuição de determinadas funções/tarefas que antes faziam parte da rotina de uma organização, ficam agora, a cargo de contratos com firmas ou indivíduos, muitas vezes em curto prazo.

Nessa ideia de que “não há mais longo prazo” trabalhada pelo autor, para as coisas e fatos, se torna disfuncional também o caráter pessoal, sobretudo quando relacionado à questão familiar. O esquema de curto prazo corrói o compromisso, a lealdade e a confiança mútua, principalmente nas relações de trabalho. Não se tem tempo de obter confiança ou estabelecer laços fortes numa economia, em que tudo é tão passageiro, rápido, volátil, em que empresas se fundem ou se dividem o tempo todo, em que empregos surgem e somem ao mesmo tempo. É como se houvesse uma ausência de ligações para tudo. Afirma Sennett (2014, p. 25), “o distanciamento e a cooperatividade superficial são uma blindagem melhor para lidar com as atuais realidades que o comportamento baseado em valores de lealdade e serviço”.

Crary (2014), em seu livro “24/7: capitalismo tardio e os fins do sono” pontua que a ideia de 24/7 estaria relacionada a um mundo de vida sem interrupções, a uma condição humana sem descanso em todos os sentidos, 24 horas por dia, 7 dias por semana, ancorados na forma feroz da expansão capitalista sustentada por maquinarias, redes de informação e outros sistemas. O ambiente 24/7 consagraria um tempo de indiferença, um tempo que não passa, para além daquele configurado pelas horas do relógio. Um tempo em que o próprio sono tornou-se reflexo de desperdício de horas, já que o mesmo representaria a inscrição de uma necessidade humana ou de um intervalo que não estaria submetido a um mecanismo de lucratividade ou inscrito na lógica consumista de mercadorias em mundo veementemente capitalista. No mundo do trabalho, cujo ritmo tornou-se cada vez mais precarizado, tornou-se também normal e aceitável trabalhar sem pausa, sem limites, sem interrupções. “O que é novo é o amplo abandono da pretensão de que o tempo possa estar acoplado a quaisquer tarefas de longo prazo, inclusive a fantasias de ‘progresso’ ou desenvolvimento” (CRARY, 2014, p.19).

De acordo com Huws (2009), a concepção do capitalismo enquanto força motriz buscou também, cada vez mais, a produção de novas mercadorias, bem como novos mercados para sua expansão e, nesse contexto, as atividades humanas

e as necessidades passaram a ser compreendidas, não só por meio das relações de produção e consumo, mas também pelas influências produzidas pela posse ou pela carência das denominadas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Para Huws (2009, p.50), a única coisa que pode ser prevista com segurança é que haverá mais mudanças: “[...] alguns processos são mais taylorizados e requerem menos qualificações, outros se tornam mais complexos e requerem múltiplas qualificações; enquanto alguns grupos são excluídos, outros veem novas oportunidades”. Aqui a narrativa de alguns interlocutores desta pesquisa, expressa a influência das tecnologias e da flexibilização:

[...] Quando eu me formei, mesmo quando eu terminei o nível médio no curso normal, antes de você terminar você era convidada para o trabalho, estava na porta esperando os formandos. Porque agora democratizou, agora você tem muito mais pessoas. A tecnologia de certa forma tirou alguns postos de trabalho. Mas é muito difícil pro jovem. Essa é mais uma razão que eu acho que os idosos tem que sair e deixar espaço para os mais jovens. (ANTÔNIA, 71 anos).

[...] eu acho que é a sociedade que passa por mudanças, por exemplo, a tecnologia é uma coisa extremamente importante, mas ela faz isso, ela facilita o trabalho. Por exemplo, ontem tinha um marceneiro aqui arrumando um vazamento, um problema aqui, e aí ele tava olhando o meu armário e falou: dona Miranda não tem mais isso, num trabalho como esse, que foi feito há 12 anos mais ou menos que eu moro aqui, eu fico como quem hoje? Que eu gosto assim de saber. Não! é tudo mais industrializado, de fácil manejo, quer dizer, e isso acompanha todas as tarefas do homem, todas as tarefas do homem, os meus netos mesmo, eu às vezes acompanho, sabe, por exemplo, a forma de estudar, eu tenho uma neta que ela tem essa de 9 anos... eu sempre estudo com ela história, né... o meu mestrado foi em história da educação, né, e a forma com que ela raciocina é muito diferente, mas ela gostou demais. Então eu falei com ela assim: Luíza, nós vamos estudar o segundo reinado, a guerra do Paraguai, você vai ler, você vai me contar a história, eu vou contar também a minha versão e depois você vai escrever. Nossa. Vovó, isso tudo!? E tirou 9,8 na prova.. então estudei umas três tarde com ela, né, ela morava aqui no prédio, mudou e é muito apegada comigo, é a mais nova...Então, mas do jeito que ela raciocina, por exemplo, às vezes tem um problema no meu celular ela vem.... Luiza, o que que você faz bem, ensina para vovó, eu não sei. Faz, mas não sabe. Essa é a tecnologia de hoje. Então, a pessoa não reflete Adriane! porque no tempo que a gente estudou, eu acho que é a formação intelectual, que a gente teve. (MIRANDA, 76 anos).

Wolff (2009) argumenta que a utilização intensiva de novas tecnologias nas grandes empresas foi decorrente da importância que a inovação passou a ter no quadro de intensa competitividade, marcado pela quebra dos monopólios estatais e pelo advento das políticas neoliberais que assolaram o mundo capitalista em 1990. A autora chama a atenção para o fato de que essa reflexão passa pela consideração de que a introdução da maquinaria no processo produtivo assinalou uma inversão

entre o sujeito da produção e os instrumentos de trabalho. Originária da Primeira Revolução Industrial, essa inversão converteu o trabalho vivo em mero mediador das máquinas que passou a ditar os modos de operacionalização dos processos de trabalho.

Olha eu sou analfabeto em tecnologia. Eu uso muito os funcionários da ADUFG aqui pra localizar processo e tudo eles fazem. Tem a menina da recepção, as duas fazem trabalho pra mim. Sistemático sabe. Sistemáticamente. Então eu não sou... Meu filho, minha filha, que é física, são muito competentes nessa área. Só que meu filho não tem tempo, porque ele fica de manhã, à tarde e à noite. Minha mulher mexe com isso, fez curso até. Mas ela se julga incapaz ainda, acha que não tem jeito. Então eu... Sabe o que eu acho? O grande problema da tecnologia é o seguinte: tá matando o homem. À medida que ela avança o homem vai perdendo força, ela tá destruindo o homem, a meu ver. A tecnologia tem a sua contribuição, mas ela caiu no individualismo, vai cair mais cedo ou mais tarde, o homem fica... É tudo à base de robô. Daqui a pouco não tem atividade braçal, não tem mais atividade nenhuma, porque a tecnologia ocupa tudo. (JOÃO, 91 anos).

Em termos de tecnologia, os entrevistados dessa pesquisa tiveram pouca influência da mesma em relação ao trabalho que executavam. À época de suas atividades houve o momento de transição da máquina de escrever para o computador, todavia, pouco viveram em termos de avanços tecnológicos, considerando-se o mundo digital, ainda não presente. Hoje reconhecem a presença das redes e dos processos via conexão de internet, de forma muito intensa e predominante, admitindo possuir fragilidades e dificuldades diante desses novos formatos, diferente da facilidade apresentada pelos jovens. Os estudos de Thoschi (2016), por meio do grupo de pesquisa da Rede Goiana de Pesquisa em Políticas Públicas e Inclusão Digital (REPPID) com idosos de idade entre 60 e 82 anos, também demonstrou a dificuldade por parte desses grupos em lidar com o avanço em termos de tecnologias digitais. Os interlocutores desta tese apontaram claramente as suas dificuldades face às novas tendências tecnológicas:

Eu sou um analfabeto nisso aqui. Esse Iphone foi meu filho que me deu, mas tem um pessoal que faz orientação técnica, mas eu fui um freguês: olha está acontecendo. Não, senhor Manuel é isso, pipipi... Tá resolvido. Mas, está acontecendo. Não, senhor Manuel é isso pipi... Quatro, cinco teclagens ali... Então é uma coisa... para acompanhar a tecnologia, pra gente, é complicado. Tem gente que fica desesperado. Eu não ligo muito. Eu digo para os meus meninos: tudo bem, vocês podem até me cobrar, mas a função de vocês é me ajudar. (MANUEL, 73 anos).

Olha, é interessante, eu acho que a gente acompanha, tem que acompanhar e a tecnologia é importantíssima, tanto para medicina, sabe.

As inovações do mundo e a gente estranha um pouco por causa da forma de raciocinar, que a gente tem diferente, forma de refletir, é diferente, mas a gente acompanha bem, eu acho em computação, né eu fiz, assim que saiu, eu fiz um curso de computação, gosto do WhatsApp, Facebook eu pertença [...] (MIRANDA, 76 anos).

Difícil acompanhar, né. Então, qualquer criança hoje em dia consegue muito mais habilidade que eu, por exemplo, mexer no computador, no celular, então isso é óbvio. Tem que reconhecer que na minha época só tinha máquina de escrever, né. Então realmente, a facilidade que tem a juventude para lidar com informática é diferente, e é muito difícil de se aproximar, tem que ter outra mentalidade. (MARCELO, 76 anos).

Aí é difícil, eu sou ruim no computador, telefone, telefone celular eu sou uma lástima, eu vivo atrás dos meus empregados pra fazer para mim as coisas. (AMÉLIA, 82 anos).

Algumas dificuldades, não lido bem com uma planilha de Excel, né, mas eu nunca fiz curso nenhum, eu comprei um computador, pus dentro da minha casa...como é que liga isso aqui, como faz isso...e hoje eu mesma digito todos os meus trabalhos. Ai quando precisa fazer algum recurso lá, eu falo: ó, eu não sei fazer, mas eu sei pedir. Então vem cá, me ajuda aqui. E é muito interessante, que você imagina. A minha dissertação de mestrado, ela foi datilografada. Você imagina, o que é isso. Quando errava uma coisa, tinha que voltar tudo de novo, e hoje você faz, Ctrl V, Ctrl C e apaga, e inclui onde você quer, tira o que você não quer. Bom demais. (ROSA, 70 anos).

Faz se importante considerar que tecnologia também se faz presente como um instrumento capaz de prover a realização de um trabalho mais produtivo, intenso e controlado, seja o trabalho mais qualificado ou de atividades mais simplificadas. Nessa percepção, até o tempo destinado ao não trabalho (lazer) é apropriado pelo capital. Como exemplo, podem ser citadas as várias horas destinadas em conexões instantâneas, verificação de e-mails, telefonemas, entre outras, a que o trabalhador se prende, mesmo estando fora de seu ambiente ou de seu período regular de trabalho. Os recursos tecnológicos passaram a manter os trabalhadores ligados em tempo quase que integral à empresa. Sua presença física já não é mais necessária em todos os momentos para que determinadas atividades e objetivos se concretizem. Assim como nos próprios aspectos da vida social. A fala de Roberto, reflete bem essa situação:

[...] a tendência de fato é do isolamento. Principalmente o ritmo. Não seria o fator idade, seria muito mais o fator das condições sociais. O nível de exigência para filhos e netos, parentes, é muito grande. Você tenta suprir com as redes sociais, fazendo o grupo familiar, fica sabendo um pouco. Mas pra mim isso é meio figurado, é muito virtual. Então aquele abraço, aquela proximidade, aqueles encontros, você termina encontrando só... tem umas coisas assim trágicas que você encontra. As famílias vão nos aniversários quando podem e os amigos no cemitério. É um negócio meio trágico. O ritmo de vida praticamente se tem, o ritmo é muito forte. É interessante...

tem uma professora amiga minha que é alemã. A gente conversava às vezes, ela falava das dificuldades da Alemanha. Aí eu ajudei muito quando ela construiu um laboratório lá na UFG, ela vivia reclamando. Eu: poxa porque você não volta pra Alemanha, lá tem tudo pronto. Aí ela foi para um Congresso na Inglaterra e ficou uma semana na Alemanha. Quando ela chegou ela falou: Roberto eu lembrei demais de você, fiquei uma semana na Alemanha e conversei com a minha irmã uma hora, foi o que agenda dela permitiu. Fazia anos, 15 ou 20 anos que não se vinham. Mas a agenda da irmã não permitiu que elas se encontrassem e ficassem um dia inteiro, ficaram uma hora. Ela: lembrei demais de você. (ROBERTO, 76 anos).

Desse modo, vê-se que ocorre uma reconfiguração nas formas de trabalho e nas relações estabelecidas no próprio ambiente profissional e social. Assistimos à quebra dos limites entre espaços organizacionais e espaços individuais com a diluição do limite entre a esfera pública e privada. Toda tecnologia cria gradualmente um ambiente totalmente novo, seja no contexto do trabalho, das relações sociais ou pessoais, sejam elas favoráveis ou não, conforme descrito por vários pesquisados deste estudo e que podem ser observados nos relatos logo abaixo. Castells (1999) afirma que o fenômeno de conexão social por meio de redes não é privilégio da sociedade do século XXI, mas que, em razão das inovações tecnológicas com que lidamos, a presença da rede é determinante nas relações sociais, especialmente nos processos de comunicação.

Eu vejo que as tecnologias preenchem muito o tempo do idoso, eles têm que aprender a usar. A causa dessa pesquisa... Ela primeiro foi uma pesquisa e depois se transformou num projeto de extensão bem grande, por isso eu tinha 22 bolsistas, para atender muita gente, atendimento e ensinar, nosso papel era ensinar a usar as tecnologias. O tanto que preenche a vida. Eu não fico sozinha em nenhum momento. Eu tenho tanta coisa pra ler... Quem não gosta de ler vai assistir vídeo. As relações hoje são mediadas por tecnologias, te aproxima. Teve um ocorrido: estava numa praça e chegou uma senhora com o celular dela. Ela falou: olha meu neto era meu amigo. Aí eu cai na besteira de dá um celular pra ele e eu perdi meu neto. Porque agora ele só fica no celular. Eu estava perto só ouvindo, como a bolsista iria agir. A bolsista: tira o celular dele. Aí eu intervi: não, não vai tirar o celular dele não. Vai aprender a usar whatsapp e vai conversar com o neto. Ele vai ficar assustado com sua habilidade. Então olha o whatsapp, facebook, tirar selfie... tem umas que falam assim: eu tenho tanta vontade de aprender... de tirar selfie e mandar a fotografia por e-mail. Agora colocar no Face, fazer Face era uma delícia (ANTÔNIA, 71 anos).

[...] quando eu trabalhava no banco, a gente era frente a frente igual nós estamos aqui. Trabalhávamos na carteira de cobrança, era nós dois responsáveis pelo sistema de cobrança. A gente vivia juntos, morávamos em Campinas, íamos juntos para o banco, na Goiás. Esses dias eu recebo uma mensagem truncada, eu falei: quem será? Porque eu escrevi uma época no 05 de março, usava pseudônimo Framigracos eu não tenho Granja no nome, mas eu tenho na certidão de batismo. Ele: como está Framics... eu, quem será? Será que é o meu cunhado, de vez em quando ele provoca. Mas não era, o telefone dele eu tenho. E fiquei com aquele

negócio. Depois ele se identifica. Fazia mais de 10 anos que a gente não se comunicava. Todos os dias ele manda **XXX** (risos) vai pro escracho, mas faz parte. Pois é, mas é isso como eu te falei eu tenho grupo de ex-alunos seja da faculdade, seja do ginásio, o Virmondes Cruvinel foi aluno nosso. Tem um grupo de seis ou sete que foram alunos lá que voltaram. Então a gente tem contato e sabe onde eles estão, o que acontece. Colega mesmo de faculdade nós estamos tentando... Porque esse ano, nós vamos fazer 50 anos de formado agora em novembro. Tentando localizar o pessoal. Então é isso. Mas de qualquer forma é uma alternativa, mas não é a melhor alternativa, de qualquer forma é uma forma de hoje... as tecnologias estão aí... se você fica fora, fica fora, você desaparece. Isso é trágico. Quem não sabe mexer com computador... Tem algumas pessoas que não leem e-mail.. você recebe tudo ali. (ROBERTO, 76 anos).

[...] Tanto o Facebook, quanto o Whatsapp e o e-mail contribuíram muito para manter redes de relações que de outra maneira seria difícil, dado que eu não estou mais dentro da universidade, eu tenho rede de relações de antropólogos, ou o pessoal das Ciências Sociais, de academia e tal, que eu tenho graças a essas novas tecnologias, então isso me permite manter a par, não tão a par, né, mas me permite manter um contato permanente em redes de relações sociais, que de outra maneira seria muito difícil, dado que eu não frequento mais, né, o ambiente universitário; frequento esporadicamente, mas assim, aquele cotidiano e tal de aulas, leituras obrigatórias que você tem que fazer e tal, e congressos, e tal, e isso gera também né... só ruim, né, gera coisas boas, geram contato intenso e tal, então isso, de uma certa maneira as redes sociais me ajudaram a manter isso. (GERALDO, 66 anos).

CAPÍTULO II DO TRABALHO À PROTEÇÃO SOCIAL E AS GARANTIAS DO DIREITO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

2.1 Da herança escravocrata às resistências do proletariado nas décadas iniciais do século XX: os primeiros caminhos da luta pelos direitos trabalhistas

As origens da proteção social se associam diretamente ao modo de formação da sociedade brasileira: uma economia rural, fundada no trabalho escravo, na monocultura e na grande propriedade. Segundo Holanda (2014), a falta de coesão em nossa vida social não representa um fenômeno moderno e voltar ao passado significa um estímulo para entender melhor a organização da nossa sociedade e a forma atual de nossa cultura. A frouxidão de nossa estrutura social e a falta de hierarquia organizada devem-se principalmente à herança advinda das nações hispânicas, reflexo de sociedades com frágeis laços de solidariedade. Para nossos colonizadores portugueses e espanhóis, prevalecia um forte individualismo, em que o valor de um homem inferia-se, particularmente, em não necessitar de ninguém, bastando-lhe, seu esforço próprio e suas virtudes.

Nesse sentido, as iniciativas por parte de nossos colonizadores, mesmo com intenção de ser construtivas, mais separaram os homens do que os uniu. Espanhóis e portugueses não se sentiam à vontade, em uma sociedade em que o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem forte e destacado reconhecimento. Nessas nações, as teorias do livre-arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia, sendo, desse modo, o princípio unificador representado pelos governos. A carência de um culto ao próprio trabalho e de sua valorização foi um dos fatores responsáveis por um modelo de solidariedade frágil nessas sociedades e por uma reduzida capacidade de organização social, já que o trabalho sempre foi visto como um estimulador da coesão entre os homens (HOLANDA, 2014).

De acordo com Holanda (2014), não foi uma civilização agrícola que os portugueses instauraram no Brasil, mas uma civilização de raízes rurais. A grande lavoura aqui praticada, principalmente pela exploração das terras e dos engenhos de cana, não teria se concretizado sem a força explorada do trabalho escravo. Desse modo, percebe-se que a estrutura do Brasil colonial teve sua base, quase que exclusivamente, fora dos meios urbanos. Nos domínios rurais, a autoridade do

proprietário de terra era quase incontestável e tudo se fazia de acordo com a sua vontade. Nesse sentido, a noção de círculo familiar expandiu-se, e com ela toda a autoridade destinada ao chefe de família, o denominado “pater-família”. O quadro familiar tornou-se poderoso e exigente e a entidade privada precedeu a entidade pública. A família colonial tornou-se retrato do poder, da obediência e responsabilidade.

Carvalho (2010) aponta que no período do Império (1822/1889), pouco se percebeu de alterações consideráveis, levando-se em conta o contexto dos direitos dos cidadãos, com exceção apenas, da abolição da escravidão em 1888, que se caracterizou como grande marco histórico. Segundo o autor, três aspectos principais marcaram a colonização brasileira: a) o primeiro deles associado à dominação e o extermínio indígena; b) o segundo, à escravização dos africanos e outros habitantes; e, por fim, c) as desigualdades promovidas entre os senhores de engenho e seus comandados, desencadeadas principalmente, pela exploração da cana de açúcar, seguida da mineração. Dos três fatores, para efeitos de constituição da nossa cidadania, o autor considera a escravidão o mais negativo deles. Isso pelo fato de que os escravos não eram considerados e tratados como cidadãos, já que não possuíam, ao menos, os direitos civis básicos relacionados à sua integridade física e à própria vida, assemelhando seu tratamento ao de animais. Não existia um poder que pudesse ser considerado público e que desencadeasse igualdade de todos perante uma lei.

Importante obra, de destaque, que traz reflexão em relação ao tema ou representações da escravidão é “O Abolicionismo” de Joaquim Nabuco (2000), escrita originalmente em 1883, pouco antes da abolição, no fervor da luta política pertinente à época. A obra, diz respeito à evolução do pensamento antiescravista, com capítulos que se dedicam à causa do movimento abolicionista e de sua história no país, permeada pela ideia de que só o fim da escravidão tornaria possível o progresso e a regeneração da Nação, estando, também, o poder da lei submetido à ação do poder privado: “O abolicionismo é um protesto contra essa triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política” (NABUCO, 2000, p.2). Outro ponto de destaque diz respeito ao legado da escravidão aos próprios escravos que, vitimados e marginalizados por um sistema que os expropriava de quase tudo – participação na política, nos direitos de cidadania e

consciência crítica – os tornava despreparados para uma luta libertária, assim como, propriamente, incapacitados e fracos para exercê-la, enquanto protagonistas do próprio movimento. Desse modo, reforça o autor que os escravos eram chamados de: “ingênuos por uma aplicação restrita da palavra, a qual mostra bem o valor das ficções que contrastam com a realidade - não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos” (NABUCO, 2000 p.6).

Foi a exemplo das propriedades rurais que toda a vida da colônia se concentrou durante os séculos iniciais da ocupação europeia e que, tampouco, se modificou até a abolição. O ano de 1888 foi considerado um marco divisório entre duas épocas: a monarquia, representada pelos fazendeiros escravocratas que monopolizavam a política, e, posteriormente, o regime republicano, que, com uma série de transformações sociais (organização do crédito bancário, o incremento dos negócios, o estabelecimento de meios de transportes modernos) condicionou o fim da velha herança rural e colonial baseada no emprego do braço escravo e na exploração das terras da lavoura. A abolição marcou no Brasil uma nova composição social: o fim do predomínio agrário para responder às exigências mais regulares do modo de vida nas cidades e, em muitos de seus aspectos, a um centro de exploração industrial. A urbanização passou a representar um desenvolvimento progressivo e transformador, acarretando grande desequilíbrio social.

Fernandes (2008), no livro “A integração do negro na sociedade de classes”, traz uma importante reflexão que apresenta o drama social do negro no trâmite de uma sociedade rural para uma ordem social urbana e competitiva, afirmando ter sido essa população um dos piores pivôs de integração social, pós-ordem social escravocrata. Desse modo o autor procura demonstrar como os valores e os comportamentos legados por esse grupo, se reconfigurou na dinâmica da cidade, mais especificamente São Paulo, na primeira metade do século XX. A abolição da escravatura foi responsável pela libertação oficial dos negros, todavia a discriminação e a submissão dessa população em relação aos brancos e imigrantes continuaram muito fortes na vida cotidiana e no mercado de trabalho, com retratos de subemprego, situações de miséria e degradação social. Ignorados pela própria República, pelo Estado, Igreja ou qualquer outra instituição, os negros continuaram esquecidos, mesmo após a escravidão. O “liberto” se viu, senhor de si, livre, todavia, sem dispor de condições morais, éticas e meios materiais que fortalecessem sua “nova” condição, nos quadros de uma economia competitiva. “Em vez de favorecer,

as alternativas da nova situação brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção” (FERNANDES, 2008, p.32).

Carvalho (2010) relata que o Brasil herdou da herança colonial a escravidão, a grande propriedade rural e um Estado que se comprometia com o poder privado. Também fez parte dessa herança a negação da condição humana e de um exercício de poder, fechado à ação da lei dos grandes senhores de terra. A lei que deveria ser o reflexo da garantia de igualdade para todos tornou-se, instrumento de poder daqueles mais fortes. Paiva et al (2012) completa afirmando que o Brasil caracterizou-se também por uma industrialização tardia, sobrepondo uma clara diferença entre aqueles detentores de direitos e poder e deles destituídos. Esse contorno ideopolítico apresentado pela sociedade brasileira engendrou uma metamorfose para a benemerência e a filantropia ao longo do tempo, resultantes de uma cercadura clientelista e patrimonialista, típicos de padrões oligárquicos antecedentes.

A análise de Rago (1985), em seu livro “Do cabaré ao Bar” traz também uma importante análise da experiência do trabalho na sociedade brasileira, pós-experiência colonial, particularmente dos anos de 1890 a 1930, fomentando uma discussão baseada nas práticas de trabalho, vida e lazer dos homens, mulheres e crianças fabris, além dos pobres e improdutivos do período. O que fica bem característico é que o formato de exploração daqueles que detêm a força do trabalho por aqueles que detêm o poder continuou sendo fortemente exercida, mesmo que, em um modelo de regime político diferente: fim do império e ascensão da república velha. Assim como já proposto por Holanda (2014), voltar ao passado significa entender as raízes do processo de configuração de nossa sociedade. A ascensão da urbanização e do surgimento das fábricas nos leva a refletir sobre como o formato do trabalho à época se fez importante para pensar os desdobramentos em que as proteções e a luta pelos direitos, principalmente os trabalhistas, se desenvolveram na sociedade brasileira.

Rago (1985) destaca que os trabalhadores componentes da classe operária urbanizada e industrializada, já eram percebidos como ignorantes por uma burguesia dominante, que se esforçava para impor uma identidade submissa e domesticada ao proletariado, por meio de estratégias de controle e vigilância adotadas tanto no interior das fábricas quanto fora delas. Em síntese, uma

perseguição ao trabalhador em termos de sua totalidade: sua vida cotidiana, de trabalho e lazer, com vistas a um objetivo, o redefinir sua forma de pensar, sentir e agir, por meio de políticas de submissão e, ao mesmo tempo, economicamente favoráveis. Todavia, para realizar estas ideias reformadoras, as classes dominantes passaram a enfrentar resistências por parte dos trabalhadores, que se esforçavam para manter seus valores e códigos de representações simbólicas, aderindo-se, progressivamente à bandeira de luta anarquista, em busca de uma transformação social, libertária e de defesa de seus anseios.

Paoli (1989) também resgata a ideia da experiência brasileira, na República, ter sido feita a partir de uma ordem privada do trabalho, o que competia ao poder patronal de dispor da mão-de-obra, além de estabelecer ritmos de trabalho, punir e penalizar transgressões, intensificar jornadas e estabelecer cálculos de valores salariais que remunerava de forma desigual os trabalhadores, situação essa, exercida de modo extremamente hierárquico. Segundo a autora, as relações de trabalho estavam meramente "ajustadas" às fórmulas políticas do Estado liberal, sem nenhuma forma de contrato de trabalho com garantias legais. Desse modo, é percebido uma exploração selvagem do trabalho de homens, mulheres e crianças nas décadas iniciais do século XX e a manutenção de espaços de pobreza e repressão. A condição trabalhadora ocupava um retrato simbólico no contexto das desigualdades sociais, não se configurando enquanto sujeitos inscritos num espaço de equivalência da ordem jurídica republicana. Reforça a autora que nem mesmo o decreto, instituído em 1891, que incidia sobre a proteção dos menores em situação de trabalho, era no plano prático, verdadeiramente funcional.

Segundo Santos (1979), experiências posteriores também foram constantemente burladas, sem representar muita efetividade, a exemplo da instituição do Código de Menores pelo decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926, que estabelecia uma jornada diária máxima de seis horas, além de proibir o trabalho na indústria, para menores de 18 anos, seguido posteriormente do Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927, que também visava à proteção ao menor. As duas décadas iniciais do século XX, refletem a recusa dos operários à submissão das tentativas de exploração capitalista. O mundo do trabalho era visto pela perspectiva do trabalhador, como um local de dominação e exploração brutal, no qual, era preciso, ele mesmo resistir, eclodindo, dessa forma, como forma de resposta a essa exploração, incontáveis greves, além de lutas cotidianas nos espaços de trabalhos,

com a quebra de equipamentos, sabotagem (destruição dos equipamentos, máquinas das indústrias, matéria-prima), além do questionamento da hierarquia fabril, entre outros. Ao lado das lutas explícitas nas fábricas pelos operários, os sindicatos passaram a representar, também, um forte modelo de organização de resistência, ao lado de alguns jornais que publicavam a situação de miserabilidade e exploração da força produtiva e seus movimentos de combate, como o “A Voz do Trabalhador”. Os operários começavam a se conscientizar, de que, o industrial necessitava do aparato tecnológico para garantir sua produção, e que a condução dos mesmos estava em suas mãos. Desse modo, destruí-los ocasionaria grandes perdas para o patronado e, de certo modo, significaria um modo de exprimir sua condição de explorados (RAGO, 1985).

Essa força de trabalho explorada assumiu como campo de luta principal o direito de reconhecimento e, sobretudo, de representação e negociação. São pautados por esse sentido, de tematizar e revelar na prática, a ausência desses direitos e reagir a uma expressão de uma ordem social que não acolhia ou reconhecia, que as tentativas de organização operária, as revoltas fabris e as greves passaram a manifestar-se de forma intermitente, acopladas a uma busca moral e ética não presentes no trabalho industrial capitalista. De um lado, patrões que percebiam o trabalhador apenas através de suas próprias necessidades e que atestavam regras unicamente laterais em favorecimento próprio e, de outro, contra essa atitude, o posicionamento dos trabalhadores que buscavam se firmar em um trabalho digno, com saber próprio. As expressões dos manifestos anarquistas europeus auxiliaram, desse modo, na premência de uma contraposição dos mandos senhoris dos patrões brasileiros e atribuíam ao trabalho valores de dignidade e inteligência a favor do inverso das relações de mando fabris (PAOLI, 1989).

A visão exploradora dos industriais buscava convencer a sociedade de que somente por meio do aumento da produtividade do trabalho, seria possível construir a riqueza de uma nação e que, portanto, os trabalhadores (incluindo mulheres e crianças) deveriam submeter-se a ele, sem qualquer tipo de objeção. A fábrica traduzia o local pleno para exploração da força operária, sua dominação, opressão, humilhação física e moral, por meio da adoção, principalmente, de tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas, técnicas punitivas e de controle, além dos regulamentos internos, que obrigavam os trabalhadores a submeterem-se a horários e ritmos de produção desordenados e a comportarem-se passivamente.

A linguagem que descreve as relações de trabalho é inteiramente suficiente para descrever o exercício deste mundo: o emprego aparece como "doação de trabalho" (1897) aos operários, o patrão como o "chefe da casa" (1901), a greve ou resistência ao arbítrio patronal como intimidação de gente com "má vontade e pouca aplicação", "mal-agradecida" (1901) e disposta todo o tempo a assaltos e violência gratuita. As empresas ameaçam com "avisos humanitários" (1902), readmitem os operários de que precisam "sem ressentimentos" (1906), e prometem "proteger" novamente. A militância e seu recrutamento aparecem na fala policial e patronal como "operários mal aconselhados" (1903) quando não como "delinquentes" (1905) no caso de ações grevistas bem-sucedidas. Mesmo os organizadores e observadores militantes oscilavam entre a imagem heroica dos trabalhadores e "os cérebros doentios da multidão ignorante" (1912), formada de pessoas "débeis e indefesas". O trabalho de crianças e adolescentes é um ato de benemerência para com os "pequenos hóspedes" da fábrica, impedindo-os de se tornarem delinquentes ou, no caso feminino, de "abrigá-las de qualquer mau passo" (1917). A luta de classes que se observa nos "outros" países do mundo é "irritante" (1920) e os que a promovem pensam "que são alguma coisa na vida" (1929); quem adere às organizações operárias o faz "inconscientemente" (1929). (PAOLI, 1989, p45).

Embora pouquíssimas medidas de proteção social fossem tomadas em relação ao trabalhador no período (1890 a 1930), a atuação patronal foi marcada pela tentativa de integrar a força de trabalho e ao mesmo tempo, controlar e disciplinar os hábitos dos trabalhadores que viviam em condições marginais. Várias "concessões" foram adotadas aos trabalhadores: criação de cooperativas, clubes, farmácias, escolas, vilas operárias com água encanada, gás e energia elétrica, entre outras. As fábricas passaram a adotar um modelo higiênico dentro delas, quando em 1912, o Departamento Estadual do Trabalho (DET) realizou uma primeira inspeção estatal em algumas fábricas paulistas, sugerindo aos patrões a modernização de seus estabelecimentos, após registrarem condições de trabalho insuficientes e deploráveis, marcadas por espaços de trabalho, escuros, apertados e anti-higiênicos, propícios à proliferação de doenças e ao desencadear de acidentes já que não atestavam as normas higiênicas exigidas pelo Serviço Sanitário. O modelo da "fábrica higiênica" marca uma mudança para um novo regime disciplinar que buscava transformar o espaço fabril de produção em um local tranquilo, limpo e atraente para se trabalhar (RAGO, 1985).

Transformações são observadas na passagem para a década de 1920, que começa a retratar uma mudança estrutural nas condutas disciplinares adotadas nas fábricas. Frente às grandes e persistentes resistências operárias, figura um novo tipo de patrão, mais moderno e agilizado em oposição à figura autoritária e despótica antes observada, todavia, sem abandonar, ao mesmo tempo, a ideia recorrente de exploração da figura "produtiva" do trabalhador, tomadas a partir de novos formatos

de controle físico e moral, dentro e fora das fábricas, interferindo inclusive nas formas familiares e de habitação desses trabalhadores. Surge assim a ideia da pedagogia “paternalista” dos patrões, criada apenas com intuito de reforçar sua autoridade, por meio da construção de uma autoimagem na figura de um pai, mas que, na verdade, servia apenas como uma nova estratégia para garantir a coesão e a unidade no interior da produção (RAGO, 1985).

A ideia de modernização da fábrica e de sua higienização, esboçada no discurso do DET foi amplamente valorizada nos anos 30, tanto no Brasil, quanto internacionalmente. Todavia, o que se observa é que a representação da fábrica higiênica já havia sido anteriormente preconizada, desde o final do século anterior, por Frederick W. Taylor, em substituição ao modelo da fábrica satânica. A “nova fábrica” visava à transformação da subjetividade do trabalhador, o que de certo modo não foi alcançada. Mesmo com a melhora do ambiente de trabalho, as condições de controle do operariado continuaram a ser fortemente exploradas pelo modelo da racionalidade científica.

As normas disciplinares de produção, antes impostas pelos patrões, passaram a ser substituídas pela automatização e mecanização do aparato técnico de produção, resultantes do progresso tecnológico e do desenvolvimento científico, o que aparentemente criaria uma cooperação cordial entre patrões e empregados. O proletariado começa a ser controlado por meio de uma redefinição dos métodos de moralização, agora definidos a partir das ideias da técnica e do progresso. A figura do patrão tradicional opunha-se à vigilância mecânica, “aparentemente” independente da vontade patronal, quando, na verdade, representava a possibilidade de obter a intensificação da produção pela exploração racional e científica da força de trabalho, cuja função era atender as exigências da acumulação do capital.

Esse retrato é configurado paulatinamente na década de 1910 e vai se consolidando nas décadas seguintes. Rago (1985) cita que algumas fábricas brasileiras (como o caso da Construtora de Santos, em 1918) tomando como exemplo a organização industrial das empresas norte-americanas, propunham a reorganização do trabalho, a partir dos princípios da Administração Científica, elaborados por Taylor⁸. O modelo Taylorista de produção baseou-se no estudo das

⁸ Frederick Winslow Taylor traz em seu livro *Princípios de Administração Científica* (1995), os principais métodos que os operários deveriam usar para que o trabalho fosse feito da melhor maneira

técnicas de racionalização do trabalho do operário, por meio do estudo de tempos e movimentos. Para Taylor (1995), a especialização do trabalho consistia na divisão dos movimentos necessários à execução de uma tarefa. Os movimentos inúteis eram eliminados enquanto os úteis eram simplificados, para proporcionar economia de tempo e de esforço do operário, bem como a fixação dos tempos padrões. Cada operário passou a ser responsável pela execução de uma única operação ou tarefa, de maneira contínua e repetitiva. Nesse sentido, o operário perdia a liberdade e a iniciativa de estabelecer sua maneira de trabalhar.

Desse modo, o período compreendido, principalmente entre 1918 e 1922, assiste a uma polarização efetiva: do lado dos patrões, têm-se uma redefinição dos procedimentos de disciplinarização da força de trabalho, apoiado na racionalidade científica, e por outro, pelo ponto de vista, do operariado, tem-se a intensificação das formas de resistência, que apontavam para uma luta do controle dos processos de trabalho. Nesse mesmo período, surgem diversos artigos na imprensa anarquista, com destaque para a construção de formas alternativas de poder nas fábricas.

A exemplo tem-se o artigo “Aspectos da luta de classes”, publicado em 25/09/1920, pelo periódico “A Plebe”, cujo teor consistia em propor estratégias de lutas cotidianas, a serem travadas no âmbito da produção, chamando a atenção de trabalhadores de diversos ofícios para a figura desqualificada e expropriada do proletariado, ressaltando que a valorização do ofício, não passava de uma imposição ideológica, que girava a favor dos dominantes. Trecho do artigo A Plebe, de 25/09/1920, citado por Rago (1985, p.50) traz:

[...] Esta situação cria e mantém na mentalidade operária essas ideias e contribui para dividi-los e atirá-los uns contra os outros, ofício contra ofício, profissão contra profissão, classe contra classe e dentro da mesma classe, da mesma profissão, só porque há uma miserável diferença de salários, o que marca a distinção hierárquica, um indivíduo contra outro, tornando assim impossível a solidariedade entre os explorados para maior segurança dos exploradores. Notem por exemplo a diferença entre um linotipista e um tipógrafo; entre este e um fotograrador. Avaliem bem o orgulhoso com que olha um decorador para um pedreiro e este para seu ajudante. E donde vêm estes sentimentos? Que é que os cria, que é que alimenta tantas distinções? A diferença de salários, a possibilidade de maior ou menor conforto e a noção decorrente de que há profissões superiores e inferiores.

possível, com máximo aproveitamento do tempo e se tornasse, desse modo, muito mais eficiente. Postulava também, evitar a vadiagem, com o intuito de que o trabalhador pudesse entregar todo seu esforço para produzir maior soma de trabalho e não “fazer cera”, ou seja, desempenhar suas atividades vagarosamente, de modo a evitar a realização de toda atividade diária.

Antes do sistema taylorista os trabalhadores se organizavam e defendiam sua profissão, por meio dos sindicatos dos ofícios, já a partir de 1920, sugeriu-se a organização do operariado em sindicatos de indústria. Com essa proposta, os anarquistas procuravam demonstrar o sistema fragilizado da estrutura de ofício do sindicalismo brasileiro, e incitavam os operários a buscarem novas formas de luta. Segundo Rago (1985), no Brasil, o sistema taylorista só é introduzido plenamente na década de 1930, continuando o movimento operário, ainda fortemente influenciado pelos ideais libertários preconizados pelo anarco-sindicalistas. A resistência do operariado continuou a se impor, frente à nova lógica patronal de dominação, em frentes principais como: combate às funções hierarquizadas, à supressão da diferenciação salarial e, sobretudo, as transformações das condições materiais de trabalho.

2.2 Os regimes políticos no Brasil e seus impactos para a constituição dos direitos sociais relativos ao trabalho de 1822 a 1984

Segundo Carvalho (2010), o conceito de cidadania é importante para compreender alguns fenômenos sociais que nos cercam, entre eles a constituição dos direitos sociais, ou seja, àqueles que, particularmente permitem à sociedade organizada minimizar os efeitos das desigualdades proeminentes do capital, bem como ter acesso às condições mínimas de bem-estar. O autor aponta que, comumente, o conceito de cidadania é associado a três tipos de direitos: os civis, os políticos e os sociais. Cada um deles com seus objetivos prioritários, mas, de forma geral, complementares entre si. Para o objeto de estudo desta tese, faz-se importante destacar, os direitos sociais, àqueles particularmente mais relacionados ao trabalho, e que nos leva conseqüentemente a pensar os direitos relacionados à aposentadoria e ao envelhecimento.

Nesse sentido, é notório que cada sociedade teve uma construção de sua linha de cidadania, em função de como esses direitos se desenvolveram ao longo do tempo. Na Inglaterra eles se constituíram de forma lenta, tendo primeiro surgido o direito civil, no século XVIII, seguido do político, no século XIX, e por fim, os direitos sociais, conquistados gradualmente no século XX. O Brasil apresentou uma construção inversa do modelo inglês, diferenciando-se, em alguns aspectos principais: aqui, a ênfase maior deu-se, nos direitos sociais, tendo sido, o mesmo, o

primeiro a preceder os demais. Outro ponto essencial de discussão é que, a cidadania, considerando seu ponto de vista histórico, se desenvolveu dentro do fenômeno de formação dos Estados-nação, que data da Revolução Francesa de 1789. Desse modo, o formato de constituição desses Estados-nação, influenciou o próprio conceito de cidadania, demonstrando que, em certos países o Estado teve maior influência na constituição dos direitos, sendo que, em outros, essa iniciativa, deu-se mais pela ação cidadã (CARVALHO, 2010).

Malloy (1986), complementa discorrendo que perceber o contexto político de diferentes épocas associados a fatores específicos, se faz extremamente necessário para o entendimento das relações Estado-Sociedade no Brasil moderno e, sobretudo, para entender a implementação das políticas sociais e o modelo de previdência social adotado em nossa sociedade. Para tanto, o autor destaca, quatro períodos principais que devem ser analisados: I) período da democracia oligárquica (1839 a 1930); II) período de autoritarismo orgânico (1930 a 1945); III) período da democracia populista (1945 a 1964); IV) período de autoritarismo burocrático (1964 a 1984). A seguir tem-se o estudo desses respectivos períodos históricos, que dão suporte à compreensão de aspectos essenciais de formação política da sociedade brasileira, que por sua vez, influenciaram em como algumas conquistas trabalhistas e alguns direitos foram adquiridos e consolidados ao longo do tempo.

2.2.1 Do período da democracia oligárquica (1822) ao autoritarismo burocrático (1964-1984)

Segundo Carvalho (2010), a ascensão da primeira república não foi protagonista de grandes mudanças na representação política. A modelo dos E.U.A, os presidentes dos Estados, ou seja, das antigas províncias, passaram a ser eleitos pela população. Aqui a descentralização política firmada no período tornou-se essencial para a formação de fortes oligarquias estaduais, detentoras de força e poder, que apoiavam-se em partidos únicos, além de estaduais, permitindo assim, a manutenção dessa política nacional até 1930, com grande destaque, sobretudo, para às oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

A constituição outorgada em 1824 abriu espaço para a inclusão do voto popular (homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis e algumas outras exceções) e foi responsável pelo estabelecimento dos três poderes,

o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e, como resquício do absolutismo, criou-se ainda, um quarto poder, chamado de moderador, privativo do Imperador. Essa constituição combinou ideias advindas de constituições europeias, como a Francesa de 1791 e também a espanhola de 1812 e permaneceu quase sem alterações até 1881. Todavia, o poder do exercício do voto era ainda totalmente controlado e, desse modo, pode-se questionar o verdadeiro sentido que as eleições representavam na prática. Ou seja, um obscurantismo em que o poder era demandado pelos mais fortes e que o conteúdo real desse direito era totalmente forjado. “O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade” (CARVALHO, 2010, p. 35). Desse modo, percebe-se que, em resumo, o voto era um ato de obediência forçado, em que os chefes pagavam para obtê-lo, fornecendo roupas, dinheiro, alimentos, um par de sapatos novos e outros formatos de barganha para manterem-se firmes no poder.

No que diz respeito a problemática social, que incumbia ao poder político do Estado administrar, a constituição social brasileira de 1824 não apresentou originalidade em relação a outras constituições da época. A inexistência de uma legislação social de proteção social no Brasil provocou o aparecimento de associações privadas, restritas a determinados ofícios, como uma resposta aos padrões de acumulação e uma tentativa de recuperar os privilégios das corporações de ofícios, como a Sociedade Musical de Beneficência em 1834 e a Sociedade Animadora da Corporação de Ourives, em 1838.

O poder público passou a reconhecer que a problemática social não se restringe à esfera privada e, assim, se organizam as primeiras tentativas de proteção social em termos de categorias profissionais, seguindo uma lógica pré-mercantil e também de privilégios pautados em atributos ocupacionais, como por exemplo, o direito de férias, promulgado em 1889, para os trabalhadores de abastecimento de água da Capital Federal, estendido, depois, aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Desse modo, a instauração da primeira República, não alterou substancialmente o processo de proteção social, que tendeu ainda a se disseminar por estratos mais específicos da sociedade (SANTOS, 1979).

A primeira república foi conhecida como a república dos coronéis, pela força, poder e controle demandado pelos grandes proprietários de terra, que desde a época do império, também já exerciam grande influência política. Afirma Carvalho

(2010, p. 41) que o “coronel passou então a indicar simplesmente o chefe político local. O coronelismo era a aliança desses chefes com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República”, em um ambiente em que as práticas eleitorais fraudulentas eram comumente praticadas. Carvalho (2010, p. 57) ainda reforça que “a justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça”. Assim, pode-se inferir que, na verdade, o poder da justiça era velado em benefícios daqueles detentores do poder e que os direitos, infelizmente, nunca foram iguais para todos.

De modo geral, os direitos civis e políticos eram precários, sendo difícil até mesmo falar-se em direitos sociais no início do século XX. Conforme pontua Freitas (2012), a assistência social se concentrava praticamente nas mãos de associações particulares, irmandades religiosas que demandavam apoio em saúde, auxílio funeral, empréstimos e pensões às viúvas e filhos, além das próprias sociedades de auxílio mútuo.⁹ À época pouco se tinha em termos de legislação trabalhista e de proteção ao trabalhador. Observou-se mais um retrocesso em termos de legislação, considerando-se que a Constituição republicana de 1891 tirou do próprio Estado a obrigação de ofertar a educação primária, já presente na Constituição de 1824, além de proibir o governo federal de intervir na regulamentação do trabalho. Apenas em 1926, quando da primeira reforma Constitucional, é que o governo federal é autorizado a legislar sobre o trabalho. Antes disso, apenas tímidas mudanças foram consolidadas, sendo a maioria delas fruto da assinatura, pelo Brasil, em 1919 do Tratado de Versalhes e do ingresso do país na Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CARVALHO, 2010).

Concordando com Carvalho (2010), afirma Santos (1979) que até 1923 nada de muito relevante ocorreu no Brasil em termos relativos aos problemas de equidade, merecendo destaque também apenas a Lei de 1917 que abriu as

⁹ Segundo Malloy (1986, p.44, 45) uma das mais importantes formas de organização operária de classe média na República Velha foram as chamadas sociedades de ajuda mútua, surgidas nas primeiras décadas do século XX. Essas organizações foram consideradas as primeiras associações voluntárias entre os trabalhadores, que, em troca de contribuições, recebiam determinados auxílios, como funeral, aposentadoria, benefícios médicos, entre outros. Funcionava como uma espécie de seguro de grupo voluntário, baseado na poupança adotada por seus associados. O mutualismo era como se fosse uma defesa em grupo, em um ambiente imprevisível. Ciente dos auxílios mútuos voluntários, firmas particulares e companhias de ferro passaram a adotar fundos de benefício, denominados de caixas beneficentes, cuja participação de seus trabalhadores, era obrigatória, e dava-se por meio da dedução em seus salários. Desse modo, esses trabalhadores “contribuintes”, estavam passíveis de receber serviços, caso necessário, semelhantes aos do “mutualismo”.

primeiras possibilidades no jurídico brasileiro, com a criação da Comissão de Legislação Social na Câmara dos deputados, que assumiu importante papel, pelo menos em termos de “verbalização,” da equidade frente ao processo de acumulação no desenvolvimento do país. Em 15 de janeiro de 1919, é atendida a primeira medida de reivindicação sindical, pelo Decreto-Lei n. 3724, em que o empregador é responsabilizado pelos acidentes de trabalho, resguardando-se, todavia, incidentes por negligência ou incompetência por parte do empregado. Desse modo, a sequência seguida pela legislação brasileira iniciou-se, com a proteção a acidentes de trabalho (1919), legislação simultânea sobre velhice, invalidez, morte (dependentes), doença e auxílio-maternidade (1923), regulamento sobre abonos familiares (1941) e espécie de auxílio-desemprego (1965).

Outro passo de destaque, considerando-se ainda o período de 1923, foi à criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão, para os ferroviários, caracterizada como a primeira lei eficaz de assistência social e em 1926, a criação do Instituto de Previdência Social para os funcionários da União, leis essas restritas ao campo urbano. No campo, prevalecia ainda o modelo de pequena assistência social, exercida pelos coronéis, que, além de controlarem a justiça, eram considerados os únicos recursos dos trabalhadores para obterem determinadas assistências como, por exemplo, ser levados a médicos, obter medicação ou até mesmo ser enterrados, o que, por sua vez, foi responsável por fortalecer o modelo paternalista de relação entre coronéis e empregados no exercício do trabalho no campo (CARVALHO, 2010).

Em termos políticos, tanto em 1889, quanto em 1930, fez-se necessária a presença do papel militar, considerando-se que os dois regimes do período, nasceram sob a força do Exército, apesar de a independência ter sido marcada, sem a presença de uma guerra civil. O papel do Exército, nesses dois períodos, não era particularmente de aliado das oligarquias, mas, sim, de força opositora, diferenciando-se, por esse motivo, de quase todos os demais países da América Latina. O movimento que levou o fim da primeira República foi marcado por grandes dissidências entre as oligarquias e os jovens militares, já que os últimos queriam reformas profundas, que feriam os interesses oligárquicos, principalmente relacionadas à questão da reforma agrária (CARVALHO, 2010).

Malloy (1986) também apresenta que a experiência da república democrática foi caracterizada pelo surgimento de forças e interesses regionais antes controlados

pelo poder centralizador do império. Nacionalmente, esse modelo político passou a ser denominado de “política dos governadores”, em que os presidentes eram sempre os representantes políticos em Estados importantes, realizadores de negócios em nível nacional, fenômeno no Brasil conhecido como coronelismo. O poder efetivo local permanecia nas mãos do coronel e a população residente em suas terras era tida como seus dependentes. A política rural funcionava em termos de luta entre os coronéis rivais e seus comparsas, que controlavam as terras e o povo. As facções locais patrão-cliente dominavam as assembleias estaduais, que formavam coalizões interestaduais, que controlavam o poder político. Como grande parte da população que caracteriza esse período era rural (quase 70%), o tom patronal foi o principal constituinte da denominada República Velha.

Por outro lado, considerando-se os avanços urbanos e industriais, Malloy (1986) discute que o Brasil apresentou um modelo de exportação econômica, fortemente presente desde o final da década de 1870 até fins de 1920, pautado na exportação de produtos primários como, por exemplo, o café. Em paralelo ao crescimento da exportação, associou-se um grande crescimento interno e industrial, baseado no desenvolvimento de atividades de infraestrutura, como transporte e eletricidade, com o intuito de auxiliar o setor cafeeiro e a indústria manufatureira. A abolição da escravidão em 1888 teve grande importância para o crescimento interno e para a vinda de imigrantes ao Brasil. Durante todo o período pós-imperial, o Brasil viveu uma fase de modernização caracterizada pela urbanização, migrações, expansão das comunicações e ferrovias. Todavia, atrelado a esse desenvolvimento e ao processo de urbanização, o regime político da república velha entrou numa fase de turbulências e revoltas.

Considerando-se o contexto social e fabril, conforme já trabalhado nesta tese por Rago (1985), as condições gerais de vida da maior parte da classe trabalhadora eram péssimas. Jornadas de trabalho extremamente longas, baixas remunerações, insegurança, exploração de mulheres e crianças, pobreza, condições ruins de moradia, desemprego e aumento constante do custo de vida, eram alguns dos fatores que assombravam o operário médio. Tais fatores levaram esse operariado a crescer em tamanho, capacidade de organização e luta em prol da exigência de melhores salários, benefícios e condições de vida. Esses grupos mantiveram-se expressivos, especialmente durante as primeiras duas décadas do século XX, alcançando o ponto alto entre 1917 e 1919.

A República Velha representou uma mudança do Estado patrimonial dependente para um novo modelo de economia política baseado no desenvolvimento capitalista dependente retardatário (crescimento associado às exportações), bem como uma mudança política de governo, caracterizada por uma descentralização, cujos domínios encontravam-se nas bases rurais. Todavia, apesar deste ser o modelo dominante à época, o autor propõe que a tradição e o estilo patrimonial imperial não desapareceram completamente. Observou-se o fortalecimento dos setores militares que buscavam a reafirmação de uma autoridade central, capaz de assemelhar-se ao velho papel desempenhado pelo Imperador: o de moderador. Ou seja, um poder que fosse possível representar o interesse nacional face, sobremaneira, os interesses particulares dos partidos, grupos e facções políticas. A classe média urbana passou cada vez mais, a ser absorvida pelo Estado Administrativo, que convergiu para um Estado burocrático capaz de organizar, articular e manter seus interesses (MALLOY, 1986).

Fortes movimentos destacaram-se no contexto do trabalho e da questão social, pressionando o contexto político da crise de 1920. Desse modo, no início dessa mesma década, em 1923, sob o comando do presidente Artur Bernardes no poder, foi elaborado a Lei Eloy Chaves, no sentido de obter maior controle das pressões advindas da sociedade e dos trabalhadores. Malloy (1986, p.57) aponta que “além do legado de uma abordagem paternalista e elitista para a questão social, a Lei Eloy Chaves foi passada num contexto marcado por uma tentativa de reforçar o poder geral do executivo federal”, complementando ainda que a mesma pode ser vista como “um componente de retorno ao Estado patrimonial mais centralizado” (MALLOY, 1986, p.57). A lei de 1923 estabeleceria as bases iniciais de um sistema geral de previdência social no Brasil.

Segundo Santos (1979), com a Lei Eloy Chaves, o financiamento das caixas de aposentadorias e pensões passou a ser tripartite, ou seja, de recursos extraídos da empresa, do empregador e do Estado. A parte competente ao Estado provinha de tributos adicionais sobre os serviços prestados e cobertos pela Caixa, por exemplo, no caso do transporte ferroviário, o tributo adicional recaía sobre o tráfego ferroviário. No caso dos trabalhadores, 3% sobre os respectivos vencimentos e, no caso das empresas, a contribuição se dava em função da renda bruta anual, equivalente a 1% dela. Outro ponto importante da Lei Eloy Chaves, se referiu ao

artigo n.42, que após 10 anos de serviço, o trabalhador não poderia sofrer demissão, a não ser por falta grave constatada em inquérito administrativo.

Para Carvalho (2010), Draibe (1994), Rago (1985) e Santos (1979), os anos de 1930 serão um divisor de águas na história do Brasil por acolher importantes mudanças políticas e de avanços em termos dos direitos sociais. Tem-se o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguido da Consolidação das Leis do Trabalho. No campo político, as eleições em 1933 se deram sob novas regras, com a introdução do voto secreto e a criação de uma justiça eleitoral, que tinha por objetivo fiscalizar a votação, apurar e reconhecer os eleitos. A intenção do voto secreto também teve por função proteger o eleitor dos caciques políticos, bem típicos do período oligárquico. Considerando a perspectiva da cidadania política, as mulheres também passaram a ter direito ao voto, importante conquista.

Afirma Draibe (1994) que antes dos anos 1930, as políticas sociais se faziam presente, todavia, é somente entre os anos de 1930 e 1970 que elas ganham características mínimas de intervenção e regulação que as permitem defini-las como um Estado de bem-estar social. Um conjunto de variáveis é destacado pela autora para essa explicação: I. Sistema nacional apoiado em códigos, legislações e definição de competências por parte do governo e regulação privada dos serviços e mecanismos institucionais que vão definir áreas específicas de atuação II. Financiamento do gasto público social destinado a determinados setores de intervenção III. Regulação do mercado através do fundo público, com impacto direcionado na formulação do salário indireto e definição de bases do consumo coletivo das massas. IV. Definição de clientela para cada área de atuação, segundo critérios públicos já conhecidos. V. Graus razoáveis de visibilidade institucional em cada área de ação.

Paoli (1989) reforça que as eleições presidenciais de 1930 representaram um novo entusiasmo popular, que se exprimiu na ideia de renovação do poder, proposta pelo então candidato, Getúlio Vargas, com ênfase nas classes populares, com a rápida ação por parte do Estado, na elaboração de um Código do trabalho, que proveria a estabilidade, a previdência, a proteção do trabalho a mulheres e menores, entre outras ações. Esses termos delimitava todo movimento social, bem como a responsabilidade do caráter físico e moral dos trabalhadores, sob o controle do

Estado, que por sua vez, incorporaria as reivindicações operárias, mas que, ao mesmo tempo, retirava dos trabalhadores toda dimensão de luta e conquista.

Segundo Malloy (1986), o governo de Vargas foi responsável por uma grande modificação estrutural na economia brasileira, por meio da adoção de uma mentalidade política baseada na relação Estado-sociedade denominada pelo autor de “autoritarismo orgânico”. Em resumo, esse modelo significava criar uma sociedade orgânica com objetivos harmoniosos, por meio da incorporação de agrupamentos sociais, controlados e dominados por um aparelho de Estado que na verdade, buscava manter seus próprios interesses. O Governo de Vargas foi caracterizado por uma grande expansão do setor público e do papel regulador do Estado, assumindo esse, uma série de funções, antes exercidas fora de seu domínio. Baseou-se em uma política econômica de desenvolvimento nacionalista, incentivando o crescimento interno, principalmente do setor industrial, em favor à substituição de parte das importações, com ênfase também no campo da política de trabalho como um de seus principais marcos estratégicos.

Considerando o período de 1930 até 1970, Draibe (1993) reforça a importância de se destacar a consolidação, no Brasil, do denominado Estado Social¹⁰, com o conjunto de transformações por ele sofridas, as formas de regulação que se iniciaram e as formas de proteção social estatalmente reguladas, com destaque, a duas fases importantes, marcadas por fortes regimes autoritários. A primeira delas, de 1930-1943, em que se destacam a criação dos institutos de aposentadoria e pensão, bem como a consolidação da legislação trabalhista, além de um importante período, em termos de alterações relativas às áreas de política, educação e saúde, com elevada centralização, no executivo, dos recursos administrativos. A segunda fase, de 1966-1971, que dá prosseguimento ao movimento legal-institucional, acima citados, todavia, “sob um padrão entretanto seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentário (nos planos institucional e financeiros) de intervenção social do Estado” (DRAIBE, 1993, p.22).

No governo Vargas, uma tríade de relações entre trabalho, classe patronal e Estado foi estabelecida, com o intuito de manter soluções harmoniosas diante dos

¹⁰ Segundo Draibe (1993, p.21), o Estado Social, no âmbito do Estado capitalista é aqui entendido como: “uma particular forma de regulação social que se expressa pelas transformações das relações entre o Estado e a Economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico”.

conflitos existentes, todavia sob o “poder” e controle do último. Os órgãos encarregados de manter o controle das questões estruturais entre sociedade, trabalho e Estado foram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1930, além de três subestruturas legais formalizadas: os sindicatos, tribunais trabalhistas e o sistema de previdência social (MALLOY, 1996).

É entre 1931 e 1934, portanto, que, efetivamente, se promulga e se efetiva um conjunto de regulamentos atingindo diretamente o processo de acumulação. A possibilidade de êxito na execução dessas medidas foi criada por duas providencias estratégicas tomadas pelo governo revolucionário de Vargas. Primeiro, a criação, em 4 de fevereiro de 1931 (Decreto, 19.667), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual seriam providos meios materiais e humanos para execução e fiscalização da legislação trabalhista e previdenciária. Em segundo lugar, a criação da carteira profissional obrigatória para os trabalhadores urbanos, pelo Decreto 21.175, de 21 de março de 1932, sucessivamente regulamentado pelos Decretos, 21.580 (29 de junho de 1932) e 22.035 (29 de outubro de 1932). (SANTOS, 1979, p.29)

No início do governo Vargas, as relações trabalhistas se deram, considerando-se o princípio de que, apenas os sindicatos legalizados poderiam participar do sistema trabalhista e a partir daí se beneficiar do mesmo. Depois de 1937, reforçou-se por princípio legal que, apenas um sindicato, por categoria organizacional, oficialmente, seria reconhecido. Desse modo o trabalho passou a ser legalmente conceituado como uma série de categorias funcionais, que variavam de acordo com a ocupação e ou setor econômico, passando os trabalhadores a pertencer aos mais diferentes sindicatos. Essa estrutura beneficiaria de forma importante o sistema previdenciário, uma vez que, esses benefícios podiam variar de forma significativa entre as mais diversas categorias.

Todavia para Malloy (1986, p.67), as novas leis trabalhistas oriundas do governo Vargas “estipulava claramente que a função dos sindicatos não era a de articular seus quadros de trabalhadores, mas sim cooperar com o governo e com as demais classes para a realização dos interesses nacionais”. O autor explica que os sindicatos à época eram encarregados de promover solidariedade, por meio da prestação de serviços de assistência legal e também social aos membros que dele faziam parte (assistência escolar, serviços médicos, colônias de férias e outros). Desse modo, uma parte dos seus fundos era destinada a esse fim, assemelhando os sindicatos às sociedades de ajuda mútua. Assim, muitos trabalhadores se

filiavam ao mesmo, em prol de seus benefícios e não em função da articulação de possíveis interesse de uma classe.

Silva (2000, p. 187) reforça que “um sistema de autonomia não se coaduna com a intervenção estatal na vida sindical. E em verdade, caberia ao Estado, simplesmente a garantia da liberdade sindical”. Nessa época (1931/1937) o número de sindicatos, cresceu amplamente. O governo Vargas, concedeu ao Estado, um controle cada vez maior das classes trabalhadoras, que acabavam por assumir uma posição dependente, dentro de estruturas corporativistas formalizadas, em que as relações de poder eram exercidas hierarquicamente de cima para baixo, num modelo assimétrico de relação com o Estado (MALLOY, 1986).

Para Silva (2000), a própria história do Direito do Trabalho no Brasil assentou-se também no movimento revolucionário de 1930, que marcou as ações do Estado, na regulamentação das condições de trabalho, por meio de um intervencionismo, que dizia ser possível, superar os conflitos dos trabalhadores, em nome dos interesses da nação. Silva (2000) destaca também a presença de um modelo jurídico de cunho “corporativista”¹¹. Segundo Munakata (1981), o Estado justificava sua presença intervencionista como um meio para equilibrar a relação desigual e escamoteada existente entre o patrão e o trabalhador, assegurado por uma legislação trabalhista que, para o corporativismo, representava um instrumento disposto pelo próprio Estado para redefinir noções de igualdade. Desse modo, a luta operária “começa a escapar dos limites de cada empresa e de cada categoria. Quanto mais genéricas e generalizadores tornam-se as reivindicações, mais elas acabam tendo como alvo o Estado” (MUNAKATA, 1981, p. 28).

¹¹ De acordo com Diniz (1994), o capitalismo industrial no Brasil, nas décadas de 1930 a 1970, foi marcado pelo modelo de industrialização por substituição de importações, representado pela égide dos governos autoritários. A ação centralista do Estado e a incorporação de atores estratégicos ao sistema político (empresários e trabalhadores urbanos) representaram um forte peso corporativista. Enquanto entidades paraestatais, as organizações industriais assumiram importante papel no processo de articulação de interesses com o Estado. Em estudo sobre o empresariado no processo de modernização capitalista e o regime autoritário de 1964-85, Diniz (1994) pontua que a ação do corporativismo representou um modelo muito mais urbano e industrial, situação essa possibilitada pela inserção direta da classe empresarial no aparelho do Estado, dada por meio de seu poder de resistência ou veto. A tríade de interesse militar-tecnocrático-empresarial foi responsável, desse modo, por um movimento de modernização capitalista que implicou no aprofundamento do modelo de industrialização. A tônica de atuação do setor privado, em relação ao Estado, consistiu em preservar sua posição de aliado potencial, todavia reivindicando mais espaço para a expressão política de seus interesses.

A concepção corporativista, solidificada por meio da Constituição de 1937 baseava-se nas seguintes linhas fundamentais: a. organização corporativista da economia, com a constituição de órgãos representativos do capital e do trabalho, em forma piramidal, sob a supervisão do Estado; b. delegação de poderes a tais órgãos, para que estes se tornassem os representantes de categorias profissionais e celebrassem, em nome delas, contratos coletivos de trabalho; c. criação do conceito de categoria, ou seja, de grupos profissionais e econômicos organizados consoante desígnios políticos do Estado; d. supressão dos conflitos sociais, em especial das greves, com a instituição da Justiça do Trabalho, dotada de poder normativo (SILVA, 2000, p. 187).

O governo Vargas, de 1930, teve suas bases construídas a partir dos princípios elaborados em 1920, sobretudo, da Lei Eloy Chaves. A criação e implementação após 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi fundamental para o Estado manter sob seu controle os principais Institutos criados à época. O Estado, por meio desse ministério, decidia como e quando conceder os direitos relativos às categorias a ele vinculadas. Esse fator foi essencial para que grupos específicos de trabalhadores mantivessem relações diretas com o Ministério do Trabalho, para negociar melhores alternativas de proteção a seus segmentos. Como consequência, aumentou-se consideravelmente o número de leis e normas, com objetivos de atender essa demanda, elevando-se o poder de negociação entre esses grupos e o próprio ministério, o que, acarretou também, dentro do sistema previdenciário, um modelo altamente estratificado entre as mais diversas categorias.

Antes de 1930, os benefícios estendiam-se basicamente às questões vinculadas à aposentadoria, pensões, auxílio funeral e doença. Malloy (1986), Freitas (2012) e Carvalho (2010) concordam que após a década de 1930 houve grande expansão nos tipos de benefícios concedidos, com grande destaque para a área social. Como exemplo dessa expansão, podem ser citados: ajuda para aluguel de imóveis, concessões de empréstimos, financiamentos para construção de casas, entre outros. De forma geral, as várias leis de seguro social reafirmavam a garantia e estabilidade do trabalho presente na Lei Eloy Chaves, envolvendo, de certo modo, as diversas categorias de trabalhadores, com exceção, particularmente, dos bancários, que se estabeleceu cerca de dois anos depois. Em 1943, diversos princípios legais foram reunidos em um único código, denominado Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que, por meio de estruturação de emendas, passou a ser a base legal das relações de trabalho de nossa sociedade.

Já os esforços para modificação e reorganização do sistema previdenciário surgiram nos primeiros anos de 1940, mas quase todos sem efeitos. Uma das

primeiras tentativas de unificação dos benefícios, sem sucesso, se deu em 1941, por meio do Ministério do Trabalho. Após o fracasso, o esforço de criar um novo modelo do sistema previdenciário ficou a cargo do engenheiro e político João Carlos Vital e um corpo de especialistas por ele recrutado principalmente aqueles relacionados ao Ministério do Trabalho. No início de 1945, a comissão apresentou ao presidente Getúlio Vargas um extenso relatório, que teve como indicação a criação de um só tipo de instituição de previdência social, denominado de Instituto de Serviços Sociais no Brasil (ISSB).

O instituto sofreu enorme resistência, dentro do próprio sistema (por atacar especialmente a ineficiência administrativa previdenciária em vigor), principalmente das companhias privadas de seguros e de grupos de interesse, que buscavam proteger os esquemas de benefícios privilegiados e de cargos, com base no poder político. Malloy (1986) afirma que na realidade foi difícil determinar o real grau de comprometimento de Vargas com o ISSB, ao explicitar que o plano se adequava aos esforços do governo, no intuito de eliminar os abusos de um sistema obsoleto, irregular e baseado no individualismo, com vistas a um novo conceito de “solidariedade social”, mas que, ao mesmo tempo, apresentava incorporado nele, o objetivo recorrente de consolidar o sistema de relações de trabalho, já controlados e centralizados pelo próprio Vargas desde 1930.

Após 1945, o Brasil adota um regime democrático, todavia muitas das estruturas corporativistas dos anos anteriores permaneceram relativamente sem modificações, como o caso da política previdenciária. Em 1946 e 1947, mais de dezesseis projetos buscavam alterações no sistema previdenciário, sem boa parte ter vingado. Muitas fraquezas eram apresentadas nos estudos que se faziam a respeito do sistema previdenciário: a falta de proteção aos trabalhadores rurais, domésticos e autônomos, a grande desigualdade de benefícios e serviços presentes entre os segurados, à irracionalidade administrativa dos cargos (“pistolão”). Apenas em 17 de julho de 1947, outro projeto de reforma foi apresentado pelo deputado federal Aluizio Alves, que criava uma nova legislação denominada de Lei Orgânica da Previdência Social, cujos ideais pautavam-se nos mesmos princípios básicos do ISSB, de unificação, universalização e padronização do sistema previdenciário, criado em 1945, no governo de Vargas, todavia dificilmente presenciáveis desde aquela época. Um exemplo da não universalização do sistema foi observado a partir do próprio relatório do ISSB, que apontou que de uma população economicamente

ativa de mais de 26 milhões de pessoas, pouco mais de 2,5 milhões eram de fato seguradas (MALLOY, 1986).

O projeto da Lei Orgânica da previdência proposto não obteve concordância superior do Presidente General Eurico Dutra e, por sua vez, só viria a ser aprovada em 1960, com inúmeras reformulações, já no governo de Kubitschek (1956 a 1961). Isso em razão de que vários institutos começavam a atingir certa situação de crise financeira, além do que, as políticas de cargo passaram a ser de domínio público, quando vários jornais, começaram a difundir e a atribuir parte dos problemas financeiros do sistema, ao chamado “pistolão”.

Diante desses fatos, a reforma da previdência tornou-se uma importante fonte de compromisso para o governo Kubitschek. Uma das mais importantes alterações na Lei envolvia a questão da aposentadoria por tempo de serviço, já que apenas os bancários, marítimos e ferroviários e os trabalhadores dos serviços públicos podiam se aposentar, considerando-se determinados anos de serviço. Com o novo projeto de Lei, esse benefício foi concedido a todos os trabalhadores, vinculados aos institutos, desde que os mesmos tivessem alcançado 55 anos de idade. Outro importante fator associou-se à exigência de realização de concursos para ingresso nos postos administrativos e aumento do poder administrativo sindical.

Ademais, o sistema previdenciário ainda manteve a exclusão de grupos até o final dos anos 60, como os trabalhadores rurais e domésticos, que de forma geral não apresentavam importância para o sistema político vigente, em virtude de suas vulnerabilidades, sendo facilmente cooptados, já que supostamente eram atividades com determinado cunho “paternalista” e sem força de luta. Somando-se a isso, as inúmeras diferenças contributivas, que dependiam do nível de renda dos trabalhadores filiados¹² que geravam benefícios distribuídos de forma desigual entre os institutos (alguns eram mais fragilizados), como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), além do próprio método de financiamento (em que nem sempre o governo provia sua parte). Todos esses fatores, acarretaram enormes acumulações de débito por parte do Estado e inúmeras fragilidades no sistema previdenciário (MALLOY, 1986).

¹² De acordo com Malloy (1986), depois de 1940, os valores das contribuições dos trabalhadores passaram a estar ligados ao número de salários mínimos recebidos, cerca de cinco. Desse modo, as contribuições poderiam variar de três a oito por cento, dependendo da condição salarial.

O autoritarismo burocrático iniciado em 1964 foi considerado um dos regimes políticos, com maior avanço em termos do caminho de institucionalização. Buscando interpretações que explicassem o porquê do golpe de 64, Soares (1994), levanta algumas considerações importantes para esse entendimento:

- I. A crise do modelo substitutivo de importações. Análises feitas por economistas constatava um decréscimo na taxa de crescimento econômico nos países latino-americanos mais industrializados e atribuíam a essa variável, principalmente, o fim da etapa da substituição das importações ou a exaustão pura desse modelo. Esse foi considerado um dos fatores que contribuiu para explicar a crise de 64, além do processo de aceleração inflacionária sofrido no governo de Goulart, presentes no discurso de jornais, manifestos e outros escritos da época.
- II. A estagnação econômica de 1962: o crescimento da economia brasileira no pós-guerra foi marcado principalmente, pelo crescimento da renda *per capita* e do produto nacional bruto. Esse crescimento gerou otimismo na população, ausentando o governo, à época, de acusações de fracasso relacionadas à economia. Todavia, o ano de 1962 é marcado pelo declínio do crescimento econômico, com auge da diminuição da renda *per capita* em 1964. Com ausência de crise externa de grandes proporções, a justificativa deu-se internamente: as acusações levantavam-se contra o governo Goulart, contra a democracia e a política.
- III. A concepção suja da política brasileira, com imagem deteriorada da política e dos políticos que antecederam o golpe militar de 64, o que levantava preocupações com a eficiência do governo e a justiça social.
- IV. A instabilidade do governo João Goulart e o problema da ingovernabilidade, que contava com o “abuso” de nomeações para os altos postos do governo, por meio das concessões de cargos. Desse modo o governo não foi administrado, mas distribuído.
- V. O caos e a anarquia presentes nos depoimentos dos militares. Da renúncia de Jânio Quadros, até o golpe de 64, as críticas ao regime parlamentarista baseavam-se num quadro político de caos.
- VI. A ameaça comunista: o anticomunismo invadia o pensamento militar desde a fracassada revolta comunista de 1935. Quando Jânio Quadros renuncia no Brasil, Joao Goulart mantinha visita a china comunista, o que

fez com que se fortalecesse, aos olhos de muitos militares, a confirmação de sua associação ao comunismo.

Draibe (1994) relata que as políticas sociais do regime militar brasileiro de 1964-1984 se concentraram muito mais na questão salarial, do que nos programas sociais como estratégia de crescimento econômico e também abertura política, fato este cobrado pelos opositores já ao final do regime e partilhado e divulgado pela mídia, em função das situações de descaso e abandono com que o militarismo havia tratado as condições básicas de vida de grande maioria da população. Esse relato é também fortalecido por D'Araújo e Soares(1994) que afirmam que no regime militar, “o milagre econômico” respondeu as taxas de crescimento econômico, além da expansão das atividades industriais e tecnológicas, mas deixou, por outro, um legado negativo, no tocante ao sistema político, dado em função do amordaçamento das próprias instituições, bem como, uma afronta aos direitos humanos, pela restrição à liberdade de participação e cidadania popular na vida pública, além de um legado bastante precário em termos de investimento social.

No que concerne aos estudos referentes à economia no período militar, Cysne (1994) pontua que de 1964 a 1985, três importantes críticas podem ser levantadas: a primeira delas refere-se ao fato, de que, o crescimento econômico vigente no país, não respondeu pelos níveis de redução de situações de desigualdade social e pobreza. A segunda delas, associada à intensa estatização, especialmente após 1974, em que atividades que poderiam ser desempenhadas pelo setor privado ficaram a cargo do estado, de forma extremamente monopolista e, por fim, a falta de adoção pelo país de uma autoridade monetária independente. Ressalta o autor que a participação do poder público nesse período foi altamente direcionada para a prospecção do petróleo, expansão siderúrgica e de transportes urbanos, ferrovias, polos petroquímicos, programa rodoviário, entre outros, e pouco concentrada na condução efetiva de políticas públicas sociais, que, apesar de apresentarem alguns índices de crescimento pontuais, não dispunham, sobretudo, de mecanismos de controle e desempenho, que lhes condicionassem maior êxito, bem como descentralização administrativa.

Todavia afirma Draibe (1994) que apesar de as políticas sociais não ocuparem lugar de destaque, foi sob o regime militar que ocorreu a expansão do sistema de proteção social brasileiro. A característica modernizante dos militares afetou, de certo modo, o conjunto de algumas estruturas do Estado, em termos de

reforma administrativa, por sua vez, já caracterizada desde os governos populistas, como moeda de troca de favores e assistencialismo, bem como, distribuição dos benefícios sociais, as denominadas “clientelas” especiais. O período de 1960, até meados da década seguinte, será muito diferente em termos de natureza, conteúdo e também impacto social.

Será um período de consolidação, quando uma série de inovações e medidas vão propor uma radical transformação na vida política social, em termos institucionais e financeiros, com a organização dos sistemas nacionais públicos ou regulados pelo estado, principalmente nas áreas de bens e serviços básicos como saúde, educação, previdência, assistência social e habitação, com tendência universalista em substituição as antecedentes formas fragmentárias. De todo modo, o regime militar centralizador e intervencionista de 1964 irá manter na sua essência “o modelo cooptativo de incorporação das categorias e definição de seus privilégios, assim como a dinâmica clientelística de distribuição de benefícios” (DRAIBE, 1994, p.290) que apresentará até o final de 1970, sinais de esgotamento e crise.

Simões (1999) destaca que em 1964 tem-se uma ruptura em direção a um processo de homogeneização de benefícios da previdência social, por meio da unificação dos IAPs (exceto para servidores públicos) e em 1966 por meio da instituição de um único Instituto de Previdência Social, o antigo INPS, hoje INSS, além da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974. O autor salienta que o regime pós-unificação se caracterizou principalmente pelo abandono da capitalização e passou a ser de repartição simples, transferindo a renda dos ativos para os inativos, com grande expansão nos anos 70 do sistema previdenciário, com a incorporação de outras categorias como autônomos, empregados domésticos, profissionais liberais e parte dos trabalhadores rurais. A década de 1980, na América Latina, representou um momento de modificações, face ao quadro do processo de democratização e de ajustes econômicos, que assinalava o “fim da idade de ouro” dos Estados de Bem-Estar nas democracias capitalistas.

Desse modo, os anos de 1980, com o início do processo de recessão econômica, serão marcados, por uma agenda de reformas que se assentará em dois níveis centrais, o processo de transição política que irá impor a democratização do sistema de proteção social, questionando suas regras de inclusão e exclusão e de desigualdades e, de outro, o questionamento do próprio sistema, pelo modo frágil de seu padrão de financiamento, sensível a uma série de fatores como: oscilações

econômicas, volume de emprego e salários. Já em 1985, com o governo civil, uns conjuntos de reformas começam a ser desenhadas na busca de democratização e recomposição financeira do sistema, permitindo sua expansão e ajustamento, tentativas essas, que serão ampliadas, na extensão dos direitos sociais a partir da Constituição de 1988 (DRAIBE, 1994).

2.3 A Constituição de 1988 no Brasil e a busca da consolidação dos direitos sociais

Concordando com Freitas (2012), afirma Silva (2012, p.34) que: “o Brasil não viveu a experiência de generalização do emprego nem do Estado social conforme foi desenvolvido nos países do capitalismo avançado”. Segundo Freitas (2012), foi somente a partir de 1930 que o sistema de proteção no Brasil se institucionalizou e, à medida que de um lado ele se universalizou, de outro, ele enfrentou fatores como o baixo investimento no campo e a degradação das condições de acesso. Esse quadro refletiu duas possibilidades: para trabalhadores de emprego precário e de baixa remuneração, a proteção do Estado, constitui-se como única garantia, enquanto que, para aqueles inseridos em melhores empregos e com condições salariais mais elevadas, o próprio sistema, por sua fragilidade, incentivou a busca complementar. Reforça Simões que o sistema previdenciário de 1930 estava voltado principalmente para os trabalhadores assalariados do setor privado e que o sistema foi concebido sob a forma de seguro social, ancorado pelo vínculo contributivo entre empregadores, trabalhadores e o Estado.

Conforme já exposto, foi somente em 1930 que o sistema de proteção social no Brasil, começou a ganhar destaque. Todavia, é apenas partir de 1980, que ele passa a adquirir uma nova lógica (menos dependente do trabalho assalariado e com vocação universal, mesmo que não plenamente), com a instituição da seguridade social em 1988 (SILVA, 2012). Segundo Boschetti (2006), a constituição de 1988, foi um marco quanto aos fundamentos das ações públicas para alcançar o objetivo de igualdade e justiça buscado pelas sociedades democráticas dependentes de mecanismos capazes de promover e garantir os direitos de cidadania da população. O desenho da seguridade social brasileira a partir de então, passou a expressar a responsabilidade do Estado democrático frente às demandas sociais e a garantir a

proteção social aos sujeitos de direito. Segundo o Art. 6^o¹³, da Constituição de 1988, constituem direitos sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A constituição de 1988 também instituiu o conceito de seguridade social em seu artigo 194 que diz respeito a “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” o que documentalmente universalizou o acesso a todos os brasileiros, inclusive os não contribuintes. Dentre seus objetivos enquadra-se¹⁴:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Já relacionados aos planos de previdência social¹⁵, o artigo 201, da Constituição de 1988 define em termos principais¹⁶:

¹³ Constituição de 1988. Capítulo II. Dos direitos Sociais. Artigo 06. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

¹⁴ Constituição de 1988. Seção I. Disposições Gerais. Artigo 194. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

¹⁵ Previdência social é o “seguro” do trabalhador brasileiro, pois lhe garante reposição de renda para seu sustento e de sua família, por ocasião de sua inatividade, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. Existem dois Sistemas de Previdência no Brasil: o público e o privado. A Previdência Privada é um sistema complementar e facultativo de seguro, de natureza contratual, cuja finalidade é suprir a necessidade de renda adicional, por ocasião da inatividade e é administrada pelas entidades abertas com fins lucrativos (Bancos e Seguradoras) ou por entidades fechadas, sem fins lucrativos (Fundos de Pensão tais como a PREVI e a PETROS, entre outros). Suas normas básicas estão previstas no artigo 202 da Constituição Federal e nas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001. O Sistema Público caracteriza-se por ser mantido por pessoa jurídica de direito público, tem natureza institucional e é de filiação obrigatória. O Sistema de Previdência Pública é destinado a todos os trabalhadores que exercem atividades remuneradas, no entanto, há distinção nas regras entre os servidores públicos titulares de cargo efetivo e os demais trabalhadores. O regime de Previdência assegurado, exclusivamente, aos servidores públicos titulares de cargo efetivo pode ser mantido pelos entes públicos da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sendo, neste caso, denominado de Regime Próprio de Previdência

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão;
- II - ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda;
- III - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- IV - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- V - pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202.

Teixeira (2009) considera que nos países periféricos, como o Brasil, a montagem do sistema público é contraditória e marcada pela reprodução das desigualdades sociais. Apesar de sua expansão, a partir da Constituição Federal de 1988, o sistema público caracteriza-se, pela precarização de seus serviços, mesmo que considerados formalmente universais como, por exemplo, o acesso à saúde. Às condições de emergência e a expansão da ordem capitalista na sociedade brasileira, traz reflexos relacionados à enorme concentração de renda nas mãos de poucos, marcada pelas disparidades entre rendimentos do capital e da super exploração do trabalho. Imensas massas excedentes sobrevivem de mínimos sociais, num mercado marginal e informal da economia e a outras expressões próprias da dinâmica conflitiva e contraditória da relação entre classes antagônicas na periferia do sistema capitalista.

Segundo Draibe (1993), para se entender o perfil e a moldagem do sistema de proteção social no Brasil, faz-se importante periodizar o estudo do Estado de Bem Estar Brasileiro em três importantes fases:

I. Introdução e Exposição Fragmentada (1930-1964): fase em que se observam mudanças muito mais na forma do Estado, do que em suas instituições,

Social – RPPS e suas normas básicas estão previstas no artigo 40 da Constituição Federal e na Lei 9.717/98. Já o regime dos trabalhadores da iniciativa privada e dos demais servidores públicos não filiados a Regime Próprio de Previdência Social é o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, gerido pela autarquia federal denominada de Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e suas normas básicas estão previstas no artigo 201 da Constituição Federal e nas Leis 8212/91 – Organização da Seguridade Social e Plano de Custeio e 8213/91 – Planos de Benefícios da Previdência Social. Estas Leis estão regulamentadas pelo Regulamento da Previdência Social – Aprovado pelo Decreto 3048/99. Há também a caracterização do Regime de Previdência Complementar, previsto no § 15, do artigo 40, da Constituição Federal, na nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Informações disponibilizadas no site da Previdência Social do Brasil: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

¹⁶ Constituição de 1988. Seção III. Da Previdência Social. Artigo 194. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

com foco nos modelos de ajustes da regulação econômica e social. As políticas sociais restringem seu foco à legislação previdenciária e trabalhista, de forma fragmentada, já que a inclusão de grupos sociais ao sistema se deu de forma gradativa e nem todas as áreas de intervenção do Estado operaram plenamente;

II. Consolidação Institucional e Reestruturação Conservadora (1965-1985): nesse período o quadro de políticas sociais amplia-se, com maior extensão às ações relativas à saúde, educação e habitação, com uma preocupação muito mais de política massiva (quantitativa) do que qualitativa. Desenvolveu-se um esquema assistencial denso de programas direcionados a grupos específicos e residuais de forma não contributiva, todavia, com caráter precário, de mínimos sociais não institucionalizados e que se estende principalmente após 1985, pelas condições de miséria, subemprego e desemprego vivenciadas.

III. Reestruturação Progressiva (1985-1988): período que se estende até nossos dias, já que ainda não se verificou uma reestruturação plena das políticas sociais brasileiras, desde o advento da Constituição de 1988.

De forma geral, afirma Draibe (1993) que desde a fase de Introdução, o Estado de Bem-Estar Brasileiro assumiu um posicionamento assentado em relações privilegiadas, condições corporativistas e clientelísticas, considerando-se principalmente o contexto previdenciário, do Ministério do Trabalho e de cúpulas partidárias. Mesmo com a tendência de universalização dos sistemas, em termos de beneficiários e de cobertura, estas tendências estariam longe de conceder ao sistema brasileiro um caráter mais institucional-redistributivo.

Para Draibe (1998) a constituição de 1988, foi responsável por diversos marcadores. Em relação aos direitos trabalhistas, tem-se a redução da jornada de trabalho, a introdução de um pagamento adicional relativo a férias; além da extensão de 12 para 14 anos da proibição ao trabalho menor. Levando-se em consideração o plano organizacional, ocorre uma descentralização e conseqüente ampliação dos graus de participação da sociedade e em relação ao plano financeiro, uma diversificação de fontes e receitas. Todavia, reforça a autora que mesmo dez anos após a Constituição de 1988, o sistema de política social no Brasil, continua a mercê de fragilidades.

Essa recorrência é oriunda da parcialidade ou insuficiência das reformas democráticas dos anos 1980, substanciadas por um modelo econômico caracterizado pelos grandes "interesses categoriais, pelos mecanismos da sua

relação com o sistema político - o populismo, o clientelismo, o patrimonialismo - enfim, pelas forças de movimento próprias do padrão conservador de bem-estar social” (DRAIBE, 1988, p.18). As principais fragilidades acentuam-se no modelo de sistema previdenciário que beneficia certos tipos de aposentadoria, por exemplo, às relativas a tempo de serviço, certos regimes, como o do funcionalismo público e até mesmo determinadas categorias de trabalho. Considerando-se o sistema de saúde, vê-se, a manutenção por bases fracas e inseguras de financiamento.

O final dos anos 80 vai caracterizar-se pela fragilidade dos planos de estabilização, derrotas políticas, como as Diretas já e, sobretudo, a crise do Estado, com as perdas de seu padrão de regulação. Mesmo com a Constituição de 1988 e o período de transição política, muito da estrutura estatal permaneceu enrijecida e com poucas modificações no plano de relações com a sociedade. A instabilidade econômica e a fragilidade dos modelos de estabilização seguiram acompanhadas de uma situação de esgotamento de uma possível recomposição do modelo intervencionista. As eleições de 1989 serão sinalizadas, pela ideia de avanço das reformas políticas sociais, já se fazendo presente, no discurso modernizante do governo Collor de Mello, todavia, assumido, mais profundidade, apenas na segunda metade dos anos 1990, no governo de Fernando Henrique. “Nos anos 90, é, portanto sob o signo do ajustamento econômico e das reformas institucionais que se vai armar a nova agenda de reestruturação do sistema de políticas sociais” (DRAIBE, 1998, p.19).

Segundo Silva (2012), a recessão econômica, os altos índices de inflação, as alterações no contexto do trabalho, como a redução do mercado formal, crescimento do desemprego e ocupações precárias serão algumas características manifestadas na década de 1990, o que vai implicar negativamente na vida dos trabalhadores, com consequentes implicações sociais. A reestruturação produtiva e a inserção do Brasil às políticas neoliberais, apesar das resistências populares, serão expressivas, principalmente, na segunda metade dos anos 1990, face principalmente a abertura comercial ao mercado externo. Desse modo, o processo de reestruturação, manifestou-se ancorado numa forte redefinição das funções do Estado, a partir de seu ajustamento as novas funções do ciclo reprodutivo do capital.

O governo Fernando Henrique adotou um conjunto de medidas para dar sustentação à reestruturação produtiva que ganhou novas dimensões, a partir de então. Foram medidas atinentes à desregulamentação e

regressividade dos direitos sociais, sobretudo na área do trabalho e previdência social, às alterações na legislação pertinente ao servidor público, além da reestruturação do aparelho do Estado, voltada para o enxugamento da máquina estatal, por meio do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e da privatização das empresas estatais em áreas estratégicas (telefonias, extração de minérios etc.) (SILVA, 2012, p. 281).

Antunes (1997, 1999) reforça que a ascensão das políticas neoliberais, em conjunto com a reestruturação produtiva, foram responsáveis por uma forte degradação das condições de trabalho, alterando sua dinâmica substancialmente. Em concordância, Alves (2002) discute que a década neoliberal marcou o surgimento de um novo e precário mundo do trabalho: perda contínua nos empregos e salários, ampliação das desigualdades de renda sobre a estrutura do consumo, taxas pouco expressivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), altos índices de criminalidade nos grandes centros urbanos, fatores esses, somados, principalmente, à crise e ao enfraquecimento do movimento de luta do modelo sindical, que, na década anterior, se manifestou por intensas greves de vários segmentos de trabalhadores, crescimento expressivo do próprio quantitativo de sindicatos e, sobretudo, conquistas relativas à sua autonomia. Em contrapartida, o movimento sindical na década de 1990, caracterizou-se, pela baixa expressividade contra as exigências capitalistas, com escassez de greves e outras manifestações.

Para Draibe (1993), o entendimento das perspectivas políticas e econômicas de décadas anteriores, se fazem necessárias para pensar os caminhos assumidos pelas políticas públicas, a partir dos anos 2000, assim como as profundas alterações sofridas no mundo do trabalho. A crise atual, a revolução tecnológica, a alteração nas formas de trabalho (trabalho informal, trabalho autônomo, trabalho precarizado, desemprego, subemprego etc.), a apropriação do tempo livre pelo trabalho, a ruptura na relação emprego x contribuições x benefícios sociais, a necessidade de produção de riqueza em que se assenta o sistema capitalista, são importantes considerações, quando se pensa os caminhos futuros da proteção social no Brasil e do binômio desenvolvimento econômico x equidade social. Nesse sentido Draibe (1993) aponta três contornos possíveis a que devemos atentar:

No plano econômico, as taxas de crescimento da economia, de emprego e de salários; no plano institucional, o grau de eficácia dos mecanismos de política econômica e social, o perfil de funcionamento do setor público, o desempenho em geral do aparelho de Estado. Finalmente, no plano político, a orientação político-ideológica e a definição de estratégias e prioridades de governo vis-a-vis a pobreza, a miséria, a exclusão social (DRAIBE, 1993, p.48).

CAPÍTULO III AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E ENVELHECIMENTO

[...] Eu não tinha estas mãos sem força, tão paradas e frias e mortas; eu não tinha este coração que nem se mostra. Eu não dei por esta mudança, tão simples, tão certa, tão fácil. Em que espelho ficou perdida a minha face?

(Cora Coralina - Retrato)

3.1 Trabalho e envelhecimento: reflexões do campo de pesquisa

As transformações pelas quais o trabalho se estruturou e se estrutura, constantemente, conforme já inicialmente apontadas, foram e continuam sendo essenciais para se compreender a organização atual das sociedades, as relações sociais e tantas outras implicações decorrentes do mesmo. Até chegar aos moldes do trabalho industrial no mundo moderno, inúmeras transformações modificaram a forma de ser e agir do indivíduo, do coletivo, bem como da própria organização social. Nessa perspectiva, o trabalho sempre ocupou uma centralidade na vida dos indivíduos, estando entre suas atividades mais significativas, configurando-se também mediante as relações sociais, o dinheiro e o capital.

Segundo Zanelli, Silva e Soares (2010), o trabalho constitui um importante elemento das organizações e da sociedade, consistindo em um esforço planejado e dirigido à transformação da natureza. A construção do amadurecimento de um indivíduo é desencadeada por um longo processo que percorre a infância, a juventude, a fase adulta e a velhice. Na maturidade, espera-se que o ser humano se vincule ou se insira no mundo do trabalho, passando essa inserção a representar a principal forma de ganhar um salário, de construir uma identidade e de dar sentido a sua própria existência. Desse modo, o trabalho é tido como uma questão de sustento, crescimento pessoal e de geração de valor. Assim, pode em muitas situações ser considerado como um impedimento para que o indivíduo se afaste dele para gozo da aposentadoria. “Para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade capitalista em que o homem sem trabalho é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente” (BULLA e KAEFER, 2003).

Braverman (1981) caracteriza o trabalho como consciente e proposital, orientado, por sua vez, pela inteligência, que é produto especial da espécie humana e o que o faz ser diferente de todas outras. Assim, todo indivíduo é proprietário de uma porção da força de trabalho total da comunidade, sociedade e da espécie e,

nesse sentido, existem diversos determinantes que o constitui, resultantes das complexas interações entre ferramentas, relações sociais, tecnologia e sociedade. Segundo o autor, o trabalho assume sob as relações capitalistas de produção, três condições básicas: a) a separação dos trabalhadores dos meios com os quais se realiza a produção, sendo que os mesmos, só podem ter acesso a ela, por meio da venda de sua força de trabalho; b) a liberdade dos trabalhadores de exercer sua força de trabalho, livre de constringências legais, como a servidão ou a escravidão; e c) a ideia de que o propósito do emprego do trabalhador expande-se a uma unidade de capital, pertencente, ao empregador, que atua como um capitalista.

Considerando-se as particularidades do mundo do trabalho é possível se fazer várias reflexões, que podem mostrar qual o seu real valor na vida dos indivíduos, inseridos em um seio social. O trabalho modifica a sociedade e é também por meio dele que se tornam possíveis as relações sociais. Na perspectiva de economias tipicamente capitalistas a competitividade e lucratividade resumem os objetivos daqueles que detêm os meios de produção e orientam a lógica de acumulação do capital. Como consequência, o capital, expande-se à medida que transforma essas forças produtivas e também as relações sociais de produção.

Gough (1978), em sua análise sobre os aspectos que envolvem o desenvolvimento do capitalismo, diz que o processo de acumulação acaba por acarretar novas diretrizes na área das políticas sociais e que as inseguranças advindas de uma nova forma de trabalho (o assalariado), assumem aspectos diferenciados mediante os avanços da industrialização. Esses aspectos estariam ligados à questão do desemprego e de outros enfrentamentos, que seriam responsáveis, por deixar os trabalhadores expostos às situações de riscos.

As reflexões do autor apontam que o trabalho assalariado foi a principal ponte de acesso à proteção social no capitalismo, principalmente, à época fordista, quando os sistemas de proteções, em conformidade com o Estado Social, se estruturaram. Segundo o autor, no contexto da política keynesiana, assumiu o estado, importante papel no desenvolvimento das políticas sociais constituídas, por sua vez, para atender ao contexto de lutas e de reivindicações dos trabalhadores assalariados. Nesse sentido, a intervenção do Estado, se fez necessária para vencer além das pressões políticas e econômicas dos trabalhadores, as pressões também do mercado. Para Gough (1978), de forma paradoxal, a classe trabalhadora é coadjuvante indireta da acumulação do capital, ao mesmo tempo em que luta por

seus interesses dentro do Estado, como uma classe que vive se esforçando por melhorar suas condições de vida.

Silva (2012) aponta que fortemente influenciado pelas diretrizes neoliberais, presencia-se nos países de capitalismo periférico, como é caso do Brasil, fortes desigualdades sociais, aumento do desemprego, desregulamentação das relações de trabalho, aumento da informalidade. O Estado se reconfigura, destinando suas funções muito mais em benefício do próprio capital, do que em função da proteção social, intensificando-se, dessa maneira, a “mercantilização” do atendimento das necessidades sociais, o que, por sua vez, aumenta a fragilidade dos mecanismos de seguridade social, principalmente aqueles relativos à previdência, que são resultantes do trabalho. Uma sociedade na qual, reforça Chauí (2008):

A população das grandes cidades se divide entre um “centro” e uma “periferia”, o termo periferia sendo usado não apenas no sentido espacial-geográfico, mas social, designando bairros afastados nos quais estão ausentes todos os serviços básicos (luz, água, esgoto, calçamento, transporte, escola, posto de atendimento médico). Condição, aliás, encontrada no “centro”, isto é, nos bolsões de pobreza, os cortiços e as favelas. População cuja jornada de trabalho, incluindo o tempo gasto em transportes, dura de 14 a 15 horas, e, no caso das mulheres casadas, inclui o serviço doméstico e o cuidado com os filhos (CHAUI, 2008, p.74).

Segundo Freitas (2010) ao longo dos dois últimos séculos os trabalhadores sempre estiveram engajados em uma luta considerada dupla em função da defesa de seus direitos ao trabalho. Isso em função de que ao mesmo tempo em que batalham para garantir direitos que melhorem continuamente suas condições materiais de vida, face às situações de miserabilidade e degradação impostas pelo capital, garantem ao mesmo tempo, de forma contínua a própria reprodução da força capitalista. Nesse contexto o próprio guerrear em prol da defesa e constituição de um ser social, implica também a manutenção da força de trabalho nela contida e historicamente explorada.

Para Marx (1988) o trabalho se expressa na vida do indivíduo por meio principalmente das relações de produção. As teorias do autor sobre a sociedade, a economia e a política relatam que a sociedade progride através da luta de classes: um conflito entre a burguesia, detentora do controle e dos meios e o proletariado – a mão de obra necessária à produção. Desse modo, a inserção dos indivíduos nos processos de produção é determinante para a caracterização das classes sociais, pois a lógica que move as relações sociais é a do capital. Afirma Marx (1998, p.50)

que “é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

No contexto de sua análise sobre o trabalho, Marx (1988) discute um fator muito peculiar: a descaracterização da mercadoria como fruto do trabalho humano. Não se conhece mais quem a produziu, apenas o que foi produzido. Os trabalhadores perdem o controle sobre o produto, assim como o controle sobre o próprio processo de produção. Nessa concepção, o trabalhador, produz bens que não lhe pertencem e cujo destino escapa ao seu controle. Ele não reconhece mais o produto produzido como fonte de seu trabalho, ou seja, não há mais a percepção daquilo que ele mesmo criou, decorrente de suas capacidades físicas e mentais. Como consequência o produto de seu trabalho se consolida, diante dele, como um fator independente e quanto mais o operário trabalha, tanto mais capitalista se torna o mundo objetivo a ele. A mercadoria se apresenta diante do mesmo, como algo estranho e hostil, e não como o resultado normal de seu labor.

Marx (1988) também entende o trabalho como atividade fundante da humanidade, na perspectiva de um sistema capitalista que, impulsiona, cada vez mais, de forma desmedida, o trabalho excedente, que fragmenta e deteriora os limites físicos e morais daqueles que precisam cumprir, segundo a práxis formal, uma jornada de trabalho cada vez mais opressora. Por sua vez, o capital torna-se instrumento que direciona a fragmentação do curso da vida humana, em fases e tempos, substituindo forçosamente a velhice pela juventude. Juventude essa carregada de potência, força e valor. Na velhice, já não se pode mais usufruir, como demanda a lógica capitalista, do homem que deve ser em toda sua existência “força de trabalho” empregada para própria reprodução e aumento do capital, como bem afirma Marx (1988, p.142): “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”. A incapacidade física aparece atrelada à velhice e os trabalhadores de idade mais avançada passam a ser substituídos no processo produtivo, assim como ocorre com tudo aquilo que se torna obsoleto.

Por essa perspectiva, a velhice, ao final do curso da vida humana, é desassociada de um trabalho emancipado, assumindo os idosos uma posição de dependentes, cada vez mais, dos recursos limitantes oferecidos pela sociedade. Não se visualiza na velhice uma emancipação em relação ao trabalho, mas uma dependência hostil em relação a ele. Marx (1988, p.142) ao explicar a relação do

homem com os processos de trabalho, afirma: “ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”. Nesse sentido, conjecturando-se o trabalho na velhice, o que se percebe é que dele é extraído, pelo tempo de vida, um dos principais movimentadores dessa relação: o esforço físico, para vontade orientada a um fim.

É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor, na ordem do capital, principalmente, quando perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida (TEIXEIRA, 2009, p. 64).

A velhice é, muitas vezes, tragicamente comparada a uma mercadoria que perde seu valor e sua própria validade com o acúmulo dos anos. Bulla e Kaefer (2003) discutem que, em um sistema econômico como o do Brasil, que valoriza mais a juventude, as chances dos mais velhos são cada vez menores frente ao mercado de trabalho: os idosos são vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva e raramente leva-se em conta a experiência adquirida por eles ao longo dos anos. A fala de Geraldo reforça esse contexto do trabalho apropriado e dependente da força física:

[..] Para as pessoas que tiveram o seu trabalho baseado no esforço físico é muito complicado porque realmente a gente começa a ter limitações, a difícil arte de ganhar idade, a difícil arte da longevidade, é mesmo muito difícil, a idade é muito difícil porque você tem limitações físicas, aos poucos você vai tendo muitas limitações físicas...começa aparecendo uma fraqueza aqui e outra ali, e tal. Eu como sou muito privilegiado, nesse lado também, porque eu tenho uma saúde muito boa e meus problemas não me impedem, meus pequenos problemas não me impedem de ter uma vida normal e fazer o que eu quero, mas as pessoas que trabalharam com esforço físico durante a vida toda e que se aposentam, praticamente ficam sem alternativa de trabalho porque não conseguem mais realizar o que realizavam antes, né, e enfim... (GERALDO, 66 anos).

A pesquisa de campo desta tese mostrou que o trabalho assume significados diversos que estão relacionados ao modo como os indivíduos estruturaram suas carreiras ao longo de suas vidas, suas relações sociais e, sobretudo, o tipo de trabalho exercido. Sabe-se que maior parte de nossa sociedade é marcada pela força de trabalho explorada. Grande número de trabalhadores idosos vive em

condições precárias, sendo obrigados a se manter com uma renda mínima¹⁷, o que dificulta sua saída de condições de pobreza e vulnerabilidades. Mesmo não se reconhecendo nessa situação e considerando-se privilegiados por isso, esse fator não deixou de ser relatado pelos participantes dessa pesquisa: um grupo com alta formação intelectual¹⁸ (dados não característicos da maioria da população com 60 anos ou mais) que tiveram oportunidades face aos estudos e que conseguiram um posicionamento social com salários relativamente dignos, e que, por vez, refletiu também numa velhice mais segura e com uma aposentadoria com retorno financeiro melhor:

Primeiro, que eu acho o trabalho uma dimensão fundamental da vida humana. Eu digo isso por experiência e digo isso por convicção, por que eu trabalho dentro do quadro de referência marxista, dialético, então, na minha...no meu funcionamento histórico, psicológico, no meu funcionamento social, tem um componente forte da dimensão trabalho, e além disso, tem uma dimensão, vamos chamar aqui de ideológica, dimensão filosófica, política, de que o trabalho é o elemento constitutivo da existência humana, e o trabalho é o fundamento da sociabilidade humana, todas as coisas que eu acredito e continuo dizendo as pessoas né, então, dito isto, acho que é importante dizer que o trabalho também representa uma motivação humana, e eu também gosto de dizer isto para as pessoas, para os alunos: gente, tem uma causa! O que mobiliza a nossa vida é você ter motivos nobres, relevantes, motivos que justifiquem a sua vida, então você pergunta por que que eu continuo trabalhando e vou continuar trabalhando provavelmente até ter energia para trabalhar, por que o trabalho tem essa dimensão de ele poder ser, e eu tenho...de ele poder ser, um motivo forte da existência da gente. Mas é claro que eu tenho que agregar a isso, uma outra coisa, não é? Que é necessário dizer, o tipo de atividade que eu tenho, intelectual, o professor. Atividade intelectual, atividade mental, é algo que realiza o ser humano, aí a gente podia estar falando sobre o trabalho alienado e mil e uma formas de trabalho que não tem, vamos dizer...a pessoa fala: ai meu Deus, quero é parar de trabalhar por que eu não aguento mais né. No nosso caso eu tenho essa crença de que eu gosto.

[...] como eu sou marxista eu nunca tive essa ideia de que com o trabalho eu iria ficar rico, nunca achei isso, não. Ainda mais aqui. Mas, para as pessoas em geral, ainda acho que é pior e a cada dia tá piorando as condições do trabalho, elas estão piorando, os níveis salariais estão piorando, cada vez mais, eu acho que a gente tá entrando num momento terrível eu acho que qualquer pessoa que liga a televisão, que ouve o rádio, que lê notícia, vê o que tá se passando no país hoje. (JOAQUIM, 71 anos).

¹⁷ Os dados relativos ao Censo Demográfico do IBGE (2010), referentes a algumas características das pessoas com 60 anos ou mais de idade, demonstram que 43,2% vivem com renda domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo, 29% vivem com renda *per capita* de mais de 1 até 2 salários mínimos e 22,9% vivem com renda *per capita* de mais de 2 salários mínimos. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2010.

¹⁸ Os dados relativos ao Censo Demográfico do IBGE (2010), referentes a algumas características das pessoas com 60 anos ou mais de idade, demonstram que 50,2% possuem menos de 4 anos de estudo, 32,3% possuem entre 4 e 8 anos de estudo e apenas 17,4% possuem 9 anos ou mais de estudo. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2010.

Tosta (2010) argumenta que a flexibilização estabelecida no Brasil, a partir de 1990 ampliou de forma constante a liberdade do mercado em redefinir as formas de contratação, o que, por sua vez, intensificou o modelo de precarização da força trabalhista. Face a essas condições, intensificou-se o número de trabalhos informais, de contratos flexíveis, sem o respaldo dos direitos regulamentados, tornando fragilizadas as condições de proteção e de direito aos trabalhadores. Reforça Freitas (2010) que essa reconfiguração do trabalho provoca uma insegurança social. Embora a sociedade salarial se apoie em um estatuto social que traga garantias asseguradas por meio de um salário e outros benefícios, vê-se que muitos trabalhadores sobrevivem em condições precárias e marginalizadas provenientes também da própria relação assalariada. O que ainda se agrava para aqueles que dela nem fazem parte. A narrativa de Antônia retrata bem essa reflexão:

A reestruturação vem mais tarde com as tecnologias, com o desenvolvimento tecnológico. Mas com os professores começou antes. Eu fiz uma pesquisa aqui, uma vez em 1938, eu li nos jornais daqui de Goiás, a Folha de Goiás, uma professora de nível médio, uma normalista ela ganhava o equivalente ao salário do desembargador. Quer dizer, por isso que eles diziam casar com uma normalista era dar o golpe do baú, porque você estava pegando uma profissional de salário muito polpudo. Mas houve tanta perda que se você for comparar o salário da normalista com o desembargador, tem desembargador que ganha 200 mil. Eu não sei em Goiás, mas deve ser em torno de 60 e/ou 70 mil, deve ser por aí. O professor está lutando pra ganhar a base, o piso em torno de 2.200,00, a perda é estrondosa. Então eu acho que o país perde. O trabalho no curso de formação de professores, licenciaturas, está muito difícil atrair jovens, eles não querem. Então lá na UEG, nós começamos turma de 40 alunos, vão formar 6, 8 ou 11. Pedagogia é o que mais forma. Forma 20, perde a metade. 1/3 fica, então porquê? Quando os alunos começam a perceber a carreira, eles já desistem. As pessoas não ficam mais tanto tempo na carreira, abandonam a carreira antes. Então o Brasil ele está com uma falta... Só pra repor ele está precisando de formar 500 mil professores, é um dado novinho, fresquinho. O Estado de Goiás, a rede estadual tem um déficit de 9 mil professores. Aí o Governador anunciou um concurso pra mil. Não vai fazer cosquinha. Nós temos um déficit de 9 mil. Então está difícil, é uma carreira, eu falo: não adianta fazer reforma do ensino médio, EAD. A resolução dos problemas educacionais da educação básica passa pela carreira, pelo salário. (ANTÔNIA, 71 anos).

Percebe-se, desse modo, que a forma de se pensar as questões que envolvem o trabalho trazem implicações em todos os campos sociais. Tem-se o aparecimento do que Castel (2009) irá denominar de “supranumerários”, um perfil de “trabalhadores sem trabalho”, considerados inúteis para a sociedade, e outra força de trabalho considerada marginalizada e periférica, constituída principalmente por jovens sem qualificação, mulheres, pessoas mais velhas e imigrantes que ocupam

condições precárias de trabalho, salários mais baixos e que sofrem a marginalização da demanda por mão de obra. A sociedade salarial, apesar de representar o grande ápice dos sistemas de proteções, carrega também suas crises e riscos. Conforme reforça Gorz (1995) tem-se a constituição, de um lado, de um núcleo de trabalhadores que são considerados permanentes, todavia que sobrevivem em condições cada vez menos estáveis e, de outro, um núcleo de trabalhadores em configuração de trabalho temporário, precário, vulnerável e flexível. Os relatos de Rosa e de Amélia são bem expressivos dessa condição:

[...] Outro dia, eu me dei conta de que estava diante de mim, pensando em uma coisa que eu não poderia estar pensando. Eu recebi uma candidata que fez vestibular lá pra faculdade e assim, semialfabetizada, a redação dela é uma coisa de louco, e ela foi reprovada, lógico, e ela disse que queria falar com a diretora...traga...42 anos, a pessoa, ela mora numa chácara, quando eu apertei a mão dela, a mão cheinha de calos grandes, né, e ela disse assim: - professora, vocês não me querem aqui. Já é a quarta vez que eu faço vestibular, já fiz quatro vezes vestibular e não passo. E eu falei pra ela: escuta filha, você fez o ensino médio em EJA, mas você não foi alfabetizada, e eu, assim, nossa! Eu chorei. Por que eu digo, gente, essa cidadã, 42 anos de idade, trabalha com um cabo de enxada, numa chácara, não sabe ler, ela sonha com a universidade, mas é um sonho muito distante. E eu pensei assim, gente, se eu tivesse tempo, por que eu não tenho, definitivamente não tenho, eu daria o meu endereço pra ela ir à minha casa todos os dias pra eu alfabetizá-la. Eu senti essa vontade. (ROSA, 70 anos).

O mercado de trabalho, hoje na realidade em que o Brasil atravessa, nesse ano de 2000... de 10 anos para cá, o mercado de trabalho tá muito difícil, né, a tecnologia avançou demais e a escola não avançou, então a escola não está preparando os jovens para o mercado atual e mesma a sociedade, quer dizer, o nosso Brasil ainda está muito atrasado, nós somos terceiro mundo, nós somos terceiro mundo, não podemos, nós temos pobreza absoluta no Brasil, se você viajar longe para o Nordeste, Amazônia não, você vai à periferia de Goiânia, que você vai encontrar a pobreza absoluta, tem pessoas que não tem futuro, que não tem mais expectativa de futuro, então isso prejudica muito o problema do mercado de trabalho, da ocupação dos jovens e propicia muito à vagabundagem, os crimes que se praticam hoje em dia, as pessoas matam, roubam por nada, sem ter necessidade roubam, mas roubam e chega ali toma um sorvete, roubam e vende aquele celular, compra uma droga [...] (AMÉLIA, 82 anos).

De forma geral, os pesquisados deste estudo (docentes do serviço público federal) não se reconheceram como uma força de trabalho alienada, dependentes da força física e explorada aos moldes de um trabalho degradante. Tratou-se de um perfil de trabalhadores muito intelectualizado e consciente, que tiveram oportunidades de estudo ao longo de suas vidas (mesmo que em condições difíceis em alguns casos), possibilitando desse modo uma formação superior, somada às diversas especializações, o que abriu oportunidades de construção de uma carreira

mais sólida e estável como concursados ao longo de suas vidas, possibilitando uma aposentadoria tranquila. Neri et al (2004) ressalta que o acesso ao capital humano¹⁹ é de extrema importância nas etapas iniciais e intermediárias do ciclo da vida, pois permite maior acúmulo de capital financeiro e maior bem-estar ao final dele.

Assim, o nível de escolaridade torna-se uma variável de destaque para entender as desigualdades características da distribuição de renda entre diferentes gerações. Os dados do Censo de 2010 demonstraram que a média de anos de estudo da população total, é de 4,81, sendo que aqueles com mais de 60 anos de idade apresentam, ainda, um nível mais baixo de escolaridade, com média de apenas 3,3 anos de estudo. Situação essa, que ainda é agravada para aqueles com mais de 80 anos, cuja escolaridade média é de apenas 2,4 anos. Desse modo, vê-se que chegar à velhice com um bom nível de escolaridade não faz parte da realidade de maior parte da população brasileira.

Apesar de entender que o trabalho docente é também uma profissão que sofre com o excesso de trabalho, estresse, elevadas cargas horárias que se ampliam para fora do ambiente regular de suas atividades, principalmente, quando se refere à educação básica, em que a precariedade do sistema é ainda mais evidenciada (MARTINS, 2005; OLIVEIRA e PIRES, 2014; SAMPAIO e MARIN, 2004; PINTO, 2000), faz-se importante ressaltar que em nenhum momento, essa caracterização foi explicitada na fala dos entrevistados dessa pesquisa. É como, tudo o que conquistaram (a carreira, o respeito, os retornos obtidos, a estabilidade financeira, o reconhecimento, a postura intelectual) falasse bem mais alto do que qualquer evidência negativa que, por hora, pudessem ter vivenciado. Todos os entrevistados se incluíram como privilegiados e reconheceram de forma muito expressiva as condições de exploração e de fragilidades sociais a que maior parte da classe trabalhadora está submetida. Na fala de Rosa, tem-se a percepção de exclusão do idoso frente ao mercado de trabalho, para aqueles que ocupam outras profissões, o que, particularmente, não compete à sua realidade, e na fala de Mário, fica evidente o reforço de sua condição de privilegiado, pelo trabalho que exerce:

[...] para o idoso, eu acho assim, tem um pouco de preconceito, mas no meu caso em especial, eu nunca senti, o que eu acho: eu estou no mercado! Eu abri uma empresa, também tenho uma empresa de assessoria e

¹⁹ O capital humano é aqui tratado pelos autores como as condições de escolaridade, educação técnica, experiência e treinamento.

consultoria, se chama Rosa Assessoria e Consultoria, às instituições de ensino, e ando por aí a fora, “olha, professora, a senhora podia trabalhar na minha instituição. Eu [falo], não, numa eu já trabalho, agora o resto é só assessoria. (ROSA, 70 anos)

Olha, eu não vou cair na babaquice de dizer que o trabalho edifica o homem, por que o trabalho que tem normalmente, ele aliena o homem, né. Mas, no caso nosso, privilegiado, de professores, o trabalho foi sempre uma construção, quer dizer, eu sempre tive curiosidade. Olha, você trabalhar na sua vida em uma coisa que você gosta é um privilégio, ele tá misturado. Eu não sei se é trabalho, se é [?]. Eu trabalhava pra ganhar dinheiro, às vezes, dava aulas chatas, e tal, mas normalmente fazia parte do que eu gostava de fazer, então eu não tive nenhuma obrigação, assim, de trabalhar. Uma vez eu fui vendedor de livro, aí sim, esse foi terrível! (MÁRIO, 71 anos).

Desse modo, comparando-se essa atividade de trabalho à da maioria daquelas que compõem a realidade da sociedade brasileira, os pesquisados deste estudo, se consideram muito realizados e distantes de um trabalho alienante. Para os mesmos, ter a possibilidade de realizar um trabalho com prazer foi motivo também de um contínuo pós-aposentadoria, que não se resume apenas no resultado financeiro.

Olha, essa semana fui ministrar uma palestra lá em Uruaçu. Quando eles falaram que eu tinha aposentado: ah, que pena Antônia, você não podia ter feito isso. Eu falei: meu bem, eu tenho que sair para os jovens entrar. Eu já fiz minha tarefa, 55 anos, já dei minha contribuição. Então eu vejo assim, eu não posso dizer que eu não tive o reconhecimento. Eu tive. As pessoas com os quais eu convivo, eles sempre reconheceram. Eu trabalho e as pessoas reconhecem o meu trabalho. A família que não gosta muito, porque me queria mais presente na casa. Então eles falam: você aposentou e você continua trabalhando. Eu falei: calma, é devagar. A educação é assim, a gente vai saindo aos pouquinhos. Você não sai de uma hora pra outra. A gente forma muitos vínculos, e você tem que ir desatando esses vínculos aos poucos. (ANTÔNIA, 71 anos).

Dejours (1992) em importante estudo sobre as psicopatologias do trabalho discute sobre as condições dos subproletários franceses, aqueles caracterizados, por condições de não emprego ou subemprego e sua relação com o trabalho e a doença. O autor relata que das atitudes e dos comportamentos em relação à doença no trabalho, podem-se extrair duas características principais: a primeira delas diz respeito ao corpo e seu silêncio, ou seja, o corpo tido como um conjunto de órgãos que deve estar em pleno funcionamento, bem como à mercê ou em função do próprio trabalho e que um corpo doente ou incapacitado, constituiria uma vergonha coletiva. A segunda característica diz respeito à relação entre a doença e o próprio trabalho, isso quer dizer que tanto para o homem, quanto para a mulher, a doença constitui a ideologia da vergonha de ter que parar de trabalhar ou a própria falta de

trabalho torna, em si, sinônimo de doença. Nessa perspectiva vê-se que, infelizmente, os velhos são mais suscetíveis às doenças e a um corpo físico fragilizado. “O corpo só pode ser aceito no silêncio ‘dos órgãos’; somente o corpo que trabalha o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador da mulher” (DEJOURS, 1992, p.32).

Assim como o trabalho pode significar fonte de adoecimento, pode também, em contrapartida, representar justamente o contrário – uma válvula de escape desse tipo de situação. As falas das interlocutoras Vitória e Helena, neste estudo, demonstram essa situação:

Adriane, eu digo que o trabalho me completa, ele é uma mola que nos salva de algumas coisas. Se você ficar muito ensimesmada em cima de coisas que são da vida, e que as vezes te obrigam, te puxam pra dentro de si mesmo em demasia, você acaba numa depressão, você acaba numa situação complicada. O trabalho não. Eu passei por um período bastante difícil, dois bastantes difíceis de perda. Um foi na minha separação, não fazia o menor sentido, outro foi quando minha tia Joana morreu, nós éramos muito unidas, muito mais que mãe e filha, mãe e filha as vezes tem atrito, mas nós tínhamos uma ligação profunda, profunda de alma, eu sofri muito com a morte dela. Meti a cara no trabalho, quando eu vi o tempo tinha passado, a dor tinha passado junto com o tempo, porque o tempo vai curando tudo, você vai naquele trambolhão e pronto, vai navegando. Então o trabalho funciona até como terapia pra gente. Acho que uma pessoa que não tem trabalho é uma pessoa muito triste. Eu já estou me preparando para quando eu sair daqui. (VITÓRIA, 63 anos).

Eu sou muito motora, muito elétrica, sabe, muito ativa, eu não consigo ficar parada. Ficar sem o que fazer, para mim é uma ameaça terrível, eu tenho que ter um trabalho, mais de um, sabe, eu preciso disso pra me sentir viva também. Ficar assim, sem o que fazer, ficar o dia inteiro na frente da televisão, ou mesmo ler o dia inteiro, não! Não pode ser só leitura. Eu leio, eu vejo televisão também, mas, sobretudo, trabalho. (HELENA, 79 anos).

Conforme descrito nas falas anteriores, o trabalho para os docentes concursados entrevistados foi muito mais visto como algo prazeroso, elemento vital, de realização pessoal e fonte de motivação do que um elemento de desprazer, adoecimento, sofrimento, dor e, unicamente, recompensa financeira. Isso permite inferir que o exercício do trabalho docente, que abre possibilidades de formação de carreiras, em universidades públicas, está, por sua vez, muito mais caracterizado como um trabalho que proporciona prazer, estabilidade, certezas pessoais e futuras, além de abrir possibilidades longínquas de atuação no mesmo tipo de atividade, inclusive, pós-aposentadoria e na velhice. Apenas uma entrevistada relatou não continuar nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão, todos os demais continuaram atuando no campo da educação.

Há sete anos que eu participo aqui do coral da ADUFG, né, que é o meu lazer, minha alegria é cantar. Sempre gostei. E tirando isso não tenho feito nenhum trabalho, nem revisão, que eu fazia de teses, mestrado essas coisas, né, dissertações, eu tive que parar. A cabeça minha ficou muito cansada e eu perdi minha mãe tem quatro meses, eu to ainda na fase em que o luto não saiu de mim, sabe. [Pesquisadora: nossa, que difícil] Eu faço ainda... agora to ajudando a minha filha, mais ou menos oito meses, ela e meu genro, noivo dela, eles abriram uma *hamburgueria* no Goiânia II, uma hamburgueria que eles mesmos produzem, tipo gourmet, né, num espaço muito legal, o pessoal da universidade vai muito, tanto professor quanto aluno, ex-colegas dela, que ela fez Ciências Sociais também. (ANA, 61 anos).

O trabalho que eu exerço é remunerado pela PUC GO. Eu fiz concurso para o departamento de Letras, para o Curso de Letras aqui. Fui aprovada de novo em primeiro lugar, graças a Deus. De lá pra cá, aquilo que eu já te disse informalmente, eu venho assumindo a gestão, a gestão dentro da Universidade. Primeiro assumi a Coordenação de Artes e Cultura [...] (VITÓRIA, 63 anos).

Hoje professor do mestrado, no projeto de doutorado. Enquanto pro reitor nós encaminhamos a discussão e organização do núcleo de inovação tecnológica e começamos desenvolver uma linha de trabalho na área de inovação e empreendedorismo. Isso vamos dizer como incubadora de empresas... todas essas coisas de inovação. Nós formatamos a construção de um Centro Tecnológico, Polo Tecnológico. (ROBERTO, 76 anos)

Hoje eu faço pesquisa, né, como voluntário na UFG e também sou coeditor da revista aqui, são duas coisas diferentes, né. (MARCELO, 76 anos).

Bem, eu só trabalho mesmo [risos]. Eu fui coordenadora pedagógica da faculdade de medicina da UNIRV em Aparecida de Goiânia, durante dois anos, mas eu estava fazendo uma jornada, acumulando com uma outra faculdade que eu dirijo, 16 horas e meia por dia. Então era um pouco cansativo, aí eu deixei a faculdade de medicina e estou na Faculdade Nossa Senhora Aparecida, Fanap, dirigindo desde 2011. Fui chefe de gabinete, também, da secretaria de estado da educação durante quatro anos e oito meses. (ROSA, 70 anos)

Professor pesquisador. Eu acho que boa parte da minha vida profissional é voltada pra pesquisa. Mas eu sou professor também, dou aula regular. (JORGE, 71 anos).

Desse modo, percebe-se que por mais difícil que seja também, a realização do trabalho docente, e não extraindo dele seus fatores de pressão²⁰, para esse estudo, o mesmo resultou, em atos de motivação, continuidade, reconhecimento e valor. Assim, percebe-se que o mesmo, ainda se difere muito de outras profissões que, em maior grau, são tidas como muito mais exploradas, degradantes e exigentes de força física, em que os trabalhadores, contam os dias para se aposentar, exercendo após esse período, outros trabalhos, na maioria das vezes em um

²⁰ Não foi intenção dessa tese explorar as condições do trabalho docente, mas apreender a partir da fala dos entrevistados os significados que esse tipo de trabalho assumiu para os pesquisados. O roteiro constitui-se de perguntas abertas e os entrevistados podiam expressar livremente seu posicionamento, referindo-se a qualquer tipo de olhar, fosse positivo ou não.

mercado informal ou com o intuito quase único de garantir condições mínimas de existência (PEIXOTO, 2004). Bem como, pode diferir-se também, do exercício profissional docente desenvolvido em outros tipos de instituições, como por exemplo, as privadas (SIQUEIRA, 2006).

Para Martins (2005), o processo de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, decorrente da crise capitalista, principalmente nos anos 1970 e 80, foi responsável por mudanças organizacionais e no mundo do trabalho, acopladas principalmente à implementação de políticas neoliberais, cujo efeito, também se tornou visíveis, no exercício da educação no Brasil: transformações nos seus objetivos, nas suas funções e, sobretudo, na sua organização, na tentativa de uma adequação às demandas neoliberais. Destaca a autora que esta reflexão está ancorada em dois importantes aspectos: o primeiro deles relacionado à adaptação dos indivíduos a um mundo em constante transformação, pautados por uma dominação ideológica, decorrente de uma visão empresarial e, portanto, mercantil; e o segundo deles, na concepção da educação, como um caminho possível, para moldar os trabalhadores, segundo interesses e necessidades impostas pelo próprio capital.

Desse modo, observa-se, uma junção entre educação e esfera produtiva, que também submete a força de trabalho docente às novas formas de exploração decorrentes da reestruturação capitalista: flexibilização, baixos salários e trabalho precário, com um crescimento expressivo de instituições privadas, além de modificações também estruturais na forma de exercício das atividades docentes, em Instituições Federais de Ensino Superior, como por exemplo, a gratificação de estímulo à docência (GED)²¹, que introduz o sistema de pontos que se convergem em salário, de forma individual e não coletiva (MARTINS, 2005).

Siqueira (2006), em estudo qualitativo sobre o trabalho docente em instituições de ensino superior privado em Brasília, identificou que o processo de construção de identidade desses profissionais pauta-se no reconhecimento social. Todavia, elementos como o sofrimento e o desencantamento estão fortemente presentes nas relações cotidianas desses sujeitos com essas instituições, que

²¹ Segundo Pinto (2000), em artigo intitulado: a subordinação do trabalho docente à lógica do capital, a GED representa uma das alterações presentes na forma de organização do trabalho docente, que institui por meio de um sistema de pontuação, uma gratificação, a partir de critérios definidos pelas Instituições Federais de Ensino superior (IFES) e parametrizados pelo MEC, que fica responsável por estabelecer o valor dessa pontuação, além de controlar e fiscalizar a implantação dessa gratificação. Exclui-se ou inclui parcialmente docentes aposentados e docentes de ensino básico e médio.

operam por meio de critérios de mercado, que impactam a forma com que esse trabalho é desenvolvido: o espaço institucional de exercício de suas atividades é fortemente permeado pela impossibilidade de construção de carreiras e do aproveitamento de um conjunto de qualificações.

Assim, suas identidades vão sendo construídas por sentimentos de angústia profissional, face as constantes possibilidade de demissão existentes, associadas ao sentimento de fracasso. Para os pesquisados desta tese, o elemento reconhecimento social esteve presente para os pesquisados, todavia, o exercício do trabalho docente, não esteve vinculado ao sentimento de angústia, por se tratar de professores que constituíram suas carreiras em uma universidade pública. Assim, as chances de estabilidade acabam por eliminar esse sentimento. Quando questionados sobre o significado do trabalho para suas vidas, os entrevistados dessa pesquisa relataram:

Trabalho é vida, é pulsação, é necessidade, é prazer. Por que o que eu fiz foi com prazer. Eu não trabalhei contrariada, não tinha momento ruim quando eu entrava em sala de aula, era um laboratório, uma felicidade, sabe, de estar lá. Por isso que eu não tive stress. Eu falo assim para os meninos aqui do coral, elas vem às vezes com umas garrafinhas de água, ou com maçã, gengibre, que é bom pra voz, eu dei aula a minha vida toda com uma garrafinha de água, terminava primeiro horário eu enchia de novo, minha garrafinha de água, nunca fiquei afônica, nunca tive problema de amígdala, de garganta, e falava sem parar, e eu falo muito e a disciplina exigia, trabalhava com leitura e produção de texto, então você imagina, com alunos que estavam entrando, e no estágio, com que estava saindo. Então eu precisava...atividade mesmo de correção, de burilar o texto, né, de mostrar os problemas...é prazer, trabalho pra mim foi prazer. (ANA, 61 anos).

É...trabalho é...me mover para realizar alguma coisa. Trabalho é me mover para realizar alguma coisa. Quando esse mover é prazeroso, é também trabalho, mas é um trabalho com prazer, em algumas situações eu tive necessidade de fazer trabalho por remuneração, agora eu tive sorte na vida porque eu consegui, por exemplo, praticamente eu não saí da escola, né, meu trabalho de estudante passou a ser profissional, então o trabalho teve esse lado prazeroso, à medida que fui estudando eu fui descobrindo algumas disciplinas, principalmente a antropologia, que me dava prazer, fazer né e transformar esse exercício de... de conhecimento, de experiência, conhecimento do outro, de outras vidas, outras culturas, etc., que partiram de uma experiência particular [...]. (GERALDO, 66 anos).

Continuando as discussões a esse respeito, pontua Castel (2009) que a própria diversidade das formas de trabalho, principalmente as mais precárias, é o que permite compreender as vias que alimentam o processo de vulnerabilidade

social, desemprego e desfiliação. Essa consideração do autor se faz interessante, porque, conforme visto, para esse estudo, o trabalho assumiu significados bem específicos, a partir da categoria aqui estudada. Para Bulla e Kaefer (2003) a forma com que o homem se relaciona ou se apropria do trabalho carrega concepções e significados diferentes, que devem ser respeitados e entendidos a partir da vivência histórica e da vida cotidiana de cada indivíduo, por sua vez, manifesta em diferentes ritmos e regularidades. “A história é fator essencial para a compreensão do homem através de seu passado, presente e futuro” (BULLA e KAEFER, 2003, p.3).

Eu sei pelo que eu leio e pelo tipo de observação da realidade, que as oportunidades de trabalho para a juventude estão mais difíceis, e o problema todo da precarização do trabalho, da instabilidade então, com a nova legislação, que é assim, uma violência contra o trabalhador, então as condições de trabalho vão ficar cada vez mais precárias e, enfim. Acima de 60 anos eu não tenho informação do ponto de vista econômico, social. Vejo lá no meu prédio senhores de idade que ficam, passam a noite lá no prédio como vigilante, na portaria, não sei dizer muito sobre isto, eu acho que, evidentemente, que quanto mais precariza o trabalho, mais precariza o emprego, principalmente para pessoa já de idade, né. Acredito que eu sou um privilegiado de ter trabalho, de estar bem, mas que há muita gente na pobreza e nas classes sociais mais baixas, né. E pessoas de idade que tem dificuldade de emprego. Nosso país não é um exemplo de atendimento à velhice, né. (JORGE, 71 anos).

Eu lembro na UEG que eu vi a primeira pessoa, uma funcionária lá que ia aposentar e eu falei assim pra ela: nossa você deve tá achando ruim não é, aposentar? Ela falou: que nada, eu não vejo a hora de aposentar. Aí eu tenho um amigo lá que é psicólogo que eu comentei com ele: fulano e contei “ela falou que não vê a hora” ele: Antônia, tem algumas pessoas que o trabalho é peso. Então pra ela ficar livre disso aqui é uma vitória, o trabalho é pesado. Trabalhar na universidade, trabalhar com o que você gosta não é peso. Então isso preenche muito a minha vida, mas acabei desenvolvendo outras habilidades de leitura. Depois que você faz o mestrado você não lê mais igual. Quando você faz o doutorado mais ainda, você lê mais rápido, você compreende mais. Então eu quero fazer essas coisas que eu não conseguia que foi justamente o trabalho que me possibilitou. O trabalho me possibilitou ter uma aposentadoria melhor. Porque a gente vive bem com 15 mil reais. É um salário grande pra sociedade brasileira, pela média da sociedade brasileira. Eu só não ganho mais que o Neymar (risos). Eu falo que o Neymar... Uma vez eu fui fazer uma conta do salário mensal do Neymar, sabe quantos anos eu preciso trabalhar pra ganhar o que ele ganha num mês 42 anos. (ANTÔNIA, 71 anos).

Dependendo da categoria em análise, do tipo de atividade exercida, vê-se que os significados do trabalho, podem estar atrelados a algo que remete a uma fonte de prazer ou desprazer, de motivação ou não, atendimento de necessidades ou não, posto que aquilo que se faz e como se faz, bem como as implicações do histórico de vida, vão interferir diretamente em como as pessoas se reconhecem no

mundo do trabalho. Dos dezessete entrevistados desse estudo, nenhum se referiu ao exercício do trabalho, antes ou depois de aposentados, como algo sofrível, doloroso de se executar ou que significasse apenas sustento de necessidades. Apenas dois entrevistados se referiram ao trabalho enquanto fonte pecuniária e todos os demais trouxeram conotações semelhantes em suas falas, sobre o exercício do trabalho como fonte de prazer e motivação.

Ah, eu acho que o trabalho é fundamental, fundamental. Um trabalho que a gente goste de fazer, que ele possa contribuir para a evolução da sociedade democrática, para o relacionamento entre as pessoas, então ele é, ele é fundamental. Tem a parte pecuniária também, né, mas eu acho que quando a gente gosta muito, a gente nem preocupa muito com essa parte, mas também porque eu tenho outros auxílios, né, família de fazendeiros, que tem herança, sabe, tem, né, mas trabalho assim... e que a gente acha que deixou marcas, não é? esse dia eu fui até num velório... então eu tenho amizade com as funcionárias elas me ligam sempre, porque eu fiquei muito tempo na faculdade, uma professora, ela falou assim baixo eu não entendi, eu falei: eu não não não escutei direito, “você tá fazendo falta demais menina”, não! Pode falar alto. É porque eu gostava né, porque eu gostava, eu gosto de... desse relacionamento, porque na faculdade de educação, tem um hábito, ninguém quer saber da administração, porque uma coisa é você tá na sala de aula, outra coisa é que você tá na administração. Mas eu sempre dei aula, eu era a diretora e tinha uma turma, porque eu acho que é na sala de aula que acontece as coisas, e você tem que fluir de lá com o que o pessoal tá sentindo, o processo. Então eu acho bom, assim [...] (MIRANDA, 76 anos).

O trabalho faz parte de mim. Tem um verso do Mario Quintana que ele fala assim: metade é amor, a outra metade também. Eu tenho dito que a metade de mim é trabalho e a outra metade também (risos). Porque eu acho que o ser humano, o que diferencia o ser humano dos outros animais é o trabalho. É diferente do trabalho remunerado, mas o trabalho é intrínseco do ser. Então eu vejo por isso. Eu acho importantíssimo na vida da pessoa ela ter um trabalho e gostar do trabalho, saber que aquele trabalho que se executa ajuda as outras pessoas, eu acho que isso é importantíssimo. A educação por essência dela te permite isso. (ANTÔNIA, 71 anos).

Ao se falar de trabalho, não se pode deixar de considerar um importante elemento, já que este foi responsável por diversas transformações em âmbito mundial, conforme já inicialmente discutido e que aqui faz se necessário voltar, pelo impacto também relevante nessa pesquisa: o rompimento da rigidez fordista via um novo arranjo de mercado, marcado pelas características da flexibilização: automação, avanços tecnológicos, busca de novos nichos de mercado, dispersão geográfica e fusões, tudo isso associado a um sistema de regulamentação política e social bem diferente do que marcou os mercados anteriormente.

Opondo-se à rigidez do fordismo, o regime de acumulação apoiou-se na flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos e também nos padrões

de consumo, com ênfase nas tecnologias e nas respostas rápidas (HARVEY, 2014; ANTUNES, 1999). Mário expressa sua preocupação face aos avanços tecnológicos, como por exemplo, o uso do celular, pelos filhos:

Tem que tomar cuidado, por que isso realmente isso é um fator de dispersão, assim, imenso. É a única briga que eu tenho com meus filhos, é naquele troço lá. Chega na mesa deixa o celular lá, senão... (MÁRIO, 71 anos).

Esse novo modelo exigiu também modificações na própria postura do trabalhador: no âmbito da empresa, o individualismo, a competitividade, a eficácia, passou a acarretar a desqualificação daqueles menos preparados ou menos aptos. Além de invalidação daqueles que estão envelhecendo ou jovens demais, com pouca qualificação (CASTEL, 2009). Ocorreu um ressurgimento de formas mais antigas de trabalho doméstico, familiar (patriarcal), além de um rápido crescimento da exploração da força de trabalho das mulheres. Desse modo, a reestruturação produtiva, na contemporaneidade, colocou em cena novos modelos de arranjos familiares e novas modalidades de interdependência entre gerações distintas (HARVEY, 2014). O culto a individualidade é acentuado e marcante, além da força e impactos da tecnologia. A fala de Miranda faz menção a essas duas variáveis que são bem características do modelo de flexibilização:

Eu não sei se a gente, no nosso tempo, que eu não gosto de falar: “Ah, naquele tempo era melhor”, não... tem muita coisa melhor hoje, mas o trabalho mudou os interesses são muito individuais, né. Eu me lembro uma vez, um professor, eu chamei pra participar de um trabalho muito importante, aí ele falou para mim assim: “eu não sei se esse é o meu projeto”, você está numa instituição pública meu amigo, seu projeto tem que ser coletivo, quer dizer, você tem que crescer individualmente, pra isso a instituição te dá uma bolsa, te dá meios para você trabalhar, estudar sem trabalhar, mas você tem que ter um projeto coletivo, e eu insisto para você participar dessa comissão, sabe como? já era um pouco, agora, hoje, eu acho que aumentou... eu acho que é a sociedade que passa por mudanças, por exemplo, a tecnologia é uma coisa extremamente importante, mas ela faz isso, ela facilita o trabalho [...] (MIRANDA, 76 anos).

Sennett (2014), em contribuição ao tema reforça que o capitalismo flexível também estabelece uma relação direta com a questão da idade. O autor aponta que no século XIX a ênfase na juventude era uma questão de mão de obra barata, mas que no capitalismo de hoje, além dessa preferência, outros atributos são também determinantes, como uma mão de obra mais atraente para ocupação de escalões mais altos, em virtude das características da flexibilidade. Por mais que o mercado de trabalho mantenha-se difícil, tanto para jovens, quanto para velhos, a situação

dos mais velhos é ainda tida como mais complicada. Sennett (2014, p.110) defende que “flexibilidade equivale à juventude; rigidez, a idade”.

Tomás (2012), também leva em consideração que a relação com o trabalho modifica com a idade e evolui com o tempo, além de definir a condição de vida de um indivíduo. Segundo o autor, o valor dos anos é muito desigual de uma categoria social para outra, bem como para os diferentes grupos profissionais, sobretudo, como resultado de valoração. A idade poderia ser considerada uma variável discriminante, pelo poder que condiciona em termos de ocupação diferenciada, bem como um fator de diferenciação e de classificação dos indivíduos. O autor defende que o próprio sistema social é um sistema de desigualdades de classes sociais e também de idades, quando se compara grupos de jovens em relação aos de idosos.

A discriminação etária pode ser facilmente percebida, a partir das políticas de recrutamento e seleção de pessoal, quando se fixam limites em termos de idade para contratação e ocupação de diferentes postos de trabalho. Nesse sentido, o que se observa é o critério de idade sendo utilizado à guisa de um vetor social para a contratação. “Os trabalhadores mais velhos têm a noção da sua regressão sociolaboral, assim como da dificuldade de reabsorção produtiva estável nos moldes em que se verificava outrora” (TOMÁS, 2012, p.211).

Desse modo a experiência acumulada e vivida, perde seu valor, uma vez que o que foi aprendido no decorrer dos anos pode atrapalhar o processo de mudança constante e de capacidade imediata, o que é muito característico de empresas flexíveis. A ênfase na juventude foi, bem notável, na fala de Geraldo, assim como a percepção da dificuldade de inserção de pessoas mais velhas no mercado, principalmente, em atividades dependentes de força física, o que se configurou em exceção para os entrevistados dessa pesquisa, com conhecimento e capacidades muito especializadas na área de educação e que felizmente não faltou postos de trabalho após se aposentarem.

Acho que para os dois é muito difícil. Para os jovens eu acho muito problemática, eu fico assim... Claro, o idoso não tem jeito de meter nas sandálias dos jovens, mas eu acho muito difícil, acho muito problemático, eu acho que assim, exige um esforço maior do que eu tive principalmente para gente mais ou menos nessa categoria média, classe média, classe média baixa, em que eu estou, meus filhos e tal, né, e eu vejo, né, que é uma batalha muito grande, né. E quando conseguem um salário bom, a insatisfação é muito grande, eu tenho dois filhos que tem bons empregos, trabalham com bons empregos, com bons salários, que ganham mais que eu, com certeza, mas são muito infelizes com o que fazem e... por outro

lado, a minha filha que é jornalista, que não ganha quase nada, trabalha com marketing e tal, tá lá no Rio de Janeiro, batalha, mas tá feliz da vida com o que ela faz né, de vez em quando eu preciso passar grana pra ela e tal, porque ela vive meio apertada, mas ela tá bem, e feliz com o trabalho que faz e com as perspectivas que ela tem no futuro, com os projetos, com as esperanças, ela tem esperança no trabalho; tá conseguindo aos poucos se aprumar, isso aí... então é muito, é muito complicado. Agora para idosos, eu acho que, aqueles que tenham algum tipo de conhecimento, que podem contribuir para encontrar trabalho, mesmo assim, eu acho meio difícil sair fora de alguma coisa que ele já fez a vida inteira [...] e as pessoas que tem algum tipo de especialização, algum tipo de trabalho que conseguem manter, não acredito que sejam muitas, aquelas que tem algum tipo de opção, como eu tenho, eu, mesmo que eu não ganhasse nada, com o tai chi chuan eu não teria nenhum problema, porque eu tenho minha aposentadoria, mas as pessoas que não têm uma boa aposentadoria não tem esse tipo de opção, então é muito difícil, muito difícil, o mercado é muito seletivo, o mercado exige juventude, exige projetos, e isso pra uma pessoa mais velha acaba ficando limitante (grifos meus) (GERALDO, 66 anos).

Assim, o que se observa como característica da flexibilidade é que quanto menos tempo dedicado ao acúmulo de aptidões melhor. “Do ponto de vista da instituição, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quanto de submissão imediata” (SENNETT, 2014, p.111). Isso acaba por acarretar nas pessoas mais velhas um sentimento de fragilidade, uma apreensão pessoal e uma diminuição da autoestima, principalmente, quando o acúmulo de experiências vividas já não serve mais como subsídio para alimentar o presente. Afirma Sennett (2014, p.115):

Se a negação da experiência fosse simplesmente um preconceito imposto, nós da meia-idade seríamos simplesmente vítimas do culto institucional da juventude. Mas a apreensão com o tempo está gravada mais fundo em nós. A passagem dos anos parece esvaziar-nos. Nossa experiência parece uma citação vergonhosa. Essas convicções põem em risco nosso senso de valor pessoal, mais pela inexorável passagem do tempo do que pela precisão de jogar.

No processo de reestruturação produtiva, vê-se que, apesar da aposta na força jovem, o desemprego estrutural e os baixos salários também comprometem demasiadamente esses grupos, limitando, sobretudo, suas condições de acesso e de manutenção no mercado de trabalho, o que concerne a essa geração, uma relação de dependência financeira cada vez mais nítida, em relação aos mais velhos. Os estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004) apontam, por exemplo, que os idosos são responsáveis por uma parcela importante de contribuição na renda das famílias, fator que tem crescido ao longo do tempo. Em 1980, a contribuição do rendimento do idoso na renda de sua família foi de 46,6 %, enquanto que, em 2000, passou para 58,8%, o que, segundo a autora, permite inferir, em nível micro, que

essa situação é, em parte, determinada pela provisão de rendas por parte do Estado.

A gente ajuda, eu pessoalmente, ajudo dois, um deles é a X com a *hamburgueria* por que se a gente não ajudar, não tem jeito. E além dela eu tenho um neto que teve algum problema, nasceu com um problema neurológico e felizmente é menos do que a gente pensava, então eu ajudo, eu pago Unimed, eu ajudo esse, especialmente. (JOAQUIM, 71 anos).

Esse fato acaba por comprometer, parte da renda financeira de muitos idosos, principalmente, daqueles que recebem baixos valores relativos aos fundos de aposentadoria ou pensão ou que dependem de trabalhos precários. Por outro lado, mesmo quando não dependentes financeiramente, os jovens acabam dependentes do trabalho doméstico ou de cuidados para com seus filhos entre outros, proporcionados pelos mais velhos, cujas mulheres, historicamente, sempre estiveram mais atreladas. O papel da avó e do avô cuidador surge como uma forma de auxílio para que muitos jovens possam se manter no trabalho. Ana aponta em sua fala não ter vivido essa situação de desemprego estrutural (lembrando aqui, sua condição de concursada), todavia, enxerga claramente a dificuldade enfrentada pelos mais jovens, de inserção ou manutenção no mercado, cujas tendências futuras se configuram cada vez piores e mais degradantes.

Eu não enfrentaria mais, é lógico que eu tô me colocando agora com 61 anos, mas, eu não faria licenciatura pra trabalhar em sala de aula, se fizesse era pra continuar mestrado, doutorado pra pleitear um concurso público numa instituição superior, eu acho que não tá fácil para os alunos que estão se formando e ir pra periferia, enfrentar salários baixos, falta de segurança, violência, desrespeito, eu não vivi isso Adriane [...]. (ANA, 61 anos).

Na fala logo mais abaixo, de João fica claro a necessidade de capacitação profissional dos jovens para ocupação de cargos melhores, todavia nem mesmo aqueles que estão mais preparados possuem garantia de que estarão empregados futuramente, como foi o caso exemplificado de sua filha. Ainda é possível observar em sua fala outra situação, em que a dependência financeira e doméstica de outro filho em relação a sua pessoa se faz muito presente. Os estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004) ancorados nos dados do censo demográfico do IBGE (2000), sobre o rendimento médio de todas as fontes, por sexo e idade, apontaram que, os rendimentos relativos à pessoa idosa, situam-se em patamares pouco mais elevados, quando comparado ao da população jovem.

A autora relata que, entre os homens, o mais baixo rendimento recebido, esteve atrelado ao grupo de idosos, com mais de 80 anos e, mesmo assim, esses valores ainda eram maiores do que os recebidos pela população menor que 25 anos. Já os grupos inseridos entre 60 a 64 anos apresentaram uma renda maior que a população menor de 40 anos. Isso acabaria por condicionar a esses idosos uma possibilidade maior de suporte, em relação a sua estrutura familiar.

Eu tenho uma filha que é física, morou três anos na Inglaterra, e ela é pesquisadora, ela morou, veio pro Brasil, não pode continuar na Inglaterra porque a Inglaterra começou a perseguir os estrangeiros. Eu sou neto de português, não sou estrangeiro, mas ela é bisneta, então ela teve que voltar, sair da Inglaterra, após três anos voltar ao Brasil. Aqui encontrou dificuldade como pesquisadora, ela sempre quis ser pesquisadora, já tinha corrido pela Europa inteira, pelos Estados Unidos, china e tudo mais, ela fez mestrado e doutorado na USP, ela e marido, e ficou em São Paulo mais ou menos por seis anos, fazendo mestrado e doutorado, então ela veio para...voltou pra Goiânia e dedicou-se a ser professora, mas ela não nasceu pra isso, mas por problemas financeiros resolveu. Mas, a vocação dela básica é a pesquisa [...] e meu filho, outro, formado em educação física e mexe com nutrição também, é um *personal trainer*. Esse vive dep [...]. Vive em casa, é como se fosse dependente porque não contribui com quase nada, tudo sai do meu bolso (grifos meus) (JOÃO, 91 anos).

Goldani (2004) traz ainda que ao longo dos anos 90, a renda das famílias brasileiras com filhos pequenos diminuiu o que fez com que o apoio financeiro dos idosos, advindos, principalmente, dos benefícios recebidos do Estado, aumentasse a responsabilidade desses em prover economicamente seus filhos adultos e netos. Os estudos de Saad (2004) sobre a transferência de apoio intergeracional no Brasil, com especificidades voltadas principalmente para as cidades de São Paulo e Fortaleza, também encontrou dados que reforçam esse posicionamento, mas dados também, em fluxo inverso, dos filhos para os pais.

É notório que as características do mercado de trabalho atual exigem cada vez mais perfis adequados, sujeitos cada vez mais qualificados que respondam de forma rápida às suas expectativas e que se adaptem com facilidade. Percebe-se que a sociedade brasileira ainda tem muitas dificuldades para lidar com a inclusão de pessoas com idade mais avançada, na maioria das categorias de trabalho, estigmatizando o idoso e provocando sentimento de impotência e exclusão ao afastar esses grupos do mundo produtivo. Essas pessoas enfrentam situações de preconceito em uma sociedade que se caracteriza cada vez mais pelo avanço das

novas tecnologias, pela rapidez e pela fluidez com que as coisas acontecem, um mundo cada vez mais virtual e menos real.

Todavia de forma interessante a velhice não foi retratada, pelos entrevistados desta pesquisa, como um elemento que impedisse o pleno exercício de suas atividades, sendo esses profissionais, ao contrário, reconhecidos naquilo que faz. O que reforça o que já foi posto por Tomás (2012), de que a variável idade cronológica interfere de forma muito desigual de uma categoria social para outra, bem como para os diferentes grupos profissionais, sobretudo como resultado de valor. Os estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004) também apontaram que de certo modo, uma expressiva parcela de indivíduos encontra-se com força, vigor físico e boa saúde, estando inseridos no mercado de trabalho, mesmo em condição de aposentados. Essa situação é também decorrente, do aumento da expectativa de vida, proporcionada pelos avanços nas condições de saúde e tecnologias, bem como da própria universalização da seguridade social.

Esse fator foi considerado um elemento importante para esse estudo, visto que a noção da regressão sociolaboral dos velhos é bem perceptível, quando se trabalha com o denominador corpo, pois este na velhice é, muitas vezes, um corpo incapacitado se comparado às possibilidades de outrora e muito mais suscetível às doenças. Para determinadas profissões, no entanto, o impacto do corpo sobre o desenvolvimento de determinadas atividades é menor. Como se sabe, o trabalho do professor é uma fonte cognitiva e intelectual e, desse modo, se este lado do corpo estiver mais preservado, o desempenho de seu trabalho é bem menos comprometido. Para muitos dos pesquisados, o exercício do trabalho, com a chegada da experiência do envelhecer, foi relatada como apresentado a seguir.

Eu acho que adquire mais confiança, mais serenidade. Mais autoconfiança, mesmo. Eu vejo mais assim... [...]. eu me sinto apta a fazer o que eu já fazia mais tempo, da mesma forma, sabe. (MARIA, 71 anos).

Sim. Naquilo que eu te falei, minha relação. Porque eu trabalhei sempre... Mesmo você sendo professor lá dentro da Federal eu também assumi posto de gestão... Mas vamos pegar a profissão de professor, quando você está dentro da sala de aula, o que você é? Um gestor. Você está ali administrando, administrando conhecimento. Mas você, a figura de você, como gestor, condutor da coisa, é essa figura que está ali. O professor não tem outra solução, ele está ali como gestor da sala de aula. À medida que você envelhece essa relação é muito mais fácil. Não sei se é por causa da experiência ou por causa da tranquilidade. A relação com os comandados vamos dizer assim, a palavra não seria essa ideal, mas você entende o que eu quero dizer. As pessoas que estão ali sob a minha gestão, quer seja aqui, quer seja na sala de aula... a relação é muito mais fácil, é uma relação

que se torna sempre de amizade e não de gestão, e ela já foi de gestão. (VITÓRIA, 63 anos).

Não. É o trabalho que influencia na minha idade. [risos] O que eu trabalho me ajuda a ter uma saúde melhor, o trabalho me ajuda a ter uma vida melhor, o Tai chi chuan ele é, faz parte da difícil técnica de ganhar idade e quando eu não pratico Tai Chi eu não fico bem, às vezes eu tenho algum probleminha na minha coluna, tá assim, não sei o que, e tal, o meu remédio é o Tai chi chuan, e ainda bem que eu tenho, às vezes, obrigação de ir, mais ai eu falo: mas hoje eu não tô com vontade nenhuma de ir, mas eu tenho compromisso pessoal e lá eu vou. Eu saio assim curado. Então é exatamente o contrário hoje, o meu trabalho me favorece porque ele... é claro que, o trabalho intelectual também me ajudou muito, me foi... muito proveitoso e é ainda, eu tenho ainda uma vida intelectual, não profissional, mas eu tenho uma vida intelectual e como trabalho também foi muito bom [...]. (GERALDO, 66 anos).

Para Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), é importante ressaltar o crescimento marcante da proporção de aposentados entre os idosos economicamente ativos, consequência da ampliação da cobertura previdenciária pós-Constituição de 1988. Segundo as autoras, a proporção de aposentados acima de 60 anos de idade cresceu de 49% para 68% no meio urbano e de 59% para 92% no rural. Tanto para homens quanto para mulheres esse crescimento foi preponderante. Todavia, apesar do crescimento expressivo da cobertura previdenciária, não foi observado, o impacto que se poderia esperar sobre a atividade econômica, ou seja, o benefício da aposentadoria se manifestou como um importante instrumento de geração de renda familiar, mas aparentemente não gerou nenhum incentivo ao afastamento do trabalho.

Entre 1981 a 2001, as taxas de atividade masculinas ficaram praticamente constantes (crescimento de 36% para 38% no urbano e mantido em 60% no rural) e as femininas cresceram (9% para 12% no urbano e de 13% para 19% no rural). Quando questionados sobre o fator idade, em relação ao trabalho que desempenham os entrevistados dessa pesquisa, relataram que o mesmo não apresenta interferência nas atividades que realizam, sendo na verdade, muito bem vistos nas atividades que desempenham:

Olha, eu vou deixar a modéstia de lado, tá, mas é muito frequente chegar paciente aqui [e dizer]: olha, o Dr. lá falou que se não fosse pra vir aqui na senhora ele não ia receber o resultado. Então ao mesmo tempo em que a gente incha, a gente assume uma responsabilidade maior, eu tenho que corresponder, né, eu quero fazer jus a isso que o paciente tá falando aqui, é um estímulo enorme, a gente sente bem em estar sendo reconhecido, e ao mesmo tempo te cobrando, perai, nossa, eu tenho que tá a altura do que o paciente falou né [...]. (MARIA, 71 anos).

As pessoas respeitam muito. Muitos acham estranho, porque é uma prática corporal muito diferente do padrão tradicional de exercícios da nossa sociedade, não é? [...] Então as pessoas que conseguem passar esse primeiro momento, né, elas têm muita satisfação, gostam muito e agradecem muito, né, a oportunidade. Eu tenho situações bem diferentes, em que eu dou aula, eu te falei lá do... do...do zabriskie que é um trabalho expressivo voltado para a prática do teatro deles, mas por exemplo, aqui no parque Areião, não sei se... você falou que anda por aí, você já.. já passou ali perto daquelas casinhas que tem ali de madeira? tem um espaço ali onde a gente pratica debaixo de umas árvores. Então, muito legal o ambiente. Ali deve ter umas 40 pessoas que circulam, sempre umas 15,20 fazendo, tem pessoas que vai num dia e no outro e tal, né... algumas mais frequentes e a maioria são mulheres de meia-idade ou até idosas com quase 80 anos de idade, assim, tem de 40 que frequentam lá; tem três que são homens, e têm assim, as pessoas agradecem muito pela prática, elas... tem até uma senhora que tem 75 anos de idade e ela fala: - Professor todo dia eu rezo para o senhor e para o outro professor, pra o senhor João, que também dá aula lá, para vocês ficarem bem, terem boa saúde, e vir aqui sempre pra gente, por que isso aqui é bom demais, faz muito bem pra gente [...] eu me considero privilegiado porque eu consegui manter a coisa boa da docência, depois da universidade. (GERALDO, 66 anos).

Bem, eu convivo, assim, de igual forma com aluno, com professor, com funcionários que estão neste grupo, nesta instituição que eu dirijo, e eu percebo assim, as pessoas gostam, de repente elas nem pensavam em determinadas coisas, mas quando eu faço a proposta, ah, tem delas que dizem assim: olha, a senhora revolucionou esta instituição. Eu levei pra lá, pra dentro a SBPC, levei lá pra dentro a OAB [...] (ROSA, 70 anos).

Vê-se que, o avançar da idade, no caso específico desse estudo, não se tratou de obstáculo ou de situações de preconceito, para que o contínuo de atividades fosse realizado, mesmo pós-aposentadoria. Aqui é reforçado o fato de que, por ser uma profissão que não demanda força física, mas sim, intelectual e cognitiva, isso acaba por se transformar em um elemento de contribuição para que a mesma se prolongue por muitos anos.

Segundo Wajzman, Oliveira e Oliveira (2004), as ocupações dos idosos são classificadas, segundo uma tipologia, que distingue três tipos de ocupações: manuais, médias e superiores. É notório que as ocupações manuais diminuem à medida que a idade avança, o que reforça a participação dos trabalhadores em ocupações médias e superiores. Essa situação de inversão é explicada por ser a ocupação manual, representada por trabalhos braçais e dependentes da força física, fator esse que diminui com o avançar da idade. Desse modo, à medida que envelhecem, são os trabalhadores mais qualificados (representados pelas ocupações médias e principalmente superiores), os mais prováveis de manter seus espaços no mercado de trabalho. Essa condição foi verificada, muito claramente, nos pesquisados desta tese. Nenhum dos entrevistados encontrava-se fora do

mercado de trabalho, o que para eles foi visto, conforme já apontado, como uma situação de privilégio.

Olha, na verdade você fica com um pé atrás e outro na frente vamos dizer assim, por conta... Setentão é o grupo mais velho, lidando com os jovens, então você fica de certo modo com pé na frente e outro atrás. Agora você é bem recebido de certo modo. Você se sente útil...[...]. Você chegava, por exemplo, era muito comum chegar lá no DP, o Guilherme, não sei se você chegou a conhecer ele, era assessor da reitoria. Ele era do DP... Professor você está perdendo dinheiro e deveria estar aposentado, está trabalhando ainda, porque não aposenta. Então quer dizer... A universidade hoje, como você, renovou de fato o quadro e não era pra menos. Quer dizer, você está há mais de 15 anos fora da universidade. Então isso, vamos dizer assim, renova. Mas de certo modo o pessoal vê a gente como mais experiente, não vê como trambolho, ainda não vê como alguma coisa que está atrapalhando. Então você sente ainda que pode contribuir. O pessoal busca gente com experiência... Agora mesmo o principal contato da UniEvangélica com a PUC do Rio Grande do Sul fui eu [...] (ROBERTO, 76 anos).

Bem, em princípio a maioria percebe que...que não precisava estar lá e se estou, é por dedicação, mérito não é por ganhar dinheiro, entende. Eu acho que o pessoal percebe, né e respeita nesse sentido. (MARCELO, 76 anos).

Sei lá se é o altruísmo típico do cidadão, se é a solidariedade, mas eu acho que atividade alimenta o aposentado no sentido pra vida. Então tem muita gente que acha estranho. Você aposentou, mas continua fuçando? Mas eu acho que é importante estar fuçando. (MANUEL, 73 anos).

Todos os entrevistados desta tese, pessoas acima de 60 anos, viveram características de um contexto social, político e econômico muito particular. Viveram períodos de diferentes políticas universitárias, das interferências de um mercado flexibilizado, mas que, todavia, considerando-se o âmbito de seus trabalhos (docentes concursados), talvez com um pouco menos de impacto. O fato de terem construído suas carreiras, desde muito cedo, como concursados do serviço público federal, o que acaba por ser um formato mais “estável” de trabalho (não extinguindo aqui as interferências de reformas governamentais constantemente sofridas de forma positiva ou não), além de tratar-se de um trabalho não braçal, vê-se que, o tipo de trabalho desempenhado proporcionou um nível maior de segurança financeira e social ao longo de suas vidas laborais e também pós-aposentadoria, condicionando esses trabalhadores a uma velhice mais bem sucedida financeiramente e, portanto, mais segura. Dos dezessete entrevistados, apenas dois, afirmaram ter se preocupado com um preparo financeiro antecipado, em forma de poupança ou qualquer outra modalidade, para chegada da aposentadoria.

Neri, Carvalho e Corsi (2004), em estudo sobre as motivações para acumulação ou desacumulação de recursos financeiros ao longo do ciclo de vida,

com ênfase na população idosa, destacam que “o motivo precaucionário derivado de uma situação de incerteza em relação ao futuro induz demanda por instrumentos financeiros diversos” (2004, p. 515). Os autores completam que, nesse sentido, a demanda por previdência pública ou privada, aplicações em cadernetas de poupança, servem como “amortecedores” de choques adversos, com finalidade de prevenção de eventuais emergências. Quando indagados, sobre, se haviam se preparado financeiramente para a chegada da aposentadoria, os pesquisados relataram:

Quase não. Isso é uma das coisas que a gente tem conversado. Eu acho que era necessário essa preparação [...] (ROBERTO, 76 anos).

Não. Foi só pela universidade mesmo. (GERALDO, 66 anos).

Não. Porque eu também tinha comprado coisas assim... Nunca preoquepei com isso não. (ANTENOR, 80 anos)

Não. Só Federal, não mesmo. (VITÓRIA, 63 anos)

Sempre fui muito precavida, sempre. Muito prática, eu sou taurina, eu não sonho, meu pé é muito colado no chão. Tive uma infância muito difícil, muito apertada. Então, mãe sempre dizia...até a comida que punha no prato tinha que comer. Podia por cinco vezes, mas não era pra encher o prato e deixar resto de comida, então isso, nunca me esqueci. Então sempre fui muito. Meu primeiro salário na prefeitura em 1975, foi 515 cruzeiros, destes 515 eu paguei 250 cruzeiros na pensão, me sobraram 265, que eu tinha que viver com 265. (ANA, 61 anos).

Eu sempre me preparei financeiramente na vida. Eu segui a filosofia da minha mãe se você ganha 3 você gasta 2 e guarda um. Se você ganha 5, você gasta só dois e guarda 3. É uma boa filosofia e eu sempre falo, tem uma crônica que eu falo isso, eu sempre fiz poupança muito antes do Castelo Branco ter inventado a carteira do BNH, e a caderneta de poupança foi o Castelo Branco quem inventou, então muito antes disso a minha família já aprendeu a fazer poupança, então eu sempre me preparei [...]. (AMÉLIA, 82 anos).

É importante considerar que os pesquisados relataram ser possível, caso precisassem, viver apenas com o salário recebido de suas aposentadorias, conseguindo, por meio desse valor, pagar suas contas e viver relativamente bem, sendo também capazes de prover segurança relativa à saúde, moradia e bem-estar, por exemplo. Todavia, poucos deles, consideraram não ser possível manter maiores gastos em lazer ou outros usufrutos considerados necessidades não básicas. A comparação das perdas salariais entre instituições públicas e privadas também foi um item importante, levado em consideração na fala de dois entrevistados: Antônia e

Jorge. Isso demonstra que o valor recebido nas aposentadorias tem também um grande impacto em como esses entrevistados percebem suas condições de vida.

Segundo Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), a aposentadoria é um elemento importante para a retirada, principalmente dos homens idosos, da atividade econômica. Os dados de 2002, apontados pelos autores, demonstram que enquanto 76% dos idosos não aposentados eram ativos, apenas 24% dos aposentados o eram, ressaltando que, quanto menor a renda familiar do idoso, maiores são as taxas de atividade. Para os entrevistados desse estudo, a chegada da aposentadoria não representou a retirada desses trabalhadores do mercado, como se pode observar nas falas a seguir.

Embora eu seja de instituição pública eu não tenho tanta perca salarial, mas eu vejo meu marido ele formou, ele aposentou na iniciativa privada, a diminuição salarial é muito alta. Então as pessoas as vezes querem continuar trabalhando pra poder garantir minimamente as mesmas condições de vida. Eu digo pra ele assim: a gente aprende conviver com o que a gente tem. Eu acho que nós vamos ter uma boa condição, vai dá pra gente passear. Porque a gente constrói a velhice durante a fase de trabalho, de atividade, então você já vai pensando de garantir suas condições para quando você for ficar mesmo aposentada sem ter um trabalho, sem ter uma atividade. (ANTÔNIA, 71 anos).

[...] na federal eu me aposentei com o teto que eu tinha né, então eu sou privilegiado nessa idade e eu tendo dois salários, mas não é a realidade né, se eu me aposentar da católica, a empresa privada castiga o INSS... então se eu deixar... quando eu deixar aqui, ou por que me mandaram embora, ou eu querer sair, meu salário vai cair pela metade né, mas no meu caso eu não posso me queixar por que, acho que um casal de idosos com 10 mil reais, a minha mulher também é professora, então não vale muito o meu caso, por que a realidade social é outra. (JORGE, 71 anos).

Nas narrativas que seguem é possível perceber a necessidade de um complemento salarial para que outros usufrutos, relacionados a necessidades não básicas, possam ser possíveis. Helena foi uma das entrevistadas que apontou ter uma renda salarial muito alta e que investe muito em viagens internacionais e outras atividades de lazer para seu bem-estar físico e mental, além de ela mesma se considerar ambiciosa. Em sua fala, ficam claros esses apontamentos. Na fala de Miranda essa necessidade é mostrada a partir do auxílio e suporte ao próximo, o que, talvez, não fosse possível, caso não tivesse outras fontes de renda complementares. Já Marcelo afirma não se sentir seguro por conta das condições com que se aposentou na Universidade:

Sim, de certa forma, e não, de outra forma. Eu acho que sim porque eu convivo com meus pares que vivem de aposentadoria, muito bem razoavelmente, tranquilamente. Para mim não, para mim não dá, porque eu sou mais ambiciosa, sou mais exigente, sabe... eu sou mais gastadeira, eu gosto de viajar, eu gosto de fazer umas coisas. (HELENA, 79 anos).

Seria diferente, por exemplo, eu faço muita doação. A fundação da criança com câncer, médico sem fronteiras, asilo de idosos, agora eu vou entrar, talvez... eu vou entrar nessa nesse, eu falei para você, centro juvenil... tô até comprando livros para levar para a biblioteca, sabe. (MIRANDA, 76 anos).

É... a princípio não. Poderia ser melhor, né, mas por várias circunstâncias eu não consegui assim, por exemplo, me negaram dedicação exclusiva, né, então fiquei com o salário bem menor. (MARCELO, 76 anos).

Os demais entrevistados afirmaram serem capazes de viver bem com os valores recebidos de suas aposentadorias, o que, de fato, não é muito característico para uma ampla parcela de brasileiros, que necessariamente são obrigados a intensificar o trabalho na velhice, em virtude dos baixos salários advindos de seus benefícios previdenciários. “Ao não possuírem uma renda satisfatória que lhes garanta um padrão de vida digno, muitos aposentados se veem obrigados a continuar trabalhando para sobreviver” (PERES, 2007, p.353). Algumas falas aqui representadas reportam à exceção dessa consideração, quando os pesquisados desse trabalho foram indagados, se apenas o salário recebido de suas aposentadorias seria suficiente para garantir segurança e bem-estar.

Em relação ao que eu me propus a ser, ao que eu sou, sim. Eu nunca fui ambiciosa, nunca pus o dinheiro a frente das coisas, não. Mas acho que nós merecíamos um salário melhor, e merecíamos ter chance de fazer mais coisas, sabe. Usando o dinheiro, coisa que a gente não pode fazer, viagens internacionais, tá ficando difícil, né, aquisição de bens. Então hoje eu não posso gastar além daquilo que eu ganho pra pagar minhas contas, né? (ANA, 61 anos)

Se for comparar com as outras pessoas que estão mexendo agora na aposentadoria delas, eu acho que sim, quer dizer, eu posso pagar um plano de saúde, eu não fico rico com isso, mas dá pra eu viver tranquilamente, dá. (JOAQUIM, 71 anos).

Garantia sim, garantiria. Mas eu trabalhei muito, eu tenho o que muita gente tem na universidade, são os tais de anuênios, né, que ajuda muito. Eu tenho alguma, eu tenho uma boa aposentadoria. (AMÉLIA, 82 anos).

Sim. No caso da UFG a minha aposentadoria é uma aposentadoria boa. (ROSA, 70 anos).

Garante. Eu acho que sim. Eu percebi isso, na pesquisa também que essa geração de idosos, que eles chamam de nova velhice, que tem poder aquisitivo, inclusive eles são agora o novo nicho de consumo. É a primeira geração de aposentados com aposentadoria. Mulher com aposentadoria. Isso é um diferencial, porque você empodera aquela pessoa, permite

consumir, mas consumo com cidadania. Tem alguns idosos que estão se dando o direito de morar sozinho. Não ser mais um peso pra família, mas de poder morar sozinho e ter sua autonomia e fazer o que deseja. Ter assegurado saúde, acesso a saúde. Eu considero assim. (ANTÔNIA, 71 anos).

Segundo Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004), diferenciais de escolaridade têm grande influência na população economicamente ativa (PEA). Homens dos grupos etários de 60-64 e 65-69 anos, no setor urbano, correspondem a quase 80% da PEA idosa. No caso das mulheres, esse padrão se mantém entre os 60 e 70 anos de idade, embora para as mais idosas, a maior escolaridade não esteja associada a maior participação. Segundo o grau de escolaridade, são os grupos de analfabetos, com primário incompleto, que apresentam o maior nível de participação no mercado de trabalho, submetendo-se, até mesmo, às atividades mais precárias, de modo a suprir suas necessidades básicas de renda, assim como aqueles com 11 anos ou mais de estudo. Vê-se que, os pesquisados desse estudo, constituem-se em exceção, já que possuem elevado grau de escolaridade e que o fator “mais idade” foi, na verdade, considerado fator preponderante para o exercício de suas atividades:

Então assim, eu acho que, o tempo mesmo, que logicamente coincide com o avanço da idade vai te dando assim, algumas dicas de como proceder melhor, né, agora, eu também percebo que outras pessoas... eu tenho uma pessoa que trabalha comigo, que tem 10 anos a menos que eu, uma outra que tem 15 anos a menos que eu, e eu falo: eu sou mais nova que eles. Eu sou, por que...a cabecinha assim...eu tenho uma afilhada, ela tem 37, ela me chama de yayá, meu apelido, ai ela falou assim pra mim...eu falei: ah, Claudinha, as vezes eu penso, esqueço que tenho 70 e penso que tenho 50. Ela falou assim: quer saber de uma coisa? Acho que você tem é 20. (ROSA, 70 anos).

Com o passar do tempo, você aprende mais, você até, por exemplo, algumas coisas que eu faria de uma determinada forma, há vinte anos atrás, hoje eu faço diferente, hoje parece que eu sou mais observadora, então eu vejo que a pessoa está com aquele corpo resistente, por que uma coisa assim, uma pessoa te dizer assim: propõe uma coisa e a pessoa fala: não, não vou fazer. A outra coisa, é a pessoa fazer, praticar resistência, da pior das situações. É praticar resistência. (ROSA, 70 anos)

Influencia porque eu sou muito bem tratada nos lugares que eu vou, lá no conselho, por exemplo, eu sou muito bem... eu sou muito respeitada, muito bem tratada e é uma diferença especial comigo. (AMÉLIA, 82 anos).
Influencia, claro. Para bem. (MÁRIO, 71 anos)

Sempre procurei viver assim com mais ar, vamos dizer. Então procurei como professor, e como professor deveria também saber pra outros... Então como professor procuraria também fazer arte de viver, procuraria sempre saber viver melhor o meu dia, hoje, agora no momento está ótimo, estou

vivendo tão bem. Estou com essa palestra, essa entrevista com uma ilustre professora, está estudando, doutorando e estudiosa. Hoje no momento é um momento feliz que eu tenho também. Então a arte de viver eu achei importante. A arte de amar, eu nunca deixei de amar. Procuro sempre desenvolver tal coisa. Da arte de medicar, nunca parar, a arte de medicar. Eu sei medicar como médico. Porque do início se eu tiver que voltar, voltaria médico também. Então médico e por isso eu não posso sair... Eu não posso deixar de estudar todas novidades que tem de medicina. Não de tudo, porque agora centralizei e a quantidade de coisa é muito grande. Então são essas coisas, a arte de amar, arte de viver, arte de medicina são as três coisas importantes. (ANTENOR, 80 anos).

3.2 Trabalho e tempo

Tempo é o único recurso que os que estão no fundo da sociedade têm de graça.

(SENNETT, 2014, p.14) - *A corrosão do caráter.*

O tempo é discutido principalmente a partir de duas atribuições principais: o tempo objetivo (natural) e o tempo subjetivo (humano). Segundo Elias (1998), ao examinar os problemas relativos a essa temática, o indivíduo aprende muitas coisas que antes não era capaz de discernir com clareza. Problemas esses que devem ser pensados à luz da sociologia ou em termos mais gerais, das ciências humanas, em que, por hora, as teorias dominantes objetivistas dificultavam apreender. É segundo essa perspectiva e fugindo das concepções que norteiam os conceitos relacionados ao tempo de lazer e de trabalho que Elias (1998), chama a atenção e propõe uma nova análise do tempo a partir de uma concepção social: a teoria do saber humano. Para o autor, o saber é resultante de um longo processo de aprendizagem, que se dá a partir de um patrimônio de saber acumulado, obtido por meio de uma sequência de acontecimentos cujas divisões repetitivas constituem objeto de uma padronização na escala da sociedade – o tempo.

A partir dessa concepção, a sucessão dos anos, perceptível, principalmente, na velhice, representa, de maneira simbólica e cronológica, uma sequência irreversível de acontecimentos, no interior de um devir que não se repete. Sente-se a pressão do tempo cotidiano, arrebatado pelo sistema capitalista, e aceito como parte do destino de todos os homens – fato esse, iniciado no percurso da existência. Elias (1998) coloca que desde criança, o indivíduo vai se familiarizando com o "tempo", adotando-o como uma instituição social, cujo caráter coercitivo é experimentado e exercido de fora para dentro, desde seus primeiros anos de vida, até o contínuo de sua existência.

Esse fato ilustra bem a maneira como o processo civilizador contribuiu para formar os *habitus sociais*, que por sua vez, se tornam parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. Essa é uma particularidade que, apresenta-se como integrante da natureza de cada indivíduo, e, portanto, da natureza humana. O indivíduo ao crescer aprende a interpretar os sinais temporais usados em sociedade, bem como a orientar sua conduta em função deles. Para Elias (1998), o tempo é um símbolo representativo, que tem por função orientar o indivíduo.

Sennett (2014) relaciona o tempo diretamente com o universo do trabalho. O autor aponta que no seio da sociedade moderna o que se percebe é uma revolta contra o tempo rotineiro ou dito burocrático que foi típico principalmente de meados do século XVIII, cuja expressão principal foi o modelo fordista de produção, em que a rotina no trabalho e os tempos cronometrados eram uma de suas principais preocupações. Para ele, “os receios que Adam Smith e Marx tinham do tempo de rotina passaram para nosso século no fenômeno chamado fordismo” (SENNETT, 2014, pp. 43, 44). Segundo o autor, já defendia Adam Smith em “A riqueza das nações”, de 1776, com a ideia do trabalho do “fazedor de alfinetes”, que a rotina embrutecia o espírito e que era preciso considerar a atuação dos livres mercados e das tarefas cada vez mais especializadas na função produtiva, a partir da divisão do trabalho nas sociedades.

Por outro lado, era preciso considerar também, o lado sombrio da própria especialização das tarefas. A rotina em si, conduziria a uma autodestruição, na medida em que os indivíduos perderiam o controle sobre seus próprios esforços, em virtude da natureza repetitiva de seu trabalho. A rotina industrial poderia ameaçar o caráter humano em seus mais altos níveis. Por volta de 1910, a rotina do fazedor de alfinetes, de Adam Smith, passa a tomar conta dos processos de produção da indústria automobilística de Ford, também com trabalhos altamente rotinizados e medidos. Sennett (2014, p. 49) afirma que da fábrica de alfinetes de Adam Smith à fábrica automobilística de Ford, “a rotina parecia, em todos esses cenários de trabalho, pessoalmente degradante, uma fonte de ignorância mental”.

Já a partir da flexibilização, o que se observa é que a ideia da métrica do tempo e rotina, apresenta uma linha divisória. Para o autor, uma das grandes preocupações distintivas do capitalismo moderno, relaciona-se com as novas maneiras de organização do tempo, sobretudo o tempo de trabalho. Isso porque a ideia da flexibilização em si, mexe com o modelo rotinizado em setores mais

dinâmicos da economia, reestruturando a ideia do tempo no trabalho e de seus processos, condicionando o indivíduo a lutar para sobreviver nos moldes de uma economia moderna e capitalista. O tempo do trabalho e o tempo para a família, por exemplo, são repensados em uma nova lógica de fragmentação, muitas vezes de complicada aceitação. As necessidades da família já não são muito cabíveis para encaixarem-se às necessidades advindas do trabalho flexível. Mal se consegue, por exemplo, ter uma reunião de encontro familiar ou sentar-se todos juntos prazerosamente à mesa para um jantar.

Para o autor, o capitalismo corrói o caráter dos indivíduos, principalmente aquele que associa os seres humanos uns aos outros e que dá a cada um deles, uma identidade sustentável. Para Sennett (2014), a ideia do tempo flexível ou flexitempo, carrega uma falsa liberdade em si, uma liberdade muitas vezes enganosa. Isso porque o trabalho passa a ser fisicamente descentralizado, já que pode ser desenvolvido em qualquer lugar como, por exemplo, em casa. Todavia, o trabalhador não adquire maior controle sobre os processos de trabalho em si. Muito pelo contrário, os mesmos continuam sendo altamente monitorados, como por exemplo, por programas de computador. Sennett (2014, p.69) afirma que “o tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para cima”. Vive-se em sociedades que buscam incessantemente também a desregulamentação do tempo e do espaço. Maria, uma das entrevistadas desta pesquisa, aponta que a chegada da aposentadoria representou uma possibilidade para que ela pudesse dispor de um tempo livre maior para si, mesmo sem o abandono do trabalho. Possibilidade essa, que se tornou possível, apenas nesse estágio de vida:

Já era o momento, eu queria me desincumbir de tanta atividade, na profissão, né, e foi basicamente isso. Queria dispor de um tempo livre pra mim. Eu fico em casa todas as manhãs, e a sexta à tarde. (MARIA, 71 anos).

Para os pesquisados deste estudo, passar a ter o domínio e o controle sobre o próprio tempo, seja ele ainda para o trabalho ou para o lazer foi considerado como um diferencial extremamente significativo pós-aposentadoria. Nessa perspectiva, pode-se dizer que trabalho passa a adquirir um novo sentido para aqueles que se aposentam: estar livre das “amarras” de ter que se cumprir prazos, cronogramas e horários, tão comuns na vida do trabalhador formal e regulado, bem como poder

desfrutar das consequências disso, como realizar viagens, passeios, reunir em família ou ter tempo para realizar esportes. A fala de Geraldo e Rosa reforçam essa reflexão:

Hoje eu sou antropólogo amador, durante algum tempo após aposentadoria eu ainda dei algumas consultorias, mas eu cansei. Cansei por que implicava num ritmo de trabalho, em reuniões e um negócio que a gente fica meio com fobia quando sai da universidade. Então, reuniões e tal e mesmo com perspectivas de algumas coisas interessantes. Por exemplo, em uma consultoria eu passei 40 dias em uma área indígena lanomâmi, uma hora que eu trabalhei muito e tal. Mas aí depois acabei até desistindo no meio do caminho porque tinha além das coisas boas da antropologia, de pesquisa, principalmente, trabalho de campo que é outra coisa que eu sempre gostei muito, tinha muita coisa chata, tinha situações de imposição de ritmos de trabalho, e tal. E uma coisa assim... que foi extremamente significativa, que eu percebi, com muita clareza, quando eu me aposentei, o calendário acadêmico é algo que nos conduz hora a hora, período a período, semana a semana, quinzena a quinzena, mês a mês, bimestre, trimestre, semestre, fim de semestre, aquela loucura e tal, anual. Então esse ritmo do calendário acadêmico foi uma coisa que me fez desistir de qualquer um desses trabalhos de consultoria porque eu teria que me envolver nisso. E hoje eu organizo meu calendário da forma que eu bem entendo, sabe. Da forma que me satisfaz mais e que me faz melhor. (GERALDO, 66 anos).

Gosto de festa, gosto de teatro, gosto de cinema, shows, então... eu tô aproveitando. (ROSA, 70 anos).

Dejours (1992), de forma contrária a Sennett (2014), traz uma reflexão do tempo a partir da ausência do trabalho. O autor aponta que o tempo fora do trabalho não traz, para todos, as vantagens esperadas, pois os custos financeiros das atividades fora do trabalho, como por exemplo, esporte e cultura e o tempo absorvido por outras atividades paralelas, a exemplo das tarefas domésticas incidem em como os trabalhadores organizam o lazer frente a seus desejos e necessidades. Desse modo, o tempo fora do trabalho não seria livre; pelo contrário, formaria um contínuo dificilmente dissociável. “É o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça” (DEJOURS, 1992, p. 46). Essa reflexão não foi característica dos entrevistados desta tese, já que os mesmos dispunham de renda com capacidade para lhes proporcionar outros usufrutos com momentos de lazer, visitas a teatros e outros.

Bom... frequento os concertos da Orquestra, os concertos que a Universidade oferece, frequento razoavelmente na medida em que coincide. Muito contato com amigos. A gente faz muitas reuniões em casa, só pra bater papo. (VITÓRIA, 63 anos).

Eu faço exercício, academia, eu morava na aldeia do vale, e fazia exercício lá na minha casa e na minha piscina, aí eu mudei de lá, tava muito difícil, tava muito longe, e a minha filha falou: “mãe, se você passar mal de noite, não dá nem tempo da gente chegar” aí eu mudei, to morando em um apartamento, então eu frequento academia lá, a piscina é lá, é mais fácil, é em frente ao parque Flamboyant, eu faço caminhadas ali, facilitou demais a minha vida, sabe. (HELENA, 79 anos).

Todavia sabe-se que essas possibilidades, não se vislumbram para grande parte dos trabalhadores brasileiros que vivem em condições precárias e que mesmo durante seus dias de folga, conservam presente a preocupação ininterrupta do tempo, permitindo a cada gesto, uma vigilância permanente para que não se apague o condicionamento mental relacionada ao comportamento produtivo. O ritmo do tempo fora do trabalho é, além de uma contaminação, uma estratégia que se destina a regular de forma eficaz a repressão dos comportamentos espontâneos frente ao comportamento produtivo. Esta necessidade de estar presente no trabalho pode, por sua vez, estar ligada a origem salarial ou pode ser traduzida na luta individual em função de preservar um condicionamento produtivo fortemente adquirido. Nesta atitude aparece a alienação do sistema taylorista, em que o comportamento condicionado e o uso do tempo cronometrado no processo de organização do trabalho incitam uma verdadeira síndrome psicopatológica em que o trabalhador para evitar algo ainda pior, se vê obrigado a reforçar. “A justiça quer que no fim, o próprio operário torne-se o artesão de seu sofrimento” (DEJOURS, 1992, p.47).

CAPÍTULO IV POLÍTICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NO CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL: DO SURGIMENTO ÀS CARACTERIZAÇÕES NORTEADORAS

*Como se morre de velhice ou de acidente ou de doença, morro,
Senhor, de indiferença. Da indiferença deste mundo onde o que se
sente e se pensa não tem eco, na ausência imensa [...]*

Cecília Meireles - Como se morre de velhice

Malloy (1986) discute que o surgimento do Estado do Bem-Estar, no século XX, foi um grande marco para os países que adotaram os programas sociais, com o objetivo de proteger parcela de cidadãos vulneráveis às perturbações sociais, decorrentes do desenvolvimento econômico e da modernização. Segundo o autor, na América Latina, apesar de esses programas variarem entre si, o Brasil se constitui em um dos países com um dos sistemas de proteção social mais bem desenvolvidos. Todavia, esses programas dificilmente foram observados por um ponto de vista especificamente político. A maioria dos estudos na área apontavam para uma perspectiva mais técnica e jurídica.

Hoje também se pode observar, que há um distanciamento dessa observação por um viés mais sociológico. No final dos anos 1920 e 1930 a maioria dos países latino-americanos adotaram legislação ou emendas que os comprometiam a se tornarem “Estados de Serviço Social”. Nesse contexto, é possível observar o significado político, enquanto meio ou instrumento de constituição dos planos sociais na América Latina no século XX. Malloy (1986) e Santos (1979) colocam que o conceito de previdência social no Brasil vinculou-se aos programas de governo, cujo objetivo esteve ou ainda estão diretamente relacionados à proteção de grupos impactados por algum problema que interfere na sua capacidade de trabalho como, por exemplo, situações de doença, invalidez, morte, velhice ou outro.

Os estudos de Malloy (1986), sobre a previdência no Brasil estão concentrados em três níveis principais. O primeiro deles relacionado à maneira pelo qual esses programas afetam a distribuição da riqueza na sociedade, uma vez que eles representam um processo combinado de poupança compulsória e transferência de renda e que, ao mesmo tempo, afeta de forma direta os níveis de igualdade e desigualdade sociais, já que, como os benefícios são distribuídos diferentemente entre os segurados, proporcionam uma estratificação interna no próprio sistema. O segundo nível refere-se à ligação estabelecida entre a política previdenciária e a

modernização, que se dá, principalmente, pelo modo como os cidadãos podem vir a se tornar participantes ativos da vida nacional, estabelecendo conexões com determinados assuntos políticos, como um possível mediador do controle social exercido pelas estruturas burocráticas e administrativas do sistema. Assim, é possível observar a ascensão de associações de interesses de classe, como os sindicatos, por exemplo. Já o terceiro nível de análise diz respeito ao modo de condução do Estado Moderno. As políticas de desenvolvimento do Estado de Bem-Estar correspondem a um dos principais fatores pelo crescimento da participação do Estado enquanto regulador da vida política, social e econômica moderna. Para o autor, o entendimento desses níveis de análise se faz fundamental para a própria compreensão da evolução do sistema brasileiro previdenciário.

Um dos fatores de crescimento do setor público no Brasil e em outros países deve-se ao fato de o Estado ter acumulado funções que antes não pertenciam à área governamental, como é o caso da proteção social. Conforme também já apontado por Freitas (2012), essa função, assim como a da caridade, era de responsabilidade da família, da igreja e das associações de auxílio mútuo. Contudo, a própria urbanização e industrialização acarretaram novos problemas sociais, fontes de conflitos e disputas de poder. Do ponto de vista do Estado, era necessário garantir a ordem, o interesse, a segurança e a estabilidade social, além da expansão de seu poder, enquanto agente administrativo (MALLOY, 1986).

Um dos primeiros sistemas previdenciários modernos foi criado na Alemanha, no ano de 1889, como parte da política de Bismarck. Esse sistema teve por objetivo favorecer uma unidade nacional, sob a perspectiva da manutenção de um Estado forte, que buscava o controle da classe operária e a manutenção da tranquilidade e paz social, segundo a adoção de programas paternalistas. O Brasil, notadamente, depois da década de 1930, adotou um plano político previdenciário semelhante ao modelo Bismarkiano, de aproximação do Estado com a sociedade, com adoção de medidas e ações de cunho também paternalistas. Um dos grandes problemas foi que vários modelos e estruturas foram criados a partir da análise de políticas governamentais dos Estados Unidos e também da Europa Ocidental e exportados para outros países sem levar em consideração às peculiaridades das questões culturais e fatores sociais da sociedade considerada (MALLOY, 1986).

De acordo com Malloy (1986), boa parte da América Latina, incluindo-se o Brasil, não apresentou o mesmo modelo de desenvolvimento constituído pela

Europa Ocidental: a transição feudal para o capitalismo moderno. De forma contrária, conforme já proposto por Holanda (2014), Freitas (2012) e Carvalho (2010), o Brasil, em seu modelo pré-capitalista, desenvolveu-se por meio de um Estado patrimonial tradicional intacto até 1889. Segundo Malloy (1986) o Brasil apresentou um modelo regionalista de desenvolvimento capitalista dependente retardatário, identificado em três períodos principais: a) o de crescimento, configurado a partir do modelo primário de exportação, predominante até a crise de 1929; b) o segundo período, também de crescimento, todavia baseado na substituição das importações, que permaneceu de meados da década de 30 até a crise dos anos 60 e c) o terceiro, ainda de crescimento, iniciado no final dos anos 60, baseado na exportação de produtos secundários, em fusão conjunta ao modelo de importações. Quanto mais tarde o desenvolvimento capitalista, mais importância assume o Estado enquanto agente de evolução do processo econômico.

Segundo Carvalho e Faro (1993), a origem da previdência no Brasil está relacionada, em seu início, diretamente com a ação livre e voluntária das pessoas, conforme se deu, também, sua origem nos países da Europa. O primeiro registro de previdência criado no Brasil foi o Montepio Geral de Economia dos Serviços do Estado (Mongeral), em 10 de janeiro de 1835, que tinha por objetivo principal patrocinar os servidores do Estado, seus associados, um conjunto de benefícios por meio de contribuições. Todavia, os autores ressaltam que o primeiro esforço do Estado no sentido de instituir a aposentadoria por tempo de serviço ocorreu ainda na época do império, particularmente em 1º de outubro de 1821, por meio da assinatura de um decreto, pelo príncipe regente, D. Pedro de Alcântara. Esse decreto tinha por função, conceder aposentadoria aos mestres e professores aos 30 anos de serviço, assegurando também, aos que continuava em serviço, um abono de 25% dos vencimentos correspondentes. Esse fato carrega duas características principais, a primeira delas relacionadas à aposentadoria que é concedida a uma determinada categoria profissional e o segundo deles, relacionado à possibilidade de o aposentado poder voltar à atividade.

Carvalho; Faro (1993) e Simões (1999) reforçam que no final do século XIX e início do século XX, por volta da década de 1920, a previdência passa a adquirir um caráter de desenvolvimento privado, centrado nas empresas, cujo funcionamento se dava em função, principalmente, das caixas beneficentes, mantidas por meio das contribuições, nem sempre voluntárias, dos empregados de uma mesma empresa,

tendo por objetivo, cobrir assistência médica e auxílios em casos de desemprego, funeral ou invalidez. Segundo os autores o sistema previdenciário estatal só vai se configurar de maneira formal, por meio da aprovação da Lei Elói Chaves, em janeiro de 1923, com a instituição das caixas de aposentadoria e pensão (CAP). Os autores pontuam que uma modificação se inicia a partir de 1933, quando o decreto n. 22.872, cria o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, fazendo com que, a congregação dos trabalhadores no plano previdenciário deixasse o âmbito de empresa, passando, por sua vez, para categoria profissional, consolidação essa que se dará por meio da Constituição de 1934.

Dentro dessa perspectiva, as novas instituições previdenciárias ou institutos, começaram a adotar um perfil de instituições beneficentes, reguladas pelo próprio governo, que concedia os mais variados tipos de benefícios, como: aposentadoria e pensões, empréstimos para adoção da casa própria e serviços médicos concedidos a dependentes. Como a filiação a esses institutos passaram a ser feitas por meio da categoria profissional, foi preciso à criação de vários decretos-leis em 1938 e 39, em função da dificuldade de o próprio trabalhador identificar a qual instituto o mesmo deveria se filiar. O sistema previdenciário passa a ser mantido pelo tripé: contribuições do Estado, do trabalhador e da empresa.

Em termos de previdência social, Carvalho (2010) coloca que a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM) deu início a uma grande transformação e ampliação das Caixas de Aposentadoria e Pensão, as denominadas CAPs, nos anos 20. Já os institutos (IAPs) foram importantes em dois sentidos principais: o primeiro deles relacionado ao fato de que os mesmos não eram baseados em empresas, como usualmente eram as CAPs, mais em categorias profissionais amplas, como o caso dos bancários e marítimos. O segundo ponto diz respeito à forma de sua organização administrativa, que já não ficava mais a cargo de empregados e patrões e sim do governo, que, por fim, se enquadrava como parte integrante do sistema.

Os recursos dos IAPs provinham de três fontes básicas: governo, patrões e trabalhadores e os benefícios variavam de IAPs para IAPs. Todavia, de modo geral, todos eles concediam aposentadoria por invalidez e pensão para dependentes. Alguns IAPs mais ricos, como eram o caso dos bancários, eram ainda responsáveis por fornecer outros benefícios, tais como aposentadoria por tempo de trabalho, auxílio para caso de doença, parto, morte e médico-hospitalar. Os IAPs

também inovaram em termos de administração, com a implantação do sistema de mérito, por meio do concurso público.

Segundo Malloy (1986) e Carvalho (2010), a organização administrativa dessas instituições seguiu seu funcionamento, com a representação direta do Estado na administração de cada instituto que, por sua vez, aumentava o poder regulador autônomo do Estado patrimonial, sem contudo, deixar de manter as interconexões com a burocracia sindical emergente, que surgia para pressionar e defender os interesses particulares dos grupos incorporados no próprio sistema. As CAPs e os IAPs serviram para fomentar grupos particulares entre os empregados públicos e suas famílias.

Somente em 1938 foi criado no governo uma elite administrativa, cujas bases firmaram-se por meio do mérito pessoal. Para que isso fosse possível, foi criado um subministério denominado de Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), que teve por função reorganizar a burocracia, em termos de eficiência, estabelecendo-se que o acesso à maioria dos cargos de serviço público se daria por meio da regulamentação de concursos nacionais. Com essa abordagem o Estado Administrativo bifurcou-se, entre a ocupação de cargos por merecimento, e a continuação de um componente tradicional clientelista (CARVALHO, 2010).

Carvalho (2010) esclarece que assim como esses institutos tiveram seus pontos positivos, eles também apresentaram pontos negativos, isso porque nem todas as categorias de trabalhadores faziam parte do sistema, como o caso dos trabalhadores autônomos e domésticos. Desse modo, Carvalho (2010), concordando com as reflexões de Malloy (1986) afirma que a concepção dos direitos sociais tratou-se muito mais de uma concepção política de privilégios e menos de direitos em si, já que não beneficiavam a todos de maneira igual, além de atingir apenas aqueles a quem o próprio governo estava disposto a favorecer e que se moldava na estrutura sindical corporativista estabelecida pelo Estado. Os próprios sindicatos funcionavam sob estreita vigilância governamental, com a presença de delegados do próprio governo dentro deles, que faziam parte de todas as reuniões e da elaboração dos relatórios, ou seja, os sindicatos trabalhavam como órgão em colaboração com o Estado.

Em sete de maio de 1945, é criado o Instituto de Serviços Sociais no Brasil (ISBB), pelo Decreto-Lei n. 7.526, tendo por objetivo principal disciplinar e uniformizar as ações dos vários institutos existentes à época, todavia o mesmo não

chega a ser instalado, fazendo com que o governo retomasse as discussões dessa uniformização em 1947 pelo projeto da Lei Orgânica da Previdência Social. Em 1960, por meio da aprovação dessa lei, em junção com o Regulamento Geral da Previdência Social, o benefício previdenciário foi estendido aos trabalhadores autônomos e profissionais liberais. Já em 1966, por meio da alteração da Lei Orgânica da Previdência Social, os seis institutos de aposentadoria e pensão existentes, passaram a fazer parte de um único instituto, denominado de Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social (INPS).

As reformas da previdência sucederam-se em função da baixa eficácia do sistema, e, em 1974, foi fundado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que passou a absorver os seguintes institutos: INPS, a Central de Medicamentos (CEME), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), e a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Dessa forma, o Ministério da Previdência e Assistência Social passou a responder, de forma geral, pela elaboração e execução de políticas nacionais de previdência, assistência médica e farmacêutica, bem como de assistência social (CARVALHO e FARO, 1993).

Ainda de acordo com os autores, em 1º de setembro de 1977, pela Lei n. 6.349, é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), as autarquias Instituto de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). Em 1990, ocorre a extinção, durante o governo Collor, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), sendo suas atribuições divididas em função de outros três ministérios: do Trabalho, Saúde e um novo Ministério denominado de Ação Social. Com essa nova reorganização em torno dos ministérios, o IAPAS e o INPS, fundem-se numa autarquia, dando origem, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), órgão responsável pela execução de políticas relacionadas à previdência social.

De acordo com Malloy (1986), algumas consequências imprevistas, também se ligaram a questão da previdência, tais como, o fato de que os fundos eram responsáveis por distribuir benefícios e serviços, considerados altamente valorizados. Em contrapartida, o próprio governo e os trabalhadores eram irregulares nos pagamentos de suas parcelas de contribuição, o que fez com que, muitos

institutos ficassem desprovidos de recursos. Outra questão apontada, refere-se à realidade política dos cargos. Os fundos da previdência tornaram-se canais de emprego público, sendo utilizados como fonte de apadrinhamento de amigos e correligionários, fenômeno conhecido no Brasil como “pistolão”. Quanto aos sindicatos, Carvalho (2010), identifica também o fenômeno, denominado de “peleguismo”. Seu sentido figurado associou-se aos líderes sindicais de confiança do governo que buscavam beneficiar-se de algum modo do sistema (recebimento de favores), garantindo o atrelamento da entidade ao Estado, negligenciando sobremodo os reais interesses da categoria formalmente representada.

A interferência do Estado é observada, desse modo, como uma moeda de dois lados: ao mesmo tempo em que protegia a legislação trabalhista, constrangia, por outro, a legislação sindical, já que interferia sobremaneira na liberdade das organizações operárias, submetendo-as à dependência direta do Ministério do Trabalho. Esse fator desencadeou importante reação à sindicalização por parte do operariado e também das correntes anarquistas, que eram contrárias a qualquer interferência governamental. Como consequência, afirma Malloy (1986, p.88) que o Estado “para operar como entidade patrimonial dominante, e do executivo para assumir o papel de “poder moderador”, acima do conflito de certos grupos de interesse, foi destruído de dentro para fora”.

Leite (1981), em sua obra “A crise da Previdência Social”, já apontava em 1981 as dificuldades do sistema previdenciário. Segundo o autor o tema já era preocupação mundial em 1970, sendo alvo de discussão em muitos países. Diversas publicações internacionais em revistas já tratavam da importância do assunto, apontando a crise da seguridade social. Muitos desses trabalhos associavam o aumento do número de pessoas idosas, ocasionado pelo aumento médio do nível de vida, ao acréscimo de encargos para a seguridade social, o que, por sua vez, seria responsável por afetar todos os setores da vida social e econômica de um país.

Como exemplo, Leite (1981) aponta registros do pronunciamento de Ricardo R. Moles, no 50 aniversário da Primeira Escola Argentina de Serviço Social, em 1980, publicado na revista *Estudios de la Seguridad Social*, da Associação Internacional da Seguridade Social, de Buenos Aires, que destacava que os custos da seguridade social, não estavam relacionados apenas às técnicas financeiras, mas também às questões políticas necessárias à vida e a produtividade de qualquer

país. Ou seja, uma relação de dualidades econômicas e sociais que, em virtude das insuficiências, angústias e insatisfações coletivas de toda ordem, na área de emprego e saúde, visualizadas há mais de um século nas transformações das técnicas da proteção social, uma forte crise, já estaria a ela associada e por isso, dificilmente invertida, ao menos que uma força desconhecida entrasse em ação.

Por esses argumentos, percebe-se um difícil credo no decurso enfrentado pela seguridade social já retratados com bastante força na década de 80, com vistas ao seu complicado histórico de desenvolvimento, associado aos marcos de dificuldades econômicas e sociais de várias ordens. Reforça Simões (1999) que enquanto a década de 1980 marcava o fim da “idade de ouro” das sociedades capitalistas ancoradas nos Estados de Bem-estar, uma crise instaurava-se em torno da legitimidade do consenso estabelecido ao redor da proteção social.

Leite (1981) aponta que no Brasil, ao se falar de crise da previdência e assistência social, é também importante destacar os pontos positivos, vistos pela perspectiva da década de 80, que contribuíram de forma satisfatória à previdência, como o crescimento do número de segurados e do valor dos salários. Relacionado ao aumento do número de segurados associou-se o aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho, ou seja, sua presença no conjunto de atividade remuneradas, que, de certo modo, alterou os números previdenciários, tratando-se de mais um reforço. Outro tópico a se considerar, vinculou-se à crescente urbanização, visto a constante transferência de populações rurais para as cidades. O autor visualiza a redução do crescimento demográfico, no caso do Brasil, também como um fator positivo para as condicionantes da seguridade social. De acordo com sua perspectiva, isso aconteceria de modo favorável, porque, ao se confirmar a tendência para uma crescente redução do ritmo de expansão demográfica, seria possível, entre outras coisas, uma melhor assistência aos mais desamparados.

Todavia o que se observa é que a redução do crescimento demográfico, no Brasil, não alterou de forma significativa o modelo de assistência a grupos minoritários que demandam maior atenção por parte principalmente das instituições governamentais. De forma contrária, a redução da força ativa jovem no mercado de trabalho, impacta o número de participação no modelo previdenciário, reduzindo essa participação de um lado e aumentando por outro a participação de aposentados e pensionistas. Tal fato hoje é observado pela crescente preocupação governamental em realizar alterações nos modelos de concessão previdenciária. Em

nível mundial, observa-se que o encolhimento da população jovem também é preocupante, como se pode notar em algumas sociedades europeias e, no caso particular de algumas sociedades asiáticas, caso do Japão e da Coreia do Sul, que investem, por exemplo, em programas de natalidade, com objetivo de redução de alguns impactos econômicos e sociais futuros no país.

Como pontos negativos Leite (1981), coloca a precariedade das condições socioeconômicas, associadas à questão do desemprego, do subemprego, dos menores em situação irregular, às deficiências no tocante à saúde. Outras dificuldades identificadas estão relacionadas à inflação, que à época (1980), se caracterizava com crescimento cada vez mais acelerado, inviabilizando a condição de poupança de um indivíduo e as interferências políticas negativas, com as possibilidades de empreguismos, influências, negociações escusas e irregularidades mais ostensivas em órgãos públicos. Além disso, é reconhecida a necessidade de aperfeiçoamento dos setores de benefícios que abriam mão de rígidos critérios técnicos, associado aos altos custos com a assistência médica, que se devia, principalmente, ao crescimento do número de usuários e ao aumento de despesas associadas ao desenvolvimento tecnológico contínuo na área.

Em resumo, o autor, destaca três grandes blocos a que se destinou a crise da previdência, na década de 1980: a) o excesso das despesas médicas em relação ao orçamento aprovado; b) o fato de inexistir verbas que fossem especificamente para assistência social, ou seja, dos recursos utilizados, quase a totalidade era proveniente das contribuições advindas para a previdência social; c) a insuficiência da contribuição da União para as coberturas administrativas, que as tornavam dependentes dos fundos previdenciários. Um interessante ponto abordado pelo autor, diz respeito à generalização da crise previdenciária, em substituição à sua caracterização mais específica. Tal fato, associa-se à condicionante de que, dificilmente, a previdência caminha em vias de mão única, ou seja, ela também está associada à crise da assistência social e de forma igual, à insuficiência do recolhimento de recursos advindos da contribuição. O autor discute que algumas possíveis soluções estariam vinculadas a obedecer de forma contínua e eficaz os limites orçamentários destinados à assistência médica, desassociar os recursos da assistência social das contribuições previdenciárias, ou seja, conseguir recursos advindos de outras fontes e para diminuir o débito da união, coibir fraudes,

principalmente àquelas associadas à previdência social rural e demais, além dos gastos administrativos passarem a ser de responsabilidade da união.

Para Leite (1981) a previdência se constitui como elemento-chave do conjunto de medidas que se associam à proteção social e que no Brasil e em outros países configura-se como fator imprescindível ao regular o funcionamento da sociedade. Isso porque, por mais deficitária que seja, em diversos aspectos, ela ainda atua como um elemento de equilíbrio socioeconômico ao garantir a subsistência do trabalhador que deixa de receber uma remuneração. Desse modo, apesar de suas falhas, conseguiu ao longo do tempo, manter certa evolução: no início assegurava ao empregado e sua família os benefícios clássicos que eram os de aposentadoria e de pensão por morte, estendendo-se, posteriormente, aos trabalhadores autônomos e não assalariados, até cobrir a totalidade da população economicamente ativa.

De acordo com Tafner, Botelho e Erbisti (2013), as reformas previdenciárias tiveram início na maioria dos países desenvolvidos a partir de 1970 e na América Latina, mais especificamente, a partir de 1980. Inúmeros países passaram por diferentes reformas que se configuraram desde as formas de implementação até o redesenho do próprio sistema. Os autores chamam atenção para um ponto em comum entre essas reformas: a necessidade de equilíbrio dos sistemas públicos e a abertura para a iniciativa privada. No caso particular do Brasil, desde a constituição de 1988, duas importantes reformas previdenciárias ocorreram²²: a primeira delas em 1988 e, a segunda, em 2003, fruto principalmente dos baixos níveis de crescimento econômico da década de 1980 e início de 1990, da ideia de contenção do crescimento dos gastos e da redução dos desequilíbrios atuariais crescentes da previdência, bem como da elevação do nível de envelhecimento no país.

Segundo os autores, a reforma de 1988, foi decorrente da Emenda Constitucional de 15 de dezembro de 1988. Todavia sua tramitação só ocorreu durante o governo Fernando Henrique Cardoso, já em março de 1995, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 33). Tramitação essa que durou três anos e oito meses, devido, principalmente, às fortes pressões de setores da sociedade e à ampla oposição de bancadas no Congresso. Essa reforma visou, principalmente, o ajuste das contas nos dois regimes públicos da previdência (regime geral e dos servidores públicos) com o objetivo de reduzir as despesas com o volume de

²² Disponível em: <http://www.cnte.org.br>. Acesso em 06 de Setembro de 2017.

concessão de aposentadorias. A reforma de 2003 foi determinada pela Emenda Constitucional n. 41, tendo tramitado no Congresso por apenas oito meses. Foi apresentada pelo poder Executivo, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em abril de 2003, por meio da PEC 40, sendo aprovada no mês de dezembro do mesmo ano.

No governo de Michel Temer, mais precisamente em 2017, volta uma ampla discussão a respeito da reforma no modelo previdenciário brasileiro, pautado pelos mesmos elementos: o desequilíbrio das contas da previdência e o aumento do número de idosos aposentados. Com a chamada “Contra os privilégios. A favor da Igualdade²³”, O Presidente Michel Temer propõe amplas modificações na previdência brasileira e promove diversas alianças para que a reforma seja aprovada no Congresso Nacional, com o discurso principal de que as regras atuais da previdência que decorrem do pagamento de altas aposentadorias para políticos e para o alto funcionalismo público criam uma classe de privilegiados que se aposentam cedo e que deixam as contas públicas em déficit.

Segundo as novas regras propostas pelo governo²⁴, as novas mudanças não afetarão em nada quem já está aposentado ou reúne condições para obter o benefício, bem como não afetará também os trabalhadores rurais. De acordo com o novo texto proposto pela nova reforma, uma das principais modificações gira em torno do estabelecimento de uma idade mínima de aposentadoria: 65 anos para homens e 62 para as mulheres, que será implantada de forma gradual nos próximos 20 anos, além da manutenção do tempo mínimo de contribuição (15 anos) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, desse modo, irá assegurar ao trabalhador o direito a 60% do salário de contribuição.

O governo defende que a reforma se faz necessária para que haja um equilíbrio do sistema e, desse modo, não seja preciso utilizar recursos destinados à educação e à saúde, que como sempre são os setores mais penalizados. Sabe-se que recentemente, em 2016, a aprovação da PEC 55, conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos²⁵, também já limitou gastos direcionados a esses dois setores de forma drástica, o que gerou inúmeras discussões da sociedade civil, todavia sem

²³ Campanha a favor da reforma da previdência veiculada no portal:

< <http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

²⁴ Dados disponíveis em:

<<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/reforma-da-previdencia-o-que-muda>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

²⁵ Dados disponíveis em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

maior sucesso, já que a aprovação final fica a cargo do Congresso Nacional e do interesse de minorias que representam a população. A nova reforma da Previdência tem gerado inúmeras resistências, por parte de grupos opositores, no Congresso, que já tentam negociar a concessão de privilégios minoritários para o apoio à reforma e a insatisfação, de grupos da sociedade civil organizada, que vê na reforma um ataque aos direitos do trabalhador, também já mobilizados pelo descrédito aos modos como a política brasileira é exercida: escândalos políticos, verbas desviadas e minorias lembradas e favorecidas. Todavia para aqueles menos favorecidos socioeconomicamente o peso das reformas é sentido mais fortemente. O assunto é controverso e dividiu opiniões entre entrevistados desse estudo.

Eu acho que é preciso fazer as reformas, eu sou a favor das reformas, eu sei que elas são impopulares porque elas atingem pessoas, né, mas acho que é preciso ter um governo que não importe com a popularidade para poder fazer as mudanças, por exemplo, a reforma trabalhista, não tem cabimento nós termos até hoje uma CLT que foi feita pelo Getúlio Vargas, você não era nem nascida. O Brasil naquela época era uma porcaria, há 70 anos atrás, não valia nada o Brasil. O que é que o Brasil tinha? Algumas fábricas em São Paulo, não tinha nada há 70 anos atrás, a lavoura era lavoura de café, naquele tempo em que foi criada. Então tem que reformar mesmo, o mundo hoje, o trabalho hoje é outra coisa, os tempos são completamentíssimamente diferentes de 70 anos atrás, então isso não tem dúvida nenhuma, quem é contra a reforma trabalhista tá trabalhando para o retrocesso, tá trabalhando para o retrocesso, não tá pensando no futuro, não tá pensando no avanço, não tá pensando no progresso, não está. Agora voltamos à previdência, eu sempre achei que no Brasil desde meu tempo de faculdade, eu achei, sempre achei que o Brasil, no Brasil aposenta-se muito cedo, que uma pessoa com 50 anos de idade tá muito jovem, pode prestar muito bom serviço. (AMÉLIA, 82 anos).

Eu acho que é uma questão polêmica, não é? Eu acho difícil... A aposentadoria precoce, não acho que seja saudável, mas, pensando também nas diferenças sociais, a população menos favorecida ela envelhece com mais dificuldade, então não aguenta ir muito longe. Não é? Eu acho uma questão difícil, complicada, sabe. O que eu acho é que a gente precisa pensar mais, analisar melhor, muito delicada, uma questão delicada. (HELENA, 79 anos).

Ixi, eu sou contra. Sou contrária a ela completamente. Isso é um golpe que está sendo dado no trabalhador brasileiro. Primeiro, não é todo trabalhador brasileiro que consegue chegar até 65 anos. No Nordeste a média de vida das pessoas é 60 anos. Outro dia nós estávamos no Centro, à gente atende umas 50 famílias, tinha uma senhorinha que estava lá, eu falei: eu imaginei que ela tivesse uns 80 anos. Fui lá conversar com ela: como está a senhora? Como vai? Quantos anos a senhora têm? Ela falou: 55 anos. Eu falei: olha só... Sofrida, uma vida difícil, vida difícil. A maioria da sociedade é assim. Nós somos uns privilegiados. Então eu acho que sou uma privilegiada. Porque eu tive possibilidade de estudar. Meus pais me ofereceram boas escolas. Eu tive sorte de conseguir bons empregos, eu lutei também. Mas eu tive a oportunidade. Hoje os meninos nem que queiram não conseguem. (ANTÔNIA, 71 anos).

Eu acho o seguinte: não há saída... em termos, o envelhecimento da população é mundial, é uma questão mundial. Muitos países estão adotando a política de mudança da idade. Eu acho que aposentar com menos 55 anos ou 60 anos com a vitalidade que se tem, eu não sou exemplo de nada, mas de qualquer forma você tem uma série de professores que podiam trabalhar um pouco mais. Claro que há diferenças de ritmos de trabalho, trabalho pesado, trabalho no sol, uma série de coisas. De qualquer forma você tem o envelhecimento da população mundial e é necessário você rever um pouco o custo dessas aposentadorias precoces. Mas eu acho que é necessário você repensar um pouco isso. Então eu vejo como uma questão fundamental em termos de economia brasileira, economia mundial. (ROBERTO, 76 anos).

4.1 A aposentadoria como um dos instrumentos da previdência social: perspectivas e desafios frente ao público idoso

Segundo Silva (2012), para uma análise da universalização da previdência no Brasil se faz necessário situá-la em um contexto histórico que leve em consideração a acumulação do capital no cenário contemporâneo, a reestruturação produtiva e as redefinições das funções do Estado. Segundo a autora, os efeitos da crise contemporânea mundial se ligam ao contexto dessa acumulação, que se move através da exploração da classe trabalhadora e do viés do trabalho excedente.

Dentre os principais públicos da previdência social encontram-se as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, os denominados idosos (as), que, por sua vez, têm seus direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso, que prevê, dentre suas garantias, o direito à Saúde, à própria Previdência e à Assistência Social, previstos na Constituição Federal, de 1988, como Seguridade Social²⁶. Considerando-se o debate acerca do estatuto do idoso, faz-se necessário destacar que apesar de o mesmo representar um avanço em relação às garantias advindas do poder público e da sociedade no campo da seguridade social, muito ainda se faz preciso discutir. No contexto social brasileiro, ainda se vê, de forma muito vulnerável a aplicabilidade desses direitos, caracterizando, desse modo, o estatuto do idoso muito mais como um instrumento documental, do que de fato representante na práxis de suas devidas

²⁶ De acordo com o estatuto do idoso denomina-se seguridade social um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. Dados disponíveis em: Estatuto do Idoso. Ministério da Saúde. 3. ed. Brasília: 2013.

Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

Reforça Silva (2012), que a previdência e a assistência social constituem dois setores básicos da nossa incipiente seguridade social, não deixando de integrar, por sua vez, o todo mais amplo, que é constituído pela proteção social. Todavia a assistência social e a previdência só se firmaram como ramo específico e autônomo no ano de 1974, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

garantias. O que se observa é que o estatuto do idoso, enquanto instrumento normativo de outorga de direitos, infelizmente, na prática ainda se mostra muito vulnerável, já que muitas das necessidades desse grupo em específico, ainda são tratadas de forma secundária por nossa sociedade.

Dentre os principais benefícios e serviços da previdência social no Brasil, está a aposentadoria, que pode ser adquirida por idade, invalidez, tempo de contribuição e especial. De acordo com Guillemard (1986), a aposentadoria aparece intimamente associada ao ato de envelhecer. A passagem do estado de trabalhador ao de aposentado representa um dos maiores sinais sociais da entrada do indivíduo na última etapa da vida. Assim, a aposentadoria, uma vez institucionalizada, representa uma forma de o Estado estruturar as relações entre velhice e sociedade, instituída como uma forma de seguro, que confere ao trabalhador um direito à pensão e lhe assegura, uma vez vinda a idade, um recurso de proteção. Para a autora, a segurança social e econômica na velhice não é mais um assunto privado, mas coletivo. Ela estabelece uma nova forma de solidariedade, não mais doméstica ou comunitária, mais burocrática e nacional.

Guillermad (1980), em estudo do caso Francês, relata que até o início do século XX a velhice caracterizava-se como invisível. Isso porque, na sociedade do século XIX, a solidariedade entre gerações, dava-se no interior da família, adquirindo então, a velhice um contorno de patrimônio familiar. Todavia, já à época, uma visível separação era notável: a dos velhos detentores de um poder para o capital familiar, daqueles denominados de despossuídos (doentes, deficientes e desempregados) cuja forma de indigência tinha como principal recurso o vínculo às instituições de caridade, beneficência e hospícios, já que dificilmente encontravam assistência junto à família e filhos, pois representavam para estes um fardo considerável.

Nesse sentido, para a autora a classe operária era tida como fraca de consciência moral, por evocar o “abandono” aos velhos e que a velhice das classes populares era caracterizada, sobretudo, por uma modalidade de indigência. É somente com a Lei de junho de 1905, que a assistência às pessoas idosas sem recursos passa a se tornar um direito. Todavia, o acesso aos seguros de indigência não deveria, por sua vez, evocar um encorajamento à preguiça, e muito menos, desvincular as famílias de suas obrigações.

É somente com a generalização de um modelo de ciclo de vida, com a associação da velhice à aposentadoria, que um princípio de identidade é conferido à

última etapa da vida, emergindo, assim, o que a autora irá denominar de “velhice identificada”. O que se percebe é que, com a implantação dos sistemas de aposentadoria, modificações também ocorreram no sentido do termo velhice. Antes o operário era considerado como velho por perder as suas forças físicas e estar inapto ao trabalho, tendo assim, direito à assistência. Com a implantação das aposentarias, a velhice se desassocia dessa incapacidade funcional, e o direito a esse benefício, passa a estar vinculado a critérios formais, tais como idade cronológica ou duração da atividade. A aposentadoria é tida como um novo divisor de idades da vida, rompendo com a dominação do século XIX, em que era necessário economizar para os velhos dias (GUILLERMAD, 1980).

Notadamente, a partir da segunda guerra mundial, tem-se o que Guillermad (1980), irá denominar de velhice assistida. Essa evolução se dá em função da própria evolução das aposentadorias, que deveria conceder de antemão à velhice ações sociais específicas. Todavia, paradoxalmente, apesar de ser o momento em que a legislação social começa a separar os velhos de outras categorias de assistidos, como por exemplo, os enfermos, ela continua, ao mesmo tempo, sendo assimilada como auxílio a uma forma de indigência ou assistência. Esse paradoxo, que envolve o período de 1945 a 1959, associa-se a três características principais: primeiro, aos objetivos implantados pela seguridade social, que não teve efeitos concernentes para o desenvolvimento de uma política ou ajuda social específica para a velhice; segundo, devido ao baixo valor das pensões contributivas concedidas para o sistema de proteção do risco à velhice (no período pós-guerra) e, por fim, o foco dado às políticas sociais, que se voltavam, com muito mais ênfase para a natalidade do que para o envelhecimento, já que esta não constituía uma força importante para o desenvolvimento econômico do país na época.

Para Guillebard (1980), o decreto de 8 de abril de 1960, marca um novo momento para a política social em favor da velhice, passando essa, a ter um caráter voltado para a integração e prevenção. Seu objetivo principal, não é mais remediar as injustiças sociais, *a posteriori*, mas sim apresentar mecanismos de prevenção, associados à integração da pessoa idosa a seu meio de vida por meio de ações como: prolongamento do princípio de autonomia, obtido a partir da implementação de um conjunto de equipamentos e serviços adaptados, construção de habitações adaptadas e criação de serviços sociais específicos. A intenção era desvincular a velhice de seu perfil de assistência, de declínio e incapacidade para o trabalho e

fomentá-la, a partir de uma política de integração que visualizasse novos princípios de gestão, associados a uma velhice ativa e autônoma.

Guillemard (1986) resume três grandes dimensões estruturais da velhice, pensadas a partir do contexto francês: 1945 a 1960, quando a velhice está intimamente ligada a condições de pobreza e em que a aposentadoria vai diferenciar esses indivíduos de outras populações-alvo da assistência social. O período que se dá a partir de 1960 até 1967, em que a velhice passa a estar atrelada à ideia de solidão e marginalidade, destacando-se novas práticas de intervenções associadas à saúde e ao lazer e de pensar as funções da aposentadoria a partir das mudanças apontadas no sistema produtivo, que, por sua vez, elevou o número de camadas assalariadas e do poder de consumo. Por último, o período pós 1967, norteador pela ideia de pré-aposentadoria, que implicou a revisão da idade própria da aposentadoria, vinculada ao contexto do desemprego vigente, característicos de grande parcela de indivíduos à época, quase que a faixa etária de se aposentar efetivamente.

Segundo Debert (2004), a aposentadoria tem uma relação direta com as transformações que acompanharam o sistema capitalista. A autora chama a atenção para a ideia de que a aposentadoria, enquanto instituição social, criada com o objetivo de trabalhar os riscos sociais, representa, ao mesmo tempo, a reprodução de outros riscos, relacionados ao próprio sistema. Afirma Debert (2004, p. 252) em relação ao envelhecimento populacional e à aposentadoria: “a imaginação dos *experts* em contabilidade pública não vai além de sugerir que a política precisa diminuir os gastos públicos e o valor das aposentadorias e aumentar impostos”. Daí a necessidade de se politizar o tema, observado como pura neutralidade contábil, e entender a concepção lógica do que é a dignidade humana.

Para Debert (1996), a institucionalização da aposentadoria tornou possível associar a última etapa da vida a uma inatividade particularmente remunerada, apontando que, a exemplo da Europa, nos anos 1930 e 1940, os velhos eram vistos como atores sociais altamente desfavorecidos e que, a partir da década de 1970, tornaram-se um segmento provido de recursos econômicos. Os estudos de Caradec (2006) e Guillemard (1980) apontam para a transição desse movimento da velhice na França. Em nível de Brasil e concordando com Debert (1996) reforça Stuchhi (1998, p. 35) que “a velhice é um dos temas brasileiros que mais ganharam importância nos últimos anos, tendo-se assistido, a partir da década de 80, a uma

proliferação acentuada de iniciativas voltadas para seu atendimento”. As divulgações dos meios de comunicação às questões voltadas para um envelhecimento saudável, além do crescimento crescente de áreas especializadas nesse saber, como a gerontologia e a geriatria ajudaram a fortalecer a preocupação do idoso como problemática nacional.

De acordo com Simões (1998), a década de 1990, também vai ganhar espaço político e midiático quando se pensa questões relativas à previdência social e a aposentadoria. Fato devido, principalmente, em função das grandes manifestações e protestos dos aposentados e pensionistas, não satisfeitos com as propostas governamentais à época. O principal deles, conhecido como “a mobilização pelos 147%”, ganhou grande relevância, como um movimento particular desses grupos, em prol da luta pelos direitos junto à previdência, sendo o mais expressivo deles, por seu caráter unitário. De certo modo, sempre houve reivindicações, pressão e mobilização relativas às questões previdenciárias, todavia com menor expressividade.

O autor defende que entre 1930 e 1964, as reivindicações dos segurados eram feitas basicamente a partir das categorias de trabalho e aquelas mais fortes, como a dos bancários, ferroviários e marítimos detinham os melhores benefícios aos segurados, em função da influência dos líderes sindicais frente aos IAPs. Todavia, essa influência política por parte de alguns sindicatos foi perdida em 1966, quando ocorreu, no regime militar, a unificação do sistema previdenciário, e quando, em 1974, o Ministério da Previdência desvincula-se da Assistência Social. Esses dois fatores foram responsáveis pela baixa expressividade da ação sindical a favor dos aposentados, passando desse modo, os sindicatos, a transferir sua atenção aos trabalhadores que se encontravam na ativa. Coloca Simões (1988) que diante dessas questões, ocorre uma orfandade política em relação aos aposentados e pensionistas, fazendo com que diversas associações passassem a se articular em federações regionais, dando força posteriormente para a criação da denominada Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap)²⁷, que passou a congrega grupos de aposentados e também pensionistas, independentemente de suas categorias profissionais.

²⁷ Segundo Simões (1988, p. 16), eram considerados membros natos da Cobap, todas as federações estaduais de aposentados e pensionistas, bem como qualquer associação, liga, núcleo, departamento, união que congregasse aposentados e/ou pensionistas de determinada profissão, cidade, estado ou região.

Segundo Simões (1988), três momentos importantes merecem destaque nesse percurso. O primeiro deles no início dos anos 1980, quando diversas ações judiciais são levantadas contra as ilegalidades do sistema previdenciário, principalmente em função do valor fixado para os benefícios, que seguiam a política do reajuste do salário mínimo (semestral a partir de 1979), mas que, de forma arbitrária, passou a própria previdência a adotar “critérios de proporcionalidade” para cálculos de aposentadoria entre os anos de 1979 e 1984, o que, por sua vez, resultou em índices inferiores a política salarial vigente. O segundo momento, associado à movimentação em torno da elaboração do capítulo constitucional relativo à seguridade social. De 1986 a 1988, foram organizadas diversas caravanas de visita a Brasília por diferentes associações e federações de aposentados, inclusive a Cobap, e que conseguiram colocar seus representantes nas discussões fomentadas no Grupo de Trabalho para a Reestruturação Previdenciária. O último momento, e mais expressivo deles, a “mobilização pelos 147%”, que deu à Cobap e demais associações enorme legitimação política.

Simões (1988) afirma que tudo se inicia em setembro de 1991, momento em que o salário mínimo recebe aumento de 147,06% e que os benefícios da previdência sofrem reajustes somente de 54,6%, pautando-se o governo para tomada dessa decisão nas leis n. 8.212 e n. 8.213, que desvinculavam o plano de reajustes da previdência ao do salário mínimo. Frente à grande reação dos aposentados e pensionistas, que consegue expressividade na mídia (TV e jornais) é concedido pelo juiz substituto da 2ª vara da Justiça Federal de Brasília, em novembro de 1991, o reajuste retroativo dos 147%, mas que, infelizmente perdura por pouquíssimo tempo. Respostas contrárias advindas do procurador geral do INSS e do presidente Collor são amplamente divulgadas, afirmando que não havia disponibilidade financeira da Previdência para concessão do aumento, que representaria o caos do próprio sistema.

Ainda em novembro, o Tribunal Regional Federal de Brasília, suspende a liminar que concedia aumento dos 147% aos aposentados em diversos Estados, resolvendo adiar o julgamento definitivo para janeiro de 1992. É somente em agosto de 1992, após várias contestações no Judiciário, que os aposentados acabaram recebendo o valor referente ao reajuste em torno dos 147%. Segundo Simões (1988), o movimento ganhou expressividade não somente em prol da luta pelo reajuste do benefício, mas também para demandas de atenção em relação às

situações de descaso de práticas cidadãs relacionadas aos idosos de todo o país. Parte disso é retratado quando acontece, durante o movimento, a morte de um aposentado na fila de espera do INSS, o ferimento de outro aposentado por parte da polícia e quando a grande mídia começa a concentrar reportagens de idosos não assistidos, seja por suas famílias ou pelo próprio Estado, mesmo que de forma sensacionalista. Afirma Simões (1988, p. 29), “a mídia dava atenção às associações de aposentados, mas tendia a tratá-las como ‘associações de velhinhos’”. O movimento representou grande oportunidade a favor da luta dos aposentados e pensionistas na sociedade brasileira.

O quadro 3. Questões centrais na política da aposentadoria apresenta as principais sequências de fatos relativos à aposentadoria. O período compreende as modificações ocorridas até 1930, após 1930, seguindo-se até os anos 1991.

Quadro 3 - Questões centrais na política da aposentadoria.

| Período | Questões centrais na política da aposentadoria |
|------------------|---|
| Até 1930 | A aposentadoria dos trabalhadores dependia da política de cada empresa. Benefícios aos empregados e família eram concedidos por meio das Caixas de Aposentadoria (CAPs), mantidas por meio de contribuições mensais (parcela da renda mensal) dos trabalhadores. CAPs eram sociedades civis e representavam um modelo de aposentadoria privada. |
| A partir de 1930 | Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. As CAPs cedem lugar aos Institutos (IAPs), que abraçam diversas categorias profissionais. O Estado e os Sindicatos passam a ter presença de forma mais efetiva na gestão dos recursos. |
| 1966 | A criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que passa a reunir todos os institutos numa única organização. A questão da aposentadoria é desvinculada das questões sindicais. |
| 1974 | Criado o Ministério da Previdência Social, desvinculado do Ministério do Trabalho. Nesse momento, tem-se o reforço do afastamento de questões relacionadas à aposentadoria e à previdência, de interesses mais específicos das empresas e dos sindicatos (que passam a centrar-se mais nas questões voltadas aos trabalhadores que estão na ativa). |
| 1980 | Associações de aposentados que tinham funções secundárias no interior dos sindicatos organizam-se em Federações (estaduais) e Confederações (nacionais), todavia com pouca expressividade. |
| 1985 | Confederações se encarregam de manter relações políticas, levando ao Congresso caravanas de aposentados, nos momentos de votação de leis relacionadas aos seus interesses. |
| 1988 | Constituição de 1988 engloba diversas mudanças na previdência. |
| 1991 | Mobilização e visibilidade no contexto midiático, e político, dos aposentados com a luta em torno dos 147%, |

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 Trabalho e aposentadoria: representações no contexto do curso da vida

Soares e Costa (2011) afirmam que a aposentadoria representa um tempo de travessia, e que, nesse sentido, romper com o vínculo do trabalho, apresentaria ao homem impacto psicológico e social. Na pesquisa de campo, uma das entrevistadas da pesquisa, chegou a afirmar, de forma interessante, nunca ter pensado, se quer, a respeito do assunto: “você sabe que essa questão eu nunca pensei. Qual o significado da aposentadoria?” (HELENA). De certo modo, perder a referência do trabalho no momento em que se aposenta resultaria em situações de dúvidas, conflitos e também de dificuldades para a construção de projetos futuros. Isso em função de que a partir dessa concepção, o homem estaria caminhando para o sentido inverso daquilo que o acompanhou durante toda sua vida: o valor social de se caracterizar como um trabalhador, decorrentes de uma sociedade em que a produtividade e o capital, são extremamente valorizados. “As pessoas, histórica e culturalmente, percebem o trabalho como trajetória lógica e a normalidade a ser seguida durante toda a sua vida” (SOARES e COSTA, 2011, p.27). Quando questionados sobre o significado da aposentadoria, os pesquisados relataram:

Nenhum (risos). As pessoas com quem você conversa, né. Eu encontrei um professor outro dia, não sei se ele tem a minha idade, no banco né, professor aqui da católica, ele me cumprimentou e eu até não o reconheci, fiz de conta que o reconheci, mas não o reconheci e aí ele me perguntou: o senhor já aposentou? Eu falei: não. Não aposentei e não quero me aposentar. Pois eu me aposentei e eu não quero nem saber. (JORGE, 71 anos).

É... Não teve nenhum... não é que, um dia antes da aposentadoria é uma pessoa e no dia seguinte é outra, eu continuo igual na mesma rotina. (MARCELO, 76 anos).

Segundo Soares e Costa (2011), o título de inatividade recebido por aqueles que se aposentam é também acompanhado de estereótipos que vinculam o sujeito à ideia de improdutividade. Desse modo, seria importante pensar a aposentadoria direcionada para ação e não para a estagnação. Isso propiciaria ao indivíduo, mesmo aposentado, seguir estabelecendo novos projetos de vida, ligados, por exemplo, ao voluntariado, consultorias especializadas ou até mesmo desenvolvimento de novas carreiras, tendo-se em vista a possibilidade de se viver muitos anos ainda após essa mudança. Nesse sentido a aposentadoria poderia ser entendida, a partir de novas escolhas, “interdependente e consequente de outras já realizadas” (SOARES e COSTA, 2011, p.62).

Olha pra te dizer à verdade foi um momento, eu não senti como uma passagem brusca, uma passagem... enfim, não foi um negócio impactante pra mim essa mudança. Claro, terminei uma etapa, mas foi assim, uma etapa assim como, desde o início da minha vida eu passei do ensino médio, a Universidade, para o mestrado, uma coisa que me deu satisfação, e tal, me deu alegria pela realização, né, de conseguir chegar nessa etapa da minha vida. Mas assim, não foi nenhuma coisa, ah... agora a minha vida! O que é que eu vou fazer? Não tive a menor preocupação com isso, eu tive antes... eu pensei um pouco, mas eu fui elaborando, fui amadurecendo isso, mas assim, depois, quando aconteceu foi assim... uma coisa assim... Já tava tão na hora de acontecer, sabe, que eu... foi bem natural e não tive essa grande dúvida que eu vejo em alguns colegas meus: e agora o que eu faço? vou aposentar, porque e não sei o que vou fazer, vou continuar trabalhando porque não tem outra coisa pra fazer. Eu sentia que eu tinha coisas pra fazer e que... realizou-se dessa maneira. (GERALDO, 66 anos).

Na pesquisa de campo realizada, os entrevistados enxergaram a aposentadoria não como um rito de passagem para uma nova fase de “não trabalho” ou inatividade, mas sim, para uma nova fase que marcou apenas a transposição de suas atividades para novos espaços físicos e novas convivências sociais, assim como a possibilidade de poder assumir o controle do tempo de suas próprias atividades. A aposentadoria não foi sentida como um momento de rupturas, mas sim, de continuidades em um novo ciclo de circunstâncias oportunas.

É uma passagem de vida que chega pra você, que você vai passar, uma fase, né, de diminuir seu compromisso de trabalho, foi isso. (MARIA, 71 anos).

Foi apenas mudança de natureza de trabalho. Somente isso. Eu fui ter novas experiências, né. O Conselho Estadual de Educação criando universidades... eu não criei só a de Anápolis e a de Tocantins. Mas eu criei os *campi* da Universidade Federal do interior de Jataí, Catalão, esse ainda foi como Reitora, mas eu passei a ter experiência de trabalho um pouco diferente, mas não teve grandes mudanças não, foi uma linha quase reta. (AMÉLIA, 82 anos).

Não significou nada. Representou eu deixar de frequentar aqui a UFG, só isso. (MÁRIO, 71 anos).

A maioria continuou exercendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de outras atividades em paralelo. Para os interlocutores, passar a ter o domínio e o controle sobre o próprio tempo, seja ele, para o trabalho ou para o lazer foi considerado como um diferencial extremamente significativo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o trabalho passa a adquirir um novo sentido para aqueles que se aposentam: estar livre das “amarras” de ter que se cumprirem prazos, cronogramas e horários, tão comuns, na vida do trabalhador formal e regulado, bem como poder desfrutar das consequências disso, como realizar viagens, passeios, reunir em

família ou ter tempo para realizar esportes. A fala de Geraldo reforça muito nitidamente essa reflexão:

Hoje eu sou antropólogo amador, durante algum tempo após aposentadoria eu ainda dei algumas consultorias, mas eu cansei. Cansei por que implicava num ritmo de trabalho, em reuniões e um negócio que a gente fica meio com fobia quando sai da universidade. Então, reuniões e tal e mesmo com perspectivas de algumas coisas interessantes. Por exemplo, em uma consultoria eu passei 40 dias em uma área indígena lanomâmi, uma hora que eu trabalhei muito e tal. Mas aí depois acabei até desistindo no meio do caminho porque tinha além das coisas boas da antropologia, de pesquisa, principalmente, campo trabalha de campo que é outra coisa que eu sempre gostei muito, tinha muita coisa chata, tinha situações de imposição de ritmos de trabalho, e tal. E uma coisa assim que foi assim extremamente significativo, que eu percebi assim com muita clareza quando eu me aposentei, o calendário acadêmico é algo que nos conduz hora a hora, período a período, semana a semana, quinzena a quinzena, mês a mês, bimestre, trimestre, tri semestre, semestre, fim de semestre, aquela loucura e tal, anual. Então esse ritmo do calendário acadêmico foi uma coisa que me fez desistir de qualquer um desses trabalhos de consultoria porque eu teria que me envolver nisso. E hoje eu organizo meu calendário da forma que eu bem entendo, sabe. Da forma que me satisfaz mais e que me faz melhor. (GERALDO, 66 anos).

A ideia do tempo pós-aposentadoria foi tratada pelos entrevistados desse estudo como um elemento extremamente significativo, que propiciou possibilidades de usufruto de outras atividades, principalmente, associadas ao lazer. Mesmo continuando muito ativos no mercado de trabalho, o tempo foi por eles reconfigurado, de forma que pudessem ter maior controle sobre suas atividades diárias e destiná-lo também a outros ensejos. O tempo de trabalho foi um dos elementos percebidos pelos interlocutores dessa pesquisa, como uma modificação positiva advinda da aposentadoria.

Os meus filhos ficam bravos comigo quando eu fico mais quieta, ah eu viajo muito, esse ano até eu não viajei muito, que eu tive alguns problemas de doença na família que eu tive que dar... não é mesmo dos meus, não, mas sobrinhos, perdi um sobrinho esse ano, uma outra tá doente, então eu fiquei mais quieta. Ontem até minha filha à noite, a mais velha teve aqui, oh mãe, não! Tenha paciência, não gosto de te ver assim. Sabe assim, mais quieta. Quer dizer, eu fui à Europa, eu fui ao Leste Europeu, eu fui aos Estados Unidos, tudo depois da aposentadoria, mas também, viajar é bom, agora com essa onda de terror a gente tá até com medo, né, porque estão escolhendo o lugar que tem turistas, né, meu Deus eu tô assim, mas eu tenho agência que eu sempre trabalho, viajo com ela, viajo com as minhas filhas, com essa mais velha, que gosta muito de viajar comigo, então nós vamos para praia, vamos a São Paulo, ela gosta. Que aí, a gente vai ver concertos, museus. (MIRANDA, 76 anos).

Para Soares e Costa (2011), existe também uma dicotomia no processo de aposentadoria: em diversos países tem-se um modelo de previdência pública que de

um lado, não consegue atender as condições mínimas da maioria dos aposentados, obrigando assim, os indivíduos a trabalharem formal ou informalmente para manter suas condições de vida. De outro, aqueles que têm a condição de se aposentar com uma renda satisfatória que de certo modo, lhe permite segurança social, podendo, por sua vez, optar pelo não trabalho, mas que, todavia, sentem dificuldades em fazê-lo, por não conseguirem se enxergar, longe das atividades laborativas. Opção essa característica dos entrevistados desse estudo:

Eu falo: Educação é diferente de jogo de futebol. O jogo de futebol acaba quando termina. A educação não é assim. Então você vê, eu concluí em agosto do ano passado eu pedi aposentadoria ela foi sair em março. Eu até agora, eu não parei. Porque tem tantas coisinhas, eu sou muito convidada pra bancas, palestras. Tem hora que eu falo assim: está na hora de parar, eu já estou meio cansada. Eu quero.... Eu gosto muito dos meus netos. Eu gosto! Tem hora que eu não tenho tempo para curtir a alegria da criançada, fazer bandeirinha de festa junina. Então essas coisinhas que eu acho que cada idade tem a sua coisa gostosa [...]. (ANTÔNIA, 71 anos).

Segundo Peixoto (2004), há vários anos que o sistema de aposentadorias no Brasil não atende mais seu objetivo primário que determina que os trabalhadores possam usufruir de um nível de vida compatível com aquele de quando se encontravam em período de atividade. A própria degradação do sistema e das condições de vida, obriga um grande número de brasileiros a retornar ao trabalho, o que não significa que a aposentadoria, desse modo, represente necessariamente o fim de uma atividade laboral e o usufruto do início do tempo livre, com renda suficiente para o lazer. De forma contrária afirma a autora: “ela é uma reconversão, pois no Brasil, a aposentadoria não representa uma ruptura definitiva com a vida ativa” (PEIXOTO, 2004, p.60).

Enfatiza ainda que esse processo ocorre, principalmente, com aposentados de classes mais baixas que vivem em condições mais desfavoráveis e precárias, reforçando que aqueles que já estavam na informalidade, assim continuam, enquanto que aqueles que faziam parte do trabalho formal, dificilmente nele permanecem, caminhando posteriormente para a informalidade. Reitera a autora que voltar a desempenhar qualquer atividade que lhe permita uma contrapartida financeira significa um complemento de renda, mesmo que pequeno para atendimento de suas necessidades.

Em sua pesquisa com grupos de aposentados que continuavam a trabalhar, Peixoto (2004), aponta as características de perfil de sua amostra: 68 entrevistas

foram feitas com aposentados com mais de 60 anos, cujos critérios de seleção foram: ser aposentado por idade ou tempo de serviço, além de receber aposentadoria de até seis salários mínimos. Um grupo de 12 entrevistados que recebiam aposentadorias superiores ao teto máximo do INSS também fizeram parte da pesquisa. Parte de seus resultados demonstraram duas situações: aposentados que trabalham para manter as mesmas condições de vida e por solidariedade familiar e aqueles que trabalham para preencher principalmente o vazio social. Para aqueles recebedores de aposentadorias precárias e de formação escolar muito baixa, a maioria de seus interlocutores, exerciam pequenas atividades ou se dedicavam ao mercado informal, trabalhando, principalmente, no comércio ambulante ou de rua. As mulheres associavam-se mais ao desenvolvimento de atividades domésticas que pudessem lhes trazer também uma remuneração como: costurar, lavar, atividades de manicure e fabricação de doces para venda.

Em contrapartida para grupos de aposentados que não estavam forçosamente em situação precária, ainda que dispusessem de rendimentos menores pós-aposentadoria, foi observado que o mesmo era constituinte de pessoas com formação mais qualificada, que dispunham de formação superior, cujas chances de permanecer no mercado formal de trabalho pós-aposentadoria eram muito maiores. Muitos se beneficiavam de um regime de aposentadoria complementar e continuavam a trabalhar em função de uma escala invertida de valores: primeiro a possibilidade de exercer socialização, reconhecimento no núcleo familiar, na sociedade, manterem se produtivos, vindo à manutenção do mesmo padrão de vida, como consequência. A autora cita que determinadas categorias profissionais têm mais possibilidades de continuar a exercer o mesmo tipo de trabalho, como por exemplo, os professores universitários que dispõem de dispositivos de reinserção na mesma universidade ou em outras universidades brasileiras de caráter público ou não. De forma contrária profissionais de nível médio ou operários dificilmente conseguiam reinserção no mesmo setor de atividades.

De modo geral, todos os pesquisados dessa tese afirmaram ter condições de viver de suas aposentadorias e que as mesmas lhe garantiriam margem para uma segurança social, no que diz respeito às necessidades primárias como: moradia, saúde, alimentação. Importante aqui frisar, que todos os participantes da pesquisa, eram docentes públicos federais de magistério superior, cuja estabilidade de carreira e formato de suas trajetórias profissionais planejadas e organizadas, possibilitou a

garantia de uma manutenção salarial na aposentadoria mais satisfatória. O próprio ato de se aposentar, não foi sentido por eles, porque continuaram muito ativamente a desempenhar suas atividades laborativas, com cargos importantes, principalmente em outras universidades de caráter privado. O posicionamento assumido pelos interlocutores deste estudo vai de encontro aos resultados de pesquisa de Peixoto (2004) que aponta que aposentados com uma renda maior, formação superior, com qualificação e pertencentes a determinadas categorias de trabalho, como a educação, permanecem com grandes chances de se manter na mesma atividade e com vínculos formais.

Eu tinha terminado o meu mestrado com uma pesquisa que é uma pesquisa que faço até hoje, eu faço a comparação entre as duas linguagens: a linguagem poética e a linguagem musical. Elas são muito próximas, muito, muito próximas. Eu tinha terminado o meu mestrado nisso. Estava com esses alunos particulares em casa, essas consultorias quando uma ex-colega minha de mestrado ligou pra mim e falou assim: Vitória, vai abrir concurso para o curso de Letras na PUC. Aí eu falei: Laura, eu fiz mestrado na área de Letras, mas porque eu estava fazendo a comparação, porque é uma linha de pesquisa. Não é o meu curso. Ela: vem fazer, vem fazer. Aí eu falei: Laura, não vou não, vou tomar bomba nesse trem. Ela: não, vem, eu acompanhei você no mestrado e não sei o que, pega o programa e vem fazer. Eu falei: o que eu tenho a perder? Vou lá. Aí eu continuo essa linha de pesquisa e tudo mais. Vim e fiz e deu certo. Foi muito bom. Aí a Universidade promoveu a nós o doutorado, pagou pra nós o doutorado na UNESP em São Paulo. Eu fiz o doutorado aqui já, não lá mais, fiz o doutorado em crítica literária na mesma linha que eu fiz o mestrado. Aí estou aqui o tempo todo. Se lá na Federal envolvia a gente, aqui é... vira quase uma doença, a gente não consegue viver sem isso aqui. Os professores não aposentam. Tem professor aqui com mais de 70 anos. Eu falo: meu Deus eu não quero ficar 70 e tantos anos não, mas eles não querem ir embora. (VITÓRIA, 63 anos)

Desse modo, o trabalho remunerado ainda pós-aposentadoria viria como uma possibilidade de ampliação de gastos em lazer e outros formatos de usufruto pessoal, além da possibilidade de auxílio financeiro²⁸ de familiares ou não, além de representar fonte de prazer e motivação. Nas narrativas que se seguem, os interlocutores relataram a ajuda financeira que asseguram a outras pessoas:

Tem a menina que eu criei, ela mora... como que chama lá [pesquisadora: Senador Canedo?] não, é Alexânia, ela mora lá, comprei uma casa, dei pra ela, escrevi no nome dela, ela mora lá com os filhos dela, separou do marido. E tem a minha irmã que agora... que já faleceu há quatro anos, mas tem a minha sobrinha que eu ajudo muito, muito muito mesmo e então eu

²⁸ Dados do IBGE (2010) demonstram que 64,1% dos idosos são considerados a pessoa de referência em condição de domicílio. Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2010.

tenho esses dependentes ai que eu ajudo muito, é preciso. Ajudar é preciso. Ajudo muito os meus empregados, eu acho que a pessoa necessitada que cruza o caminho da gente é Deus que põe, você tem que procurar ajudar. (AMÉLIA, 82 anos).

Cinco pessoas. A minha sobrinha, e os quatro filhos dela. E uma é doente. Então por exemplo, eu digo: meu salário é bom, mas, por exemplo, a menina ela teve um problema de saúde e só com ela eu gasto três mil e quinhentos reais de remédio. Então hoje pra mim, ter o outro ganho na iniciativa privada pra mim é necessário, por que ai eles estudam, tem roupa e moradia, e tudo mais, e eu faço tudo isso. (ROSA, 70 anos).

O trabalho pós-aposentadoria foi percebido pelo o grupo pesquisado muito mais como uma atividade balizadora de satisfação pessoal e energia vital, do que como apenas uma retribuição financeira advinda de seu esforço. O entendimento disso coloca em questionamento a posição ocupada pelo trabalho e sua influência na constituição da identidade humana, bem como chama a atenção para o olhar atento que devemos dedicar aos significados da própria aposentadoria, que deve ir além de seu conceito de inatividade após um tempo de serviço, principalmente quando observamos algumas categorias mais especificas de trabalho. Afirma Soares e Costa (2011, p.36) que “não ouvimos falar em mundo da aposentadoria como espaço socialmente reconhecido, mas simplesmente em aposentados”.

A pesquisa realizada por Simões (2004) apresentou alguns resultados aproximativos com os desta pesquisa, apesar de os objetivos de ambas serem diferentes. O autor pesquisou associações e o movimento de aposentados na década de 90 e um dos principais fatores que chamou a sua atenção foi o modo como os participantes dessas organizações elaboravam uma autoimagem de “provedores”, com objetivo de desconstruir a representação social que se tem dos mais velhos, de “encargo familiar”. O autor deixa claro em seu estudo que os aposentados eram tidos como esteios familiares e que sua própria experiência com a aposentadoria não os libertava da necessidade de assegurar subsídios familiares, mas, muito pelo contrário, aumentava-lhes a responsabilidade para com aqueles mais jovens.

Faz se importante esclarecer que o universo da pesquisa do autor tratou de aposentados beneficiários do regime geral da previdência, excluindo-se categorias consideradas especiais, como parlamentares, ministros de Estado e governantes. Outro resultado foi que os aposentados queriam deixar claro que, mesmo com algumas debilidades advinda da idade, dispunham ainda, de vitalidade considerada

suficiente para continuar seguindo em suas lutas e manterem uma imagem de aposentados ativos, de forma oposta ao estigma da inatividade e decrepitude ainda muito parametrizados na velhice. As falas dos entrevistados dessa tese, também seguiram nessa mesma direção: os aposentados, ainda se consideravam provedores, além de reforçar sentimentos de vitalidade, que se opunham a situações de idosos simplesmente inativos e decrépitos.

Conforme já exposto, a pesquisa de Simões (2004) demonstrou que esses idosos aposentados se constituíam em provedores. Aqui se faz importante fazer uma ressalva: constituíam-se provedores, mesmo recebendo valores considerados extremamente baixos e indignos de suas aposentadorias (perfil de amostra pesquisada, do autor). O que justifica o discurso dos mesmos em continuar trabalhando para complementar a renda. Nesse sentido, afirma Simões (2004, p. 36) “compreendia-se, pois, o trabalho na idade de aposentadoria ‘por necessidade’. Não seria, entretanto moralmente legítimo que um homem de idade, que devotara sua vida ao trabalho, fosse obrigado a continuar”.

Nos pesquisados desta tese a amostra constitui-se também de aposentados, mas de forma contrária, com recebimentos de valores de aposentadoria muito maiores e pertencentes a uma única categoria de trabalho. Todos os entrevistados afirmaram receber um valor capaz de prover suas principais despesas domésticas. Semelhante aos estudos de Simões (2004) ainda se consideram muito provedores, fosse familiarmente ou não. Todos, sem exceção, ajudam, por meio de suas rendas, outras pessoas. De forma contraditória, o trabalho pós-aposentadoria para os interlocutores de Simões era realizado em função do atendimento de necessidades básicas e manutenção da subsistência, enquanto que, para os interlocutores deste estudo, o mesmo encontrou-se atrelado a sentimentos de realização pessoal, como forma de manterem-se ativos e produtivos, de contribuir socialmente e acima de tudo, manterem-se vivos, mais do que uma relação estabelecida em cima da necessidade.

Essa característica pode evidenciar que o tipo de trabalho exercido e o salário recebido impactam no processo de sentir ou não segurança e certezas pessoais em relação às atividades que são desenvolvidas pós-aposentadoria e também na velhice. A quase totalidade dos entrevistados desta tese afirmou sentir-se seguros em relação ao trabalho que desempenham hoje, o que traz como consequência segurança e certezas na velhice. Os sentimentos de segurança e certezas pessoais

estiveram atrelados ao esforço de capacitação, a experiência de vida acumulada, as trajetórias firmadas e principalmente ao respeito e reconhecimento proporcionados pelo trabalho que continuam a desempenhar hoje. Apenas dois afirmaram se sentir inseguros e incertos:

Segurança... eu me sinto segura por que eu estudo muito, eu leio muito. Então, estou aberta a novas informações, então assim, eu sou muito segura. Incerteza não, por que, outro dia até teve uma questão assim, de divergência, onde eu tenho segurança de que eu quero o bem, né, da instituição e aí eu vejo resistência por parte de quem é dono, então eu cheguei a conversar com a diretora administrativa: menina, estou no mercado! Então, se as minhas ideias aqui já não estiverem servindo mais, ó, amanhã não estou aqui. Tudo bem. (ROSA, 70 anos)

Segurança. O trabalho me dá segurança e eu acho que ele me rejuvenesce porque esse trabalho dentro da universidade nos faz estar em contato constantemente com o jovem. O jovem belisca a gente o tempo todo, você pula pra frente do jeito que for. (VITÓRIA, 63 anos).

Por tudo que eu falei, eu tô muito feliz, satisfeito, queria ser mais novo pra poder fazer mais coisa ainda, mas eu me sinto muito bem, muito seguro, a instituição me respeita, eu não tenho do que me queixar do meu trabalho, né, meu trabalho me dá vida, me dá gosto, o meu trabalho é reconhecido, e claro, a academia é um campo de conflitos, tem muita inveja, muito ciúme, muitos conflitos, e eu, por várias razões da minha história de vida, eu tenho posições, minhas crenças e eu luto por elas, e aí tem muita gente que enfim, entramos em atrito, a vida vai ensinando você a ir lidando com as adversidades e com os embates e tudo mais. Mas eu não tenho o que me queixar, o trabalho, se você tá perguntando qual é o sentido do trabalho a um velho, o sentido do trabalho pra mim, enquanto uma pessoa idosa...é o melhor sentido possível. (JORGE, 71 anos).

Ah... eu acho que mais segurança, porque eu acho, eu acredito e sinto que com a experiência que a gente viveu, experiência diversificada, no meu caso aqui como psicanalista, a experiência de vida mesmo, porque o jovenzinho, a gente nem gosta muito de começar muito cedo formação em psicanálise, porque precisa de experiência de vida, você tá atendendo pessoas de mais diversidade, eu já trabalhei com crianças, já trabalhei com adolescente, hoje não trabalho mais, só com adultos, e eu penso que é uma coisa muito rica a experiência que a gente tem, mais a experiência que a gente viveu influência muito. O analista, o psicanalista muito jovem que não sofreu experiências de vida importantes, ele já experimenta uma certa dificuldade em entender quando o paciente tá falando alguma coisa, então eu acho que conta muito. Eu tenho paciente aqui comigo que vem praticamente para conversar, pacientes que estão comigo há 12, 15 anos, que não querem ir embora, tem que ter um espaço para conversar certas questões, sabe, eu acho que uma pessoa muito jovem, porque são pessoas que tem mais idade, adultos mais avançados, né, então acho que influencia. (HELENA, 79 anos).

Ah, muito mais seguro, muito mais...ah, até porque eu tô fazendo uma coisa onde eu posso contribuir realmente. Não, muito mais segurança e paciência, né. O cara vai errar, você avisa que ele vai errar, o cara vai errar e erra. Tá bom, eu não falei? Aliás, hoje eu não falo mais: eu não falei? Fico quieto. (MÁRIO, 71 anos)

Olha é uma segurança incerta. Mas é uma segurança, pela experiência que você tem, pela trajetória. Em termos de trabalho você se sente reconhecido. Isso é uma coisa que dá segurança. No meu caso que tive um desempenho de trabalho... pelo o que pessoal fala tem um pouco de confete nessa história. Mas de qualquer forma faz parte de uma trajetória. Um pouco de segurança por conta disso. (ROBERTO, 76 anos).

A gente tem insegurança e tem incerteza também. Por que afinal de contas, idade é idade, porque eu tô muito bem mas eu não sei o que vai acontecer amanhã. Quantas pessoas aí até mais jovem tem um AVC de repente. Então a gente tem insegurança, o jovem é muito mais seguro, não tenho a menor dúvida quanto a isso, quanto a isso. (AMÉLIA, 82 anos).

A renda complementar obtida pelos pesquisados deste estudo, oriunda do trabalho formal, foi representativa muito mais de uma ampliação das possibilidades de usufruir em termos de lazer, como programar viagens, realizar programas com os netos, investir em passeios, comer fora de casa, do que, necessariamente trabalhar para sobreviver. Isso demonstra que a composição salarial, as categorias de trabalho e as carreiras construídas ao longo da vida, principalmente as de caráter público, são importantes fontes de estabilidade na velhice e demonstram que os aposentados reagem de forma diferente em relação ao posicionamento que se tem do trabalho.

O meu trabalho, vamos dizer 80% é lidar com criança, e eu acho maravilha, é o que salva a humanidade, são as crianças, os animais e as crianças, né, então eu sinto um prazer enorme em trabalhar com criança, gosto do que eu faço, e ainda mais, qual o meu material de trabalho, né, que são as crianças. Eu gosto muito, e tenho remuneração, que é bom, que dá suporte pra gente fazer tanta coisa, eu tenho viagem agora pra julho, então, vou pra Europa, tudo é muito bom, a questão de renda é muito bom, é um atrativo, você trabalhar e ter uma compensação financeira, isso é muito bom também, são esses dois fatores. Se eu não gostasse do que eu fizesse, eu acho que eu não ficaria, eu tenho outra renda e pra mim não faria tanta falta, e ficar vivendo num estilo de vida que você gosta né, mas eu gosto tanto do que eu faço que eu venho pra cá com prazer. (MARIA, 71 anos).

Alves (2016), em estudo realizado com técnicos administrativos e celetistas da Universidade Federal de Goiás em condições de se aposentar e também de recém-aposentados, constatou que para os dois grupos pesquisados a opção por continuar trabalhando enquanto empregado não foi cogitada por nenhum deles. Destaca o autor que entre os representantes daqueles que já se encontravam em condições de aposentadoria, os resultados da pesquisa apontaram para o desejo de se continuar na atividade o máximo possível por fins financeiros, não tendo, por sua vez, nenhum de seus interlocutores mencionado a possibilidade de se aposentar e depois continuar trabalhando. De forma semelhante, no grupo dos recém-

aposentados, não se observou, entre seus pesquisados, quem estivesse empregado, bem como quem o pretendesse estar.

Outro ponto observado pelo pesquisador em relação a um de seus grupos entrevistados faz menção ao motivo que estende a permanência deles no trabalho, mesmo que já tenham completado os dias para a aposentadoria: a questão financeira para que o padrão e qualidade de vida pudessem ser mantidos, já que com a aposentadoria geralmente se perde parte da renda em decorrência dos próprios critérios adotados pelos sistemas de aposentadoria pública ou privada. Seu estudo reforça a percepção de que o tipo de trabalho realizado e os salários recebidos também impactam em maior ou menor grau, na opção por continuar ou não pós-aposentadoria. No caso do autor, servidores técnicos administrativos e celetistas não visualizavam esse contínuo. De forma muito diferente, o grupo de docentes pesquisados nesta tese, também da mesma instituição, já não conseguiam se enxergar fora no universo de trabalho. O que mais uma vez vem destacar que o trabalho intelectual e cognitivo e menos mecânico e rotinizado é muito mais propício a um contínuo na velhice e pós-aposentadoria.

Eu fujo desse problema. Eu fujo, fujo, fujo, morro de medo de parar de trabalhar, morro de medo do que, vai virar minha cabeça, não é, então é um assunto que eu preciso enfrentar né... eu preciso enfrentar essa situação, do que vai acontecer se eu parar de trabalhar, então é uma interrogação. (JORGE, 71 anos).

Não, eu não penso nisso não. Não penso nisso! Penso arranjar um jeito de continuar trabalhando; tendo responsabilidade, não é trabalhar, pegar o braço e trabalhar e fazer as coisas, mas ter responsabilidade, sobretudo, trabalhar com a cabeça, porque a cabeça é boa, a cabeça continua boa, o ruim são os membros que vão enfraquecendo, né. Mas hoje tem os recursos também, tem as ginásticas, tem os exercícios físicos que são fundamentais para o idoso, fundamentais. (AMÉLIA, 82 anos).

Ah, já pensei sim e eu não quero que isso aconteça tão cedo, mas eu acho que um dia vai acontecer, um dia, tudo que tem começo tem fim, mas eu penso com tranquilidade, no momento que eu sentir que tá na hora de parar, eu vou parar, vou ler, vou escrever, vou ver televisão, passear, tem os dois livros pra...Tem muita coisa ainda. (HELENA, 79 anos).

Então, quer dizer, eu acho que não tem jeito de parar, se sua mente tá funcionando, o corpo consegue acompanhar, não tem como parar [...]. (MÁRIO, 71 anos).

Lins de Barros (2011) colabora enfatizando que preservar o papel de provedores (nas relações de trocas entre as gerações) e manter o consumo é uma das razões que levam os aposentados com maior escolaridade e renda a

continuarem trabalhando. “A imagem de si como provedores, e não como velhos aposentados, ao lado da necessidade econômica, é uma forma, assim, de manter a autoridade na família e a autonomia e independência como indivíduo” (LINS DE BARROS, 2011, p.48).

[...] eu tinha uma empregada na minha casa todos os dias e uma na chácara, porque a chácara tem muito chalés por causa dos filhos, nós fizemos... cabe umas 30 / 40 pessoas lá. Então os filhos podem levar os amigos deles, os netos. Então eu tinha uma pessoa lá que mantinha arrumado. Agora com a diminuição do salário é mais difícil eu manter dois. Porque é tudo registrado. Eu pago mais do que o mínimo. Eu falei: meu Deus o que eu vou fazer, não vou dar conta pra manter o mesmo nível? Então eu falei: vou assumir a comida. Então eu assumi. Eu não tenho empregada todos os dias lá em casa. Eu tenho uma pessoa que trabalha cinco dias comigo, mas ela vai na chácara. Ela trabalha dois dias em Anápolis na minha casa, o resto tudo sou eu. Então eu preenchi também o meu tempo. Eu ainda falo assim: gente, eu não tenho tempo. Como eu trabalhava? Porque entrou coisas novas, entrou a comida, a cozinha lá de casa. É uma cozinha grande, tenho 12 pessoas todos os dias pra almoçar lá em casa. Hoje sexta-feira a moça está lá. (ANTÔNIA, 71 anos).

Eu tenho um bom salário. Como eu tava falando, eu sou um privilegiado e meu salário me permite ter uma vida decente, viajar, ajudar meus filhos.. eu ajudo filho, família, meus irmãos, todos tem os salários muito modestos, então eu ajudo mesmo e tenho quatro irmãos, tinha 4, faleceu uma, ajudo todos, ajudo meus filhos também, e meus filhos são casados, tem profissão, mas, enfim, não tenho queixa desse ponto, usufruo do meu salário da melhor maneira possível, lazer, e ok. É isso. Compro meus Cds de música clássica. (JORGE, 71 anos).

Segundo Soares e Costa (2011), sair do mundo do trabalho para ocupar a posição de aposentado, implica diversas mudanças no modo de viver, pois representa fatores como: perda do lugar no sistema de produção, reajuste no espaço/tempo representado pelo tempo e lugar de trabalho e tempo e lugar de não trabalho e uma reestruturação própria da identidade, associada ao fato, de que, o trabalho enquanto forte elemento para a organização pessoal, inserção social e manutenção das relações humanas faz com que o indivíduo, muitas vezes, se reconheça por meio dele e identifique-se socialmente com sua profissão para à sociedade: João, o médico e José, o professor.

Para Nunes (2014), algumas características ligadas à identidade relacionada ao trabalho são extremamente relevantes, como por exemplo, a ocupação e o cargo exercidos, mas que outros elementos se fazem também importantes como a socialização e a formação escolar que foram vivenciadas enquanto trajetória biográfica de um indivíduo. O autor infere em seu estudo do trabalho em serviços um dualismo metodológico, já presente em outros autores, que destaca, entre outras

estruturas, uma apreensão interpretativa, objetiva e subjetiva necessária para a compreensão de uma identidade social e também do trabalho. O aspecto objetivo estaria ligado aos atributos que são institucionalmente conferidos, como é o caso dos processos de socialização e da educação familiar e escolar, por exemplo. Já os subjetivos estariam ligados a um processo de identificação cognitiva e consciente do indivíduo, desses mesmos atributos que nos foram institucionalmente conferidos. Nos relatos abaixo é perceptível à influência dos fatores externos (família, educação recebida, socialização) e também aqueles mais subjetivos (vontade, realização, motivação, temperamento, livre arbítrio, prazer pessoal) do indivíduo no que diz respeito ao trabalho:

[...] Meus parentes me dizem: Jorge, para! Ta na hora de parar. Você está com 70 anos, vai fazer outras coisas, curtir a vida. E eu tô curtindo a minha vida. Esse trabalho que eu faço é uma realização. Eu dou aula, tenho duas disciplinas que eu me dedico há anos, e que...você já estudou, você já sabe. Eu vou pra aula com meu montinho de anotações antigas né. Mas eu não. Eu tenho aula à tarde e fico a manha toda preparando a minha aula. Isto se chama motivos, e eu acho que os motivos são as razões que a gente mesmo dá para o que faz e pensa. São os motivos que impulsionam a nossa vida para o mundo. Então, é essa a resposta. (JORGE, 71 anos).

Eu acho que um pouco é o temperamento mesmo, né, de ter vivido uma vida trabalhando e estudando, nunca dependi de ninguém. No momento em que eu sai de casa com meus 18 anos eu me mantive. Então, eu tinha que trabalhar. Depois de aposentada, lógico que eu podia ter parado, mas a inquietação é muito grande, a agitação, a vontade de produzir, de ter uma atividade, eu não gosto de serviço de casa, casa pra mim é só pra descansar à noite e tal, hoje eu tô pensando um pouco diferente [risos], hoje eu já tô adorando ficar na horizontal, lendo um livrinho, podendo ler agora as coisas que eu não lia antes. E outra coisa também é o complemento salarial, né, que ajuda, a gente precisa, é...isso mesmo. Eu penso ainda em ter uma atividade, mais produtiva, que me dê mais prazer, gosto muito disso, de me envolver com produção, com escrita, né. Mas não trabalho individual, eu gosto de fazer muito trabalho em grupo, treinamento, sala de aula, movimento mesmo, sabe... é, mas pra sala de aula, pra dar aula mesmo eu não quero mais não. Cursos rápidos, a gente viaja muito pelo sindicato dos professores, pelo antigo Sintego, dando treinamento em vários lugares, Estados, então isso me motiva, sabe. (ANA, 61 anos).

As coisas foram acontecendo. Como eu disse para você, eu me sinto uma pessoa muito protegida pela... muito guiada pela Divina Providência. Deus colocava as coisas na minha frente, então aí vem a questão do livre arbítrio, você tem liberdade de aceitar ou não, eu aceitei. Como dizem os políticos eu não deixei o cavalo passar arreado eu montei nele. (AMÉLIA, 82 anos).

Não tem como parar. Eu acho que você tem uma expectativa interessante, você pode contribuir com alguma coisa. Sempre foi o lado social, sempre, sempre. (MÁRIO, 71 anos)

Deixar o trabalho assumiria uma conotação pejorativa de um estado depreciativo de abandono e de estar inativo, já que há socialmente, uma dificuldade de reconhecimento das pessoas em condição de aposentados. A própria definição do termo aposentadoria²⁹ carrega essa percepção: a inatividade após um tempo de serviço e o recebimento de uma remuneração por essa condição de inatividade. Em uma sociedade que valoriza cada vez mais o trabalho humano para manutenção do sistema produtivo, estar inativo poderia significar “não fazer nada”.

Eu acho assim, o significado no senso comum não é para as pessoas, é o espaço em que a pessoa vai descansar, não vai mais trabalhar, vai fazer aquilo que gosta e não teve tempo pra fazer [risos] agora pra mim, especial, ela continua sendo mote de vida, com, incluindo nela, na aposentadoria, o trabalho [risos] [...]. Eu não afastei da UFG, embora que, aposentada, eu não me afastei, tudo que tem eu fico sabendo, eu vou atrás, eu participo, eu acho isso muito importante, então a aposentadoria pra mim, é como se ela não tivesse acontecido. Eu simplesmente mudei de local de trabalho, assim que eu me aposentei eu fui pra chefia de gabinete da secretaria de estado da educação que a professora X dirigia, depois de lá eu fui pra iniciativa privada, dirigi uma instituição que estava começando, até pra escolher o lote, de ambiente, móveis, tudo, fiquei lá três anos, e fui agora pra essa outra instituição e tô lá, e digo assim: eu não senti a aposentadoria. É como se eu não tivesse nem o plano B, eu continuei, só mudou o espaço. (ROSA, 70 anos).

De acordo com Soares e Costa (2011), a associação da velhice com a aposentadoria é uma prática comum. Caradec (2011) e Guillemard (1980, 1986) convergem nessa mesma reflexão, afirmando que no caso da França a institucionalização da aposentadoria constitui uma etapa representativa do avançar da idade, que marca a entrada de um indivíduo para uma nova fase da vida, já que, os papéis sociais ao seu alcance não serão mais os mesmos. De modo semelhante, as políticas públicas e sociais também se pautam nos limites cronológicos da idade. Lins de Barros (2011), concordando com Caradec (2011) afirma que “[...] as idades são as referências cronológicas fundamentais para a inserção dos indivíduos na sociedade moderna, cuja organização social regulamenta direitos e deveres” (LINS DE BARROS, 2011, p. 50). Na fala da interlocutora Miranda, foi possível perceber a relação que a mesma estabelece entre a aposentadoria e a velhice e na fala de João, a possibilidade de crescimento, experiência e sabedoria que acompanha o processo:

²⁹ O Dicionário Houaiss diz que aposentadoria é “ato ou efeito de aposentar; 1 ant. hospedagem; acolhimento, alojamento; 1.1 p.met.; ant. local em que alguém se aposenta, se hospeda. 2 afastamento (de uma pessoa) do serviço ativo, após completar os anos estipulados em lei para exercício de atividade ou, antes deste prazo, por invalidez. 2.1 p.met. a remuneração recebida mensalmente pelo beneficiário aposentado”.

Por um lado, eu confesso a você, quando eu completei 70 anos eu sofri, assim, um baque, porque eu trabalhava muito e eu nem senti falta, agora a aposentadoria tem um lado, não é ruim, mas é o lado, eu não sei... eu não sei te explicar, de esvaziamento, sabe. Mas por outro lado, você fica livre, para fazer o que você quiser, eu até, nós brincamos... eu tenho uma menina que foi diretora também, que é muita minha amiga, aí eu fui... como eu tinha tempo de ir na faculdade de educação [risos], não é, por que a gente faz muita coisa, eu vou para fazenda, aí agora eu faço academia, que eu sempre gostei, sabe. Tenho reunião com os amigos, mas por outro lado, eu canso mais, eu faço muita coisa, eu tento ter uma vida extremamente ativa, mas a idade conta ninguém vai falar que não conta, porque conta né [...]
(MIRANDA, 76 anos).

Óh... é uma forma de realização individual, é uma relação que eu chamo de existencial, não é ruptura... é uma realização do indivíduo como tal, você chega a uma busca perfeita do ser como tal. E não é ruptura... e você começa a ter uma riqueza de conhecimentos que você não tinha, uma experiência que você não tinha. (JOÃO, 91 anos).

Segundo Soares e Costa (2011), o afastamento do trabalho, ocorrido em muitos casos em função da aposentadoria, faz com que as pessoas se afastem também, de sua identidade profissional, que foi exercida durante muito tempo. Esse fator, por sua vez, acaba por condicionar a busca de outros elementos de compensação, como o desenvolvimento de novos projetos e interesses pessoais. A saúde física, por exemplo, é retratada como um canal de interesse vivenciado, que antes, muitas vezes, era negligenciado ou não detinha maior atenção, por questões de tempo. Segundo a autora, o trabalho tem elementos relacionados à perda da saúde, enquanto que, a aposentadoria se torna um momento para cuidar dela. Os pesquisados desse estudo, mesmo não tendo se afastado do trabalho, afirmaram dispor de maior tempo livre para se dedicar a viagens, cuidar da saúde, entre outros fatores, após terem se aposentado:

Eu gosto de viajar. De sair eu não gosto muito não. Eu vou nas minhas reuniões que são muitas, né. Eu sou da Academia Goiana de Letras, sou da Academia Feminina de Letras e Artes, eu faço parte da Academia de Letras de Catalão, de Inhumas, de Bela Vista e tem um conselho, eu vou sempre aos eventos culturais, eu procuro frequentar, então essa parte eu procuro ir, mas eu gosto de ficar em casa, a noite, ver a minha televisão, ler minhas revistas, fazer minhas orações, eu sou católica e tenho uma devoção muito grande com Deus e os Santos e Nossa Senhora. Então eu dedico um pouco de tempo às orações. (AMÉLIA, 82 anos).

Eu sou uma pessoa muito ativa, mas a minha atividade, 95% é atividade intelectual, né. Então sábado e domingo de manhã eu trabalho, mas eu tenho também um modo como foi formando, eu faço meu fazer, entremeadado...sábado e domingo eu não vou trabalhar, não, quinta feira, cinco da tarde, li, li, li, trabalhei, li tese, e tal né. Aí eu vou ouvir música, boto minha musiquinha, uma hora e fico lá curtindo, né. Então eu tenho o meu lazer de uma maneira bem peculiar, eu gosto de tocar violão, um lazer bom

que eu faço final de semana, já foi mais intenso, essa coisa de tomar uma cerveja, e cantar, gosto muito de cantar, é o meu lazer. Gosto muito de caminhada, sabe. E a minha mulher não gosta. Então já fica limitado um pouco, mas meu gosto é pegar o final de semana e ir lá na cachoeira de Pirenópolis. Você já foi lá? (JORGE, 71 anos).

Faço ioga, medito, leio os clássicos aí. Eu nunca tinha lido a Divina Comédia, comecei agora, uma edição belíssima, então, é isso aí [...]. Tenho uma quadrinha lá pra jogar bola e tudo, piscina, tô te falando, a gente é privilegiado. (MÁRIO, 71 anos).

Para Stucchi (1998, p.36), pensar na aposentadoria “é acompanhar como um problema que dizia respeito aos indivíduos, às suas famílias e às agências filantrópicas constituiu-se em questão pública”. Isso em razão de que, a partir do momento em que o trabalhador efetua um contrato trabalhista, a aposentadoria é adquirida como forma de direito, passando a velhice ser um problema também de caráter público (DEBERT 1996; GUILLERMAD, 1980,1986; SIMOES, 1999).

De acordo com Stucchi (1998), uma das formas encontradas pelas organizações para lidar com as pessoas que estão envelhecendo foi à criação dos Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPAs), que podem ser implantados pela própria área de recursos humanos da empresa, por consultorias ou assessorias prestadoras desse tipo de serviço. Em 1980, apenas duas empresas ofereciam esse tipo de programa, sendo que, por volta de 1993, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP) já contava com 89 empresas interessadas ou iniciadas no processo de implantação desses programas.

Segundo Stucchi (1998, p. 36), os PPAs são “uma manifestação concreta das novas práticas e concepções envolvidas nas formas contemporâneas de entender o processo de envelhecimento, o trabalho e a aposentadoria”. Esses programas têm por função transformar o significado negativo da velhice em algo positivo, assim como transformar a aposentadoria em uma decisão que seja individual, do trabalhador, demonstrando as possibilidades de vivências positivas em uma nova fase da vida. Por outro lado, a partir de uma observação mais crítica, aponta a autora que esses programas passam a ser também o suporte encontrado pelas organizações para justificarem a dificuldade em precisar as fases da carreira do trabalhador frente às vantagens e desvantagens de se ter em seu quadro pessoas mais velhas para responder os ideais de produtividade.

Assim o funcionário mais velho é valorizado em termos de acúmulo de competências e experiências, mas por outro lado é desvalorizado em função da imagem que se tem dos mesmos: mais conservadores e, portanto, mais resistentes às mudanças. Diferentes dos jovens que possuem perfil mais arrojado, empreendedor e que se adaptam facilmente às mudanças, sendo assim, considerados necessários ao novo modelo em que se enquadra as organizações contemporâneas. “O acúmulo de idade passa a representar o risco e incapacidade para o trabalho, enquanto juventude equivale ao principal objetivo perseguido no recrutamento de um trabalhador” (STUCCHI, 1998, p.38).

Diante da dificuldade das empresas em lidar com o curso de vida do trabalhador (saber o momento exato em que ele deixa de ser produtivo, capaz e ativo) os PPAs acabam por se tornar um elemento central de preparo para a pré-aposentadoria, encontrado pelas empresas, de acordo com seus padrões éticos, para que seja dada ao próprio trabalhador a missão de decidir sobre o momento que ele julga ideal para se afastar. Stucchi (1998) aponta para a necessidade de um conjunto de cuidados que devem ser demandados para que a aposentadoria, de um direito do trabalhador não se transforme em uma violência contra o trabalhador, já que ela é concebida por muitos indivíduos como a “saída do mundo do trabalho, pela entrada no mundo doméstico e pela passagem de um mundo de poder para um mundo em que o poder está nas mãos de outros” (STUCCHI, 1998, p. 41).

Desse modo, a autora chama a atenção para os cuidados que devem ser pensados por diferentes áreas de saberes científicos para que seja possível atender as necessidades e aspirações dos indivíduos idosos e, principalmente, para que os PPAs cumpram sua missão de preparar o indivíduo para um momento de ressignificação da velhice, ou seja, para o aceite de novos papéis que podem ser concebidos, novas atitudes, novos aprendizados e manutenção do próprio interesse pela vida. Segundo a interlocutora Ana, é notória a importância de se trabalhar programas que preparem o indivíduo para a chegada da aposentadoria de forma planejada, bem como ter entendimento da importância dos possíveis projetos futuros que dela podem ser decorrentes.

Acho que aposentadoria a gente pode ver por dois pontos de vista, né. O merecimento pelo tempo que você se dedicou aquilo. Pelo tempo... vamos dizer assim, pelo tempo de trabalho, e pelo tempo...vamos dizer, como eu quero explicar pra você...pelo tempo de trabalho vencido, e pelo cansaço também do trabalho, né. Então... mas eu acho que a aposentadoria é uma

questão muito polêmica, muito controversa na cabeça de quem tá em véspera de... eu não sei se em outros países há um preparo, mas nós não nos preparamos... então você vê aqui na ADUFG se você ficar aqui uns dias fazendo uma observação, você vai ver muitos professores aposentados procurando o que fazer, às vezes nem tem uma atividade, mas ficam sentados conversando por conta de uma solidão, né, muitos moram sozinhos, não tem companheiros, não tem filhos, então se engajam no grupo travessia, no coral, outros vem pra o RPG, pilates, procurando alguma forma, eu penso, de quebrar um pouco a solidão da aposentadoria, né (grifos meus). (ANA, 61 anos).

Bulla e Kaefer (2003) enfatizam que as formas pelos quais o indivíduo percebe o processo de envelhecimento e de aposentadoria ocorrem de maneiras muito diferentes, envolvendo vários aspectos, tais como o histórico de vida de cada um, as várias interfaces relacionadas às modificações sofridas no mundo do trabalho, na forma como a vida familiar se reorganiza na sociedade contemporânea, o convívio social dentro e fora do ambiente de trabalho, a própria rotina laboral e os papéis sociais assumidos e desempenhados por cada sujeito. Segundo as autoras, o homem irá expressar suas capacidades de maneiras distintas, todavia, também de acordo com um conjunto de normas e imposições sociais.

CAPÍTULO V

ENVELHECIMENTO: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS SOCIAIS

5.1 Os dois polos da velhice contemporânea

[...] Sei que tenho muitos anos. Sei que venho do século passado, e que trago comigo todas as idades, mas não sei se sou velha, não. Você acha que eu sou? Posso dizer que eu sou a terra e nada mais quero ser. Filha dessa abençoada terra de Goiás. Convoco os velhos como eu, ou mais velhos que eu, para exercerem seus direitos. Sei que alguém vai ter que me enterrar, mas eu não vou fazer isso comigo.

(Cora Coralina - Eu não tenho medo dos anos e não penso).

O envelhecimento tem-se tornado objeto de investigação em várias áreas de conhecimento que abrem caminhos e apresentam o tema sob diferentes aspectos. No Brasil, o debate ainda se intensifica em diferentes fóruns acadêmicos, políticos e comunitários etc., sobre o papel do idoso na nossa sociedade. Todavia, apesar da vasta abrangência, é certo que o tema ainda se faz carente de aprofundamento em questões fundamentais que procuram entender o envelhecimento a partir de uma perspectiva social e não apenas como um processo biológico, com implicações físicas do corpo. Caradec (2011) discute que não devemos projetar o envelhecimento apenas como sendo corporal, baseado na compreensão das limitações funcionais e das doenças orgânicas do corpo, mas entender também, que o envelhecimento recorre a registros “não corporais”, que dependem do que o autor irá chamar de “entornos sociais”: a amenidade ou a dureza das interações em espaços públicos, a atitude dos próximos, o contexto das relações com o outro, a existência ou não de solicitações nessa idade.

Segundo Debert (2004, p.13), tratar da velhice é “buscar acessos privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e de gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer”. Para a autora, as diferenças faixas etárias constitui um fator universal presente em todas as sociedades, sendo fruto vital no processo de socialização. Desse modo, assim como o desempenho de determinadas atividades estaria vinculada às capacidades de diferentes estágios biológicos do indivíduo, também estaria o conhecimento acumulado para o exercício de diferentes papéis sociais. Segundo Veras (2011), é importante pensar a ideia do envelhecimento saudável como resultante de uma interação entre várias dimensões, como a saúde física e

mental, a independência pessoal e financeira, a socialização, além do suporte familiar. De acordo com Debert (2004), na segunda metade do século XIX, foi comum tratar a velhice como sinônimo de decadência física e da perda de sua importância social. Todavia, a autora destaca que ao mesmo tempo em que esse pensamento foi responsável por estigmatizar a velhice a um conjunto de imagens negativas, ele foi, por outro, responsável, por trazer à tona a legitimação de alguns direitos sociais, como a aposentadoria.

Os estudos de Caradec (2006), na França, apontam que a velhice passou a adotar novas terminologias (terceira idade, pessoas dependentes e *seniors*), a partir do momento em que o termo se vinculou a aposentadoria. De acordo com o autor, foi em 1970 que o termo terceira idade começou a se difundir, sendo sua nova conotação, utilizada para caracterizar “uma nova juventude”. Um momento importante que antecede essa configuração se deu, em 1962, por meio da publicação do Relatório Laroque, cujas políticas voltavam-se para a inserção das pessoas idosas na sociedade, com intuito de evitar o isolamento e a inatividade desses grupos. Essas políticas se direcionaram, principalmente, a algumas melhorias como: habitação, criação de serviços de ajuda doméstica, implantação de clubes de lazer, com a intenção de substituir características assistencialistas e economicamente fracas que outrora as políticas caracterizavam.

O Relatório Laroque foi considerado como um embrião, para difundir e legitimar uma nova imagem da terceira idade, que associada ao papel ocupado pelas caixas de aposentadorias à época, desenvolveu, por intermédio de seus fundos, a possibilidade de conquista de novos mercados consumidores por parte dos idosos. A terceira idade passou a ser representada por um “tempo de lazer”. Isso possibilitou aos idosos, um princípio de autonomia importante, dentro do convívio dos grupos familiares, em substituição a concepção de um patriarca considerado, muitas vezes, inútil. Todavia, Caradec (2006) reforça que essa nova política, concebida ao modo de vida dos idosos, veio acompanhada também, por outro lado, de uma característica importante: a política de desemprego voltada aos trabalhadores envelhecidos.

Já partir dos anos 1980, o termo “pessoas idosas dependentes” começa a ser substituído pelo termo “pessoas idosas inválidas e deficientes”, sendo essa nova abordagem utilizada inicialmente pelos médicos geriatras. O termo é consolidado por meio da criação da Lei sobre a Prestação Específica da Dependência de 1997, que

institucionaliza a “dependência”, como uma categoria jurídica, voltada para ações sociais às pessoas idosas, passando os mesmos, a serem concebidos como destinatários passivos recebedores de cuidados. A dependência dos idosos passou a ser, com o financiamento das aposentadorias, uma das principais questões de discussão a nível nacional. Todavia, o PSD, caracterizou-se muito mais na prática, como uma prestação de ajuda social, por departamentos específicos, do que, propriamente um mecanismo de seguro social, tendo sido altamente criticado, por apresentar medidas de exclusão, tais quais, beneficiar apenas pessoas consideradas altamente desfavorecidas, não sendo alvo, por exemplo, possuidores de uma média dependência (CARADEC, 2006).

Por fim, a expressão sênior, só começou a ser utilizada, no início dos anos 60, por meio da mídia. Todavia, é somente a partir de 1996, que o termo começou a se expandir, como uma terminologia usada por ações de marketing, direcionada às pessoas de 50 anos ou mais, o denominado “mercado dos *seniors*”, um novo nicho de consumo criado, especificamente, para atender a essa demanda.

Debert (2004) afirma que a categorização de idades, sob o ponto de vista dos direitos e deveres, assim como as especificidades de comportamentos, que são típicos de cada faixa etária (jovem/adulto/velho) é, sobremaneira, acompanhada por laços simbólicos que privilegiam a formação de novos atores políticos e, sobretudo a criação de novos mercados de consumo. No caso da velhice, por exemplo, uma infinidade de mercados direcionados ao consumo, são criados, com intuito de manifestar à beleza e a juventude.

Debert (2004), baseada nos estudos de Fortes (1984) aponta que as sociedades apresentam uma forma diferente de periodização da vida. Nas sociedades ocidentais, por exemplo, o sistema de datação da idade trata-se de um componente chave para definição de elementos da estrutura social. Ou seja, a idade cronológica serve de referência para um quadro político e jurídico constituinte de uma cidadania (atribuição de status (maioridade legal); definição de papéis ocupacionais e formulação de demandas sociais), baseada em direitos e deveres dos indivíduos, como por exemplo, a idade mínima para se ingressar no mercado de trabalho ou para se aposentar. De forma contrária, em algumas sociedades não ocidentais, a idade já não é resultante de um marcador cronológico, mas sim, uma observação de ciclos de vida individual, com a incorporação de estágios de maturidade dentro da estrutura social, que condiciona o indivíduo a estar apto a

determinadas atividades. A passagem de um estágio para outro, não é marcado pela idade datada, mas por um estágio de maturidade e pela transmissão de um *status* social, cuja poder de decisão, está nas mãos dos mais velhos.

Segundo a autora, a cronologização da vida, apresentou influências distintas. Isso decorreu, principalmente, pela forma com que ao longo do tempo, determinadas transições aconteceram, como por exemplo, à transição de um modelo de economia doméstica, para outra, baseada no mercado de trabalho, bem como pelas funções assumidas pelo Estado Moderno, em que, questões antes pertencentes à esfera privada e familiar, passaram a ser de ordem pública. Desse modo seria a institucionalização do curso de vida³⁰ orientada desde o nascimento até a morte. Cita Lins de Barros (2011, p. 50), “as leis da nação moderna estipulam a idade para a escolarização, para o casamento, para a entrada e saída do mundo do trabalho; enfim, para a responsabilidade por atos civis, políticos e sociais e por direitos”.

Para Debert (2004), pensar na velhice é atentar-se para uma preocupação social, que se enquadra em um duplo movimento: de um lado, tem-se a denominada socialização progressiva da velhice, ou seja, pensar a velhice por um processo de migração da esfera privada, familiar, de associações filantrópicas para uma preocupação também pública, que recai em um conjunto de intervenções coordenadas pelo aparelho do Estado, visto que, a partir da segunda metade do século XIX, o envelhecimento é caracterizado pela decadência física, além da forte ausência dos papéis sociais desses atores. E de outro, pensar que, dentro desse movimento de socialização, está presente os processos de reprivatização, que, por sua vez, transformam a velhice em uma responsabilidade individual, em que “os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiados pela busca do prazer e da satisfação” (DEBERT, 2004, p.14). Esse processo de reprivatização da velhice seria resultado, principalmente, de um discurso entre gerontólogos, à mídia e os programas desenvolvidos para a terceira idade, que em conjunto, cada qual com as suas especificidades de trabalho, transformam-se em agentes de combate ao envelhecimento.

³⁰ A idade cronológica estaria relacionada à periodização da vida de um indivíduo (isolado enquanto unidade de referência), que, por sua vez, sofre institucionalização política e jurídica na sociedade. Nesse sentido, o Estado representaria a forma mais desenvolvida de ordenamento jurídico. Assim, a institucionalização do curso de vida, não significaria apenas a regulamentação das sequências de idade, mas também “a constituição de perspectivas e projetos, por meio dos quais os indivíduos orientam-se e planejam suas ações, individual e coletivamente” (DEBERT, 2004, p.52).

De acordo com Caradec (2006), a velhice apresenta dois polos possíveis de representação: a velhice plena, autônoma e ativa e a velhice dependente e ingrata. A velhice plena estaria ligada as representações contemporâneas em torno da imagem do velho como um aposentado ativo, útil à sociedade e a seus próximos e que aproveita ao máximo sua existência. São velhos que carregam em si, a experiência ou a sabedoria plena (velhos *seniors*). Já a velhice ingrata, seria aquela que associa a representação da velhice à de uma pessoa dependente e solitária, com perdas física e psíquica frequentes, à espera da morte. Segundo o autor, essas representações não estão unificadas e trazem uma imagem parcial da realidade, demonstrando duas possibilidades: de um lado, a imagem sorridente e positiva dos *seniors*; e de outro, a visão negativa e muito mais desanimadora das “pessoas idosas dependentes”.

Lins de Barros (2011) também coloca duas possibilidades de envelhecimento coexistentes, que são incorporados nas trajetórias de vida dos indivíduos, como modelos orientadores para a ação: uma delas relacionado ao conjunto de ideias correspondentes ao envelhecimento ativo e ideais da terceira idade (independência, liberdade e capacidade para agir), muito explorados pelos estudos de Debert (2004), na ideia de “reprivatização da velhice” e Mirian Goldenberg (2013) e a outra, o da velhice estigmatizada, percebida como o fim da vida, doença e solidão. Essas dimensões contraditórias do envelhecimento serão ainda, reforçadas nesta tese, por meio de reflexões de diferentes autores.

Essas ambiguidades do significado do envelhecimento apontadas por Caradec (2001) e Lins de Barros (2011), foi observada em todas as entrevistas. Isso nos leva a percepção de que, os significados da velhice, em relação a uma experiência positiva ou não, estão muito associados às questões subjetivas e objetivas como o histórico de vida, experiências passadas e vivências pessoais, além de outras variáveis como sexo, grupo social e faixa etária que acabam por construir a visão e a trajetória de cada indivíduo, do que, de fato, significa envelhecer.

Até mesmo os entrevistados que consideraram a velhice uma forma plena de existência, não deixou de mencionar as limitações físicas do corpo, que começam a surgir com a chegada da idade, apontando como um problema já enfrentado ou ainda a ser enfrentado, mesmo se sentindo bem com 70, 80 e até 90 anos. Todavia, há que se fazer uma ressalva: foi possível observar nos depoimentos, que por serem

profissionais que trabalham muito mais com o intelecto e não com a força física, esse fator não foi considerado um impedimento para que eles pudessem deixar de exercer suas atividades de trabalho, que demandam muito mais das boas condições psíquicas para seu exercício do que particularmente da força física.

Eu acho que depende muito da pessoa, né. O envelhecimento é mais físico né, se não tiver envelhecimento psíquico então, não tem muito problema. Há um envelhecimento físico evidente, né. Anda mais devagar, tropeça, escuta menos, enxerga menos, tem uma série de problemas que são reais. Agora o que vale é o que a gente pensa, né. A atividade psíquica, se ela está mantida, então vamos em frente, não tem envelhecimento. Eu na minha cabeça, eu tenho 40 anos, não tenho 80 ou 100 anos, agora o corpo não acompanha, né. (MARCELO, 76 anos).

Caradec (2011) registra que o envelhecimento na sociologia se coloca ao indivíduo de dois modos: “exterior” e “interior”. O exterior é aquele projetado externamente ao indivíduo, como por exemplo, o percurso de vida socialmente organizado em torno de normas de idade cronológica, que servem de referência para elaboração de políticas públicas e sociais e o “interior”, manifestado pelos registros corporais do corpo orgânico, da aparência e da energia. O registro do corpo orgânico está ligado a duas questões básicas: a saúde e às capacidades físicas do corpo de um indivíduo. Já o registro de aparência faz menção à ordem estética do corpo, ou seja, uma preocupação que não diz mais respeito à saúde do corpo em si, mas sim, as manifestações estéticas da aparência. E por fim, o registro de energia, que se refere às questões de vitalidade (bem-estar) que se opõe à fadiga e a fraqueza energética do corpo humano.

Quase todos os entrevistados associaram o envelhecimento ao registro do corpo orgânico, mencionando questões relacionadas à saúde e às limitações físicas, nenhum fez menção aos registros de aparência e apenas um deles fez menção a vitalidade. As falas dos interlocutores Maria e João, demonstram que enfrentar o envelhecimento é um ciclo natural que faz parte de uma das etapas da vida. Desse modo, deve ser conduzido da melhor forma possível, uma vez que, ter a oportunidade de envelhecer significa um privilégio mesmo diante das limitações físicas do corpo (registro do corpo orgânico proposto por Caradec (2011)).

Logicamente que a gente vai deixando de ter muita coisa que a gente vai perdendo, né. Inclusive memória e esquece das coisas. É uma fase que a gente tem que saber passar por ela de forma, de aceitação, aceitar e passar por ela de uma forma mais positiva possível. Entender que isso é natural, se é, como é que fala... agradecer por estar passando por essa fase, por

que...quantas pessoas não chegam a isso, ter o privilégio de passar por todas as fases, que é muito bacana, eu acho que é isso, o significado de envelhecer é um privilégio. (MARIA, 71 anos).

João, além de fazer registro à menção do corpo orgânico reforça que quando pensa no envelhecimento é apenas em algumas horas da madrugada. Ferreira (1998) relatou em sua pesquisa que no universo da velhice “a noite”, é tida como um momento que reflete uma sociabilidade muito intimista do sujeito consigo mesmo, na potencialidade máxima de sua individualização. A autora demonstrou que entre seus pesquisados, o período noturno reforçava um momento considerado por eles, como “horas de divagações” acopladas a sensações de angústia, ansiedade e a constatação de um sentimento de que o passado se faz irreversível e de que o presente se faz descontínuo. Apesar de João, não compartilhar em sua fala as memórias ou os sentimentos a que recorre nas horas da madrugada, deixa claro que os mesmos estão ali presentes:

Eu não penso em envelhecimento não. Eu tô numa idade que pouca gente tem, não tô preocupado com envelhecimento. Aliás, há umas horas de madrugada, que aparece. Fora isso, não tenho preocupação não. Às vezes, a gente tem um grave defeito quando é jovem, que pode fazer tudo, esse é o problema. A gente é limitado, praticamente. É uma dificuldade. A gente não reconhece as limitações físicas, não intelectuais, físicas. Mas as intelectuais têm o problema da memória, a memória afeta muito, tem uma memória que dá Alzheimer e tem outra memória que tem um teórico do Rio grande do sul... um argentino, que diz o seguinte: o esquecimento é uma grande convenção. E a gente tem a mania de dizer que o esquecimento é uma destruição do divino, e não é. Acham que a memória está ligada ao fator esquecimento. Eu não tinha pensado. Ele é, é um pesquisador, não sei se ainda vive, da universidade federal... católica do Rio Grande do Sul. (JOÃO, 91 anos).

Já o discurso de Geraldo aponta para além do registro do corpo orgânico, o registro de vitalidade:

Existem controvérsias aí, né. Porque de um lado tem a coisa ruim que são as limitações que aumentam, um ou outro probleminha de saúde, tal né, que fazem com que você tem que limitar suas atividades. O ânimo não é o mesmo pra determinadas coisas, né, eu fiquei muito muito cansado em ir ao Show dos Rolling Stones, por exemplo [risos]. Curti muito e tal, mas dá uma canseira, a saída depois, assim... enquanto tá lá, tudo bem. Depois... houve sugestão de... Rock in Rio, ah não! É muita pauleira. A coisa em si é muito boa, se eu pudesse chegar lá e sair de helicóptero, quem sabe assim... e limitações como essas, que já não é [...] (GERALDO, 66 anos).

Na fala de Jorge, percebe-se novamente o envelhecimento atrelado às limitações físicas (corpo orgânico), além de um sentimento de “pesar” por não ter mais a capacidade funcional de se fazer coisas simples, que ele gostava muito,

como, por exemplo, praticar algum esporte. O sentimento de nostalgia associado a não realização daquilo que se quer ou deseja, seja em função de uma socialização, de um mero prazer individual ou simplesmente a prática de uma atividade física, demonstra certo incômodo quanto à manutenção de uma velhice bem-sucedida e um sentimento de impotência face às próprias limitações naturais advindas da idade. Não é mais o que se quer fazer, mas o que se consegue fazer.

Sobre esse ponto Caradec (2011) define que as transformações corporais, levam os idosos a criarem estratégias de preservação dos “apegos” com o mundo, denominadas de estratégias de reconversão³¹, que constituem, de certo modo, um processo de adequação da existência. Uma das estratégias de reconversão é denominada de “abandono de atividade”, que constitui a transferência de uma atividade para outra, mas que, por sua vez, encontra-se situada no mesmo registro da que foi abandonada, funcionando apenas como um elo substituto. Na fala de Jorge, foi possível essa identificação, quando ele sente vontade de jogar futebol, mas reconhece sua impossibilidade, fazendo desse modo, essa substituição, pelos jogos que são assistidos pela TV:

Hummm...isso é pergunta complicada, né? Eu não gosto de envelhecer, a única coisa que eu estou me conscientizando nos últimos anos é de que, se fecha o olho, sem você tomar decisão, acontece uma coisa, uma doença, uma coisa ruim, aí a vida some, já era, mas eu acho ruim envelhecer, eu não vou dizer que é uma coisa, assim... sempre gostei muito de esporte, né, e enfim, caminhar e tal, ahhh, jogar futebol, e hoje eu só vejo na televisão, por que se eu for ao campo eu me quebro todo, né. (JORGE, 71 anos).

Rosa afirma que desejaria voltar atrás na idade, e esse relato corresponde a uma forte descrição da não aceitação do ato de envelhecer. As entrelinhas de sua fala mostram que ser chamada de senhora, adquire uma conotação pejorativa da velhice (incapacidade) e ela, ainda não se percebe conectada a essa fase da vida porque ainda realiza muitas funções, projetos e atividades.

Olha, na verdade eu gostaria de voltar na idade que eu tenho. Embora eu não tenha as limitações que a maioria das pessoas dessa faixa etária tem, assim, do ponto de vista de humor, então [tem gente que fala]: professora, você é muito engraçada [risos]. E ninguém me chama de senhora, todo

³¹ Além da estratégia de “abandono de atividade”, Caradec (2011) aponta mais duas estratégias denominadas de “adaptação” e “volta por cima”. A de adaptação é aquela em que, o idoso defrontando-se com algum tipo de limitação funcional, consegue dar prosseguimento as suas atividades, recorrendo a algum tipo de ajuda técnica, como por exemplo, o uso das próteses. Já a estratégia “volta por cima”, consiste em retomar alguma atividade que foi abandonada, envolver-se numa atividade nova ou então aumentar o envolvimento daquelas já praticadas.

mundo me chama de você [risos]. Então assim, o envelhecimento, eu espero, eu digo assim, eu me considero hoje, nos dez, na década, na última década útil. Sabe, eu acho que eu faço mil e uma coisas fora da média das pessoas, eu acho que, aí quando eu fizer 80, eu acho que aí já talvez complique um pouco, né, não sei, mas acho assim, ruim ter a limitação. Por que da mente eu não tive nenhuma até agora, mas assim, o corpo, eu acho que talvez ele vá assim com o tempo, com o passar do tempo talvez dê algum tipo de problema. (ROSA, 70 anos).

Um fator que chamou atenção durante as entrevistas foi o fato, de que, tanto os homens quanto as mulheres³² percebem o ato de envelhecer de forma diferenciada, o que nos leva a presumir, que a velhice carrega concepções diferentes que se associam às questões de gênero. Attias-Donfut (2004), em seu estudo sobre sexo e envelhecimento propôs examinar justamente essas diferenciações. Segundo a autora, as disparidades sociais entre os sexos na velhice se expressam através de desigualdade de renda, saúde, ambiente familiar e social, além de condições de vida. Essas considerações foram notórias durante a aplicação do campo desse estudo.

Uma das questões do questionário de pesquisa, indagava os participantes, se na concepção deles, o envelhecimento era enfrentado de forma diferente pelos homens e pelas mulheres. A intenção da pesquisadora foi deixar livre para que os próprios entrevistados buscassem fatores em que eles percebessem essas diferenças, ou se, de fato, às percebiam. Curiosamente, vários fatores foram apontados: vida social, pessoal, cuidados com a saúde e exercício do trabalho. As mulheres foram consideradas mais ativas na vida social e pessoal e mais preocupadas com questões relacionadas à saúde do corpo. Essa percepção deu-se tanto na fala delas, quanto na dos homens. Já no exercício do trabalho, as mulheres se posicionaram como sendo acumuladoras de várias atividades (situação essa, também percebida pelos homens), porque, além de exercerem o trabalho fora de casa, possuía em mãos a responsabilidade dos filhos, do cuidado e da casa. Desse modo, foi notório por meio de suas falas, que vivenciam um preconceito social, de que essa responsabilidade é muito mais sua, do que dos homens.

Os depoimentos de Rosa e Amélia remetem a essa diferenciação, principalmente, no que tange às questões relacionadas à saúde e ao trabalho, ficando perceptível a ideia do homem que culturalmente sempre esteve mais

³² Lembrando que a amostra pesquisada se dividiu entre pessoas consideradas pertencentes ao sexo masculino ou feminino.

relacionado ao trabalho externo, fora de casa e pouco presente na esfera doméstica. A mulher foi retratada como acumuladora de várias funções:

Olha, na minha observação, assim do cotidiano... parece que a mulher, embora trabalhe mais, por que ainda soma com a casa, com esse tipo de obrigação, quem tem filhos, ou quem não tem e cuida de outros, eu acho que a mulher fica mais, mais lúcida, o homem parece que entrega um pouquinho [...]. O homem parece que fica meio assim, restrito, né, em relação a algumas questões. A mulher faz, tá feito e ele não se envolve com aquilo. Então, eu acho que fica um pouco assim, fora do prumo [risos] (ROSA, 70 anos).

A mulher sabe mais, o homem parece que envelhece mais rápido. A mulher é mais firme. A mulher é mais corajosa. (AMÉLIA, 82 anos).

Foi possível perceber na fala de João, a mesma ideia colocada por Rosa de que as mulheres são mais ativas, produtivas e que nela está imbricado diversos papéis. De certo modo, esse discurso aparece nos depoimentos femininos como um fator das relações desiguais de gênero, tão reforçados em nossa sociedade, condicionando ao papel da mulher à designação do cuidado do lar e dos filhos, algo culturalmente forte e preconceituoso. Nos relatos dos entrevistados homens, essa percepção das diferenças de sexo no trabalho e no cuidado foram também observáveis. A mulher é aquela que “produz” em diferentes espaços:

Eu sempre achei que o homem é fim de geração, tanto que aparece esse mundo aí. E a mulher é a criadora, o homem tem inveja da mulher porque ela cria e ele não cria nada. Você vai falar pra ele: ah eu educo meus filhos... que educa nada, quem educa são as mulheres. Eu acho que... num sei. Uma coisa que eu penso é que a mulher é a que mais sofre, e é a que mais produz, e se o homem, muitas vezes produz, é graças à mulher, que dá sustentáculo para ele. (JOÃO, 91 anos).

Na fala de Joaquim, citada logo mais abaixo, percebe-se, uma situação de desconforto embutido em sua narrativa, pelo fato do homem ter que ser cuidado na velhice por uma mulher. Uma situação em que a necessidade, leva a uma subjugação e dependência do sexo feminino, de certo modo, de difícil aceitação. Uma espécie de cuidado piedoso necessário, que vai na contramão do homem forte, viril e protetor da juventude. Isso é interessante, pois aqui se verifica uma inversão da ideia de ordem biológica, em que as mulheres deveriam “se acabar” mais que os homens, devido à falta de hormônios, menopausa, doenças degenerativas que acometem mais o sexo feminino do que o masculino.

Afirma Attias-Donfut (2004, p.91) que “apesar de uma resistência aparentemente melhor das mulheres, elas paradoxalmente sofrem de maior

morbidade do que os homens do mesmo grupo etário”. Segundo a autora, os estudos de epidemiologia reforçam que as mulheres estão mais sujeitas ao risco de doenças crônicas e também invalidantes. Todavia, o fato do homem sempre ser visto como aquele que exerce o trabalho fora de casa, executando muitas vezes atividades que demandam força física, seria responsável por um envelhecimento mais sofrível e duro.

Acho que, o envelhecimento do gênero masculino é, ele é mais terrível, por que se você for perceber, os homens morrem mais cedo do que as mulheres, né... a gente fica sendo obrigado a ser cuidado por elas, sabe, é diferente de um e de outro, é diferente, e a do homem é pior por causa disso, não falo nem de mim, mas se você pensa nas classes trabalhadoras como os homens eles se acabam mais cedo. (JOAQUIM, 71 anos).

Foi interessante perceber como a fala de João “[...] e se o homem, muitas vezes produz, é graças à mulher, que dá sustentáculo para ele”, somam-se as falas de Rosa “[...] parece que a mulher, embora trabalhe mais, por que ainda soma com a casa, com esse tipo de obrigação, quem tem filhos...” e a de Joaquim “[...] a gente fica sendo obrigado a ser cuidado por elas” (depoimentos já citados anteriormente), reforçam o papel assumido pelas mulheres, de cuidadora, de forma muito acentuada, mesmo que na velhice. De certo modo, a mulher é aquela que produz em diferentes instâncias, cuida e educa mais do que o homem.

As entrevistas também apontaram que eles (as) continuam a exercer o papel de provedores familiares muito ativamente, seja de algum membro de parentesco muito próximo, filhos, por exemplo, ou de membros que não tem ligação consanguínea. De acordo com Lins de Barros (2011), a segurança social oferecida pelos benefícios advindos das aposentadorias, pensões e outros modelos assistenciais públicos recebidos pelos mais velhos, possibilita que eles se mantenham como provedores, fato este, que recai, em certo grau, na dificuldade encontrada pelos jovens de se inserir ou se manter no mercado de trabalho. Simões (2004) usou o ditado que diz: “ter filhos é um seguro para velhice”, para mostrar que de forma muito contrária, ter avós, é que deve ser considerado um seguro para juventude, principalmente, se os mesmos forem recebedores de rendimentos de aposentadoria ou pensão, tendo-se em vista, conforme já colocado por Lins de Barros (2011), a grande dificuldade encontrada pelos jovens para ingresso no mercado de trabalho.

No caso da amostra pesquisada, todos afirmaram receber uma aposentadoria capaz de fornecer segurança social e assegurar diversas condições necessárias ou favoráveis de vida (serem capazes de pagar um plano de saúde, manter empregados, ter residência própria, viver bem etc.) e ainda serem capazes de ajudar financeiramente membros ou não de suas famílias. A fala de Maria, reporta a dificuldade do filho de ingressar no mercado de trabalho, demandando, desse modo, de seu apoio financeiro:

Ajudo. Às vezes tem que ter um suporte, né. Ajudo, mas vai ter uma devolução, é um empréstimo. Pesquisadora: é seu filho? É. Ele montou uma franquia e foi um preço alto. Então, ajudei, praticamente financiei o custo de tudo, mas ele tá devolvendo. É, por que tem que valorizar, tem que saber que aquilo custou, se não, não valoriza, tem que saber o que foi cada dinheirinho daquele, pra ele entender que é importante devolver. (MARIA, 71 anos).

Para Lins de Barros (2011), os mais velhos, exercem ainda, grande importância na reprodução social da família, fator que é reforçado em decorrência das separações conjugais (que faz com que os filhos retornem à casa dos pais), além do prolongamento de moradia de jovens adultos ainda na residência parental. Esses fatores poderiam de um lado, provocar uma solidariedade familiar, mas de outro, conflitos entre gerações. Na fala de Mario e João é reforçada novamente a questão da ajuda financeira, além da existência do conflito de gerações:

A gente começa a trabalhar, depois a gente resolve casar, ter filho, cachorro, papagaio para cuidar, claro que aí você tem que se virar mais, fazer algumas... prova de vestibular que na época existia isso, né, e aí, e você se virava, né. Mas, obviamente, à medida que você se estabiliza mais, a sua casa tá paga, isso permite que você tenha uma relação pouco melhor, só que eu pensei que os filhos depois de criados, eles fossem embora, mas não, ficam nas costas da gente, então sempre tem problemas. Não pense que com a sua filhinha vai ser diferente, ainda mais essa geração agora, que essas daí são piores ainda, que não saem de casa [risos]

[...] Ajudo, eventualmente, dentro da medida do possível, entendeu? Sempre tem uma beirinha sim, e não é biunívoca não, biunívoca é para lá e para cá. (MÁRIO, 71 anos).

[...] Embora eu acho que meu filho tenha uma renda boa porque é *personal trainer*, não tem estabilidade, mas tem uma renda boa, poderia ajudar. É uma coisa que não entendo. Minha mulher não quer que eu faça isso... acha que ele poderia colaborar. (JOÃO, 91 anos).

No depoimento de Geraldo que se ocupa hoje, principalmente, de uma atividade que remete cuidado ao corpo, a saúde e ao bem-estar físico e emocional, foi importante observar, a colocação de que as mulheres prestam mais atenção à

saúde e ao lazer no processo de envelhecimento do que os homens. De forma semelhante Attias-Donfut (2004), relata que na França, a aposentadoria representa para as mulheres uma nova ocasião para o desempenho de atividades de lazer e práticas associativas que estão mais centradas na satisfação de si e da recuperação de um tempo perdido expresso entre o trabalho e as atividades domésticas.

Um ponto também interessante observado no discurso de Geraldo, é que a prática de Tai chi chuan, ao ar livre, no caso no parque Areião, se comparada à prática realizada no sindicato dos professores, reproduz também uma diferenciação de gênero: no parque Areião participam quase que exclusivamente mulheres, no sindicato a participação de homens e mulheres é mais equilibrada, a paridade de sexos é claramente evidenciada.

Isso nos leva a pensar uma possível relação em que classe social e formação de um indivíduo, podem ser fatores de impacto no processo de cuidados com a saúde. O parque Areião (apesar de estar localizado em um setor de classe social média/alta), mistura pessoas de diferentes classes, já que todos podem ter acesso ao local, por ser um espaço público e as aulas ao ar livre serem gratuitas. Nesse caso, o sexo feminino, tem maior procura por atividades de bem-estar. Em contrapartida, a turma da ADUFG, já tem uma participação de paridade entre homens e mulheres. O fato de a ADUFG congregar uma categoria profissional de classe social semelhante e cujo conhecimento sempre fez parte de suas vidas, talvez remeta a uma compreensão da importância de se cuidar da saúde, do corpo e da mente de forma mais esclarecida e impactante entre os homens e mulheres, do que pessoas de classe social relativamente mais baixa e com menor acesso à informação.

Lá no parque Areião, 95% são mulheres [...] os homens têm mais dificuldade em aceitar a doença, que tem que se cuidar... as mulheres e. essa minha prática de Tai chi chuan no parque mostra muito bem isso, as mulheres estão ali voltadas para cuidar da sua saúde, tem um prazer, gostam de fazer, curtem a coisa, mas elas são preocupadas sempre com... se cuidar bem, de andar, ir ao ar livre, etc. né, e com uma dinâmica muito maior do que os homens nessa idade, de procura. Tem um pouquinho de diferença, dá para notar até aqui com os professores universitários é mais ou menos equilibrado isso, a turma de Tai chi chuan, minha lá, é mais ou menos fifty-fifty, na ADUFG, são professores, que são pessoas que tem um pouco mais de aceitação das fragilidades e tem algum tipo de atitude para com, para ter uma boa saúde. Mais essa do Parque Areião me representa bem, acho que o grosso da sociedade, no geral, a gente pode falar assim, que as mulheres têm uma preocupação maior e o zelo maior por si próprio, e acho que isso tudo vem da própria experiência, experiência

como mães, que quiseram e cuidam e aceitam as suas fragilidades. (GERALDO, 66 anos).

No depoimento de Mário, ele não visualiza diferença entre homens e mulheres no exercício do trabalho que ele realiza (docência). Em sua opinião há para essa categoria profissional, igualdade. Esse fator pode estar associado à questão de que pessoas concursadas em uma mesma área, independente do sexo, possuem paridade salarial, o que, por sua vez, não necessariamente significa subsídios de igualdade. O fato de o próprio interlocutor considerar “um privilégio” a não observância de disparidades de gênero no seu local de trabalho, infere, de certo modo, uma percepção de que ela pode existir em outros ambientes. Na sua fala fica implícita a diferenciação relacionada à classe social: mulheres velhas de classe social mais baixa tenderiam a se ocupar mais, todavia, por conta das atividades domésticas. Aqui se vê, novamente, a figura da mulher que culturalmente é enquadrada como sendo a responsável pelos cuidados das do lar.

Olha, eu tive o privilégio, aliás, vários privilégios e um deles foi de trabalhar num local onde essa diferença de gênero, ela não tinha importância nenhuma. Quer dizer, eu ia obrigar uma pessoa a ser chefe de departamento, se ela era melhor ou ele era melhor entendeu, mas não porque era homem ou porque era mulher, eu nunca vivi isso, inclusive diferença de salários, que na sociedade se apresentam, então as pessoas que se aposentaram, próximas a mim, não vejo diferença. Agora, sinceramente, não... não tenho dados assim... eu vejo, por exemplo, o pessoal lá perto de casa, mais uma vez, o pessoal mais simples, a mulher aposentada, ela tem mais atividade porque ela acabou sendo dona de casa, então ela tem mais atividade, e o velho tá mais parado lá, então isso é o que eu vejo de diferença, principalmente o pessoal mais tranquilo, mais simples, né, então eu vejo diferença entre... ah não sei quê... o velho parado lá se entregando, mas no nosso meio social não vejo diferença não. (MÁRIO, 71 anos).

Discussões demonstram que o homem, principalmente, na iniciativa privada e em determinados cargos e profissões é mais aceito, melhor colocado e remunerado do que a mulher. De acordo com Attias-Donfut (2004), as mulheres sofrem desvantagem profissional e familiar que são acumuladas ao longo de suas vidas, acentuando-se, principalmente, na velhice. A autora reporta-se, ao caso francês, em que as carreiras, no caso das mulheres, são muito mais interrompidas, além de serem bem menos qualificadas, se comparada a dos homens. Em nossa sociedade é sabido que as mulheres ainda sofrem grande discriminação e lutam por igualdade, em um mercado que se configura altamente competitivo e excludente, inclusive, em associações e sindicatos, como pode ser percebido em matéria jornalística,

veiculada pela ADUFG Sindicato³³ em 03/08/2017. Na matéria publicada, é notória essa disparidade de gênero e fica evidente a luta das mulheres por condições de igualdade. As entrevistas de áudio/vídeo disponibilizadas na matéria foram aqui transcritas:

Hoje o que nós temos é uma ocupação de espaços de poder de decisão muito desigual em relação a homens e mulheres e dentro dos sindicatos também. As mulheres, elas foram educadas e elas foram preparadas para o espaço privado e os homens para o espaço público (FÁTIMA SILVA / Vice-Presidente da Internacional de la Educación para América Latina (IEAL)).

A mulher é colocada como sempre em segundo plano, uma mulher mesmo quando ela é militante, na maternidade ela se afasta do movimento sindical para cuidar de seu filho, quando na realidade com o homem, por exemplo, isso não acontece (LUCIENE FERNANDES / Presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB)).

Nós queremos um dia em que homens e mulheres dividam as responsabilidades, as alegrias, as dores e as tristezas de igual para igual (FÁTIMA SILVA / Vice-Presidente da Internacional de la Educación para América Latina (IEAL)).

A matéria também fornece informações relacionadas ao XIII Encontro Nacional da Federação de Sindicato de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES) (ocorrido em 26 e 29 de julho de 2017), afirmando que esteve entre as suas principais discussões o debate para promover a igualdade e fortalecimento da participação da mulher, na própria federação, especialmente em cargos e espaços com maior poder de decisão.

Continuando as discussões a respeito do envelhecimento Ponce (2009) destaca que o mesmo, além de ser um processo biológico é também um processo social e que, infelizmente, o mesmo passou a ser encarado como uma doença e não como um limite biológico que se aceita. A esse respeito, colabora Elias (2001, p.80), "não é fácil imaginar que nosso próprio corpo, tão cheio de frescor e muitas vezes de sensações agradáveis, pode ficar vagaroso, cansado e desajeitado. Não podemos imaginá-lo e no fundo, não o queremos." Ponce (2009) coloca que o idoso além de enfrentar problemas físicos relacionados ao corpo, é também alvo, em grande parte, da marginalização social, vitimado pela solidão e sentimento de irrelevância para os outros.

³³ Disponibilizado em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/professoras-articulam-participacao-das-mulheres-no-proifes>. Acesso em 03/08/2017.

Se pensarmos ainda pela ótica das tendências atuais de nossa sociedade, que “cobra” e “preza”, pela manutenção do “corpo belo”, algo facilmente observado pelo aumento das técnicas e cirurgias destinadas ao retardamento da velhice (*botox*, *peeling*, lipoaspiração etc.), em função de se obter o corpo perfeito, a pele sem rugas e os cabelos não brancos, o envelhecer se torna algo mais complexo ainda. Caradec (2011) afirma que vários estudos consistem em observar o olhar da sociedade em relação aos corpos que envelhecem, principalmente, os corpos femininos, e sua conseqüente desvalorização. A submissão às normas estéticas do corpo jovem e perfeito impulsionadas pelas indústrias de cosméticos, farmacêuticas, clínicas de estéticas e outros, reforçam o ideal de luta contra o envelhecimento ou contraditoriamente o ato de envelhecer de forma jovem, reforçados ainda pelos meios de comunicação. São processos ligados à preocupação do agir sobre o corpo que envelhece.

Sibilia (2011), em seu artigo “a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas”, reflete de forma interessante sobre a ideia do corpo ideal, que não pode ser velho, categoricamente construída pelos discursos midiáticos, tecnocientíficos e mercadológicos, afirmando que: “se hoje proliferam as técnicas dedicadas a evitar essa catástrofe, é porque essa evidência está se tornando cada vez mais verdadeira, mais pesada” (SIBILIA, 2011, p. 93). A autora ainda reforça: “em meio a uma crescente tirania das aparências juvenis, a velhice é censurada como algo obscuro e vergonhoso, que deveria permanecer oculto, fora da cena [...]” (SIBILIA, 2011, p. 94).

O discurso de Ana, é muito aproximativo do que aponta Ponce (2009). Envelhecer é um limite biológico de difícil aceitação para alguns indivíduos, correspondendo a um processo sofrido e doloroso. O depoimento de Ana e de Joaquim, associa-se a um discurso de finitude e de aproximação com a morte. Lins de Barros (2011, p.50), cita: “a combinação velhice-morte é um tabu social que encobre a morte e mostra a enorme dificuldade da sociedade contemporânea de lidar com o fim da vida”. Abaixo, nas narrativas dos interlocutores, é perceptível uma aproximação aos escritos de Elias (2001), em a “Solidão dos Moribundos”, que aponta que os processos físicos podem até ser bem ou parcialmente compreendidos cientificamente, todavia, bem menos compreendido, seria a própria experiência que se tem do ato de envelhecer:

Tenho pensado muito nisso. Eu não pensava. 60 anos foi o marco pra mim. Me lembro que no dia que eu fiz 60 anos eu estava aqui no coral, eu falei: gente, eu não quero entrar nos 60. Tá chegando à meia noite e amanhã eu tô com 60 [risos]. Agora eu tô com 61 e eu tenho pensado muito. Acho que... não é legal. Não adianta você dourar a pílula e usar de eufemismo, como eu falei agora mesmo, que é a melhor idade, que eu tô me descobrindo aos 60, não é não. Eu acho que muitas coisas, sim, né. Eu tenho tempo agora pra amadurecer, mas envelhecimento não é legal. Você já começa a pensar no fim. E o fim eu não quero. Eu quero ficar pra semente. (ANA, 61 anos).

Bom...o envelhecimento pra mim ele é o fim, por que como eu não sou, como eu... como eu penso bastante como o Elias, o Norbert Elias, eu não acho que tem, que tem coisas a mais depois do que as pessoas chamam de passagem, sabe. A passagem pra mim é pro nada, não é pro céu, pro inferno, pra nada disso. Eu entendo como uma passagem, como um fim. Pra mim é isso aí, a morte acaba com a vida, então eu não espero muito disso. (JOAQUIM, 71 anos).

Ponderando-se, novamente, as discussões sobre as percepções do envelhecimento, Bobbio (1997), concordando com Elias (2001) discorrem para uma visão negativa do envelhecimento. Os mais velhos, passam a ser aqueles que já não compreendem a realidade dos mais jovens e que tem dificuldades de se adaptar a uma realidade de vida que não foi e que não é retrato de suas vivências e experiências. Isso só dificulta sua aproximação no círculo familiar. O distanciamento de experiências de vida, entre gerações de jovens e velhos, dificulta a troca de diálogo, de vivências e de manter ativos os relacionamentos entre essas diferentes gerações. É como se essa diferenciação de idade, carregasse junto a si, uma diferenciação de significados e sentimentos. Essa dificuldade só aumenta a condição dos idosos de excluídos e de marginalizados socialmente. É como se o retrato de suas vivências, não tivesse lugar no cotidiano dos jovens de hoje.

Negri (2001), em contrapartida atenua a discussão ao enaltecer o envelhecimento, destacando sua nobreza. O autor vê na velhice uma condição a que todos nós estamos sujeitos (obedecendo-se o curso normal de um organismo fisiológico), e que a partir dela, nos permitimos maior serenidade sobre as coisas, os fatos e as condições. A velocidade das situações e da vida, não é mais o centro das atenções, o indivíduo aprende a refletir com calma sobre os fatos do mundo, enquanto sujeitos responsáveis por sua singularidade. O envelhecimento faz com que o indivíduo se torne capaz de contemplar e perceber mais as coisas ao seu redor. "O que me agrada é a suavidade, é o tempo, é a intelectualidade, a imaterialidade das relações" (NEGRI, 2001, p.50). Nas falas dos interlocutores Mário e Amélia, é possível perceber essa aproximação:

Claro que você fica mais lento em algumas coisas de força física, de entusiasmo, mas por outro lado você deixa de fazer umas bobagens que você fazia, você gastava muita energia com algumas bobagens. Então tem certas coisas que você é capaz... de desligar a televisão, como eu desliguei ontem à noite para ler um livro belíssimo, entendeu? Sem saber da lava jato no estágio atual que se repete há meses já. Então eu acho que tem uma sabedoria aí no meio disso, que compensa uma coisa com a outra entende? Com saúde eu tô bem, então, acaba... a gente compensa. Mas é óbvio que a velhice ela vem, ela chega, e é bom que você esteja preparado para ela, e restringe alguns tipos de trabalho, por exemplo, eu tenho amigos que são Engenheiros ativos e tal e pessoal antes subia no prédio, subia na ponte, e tal, hoje já não dá para fazer certas coisas (MÁRIO, 71 anos).

O envelhecimento é o desabrochar ao contrário, né. É o morrer, o encaminhamento para o fim. Então, por isso que eu falo, que eu não me sinto velha, pra mim eu não estou envelhecendo, não estou velha ainda, a diferença que eu faço entre idoso e velho. O idoso vai ser muito produtivo, ativo. Já o velho é o que tem, pode ter problemas sérios de saúde, né. Qualquer jovem tem um problema de saúde, um velho mais ainda, né. Então a diferença que eu vejo é assim: o envelhecimento é o caminho do fim [...]. Há, há uma nova maneira, uma maneira diferente de encarar o mundo, de encarar as pessoas, quando você é mais jovem a gente pensa muito na gente mesmo, porque a gente quer sobreviver, quer aparecer. Já na idade idosa a gente vê mais as outras pessoas. É uma maneira diferente de ver a vida. (AMÉLIA, 82 anos).

Negri (2001) também destaca a condição de eternidade das ações. Essa eternidade seria o entendimento de que haveria uma consciência coletiva, que estaria além da própria morte de um indivíduo. Isso estaria ligado à ideia de que a morte ocorreria apenas enquanto corpo físico, porque os feitos e as eternidades das ações de um ser humano permaneceriam vivos, ou seja, num contínuo de “ser lembrado” mesmo após a morte. Muitos dos interlocutores entrevistados deixaram transparecer essa ideia de deixar um legado, não pós-morte, mas, principalmente, em vida, para a sociedade, como no caso de Amélia. Foi muito perceptível durante as entrevistas, à ideia de compromisso assumida por eles (as) para com o próximo, a sociedade. Talvez muito em função da categoria de trabalho: docentes e pesquisadores, em cujo seio de atividade, já está imbricado a projeção de suas atividades: ensino, educação e pesquisa. Para alguns entrevistados, essa ideia do legado aparece até mesmo intrínseca a uma espécie de “dívida” a ser paga para com a sociedade, em forma de retribuição, já que muitos tiveram oportunidades de formação e crescimento profissional resultantes de possibilidades advindas de auxílios governamentais como bolsas de estudo para fomento à pesquisa e pós-graduação, por exemplo.

[...] a sabedoria não é uma coisa que você deixa por herança para ninguém, isso é uma coisa ruim, você deixa imóveis, deixa dinheiro, deixa tudo, mas o

que você aprende você transfere, então é preciso ver, se você não deixa como herança, você precisa transferir enquanto você vive, enquanto as pessoas estão precisando da ajuda da gente, eu estou sempre à disposição de quem precisar da minha ajuda. (AMÉLIA, 82 anos)

5.2 Envelhecimento e socialização

De acordo com Elias (2001), há que se considerar, uma diferenciação entre o envelhecimento nas sociedades industriais de hoje e o envelhecimento nas sociedades medievais ou do início da industrialização. Nas sociedades pré-industriais quem lidava com os que iam envelhecendo era, particularmente, o núcleo familiar, ou seja, havia um sentimento de pertencimento e os velhos reuniam em si, a própria expressão cultural da comunidade, destacando-se em relação a todos os outros membros do grupo. Os velhos eram figuras, extremamente, importantes e retratavam a experiência do seio familiar por meio do respeito e conhecimento. Hoje, tem-se uma percepção diferente. A figura das pessoas velhas foi aos poucos sendo estigmatizada e associada a seres frágeis e dependentes, sem muito valor.

Concordando com Elias (2001), afirma Debert (2004) que a industrialização rompeu com as relações próximas e fortalecidas entre as gerações de família, típicas das sociedades tradicionais, cujos laços de pertencimento eram significativos, em que eles, outrora, nas sociedades tradicionais eram, claramente, respeitados dentro de seus laços familiares e na própria comunidade, por todo conhecimento adquirido ao longo da vida, aprendizado e sabedoria. Os entrevistados relataram que o envelhecimento deles hoje, difere do envelhecimento enfrentado por suas gerações anteriores:

Bom, primeiro, expectativa de vida, né. Realmente você tem muito mais condições hoje, pelo menos em termos razoáveis, em termos de medicina, etc. Então a diferença é grande. Os meus avós vieram da Alemanha, então quer dizer... imagina que esse pessoal foi lá...as condições, por outro lado, acho que havia, não tô reclamando não, porque eu me imponho, só por isso, mas havia um certo respeito maior com a questão do velho, então nesse aspecto, eu acho que a sociedade atual, as coca-colas da vida, tentando mostrar que elas são novinhas, né, tem mais de 100 anos a coca-cola, mas dando uma supervalorização da juventude, a gente tem que se impor, só isso. Por exemplo, eu visitei umas tribos indígenas onde realmente você tem o velho como sábio, o cara que você troca mais ideias, pra sociedade isso foi para as cucuias, então é ruim, só acho ruim. Não tô reclamando pessoalmente disso, isso não, que eu me imponho. (MÁRIO, 71 anos).

A gente passa a ser mãe, acho que a maternidade dá uma ideia do que é a relação mãe e filho, você começa a avaliar o seu comportamento em relação ao seu filho e tal, e nossa geração foi meio rebelde, né. A gente não

queria muito aqueles ensinamentos, embora os pais tenham tido uma força muito grande sobre a gente, na questão da disciplina, de horário, de responsabilidade, que era um regime mais duro, se podia apanhar com vara, com tamanco, com chinelo, e hoje você não pode. Isso não me causou nenhum mal, então acho que... hoje é mais... a gente perdeu a capacidade de impor, né, pelo que a gente acha certo, e fomos muito permissivos, mas a sociedade é outra, a abertura é outra, os meios são outros... É isso. É tanta coisa que a gente nem... (ANA, 61 anos).

Nos próximos relatos é evidente a situação de distanciamento familiar provocada pela idade, sendo a mesma enxergada como uma “obrigação” ou um ato de “piedade” a ser preservada por aqueles que possuem menos idade. Afirma Debert (2004, p.17) que “o empobrecimento e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam os velhos a uma existência sem significado”. Tal fato é também percebido no estudo de Ferreira (1998), sobre “memória e velhice” em que a noção de família ocupou importante espaço nas narrativas de seus interlocutores, todavia, apenas como uma instância de vivências do passado e não do presente.

O estudo demonstrou que a família, enquanto “elo de relações”, apareceu em sua pesquisa apenas como um elemento constitutivo de lembranças e de recordações avivadas por seus entrevistados e não como uma referência do aqui e agora vivido por eles, o que reforça a noção de distanciamento do círculo familiar experimentado na velhice. Afirma a autora que “se a velhice é a etapa da vida mais significativamente pautada por ausências, essas se dão numa dimensão mais próxima ao sujeito, no plano familiar” (FERREIRA, 1998, p.212).

Esse rompimento dos laços afetivos mais fortes de outrora e o esvaziamento do ser humano, foi também observado nas falas de alguns entrevistados dessa tese. Nos relatos dos interlocutores, evidenciou-se também a presença dos conflitos geracionais, face à dificuldade do convívio familiar representado pela questão da idade, além do interesse dos jovens em manter uma relação mais “comercial” do que afetiva. Rosa afirma encontrar essa aproximação mais efetivamente com membros fora da família do que dentro dela. Ou seja, a relação de se conectar aos seus “pares” é aqui reforçada e traz um convite a reflexão da sociabilização entre pessoas de diferentes idades. Conviver com aqueles que detêm ou mantêm proximidades com o seu Eu, lhe traz, de certo modo, mais conforto e reconhecimento, já que isso não pode ser vivido em grande parte nas experiências familiares. Joaquim e Rosa concordam que não há na velhice uma maior aproximação do núcleo familiar:

Não, eu acho que, eles sentem uma certa dó [risos] (JOAQUIM, 71 anos).

Humm... Não! Acho que não. Eu acho assim, é, com o tipo de constituição das pessoas hoje, o modo de vida no mundo, eu acho que algumas preocupações eu me recinto assim de, do olhar, às vezes do, das pessoas terem uma relação assim, mais utilitária, menos carinhosa, sabe. Então eu acho assim, por exemplo, meu sobrinho, ele fala assim pra mim: - nossa Rosa, você não cansa, não? Aí eu falo: por que você não foi pra escola hoje? Ah, não. Hoje eu não tava com vontade. Mas você entra você sai, você entra, você sai. Eu chego em casa e você já entrou e já saiu, não sei quantas vezes. Levanta cedo e não sei o quê. Mas eu digo assim: às vezes eu olho uma situação assim e fico pensando e digo: gente, óh, eu acho assim, dolorido. Você ver que em algumas situações, você dizer: nossa, vou ajudar ela aqui... eu quase não peço ajuda pra nada, né. Mas de pensar assim: nossa, vou fazer isso pra ela. Sabe? E eu vejo assim que, talvez assim fora da família eu tenha mais carinho. Por que os outros assim... é aquela relação utilitária. Eu quero mil reais, eu quero não sei o quê [...] é uma relação comercial. Mas eu não deixo de fazer, apesar disso, né. De estar resgatando, de tentar ensinar aquilo que eu sei. (ROSA, 70 anos).

De forma contrária também tivemos aqueles que continuam com vínculos afetivos familiares, o que pode inferir, que a aproximação familiar, é muito peculiar de indivíduo para indivíduo e de como as famílias se organizam e se estruturam, conforme pode ser observado nas falas abaixo, em que os entrevistados afirmam que as atividades de lazer e o tempo livre que dispõem, envolvem convivência e participação familiar:

Envolve, envolve, envolve convivência com a família sim. A gente de vez em quando almoça juntos, os feriados, o dia das mães, os dias disso, os dias daquilo, né, a gente tá sempre junto, eu valorizo muito a família. A família é indispensável e insubstituível. Você pode brigar, irmão geralmente briga, pode brigar... Mas é a família, quando você sente qualquer coisa, você telefona é pra família. (AMÉLIA, 82 anos).

Sim. Eu recebo visitas da família, das minhas cunhadas, sobrinhas, a minha filha, meu genro, minhas netinhas que moram aqui, vou, frequento a casa deles, sim. Amigos, recebo amigos. (HELENA, 79 anos).

Envolve. Bom, sim. Envolve algumas atividades cotidianas e tal, sempre tem, e tanto na família nuclear, quanto na família extensa e... meu tempo livre: leituras, televisão, gosto de ver futebol, às vezes, vou até no estádio, às vezes, vou aqui do lado, para ver a molecada jogar, às vezes, gosto de encontrar amigos, mas assim, não é muito frequente, não. (GERALDO, 66 anos).

Alves (2006) chama atenção que no processo de envelhecimento “projetos” são construídos pelo indivíduo e que esses projetos vão dar sentido aos laços sociais e a construção de identidades sociais. Exemplifica a autora que entre as possibilidades encontram-se a dança, os cursos para a terceira idade, a hidroginástica, entre outros. Todavia, a autora explora que cada um desses projetos está ligado a significados diferentes e que constituem “mundos sociais” particulares,

com a existência de códigos e regras, todavia não fechados. A pesquisa da autora remeteu-se a dança de salão e demonstrou que nesse universo as mulheres mais velhas encontram “uma possibilidade de valorização do próprio corpo e de sua condição feminina na velhice que é fundamental para a consecução de um projeto de vida” (ALVES, 2006, p.73).

A noção de projeto também é defendida por Goldenberg (2013) que sustenta a partir das ideias de Simone de Beauvoir que a construção de uma “bela velhice”, está assentada na construção de projetos que podem estar inscritos em nossas vidas desde a infância, já que é nessa fase, que cada indivíduo projeta as coisas por fazer no futuro. Todavia, afirma a autora que esses projetos podem também ser construídos, bem como modificados em diferentes etapas do curso de vida. Desse modo, “a ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade, da escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias” (GOLDENBERG, p.34, 2013).

Motta (2004), em estudo sobre sociabilidades possíveis, dos idosos, discorre que faz parte do modelo de sociedade atual o encontro de pessoas idosas em grupos organizados face ao distanciamento ocorrido pós-aposentadoria com membros da família, como filhos e sobrinhos e até mesmo em decorrência da marginalização social. Assim muitos idosos, buscam formas de manter uma sociabilidade geracional e de congregar atividades extra família, como por exemplo, participação em programas para a terceira idade. Todavia, a autora destaca que no caso desse tipo de sociabilidade grupal, essa vivência é basicamente experimentada pelos velhos de menos idade, sendo as mulheres maioria nesses grupos. São idosos mais aptos de saúde e vigorosos, mais abertos a iniciar algo novo como passeios, viagens e reuniões extra família e que, por sua vez, encontram-se mais sintonizados com o tempo social presente.

Contraopondo-se a esse grupo, têm-se aqueles considerados de mais idade, limitados por condições de saúde ou até mesmo econômicas. Desse último grupo, poucos são aqueles que possuem participação em grupos de sociabilização. Em sua pesquisa, os poucos que fizeram menção a esse tipo de participação eram mulheres e limitavam-se a participação do tipo tradicional e pouco constante em igrejas de diferentes menções religiosas. Para os grupos de idosos mais jovens, a sociabilidade intergeracional se constituiu no fundamento de pertença social, enquanto que para os mais velhos, ela pouco se caracterizou.

De forma semelhante, os entrevistados dessa pesquisa também se inseriam em grupos de sociabilização, como o caso de Ana, que hoje faz parte do coral da ADUFG e como no caso de Antônia, que tem encontros com as amigas com idade semelhante à dela, além de realizar atividades paralelas importantes no processo de envelhecimento, como por exemplo, exercitar o cérebro, em escolas especializadas e realizar exercícios físicos, como musculação e hidroginástica. Dos entrevistados homens, nenhum relatou participar de grupos de sociabilização que não fosse familiar.

Nós temos um grupo Adriane, que a gente brinca e chama o grupo chá do dólar, não tem nada a ver, é o grupo da Federal, de professores lá do Instituto de Artes, são os professores de lá. Nós dávamos aula aqui onde é a Praça Universitária, onde é a Faculdade de Engenharia hoje, foi na época que tinha aquela inflação louca, e o dólar era o melhor investimento que tinha pra fazer... então nós fizemos um consórcio de dólares, os professores, entre nós, fizemos um consórcio de dólar, cada um levava no dia que recebia, a gente recebia e trocava o dinheiro e levava uma nota de \$100 para Universidade. Olha que tempo maravilhoso [risos]! a gente tinha uma cantina no meio do vazio lá, a gente ia para essa cantina e sorteava e quem ganhava, pegava o bolo de cada nota de \$100 e botava na bolsa e voltava pra casa [risos]. Um dia alguém falou assim: gente, a gente pegando esse dinheiro no espaço da cantina, não fica esquisito, não? A gente podia sortear na casa de fulano que mora aqui pertinho. Então tá bom, a gente desce vai pra casa da fulana, aí foi pra casa da fulana e da casa da Fulana, foi pra casa da outra, da outra, era pra tomar um chá à tarde. Do chá virou jantar, dólar não é mais dólar. A gente continuou com o consórcio pra dizer que tem um dinheiro envolvido, nós estamos há 30 anos. Todo mês na casa de uma. Circula. Agora que curioso o que está acontecendo: algumas já faleceram, a Tia Maria é uma que já se foi. A dona Marta que também foi fundadora do Conservatório de Música, depois virou o Instituto de Artes, também se foi. O que que acontece? Dona Marta, por exemplo, não conseguia mais dirigir, então ela perguntou se podia levar a nora pra dirigir pra ela. Então a nora não pertencia ao grupo e não entrava na divisão do dinheiro, mas ia fazia parte do jantar e participava e tal. Assim outras foram envelhecendo... resultado o grupo está ficando das herdeiras. Grupos das herdeiras. (VITÓRIA, 63 anos).

[...] Outro dia eu fiz uma aposentadoria, fiz um churrasco, eu falei “churrasco da aposentadoria” (risos) lá na rua. Nós morávamos num condomínio, daí eu chamei todo mundo, vai ser um churrasco na rua. Chamei todo mundo e virou uma farra. (ANTÔNIA, 71 anos).

A pesquisada Maria, quando questionada sobre a aproximação familiar, fez uma importante menção em relação à questão do gênero. Afirmou em sua fala que filhas mulheres tendem a ser mais próximas. Aqui se vê, novamente, a ideia do cuidado presente no papel social assumido pelas mulheres. Attias-Donfut (2004) reforça que a relação que se estabelece entre mãe e filha se estrutura de forma muito intensa em uma rede de ajuda. Isso porque inicialmente as mulheres cuidam

de seus filhos, logo após, dos netos e ao mesmo tempo de seus pais, e quando envelhecem, recebem o apoio, principalmente, das filhas em um ciclo de reciprocidades, o que, por sua vez, não necessariamente exclui a existência do conflito entre as gerações.

Olha, é muito diferente, filho e filha, você tem criança? [Pesquisadora: tenho uma filha de seis anos]. Só ela? [Pesquisadora: só ela]. Maria: a gente se identifica muito com filha, minha filha mora em São José dos Campos, São Paulo, ela tá muito mais atenta comigo do que o filho, mas é uma espécie diferente, né, homem e mulher são espécies diferentes. A minha filha fala: mãe é homem, homens são todos desse jeitinho. Então a conclusão que a gente chegou, mulher e homem são espécies diferentes. Não é o mesmo? Filha é companheira demais. (MARIA, 71 anos).

O interlocutor João considera que ocorreu maior aproximação familiar, todavia, fatores intermitentes foram apontados no processo, como a possível falta de tempo ou outros: “familiar, existe uma aproximação maior, eu dialogo muito com meus filhos, eles sentem assim, certas dificuldades de tempo e tudo mais [...]”. Aqui se vê que a responsabilidade da “não proximidade”, não recai sobre os filhos em si, mas no fator “tempo”, tão comumente utilizado na sociedade moderna. A falta de tempo não permite maior aproximação, não permite um jantar em família e não permite muitas vezes a presença física. Outras prioridades podem ser colocadas em cheque, como por exemplo, cumprir as demandas de trabalho, conforme as características da flexibilização, já trabalhadas nesta tese.

Como já mencionado, nas sociedades industrializadas, faz parte das funções do Estado à proteção ao idoso, todavia, em muitos casos, eles enfrentam várias situações de isolamento familiar e de convívio social, sendo submetidos, por exemplo, a viver em asilos, muitas vezes em situações de abandono, principalmente aqueles com condições sociais pouco favorecidas. Segundo Elias (2001), a ideia dos asilos, nesse sentido, é tida, na maioria das vezes, como um local de “depósito”, ou seja, um ambiente destinado a um grupo de pessoas que já não tem mais a idade considerada ideal para o convívio familiar, mas a idade ideal para se viver distante de tudo e de todos, por conta dos problemas acarretados pela própria idade, como por exemplo, perda da força física, problemas de saúde, entre outros. Os velhos são considerados “mercadorias” ou “fardos pesados” que devem ser descartados ou depositados, quando assim, se observar necessário.

Elias (2001) reforça que faz parte das sociedades industrializadas, a proteção por parte do Estado, de idosos, moribundos ou outros cidadãos, mas que não se

pode deixar de observar que em função do próprio envelhecimento, é típico desses indivíduos se isolarem dos familiares e conhecidos e que o “envelhecimento geralmente é acompanhado pelo esgarçamento desses laços que ultrapassam o círculo familiar mais estreito” (ELIAS, 2001, p.85). A situação de vulnerabilidade a que muitos idosos estão expostos também foi sentida na pesquisa:

O envelhecimento mais antigo, vamos dizer, dos meus pais, dos meus avós, era um envelhecimento mais familiar, mais próximo, mais colaborativo, solidário. Os velhos envelheciam juntos com os seus, né. Hoje eu acho que a gente envelhece mais sozinho e sempre, e na minha cabeça, sempre vamos buscar não dar trabalho pro outro. Eles não viam como dar trabalho, como uma obrigação, tanto que minha mãe se sentiu muito incomodada quando veio, ela não queria ficar aqui. Não quero atrapalhar a vida de vocês, eu tenho vida útil, eu tenho... tanto que ela morreu lúcida com 94 [anos], eu posso ficar lá sozinha, né. Então sempre tinha essa ideia de que ela conseguia ter autonomia, mas não queria viver, nem com filho, nem num asilo, sozinha não podia. Agora hoje não, hoje nós temos as opções, nós não temos muita preocupação de ficar com filho, mas a gente tem, embora pouca, mas a gente tem como pagar uma, no nosso caso, né, com a aposentadoria integral, uma casa de repouso, um residencial de idosos, né, agora quem não tem esse poder aquisitivo, o envelhecimento é muito triste, né. Por que tem que ficar com alguém, ou vai ser deixado no asilo. Não foi o caso da minha mãe. Nós tentamos dar todo o carinho, foi o momento mais próximo, entre mãe e filha foi durante os sete anos finais da minha mãe, foi de muito carinho, foi de muito amor, de muita atenção, sabe. Eu acho que a gente tem que fazer isso, sabe. Não como obrigação, mas parece que o amor aumenta. Então, né fácil não. (ANA, 61 anos).

Segundo Debert (2004), a palavra asilo é carregada de estereótipos negativos e por isso, muitas outras expressões, são comumente utilizadas em nossa sociedade como forma de substituição a esse rótulo, como por exemplo, lar dos velhinhos ou casa de repouso etc. Percebe-se que muito daquilo que remete à expressão da velhice, é difícil de ser aceito socialmente. Na fala de Ana, que foi acima citada, percebe-se que a interlocutora tenta realizar uma distinção entre os termos “casa de repouso” e “asilo”. A casa de repouso estaria associada àqueles que tem poder aquisitivo para pagar e que, portanto, estariam mais suscetíveis de serem bem cuidados, enquanto que, o asilo estaria destinado àqueles que, sem condições financeiras, estariam mais sujeitos a uma condição de abandono. Peixoto (2011) coloca que muitas instituições ou clínicas adotam a palavra “lar”, “casa”, “recanto” para sugerir que a nova condição de moradia para o abrigado, não se distinga tanto, de seu ambiente cotidiano anterior. A intenção é transmitir a ideia de aconchego familiar, de lazer e prazer que rompem com a ideia da vida doméstica extra familiar. Todavia, Peixoto (2011, p.342), destaca: “esse novo lugar de vida tem

a particularidade de ser a última morada, principalmente para aqueles que não têm autonomia ou a têm reduzida, para os que não têm família ou ela não pode cuidar”.

Para Peixoto (2011), a entrada em um abrigo asilar não ocorre sem traumas, isso porque não é simples ou fácil passar de um ambiente de morada, que simboliza lembranças afetivas e materiais, para um novo local em que esses registros não serão mais vivenciados. Para a autora, essa nova condição dificilmente retrata uma decisão voluntária por parte do abrigado, embora na maior parte das vezes, se reconheçam em condições de saúde precária e perda de autonomia, mas sim, como uma resposta sujeita a uma decisão familiar. Trata-se de uma bruta mudança na vida cotidiana desses sujeitos que seja por condições de incapacidade, perda do cônjuge ou da impossibilidade de ser cuidado pela própria família (entendendo-se aqui o não poder ou não querer familiar) acabam por vez, sujeitos aos asilos e condicionados a perdas também emocionais. “Para muitas delas, essa nova vida coletiva implica também compartilhar o quarto com uma ou várias pessoas desconhecidas. Logo o quarto, a alcova, o lugar da intimidade, do refúgio.” (PEIXOTO, 2011, p. 345).

Ferreira (1998), em pesquisa realizada com idosos residentes em unidades domésticas (a maioria vivendo desacompanhados) discute em seu estudo, realizado por meio de narrativas autobiográficas, o importante papel das marcas do passado vivido e das memórias assumidas pelos grupos de idosos pesquisados. Nesse sentido “a casa” (ambiente de morada) apareceu como um importante elemento simbólico de memória, de definição de identidade, de associação familiar e manutenção social por parte dos entrevistados. Em um sentido mais estreito aponta Ferreira (1998, p.215) que as casas foram retratadas como “testemunhos edificados do grupo familiar, de sua dimensão mais íntima, dos ritmos diários e dos rituais, das rupturas e descontinuidades e da sucessão de gerações” e a ruptura com esse espaço traria ao indivíduo a consciência da dificuldade de recriação de um novo espaço.

Peixoto (2011), em pesquisa feita em dois diferentes abrigos do Rio de Janeiro (um público e outro privado) apontou resultados semelhantes para ambos os espaços pesquisados: a questão do descuido e da desatenção com o sofrimento do outro, cujas dores e mazelas nem sempre são levadas em consideração. Segundo a autora, a violência contra o idoso não está presente apenas nas questões dos maus-tratos físicos. Outros fatores como instalações precárias, condições inadequadas de

residência, má qualidade do atendimento e descuido, por exemplo, também devem ser considerados constituintes de uma violência institucional contra aqueles que se encontram asilados. Em sua opinião valorizar o lado humano de cada indivíduo, respeitando sua individualidade e seu ritmo pessoal, o cuidado e o conforto se fazem essenciais, para que essas instituições evitem situações de violência, além é claro, de uma presença mais eficaz por parte dos órgãos públicos a essas entidades para que se tenha maior controle e fiscalização das suas condições de funcionamento.

Já para Debert (2004), o asilo pode apresentar-se como uma possibilidade adequada. Em pesquisa realizada em um asilo pertencente a uma comunidade étnica de São Paulo (classificado como relativamente rico e preocupado em oferecer condições satisfatórias para um envelhecer bem sucedido) a autora, por meio de entrevistas, a seus residentes, elencou alguns fatores, sempre reiterados nas falas de seus entrevistados: o primeiro deles associado à questão de que, estar no asilo, abriria possibilidades de se manter uma independência funcional ameaçada diante das dificuldades encontradas pelo avançar da idade; o segundo ponto relacionado à questão de não representar um peso, um “estorvo” para os filhos e o terceiro deles, referente à possibilidade de um convívio social ativo.

De modo geral, os resultados da pesquisa de Debert (2004), apontaram de forma positiva para dois eixos principais: o prestígio de uma autonomia funcional, sem depender de ninguém próximo e a possibilidade de desfrutar de atendimentos médicos com conforto. Já como principal aspecto negativo, apontou-se a dificuldade de convívio com outros velhos, com postura social por alguns não aceitos (briguentos, fofoqueiros, não amigos de verdade). Esse fato chama atenção na pesquisa da autora, por mostrar, a forma decepcionante como os próprios residentes asilados identificaram seu local de convívio social.

Afirma Debert (2004, p. 113) que “o asilo é um projeto atraente entre as opções tidas como possíveis, posto que poderia oferecer um tipo de sociabilidade valorizada e por todos desejados”, inferindo a particularidade de que preparar as pessoas mais velhas para a ideia de um envelhecimento institucionalizado e adequado, seria possibilitar a essas pessoas, um espaço doméstico e de intimidade, que outrora estaria perdido no seio familiar. Todavia, o que fica como questionamento, é que o asilo pesquisado, pode diferir-se, da grande maioria de outras instituições, cuja realidade de serviço apresentada, não é a mesma, se comparado àqueles desprovidos de recursos financeiros para sua manutenção, com

condições questionáveis de instalações e serviços prestados, comumente encontrados em nossa sociedade, principalmente fora de uma realidade privada. A própria autora, pondera afirmando que o asilo pesquisado “não é representativo das instituições do gênero mais facilmente encontradas no país” (2004, p.101). Talvez, pela própria observação levantada, seria interessante, a condução de pesquisas futuras que contemplassem diferentes instituições desse segmento, para demais observações que estão à frente dessa realidade, conforme já direcionam os estudos de Peixoto (2011).

Segundo Debert (1999), uma série de estudos tem se dedicado sobre as novas formas de arranjos residenciais na velhice. Esses estudos têm por objetivo principal diluir a perspectiva de que o bem-estar na velhice não estaria atrelado necessariamente à força das relações em família ou do próprio convívio intergeracional. Isso porque, o convívio com os filhos, não significa necessariamente garantia de respeito ou de ausência de maus-tratos. Desse modo a permanência em unidades domésticas não seria em todo caso, resultante particular de uma velhice bem-sucedida.

Em recente reportagem intitulada “Nada de asilo”, de Deborah Giannini, em colaboração para o site *vivabem*, publicada em 14 de dezembro de 2017³⁴, um novo modelo de moradia entra em destaque: as denominadas *cohousing*. Esse modelo congrega um tipo de moradia, organizada por um grupo de pessoas que mantem interesses e afinidades semelhantes, nesse caso, os idosos. Cada qual possui sua própria casa, mas compartilha de espaços comuns, que tem por finalidade criar uma ideia de comunidade orientada para o “conviver”, algo inicialmente inspirado nas tribos. Segundo a reportagem, uma associação de professores da UNICAMP desenvolveu a primeira *cohousing* para idosos no Brasil, prevista para ser inaugurada em 2020, com o nome de “Vila ConViver”. A reportagem também foi destaque nas redes sociais do grupo Gerontologia Social da PUC de SP e mostra como novas formas de arranjos e sociabilidades estão sendo construídas na velhice.

³⁴ Reportagem disponível em: <<https://vivabem.uol.com.br/especiais/idoso-velhice-cohousing>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paremos de trapacear, o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconhecamo-nos neles. Isso é necessário se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição humana.

(Simone Du Beauvoir. A velhice: realidade incômoda. 1976.)

Esta tese objetivou apreender os significados assumidos pelo tripé: trabalho, aposentadoria e envelhecimento, para uma categoria específica de análise: docentes da UFG, já aposentados, com idade igual ou superior a 60 anos. Para tanto, iniciei os trabalhos, por meio de um resgate bibliográfico que me deu suporte teórico para refletir e ter criticidade sobre esses três elementos, que foram articulados em alguns eixos principais: em um primeiro momento o entendimento das transformações sofridas pelo trabalho e a importância assumida pela condição salarial, como um importante alicerce da proteção social. Em seguida, as discussões giraram em torno do contexto previdenciário e a partir dele, do estudo mais específico da aposentadoria. E por fim tratei das questões norteadoras que envolvem o envelhecimento por uma perspectiva social, com auxílio de dados de cunho sociodemográficos. Em todos os momentos, buscou-se a articulação teórica e de campo desses três objetos de estudo.

Em relação às minhas experiências pessoais, considero que desenvolver essa tese foi um trabalho altamente desafiador. Meu medo por trabalhar esses três elementos, muitos peculiares, mas ao mesmo tempo, altamente imbricados entre si, foi por mim, considerado a parte mais difícil. Isso porque desenhar essas conexões muitas vezes, não foi tarefa fácil. Outra dificuldade referiu-se ao encontro de referências bibliográficas sobre a aposentadoria e o envelhecimento pelo viés sociológico, o que me fez ancorar em outras áreas de estudo como a antropologia, por exemplo. Todavia chegar ao fim, ou melhor, não considerar como um fim, mas poder perceber um resultado, foi extremamente gratificante. Daqui para frente sigo com o intuito de avançar nesse campo e poder contribuir com um tema ainda pouco discutido por essa perspectiva. Encontrei também pelo caminho, algumas dificuldades pessoais que me fizeram entender que em determinados momentos seria necessário parar, todavia, mais importante, seria não desistir.

Preciso aqui, mencionar também, a experiência que tive com o trabalho de campo. Não poderia imaginar que seria tão gratificante, quanto foi. Com dificuldades iniciais para manter os primeiros contatos, a realização de cada entrevista a posteriori, me deixava mais motivada a continuar. Ali pude ter a certeza de que carregava elementos importantes não só para a produção deste trabalho, mas, sobretudo, exemplos de vida. Os depoimentos em cada entrevista me faziam enxergar à luz da teoria, a importância assumida por uma pesquisa de campo para reforçar aquilo que está escrito, contradizer ou levantar novos caminhos possíveis.

Encontrar cada entrevistado (a) e ter sido tão bem recebida por eles, foi fator preponderante. Percebi que foi uma recepção de coração aberto, em que eles (as) estavam dispostos, de fato, a compartilhar um pouco de suas memórias, histórias e experiências de vida. Entre um café e outro, os depoimentos iam surgindo de forma leve, muitas vezes, em um formato espontâneo, que fugiam ao roteiro semiestruturado, inicialmente proposto, mas que não podiam deixar de ser levados em consideração, pela riqueza dos detalhes que traziam. Cada qual a sua maneira e com seu jeito específico. Desse modo, esses entrevistados (as) serão lembrados, por mim, por cada contribuição e pela particularidade individual de cada um. Alguns solicitaram e mantivemos contato. Amizades surgiram. Outros ficarão apenas na lembrança e nos registros deste trabalho.

Eu fico muito agradecida de você ter lembrado de mim, como disse a você, há alguns anos atrás eu era muito procurada, ajudei, como tô ajudando você agora com base em entrevistas, há muita gente que fez mestrado, que fez doutorado, aqui em Goiânia, fora daqui, em Brasília, fez a Pós-Graduação em Brasília e ultimamente eu já estou ficando mais esquecida, né. E então fico muito agradecida de você ter vindo. Agradeço a Cristina que foi quem indicou, dê um abraço a ela, e tô sempre à sua disposição, à disposição de quem quiser, porque eu tenho esse mundo de conhecimento aqui, eu preciso transferir. (AMÉLIA, 82 anos).

O que eu queria falar é o óbvio. Eu digo para os meus estudantes, ninguém faz pesquisa para resolver um problema imediato, não é? e nosso trabalho de pesquisa é um trabalho pequeno, frente ao conjunto de coisas, mas, juntando um pensamento crítico, dentro de uma área tão importante como é a sociologia e a minha, a área da pedagogia, da educação, então eu acho que, pensando agora na sociedade, pensando agora na pobreza deste país... eu tô estudando, nos últimos quinze anos, minhas pesquisas se centraram praticamente numa coisa, a relação entre desigualdade social e desigualdade educativa, então, este tipo de problema vale também, acho que pra sua área, por que a velhice, as pessoas idosas do nosso país sofrem muito, não é, eu vejo e acompanho como cidadão embora não pesquise isso, e é claro que tem correspondência entre educação e velhice [...] então, acho muito importante o trabalho que você tá fazendo e no fim das contas, como eu espero que aconteça com o meu trabalho, e espero que aconteça com o seu, é de como...Há uns filósofos que falam de uma

vida boa, vamos dizer, uma vida digna, como é que o nosso trabalho pode propiciar uma vida digna pra todos, isso é um pouco da conexão que eu faço entre o seu trabalho e o meu. (JORGE, 71 anos).

Após contar um pouco da minha experiência pessoal, me reporto agora as principais conclusões. No conjunto de entrevistas com os informantes-chaves desse estudo, o trabalho, a aposentadoria e o envelhecimento foram associados a distintos níveis de análise. É preciso aqui reforçar que o grupo de homens e mulheres entrevistados foi composto de forma muito heterogênea: oito mulheres, com idade entre 61 e 79 anos e nove homens com idade entre 66 e 91 anos. Considero que as diferentes idades dos entrevistados enriqueceram este estudo, porque pude observar nos depoimentos dos pesquisados, semelhanças e diferenças, que não necessariamente vinculam-se à idade cronológica, mas que estão ligados ao modo também como construíram suas trajetórias individuais.

Quando focado as histórias de vida no contexto do trabalho, surgiram imagens de lutas e desafios, mas os sentimentos de conquista, realização e vitória foram vislumbrados como consequências. As memórias foram ativadas e relembradas com saudade e prazer. Muitos terminaram a entrevista afirmando que reviver o passado foi prazeroso, como se ali, pudessem ter tido, a oportunidade, de fato, de contar quem foram e como firmaram suas trajetórias de vida, conforme afirmado por Rosa (70 anos): “Eu agradeço a você, por que recordar é viver”. Enquanto pesquisadora, nesse momento da entrevista, me senti extremamente sensibilizada pelos depoimentos que eram revividos de forma muito intensa por eles. O fato de eu também estar na carreira docente, me fez perceber o quanto essa profissão exige comprometimento, paixão e prazer para ser realizada.

A pesquisa de campo mostrou também que o trabalho na velhice, não pode ser generalizado a situações de desemprego, empregos precários e alienantes. Isso reforça que o trabalho assume significados diversos, que está relacionado, às possibilidades de estruturação de carreiras, trajetórias de vida, núcleo familiar, relações sociais, possibilidades de acesso à educação, e, sobretudo, ao tipo de trabalho exercido. Desse modo, o trabalho significou para o núcleo aqui pesquisado (docentes de nível superior, da UFG, com 60 anos ou mais) em fonte de prazer, realização pessoal, motivação, mover de vida e de relações e não apenas um elemento de retorno financeiro. Os entrevistados sentem-se privilegiados nessa profissão.

O trabalho também esteve muito mais associado a sentimentos de certezas pessoais e futuras, além de relativa segurança, por vez, atrelada as possibilidades longínquas de atuação no mesmo tipo de atividade (ensino, pesquisa e extensão) inclusive pós-aposentadoria e velhice, de forma muito reconhecida. Os principais sentimentos associados à certeza e a segurança foram: o prazer proporcionado pelo exercício do trabalho que executam, o esforço de capacitação, a experiência de vida acumulada, as trajetórias firmadas e principalmente o respeito e reconhecimento. Todavia, esse olhar sobre o trabalho, assumido por eles, em condição de privilegiados, não os impossibilitou de reconhecer as condições degradantes e exaustivas, a que boa parte de outros trabalhadores estão submetidos no sistema capitalista e que os “obrigam”, a se manter, com uma renda mínima e conseqüentemente ter poucas possibilidades de sair de condições de miserabilidade, pobreza e vulnerabilidades sociais, intensificados ainda mais, pela flexibilização.

A velhice não foi retratada pelos entrevistados como um elemento que impedisse o pleno exercício de suas atividades, conforme já demonstrado também pelos estudos de Camarano, Kanso e Mello (2004). Esses profissionais, ao contrário, relataram se sentir muito reconhecidos no trabalho que desempenham. Além de reforçar ainda, a perspectiva de Tomás (2012) de que a variável idade cronológica, não interfere de forma igual, para as diferentes categorias sociais e grupos profissionais. Esse fator foi considerado um elemento importante para esse estudo, visto que, o corpo físico incapacitado é fator resultante de regressão sociolaboral na velhice ou de não ocupação de postos de trabalho, para grande parte de trabalhadores, ampliando dessa forma, o número de trabalhos informais ou por contra própria. Aqui, pode pensar-se, por exemplo, nas atividades exercidas por pedreiros e motoristas de ônibus.

Desse modo, o impacto do corpo físico, sobre o desenvolvimento de determinadas atividades e ou profissões, pode ser bem menor e menos comprometido, como no caso dos professores, que demanda muito mais, de uma fonte cognitiva e intelectual preservada, para pleno exercício de seu trabalho, do que necessariamente um bom estado de força física. O que os leva também, a poder ter um contínuo no mesmo tipo de trabalho, por muito mais tempo, caso desejem. De extrema importância, assumiu também, os relatos de maior controle sobre o tempo nas atividades cotidianas exercidas, além de maiores possibilidades de lazer, pós-

aposentadoria. Desse modo, o cumprir de prazos, cronogramas e horários, apresentou-se menos exigido e rígido. Em relação à questão salarial, não houve menção à diminuição de renda, independente se suas atividades fossem remuneradas ou não. Todavia, maior parte deles continuou exercendo trabalho formal remunerado. Com exceção de apenas dois entrevistados, todos os demais afirmaram desfrutar de uma boa aposentadoria, de valor considerável, capaz de proporcionar condições de bem-estar e segurança.

Passando-se ao contexto do envelhecimento, os entrevistados divergiram sobre o modo como enxergam esse processo, conforme já observado na literatura (CARADEC, 2011; DEBERT, 2004; LINS DE BARROS, 2011; GOLDENBERG, 2013). Alguns perceberam de forma positiva (plenitude, sabedoria, independência financeira e, sobretudo, capacidade de controle do próprio tempo) e outros, de forma negativa (carência afetiva, limitações da capacidade física e a difícil aceitação do próprio ato de envelhecer). Todavia, um ponto muito comum, observado na fala de todos eles, foi à saúde, como eixo norteador desse processo: associações do corpo físico a situações de perda e incapacidade, citado, inclusive, por aqueles com idade menos avançada, que ainda não se reconhece nessa situação. Por outro lado, relataram que, na profissão exercida, as condições do corpo físico não interferem tanto, caso, a saúde intelectual esteja preservada. Característica essa, que está relacionada ao tipo de categoria profissional em que se inserem: docentes de nível superior, que sempre tiveram suas atividades, vinculadas à grandes demandas intelectuais.

Outro fator, que chamou atenção durante as entrevistas, foi o fato, do envelhecimento, ser percebido de forma diferente, para os homens e para as mulheres, em determinados pontos. As mulheres se consideraram mais ativas na vida social e mais preocupadas com a saúde do corpo. Percepção essa, observada em suas narrativas e também na dos homens. Em relação ao exercício do trabalho, as mulheres se posicionaram como sendo, ao longo de suas vidas, responsáveis pelo acúmulo de várias funções e atividades (situação também percebida nos relatos dos homens): trabalham fora de casa, cuidam dos filhos, do cônjuge e das atividades rotineiras do lar.

Estudos socioeconômicos do IBGE (2010) apontam os idosos como chefes de família, condição essa, impactada, sobretudo, pela generalização da aposentadoria e pelo aumento da expectativa de vida. Todos os pesquisados desse trabalho,

afirmaram, sem exceção, que continuam ainda, a exercer na velhice, auxílio financeiro, de forma muito presente, seja em laços consanguíneos (filhos principalmente) ou não. Verificou-se também, uma expressiva parcela de filhos adultos, morando junto de seus pais, fator que pode ser explicado, face às pressões do ambiente externo, como, por exemplo, a dificuldade de inserção ou manutenção por parte dos jovens, no mercado de trabalho. Isso acaba por condicionar uma convivência mais prolongada, entre pais e filhos, com existência de conflitos, sobreposição de papéis e um sistema de amparo em que os idosos, em muitos casos, não são mais, os amparados, mas aqueles que amparam. Esses fatores reforçam a importância de estudos, que devem direcionar-se as questões intergeracionais.

Nenhum dos entrevistados relatou processos ligados à preocupação do agir estético sobre o corpo que envelhece, hoje, tão impulsionado pelas indústrias farmacêuticas, de cosméticos, clínicas e mídia em geral, que instigam o ideal pela beleza sempre “jovem”, o que, por sua vez, não exclui, a existência dessa possibilidade. De forma contrária, relataram processos do agir sobre a saúde do corpo e da mente que envelhece, por meio de atividades que proporcionam o alcance desses objetivos:

Eu tenho conversado muito com meu *personal*, eu faço exercícios todos os dias, eu observo sabe, a dificuldade que as pessoas têm, que eu tô começando a sentir. De equilíbrio, de força, força nas pernas, força nos braços. Então, essas perdas físicas e psíquicas também, a gente vai perdendo memória, eu agora descobri um curso, que chama “ginástica para o cérebro” [risos], tô fazendo também, sabe, porque perde memória. Eu fui ao neurologista, e queria convencê-lo de que a minha perda de memória era porque meus arquivos estavam muito cheios, ele falou, não! É o envelhecimento da célula nervosa. Tá bom, então vamos fazer exercício pra célula nervosa. (HELENA, 79 anos).

Alguns entrevistados associaram o envelhecimento a um discurso de finitude, ou seja, aproximação com a morte e no âmbito das relações sociais houve várias menções que faziam referência a um comprometimento de inserção social, que foi alcançado por meio do trabalho, e, nesse sentido, a perda desse papel social, para condição de “não trabalhadores”, não foi evidenciada e nem se quer cogitada por eles. Todos os interlocutores afirmaram que o trabalho sempre fez parte de suas vidas, como uma constante e que não se percebiam sem o mesmo. Em muitos casos, o núcleo familiar mais próximo, foi objeto de transferência para um círculo pessoal de amigos e de sociabilização advindos do próprio ambiente de trabalho.

Os laços afetivos mais fortes, de outrora, presentes em família, não foram observados necessariamente como um “rompimento” na velhice, todavia notaram-se, situações de distanciamento familiar, claramente evidenciadas. Desse modo, a relação de se conectar aos seus “pares”, ou seja, aqueles com idades relativamente próximas, nesse momento, se fizeram evidentes, para as mulheres. O depoimento de Miranda retrata a ideia do afastamento familiar e o de Helena, a necessidade de se aproximar de seus pares:

Eu recebi um texto falando sobre os filhos, né, porque eles voam, voos diferentes da gente e eles sonham sonhos diferentes e a gente sente isso, sabe, a gente sente isso... por exemplo, até deixa eu te falar, eu arrumei a minha fazenda, minha sede, com um quarto para cada um, não é nada, não é pomposo não. Mas é uma casa bonita, funcional, e eu achava... olha, na minha cabeça, que todas as vezes que eu fosse, iam todos, as crianças foram demais, eu enchia o carro, a caminhonete de coisa de comida porque eu tenho sete netos, são dois já formados, esse neto e a menina que é jornalista, e tem os outros cinco que iam comigo para fazenda, foram demais, demais, eu achava até bom não irem os pais porque aí a gente ficava livre né, eu com eles. Agora, eles não vão mais, quer dizer, a cada um tem... mas não vão mais, vai eu e esse neto. (MIRANDA, 76 anos).

Essa relação com amigos eu acho extremamente importante, eu não sei se maior ou igual a família. Eu acho fundamental, porque são um grupo da mesma faixa de idade, que tem as mesmas questões, os mesmos problemas, os mesmos interesses, é diferente [...]. (HELENA, 79 anos).

Segundo Soares e Costa (2011), a aposentadoria representa um tempo de travessia e, desse modo, romper com o vínculo do trabalho, em uma sociedade impulsionada pela produtividade e capital, representaria ao homem, a perda do valor social de se caracterizar como um trabalhador. A pesquisa de campo desse estudo mostrou que os entrevistados enxergaram a aposentadoria não como um rito de passagem para uma nova fase de “não trabalho” ou inatividade, mas, muito pelo contrário, apenas um novo começo, em que suas atividades laborais foram transferidas para outros espaços físicos, com novas convivências sociais.

A maioria continuou exercendo atividades de ensino, pesquisa e extensão em outras universidades muito fortemente. Por outro lado, ter maior domínio e controle sobre o próprio tempo, seja ele, destinado ao trabalho ou ao lazer, foi considerado por eles, como um diferencial extremamente significante. Percebe-se assim, que a ideia do tempo pós-aposentadoria foi reconfigurado.

A aposentadoria no Brasil não necessariamente representa uma ruptura definitiva com a vida ativa. Essa reflexão é importante porque, o baixo valor recebido

pelas aposentadorias de maior parte dos idosos em nossa sociedade faz com que muitos trabalhadores se mantenham ativos no mercado, principalmente de modo informal, para garantir condições mínimas de sobrevivência (PEIXOTO, 2004). Os pesquisados desse estudo, de forma contrária, não se constituíram em aposentados recebedores de baixos valores de aposentadoria e, desse modo, o contínuo do trabalho, muito mais que uma questão financeira, para manutenção de padrões básicos de vida, esteve, por sua vez, mais atrelado ao prazer, pulsação, motivação, vida e saúde.

Esse fato também foi decorrente do tipo de profissão exercida e da possibilidade de se aposentarem com uma renda satisfatória, o que, de certo modo, lhes garante segurança de ter boas condições de moradia, saúde, alimentação, sem necessariamente ter que depender de outras fontes de renda, apesar delas existirem. No caso, o retorno financeiro recebido de outras fontes, fora muito mais utilizado para gastos e usufrutos de boas atividades de lazer, como, por exemplo, viagens e teatros, bem como auxílio de suporte financeiro para entes familiares ou não. Manter o papel de provedores familiares e manter o consumo é uma das razões que levam os aposentados com maior escolaridade e renda a continuarem trabalhando (LINS DE BARROS, 2011).

O trabalho pós-aposentadoria foi percebido, pelo grupo pesquisado, muito mais como uma atividade balizadora de satisfação pessoal e energia vital. O entendimento disso coloca em questionamento a posição ocupada pelo trabalho e sua influência na constituição da identidade humana, bem como chama a atenção para o olhar atento que devemos postular para os significados da própria aposentadoria, que deve ir além de seu conceito básico de inatividade após um tempo de serviço, principalmente, quando observamos algumas categorias mais específicas de trabalho.

O tipo de trabalho exercido irá interferir em como os trabalhadores vão se perceber na velhice e na aposentadoria, principalmente associados ao processo de sentir-se ou não seguros, bem como garantir ou não certezas pessoais. Esse estudo demonstrou que a carreira docente de nível superior, de caráter público, constitui importante fonte de estabilidade, segurança e certezas na velhice, sem que a variável idade, interfira bruscamente ou funcione como um impedimento para um contínuo pós-aposentadoria, por muitos anos. Faz-se necessário ainda, apontar o diferencial de reconhecimento e valorização pela experiência intelectual acumulada

e adquirida por esses profissionais ao longo do tempo, o que lhes garante a manutenção na atividade docente ou ocupações de cargos paralelos dessa carreira, em outras instituições.

Agora é possível reportar novamente às questões norteadoras que foram levantadas para o delinear desse estudo, ainda na introdução, esclarecendo que, de modo algum, tem-se aqui a pretensão de trazer conclusões definitivas, mas a de apreender que a pesquisa possibilita conhecer melhor um objeto investigado. Neste sentido, pretende-se partilhar algumas reflexões que emergiram ao longo do processo de análise dos resultados da pesquisa:

I. O significado e importância que o trabalho assume na vida dos entrevistados carregam outros elementos que se sobressaem ao retorno financeiro. O campo demonstrou que outros fatores estão intimamente ligados como o prazer, motivação, saúde e a realização pessoal, que vão muito além do retorno financeiro obtido.

II. Mesmo já cumprido o tempo por idade ou períodos necessários ao gozo da aposentadoria, os indivíduos pesquisados simplesmente não deixam de trabalhar, pela dificuldade de se perceberem/aceitarem como um “não trabalhador”: Os docentes pesquisados na verdade, nunca se perceberam como um não trabalhador e a chegada da aposentadoria não representou um tempo destinado para o abandono de suas atividades laborais, mas um contínuo para o mesmo, apenas em outros espaços físicos de atuação e com novas possibilidades de socialização.

III. A aposentadoria representaria mais que a saída do trabalhador de sua condição de assalariado, para o gozo do lazer, representaria rupturas sociais, ausência de socialização e adoecimento, por parte da amostra pesquisada. A aposentadoria não representou em momento algum a saída dos pesquisados do mundo ativo do trabalho, todavia os mesmos relataram que, a possibilidade de afastar-se definitivamente do trabalho acabaria por resultar nesses elementos.

IV. A aposentadoria é percebida por esses entrevistados como sinônimo de envelhecimento. A aposentadoria foi atrelada ao envelhecimento por poucos entrevistados. Na verdade, a aposentadoria não trouxe significado de rupturas porque eles

simplesmente continuaram exercendo suas atividades de forma muito produtiva.

V. O envelhecimento constitui uma difícil fase na vida dos aposentados pesquisados e o trabalho, apareceria como elemento “de fuga” para enfrentar essa situação. O envelhecimento foi percebido de forma muito diferente pelos entrevistados. Alguns enxergaram esse processo como algo positivo, bem recebido e outros, não. Todavia o trabalho foi considerado como um importante elemento para o processo de um envelhecimento ativo.

Segundo Bulla e Kaefer (2003) as formas pelos quais o indivíduo percebe o processo de envelhecimento e de aposentadoria ocorrem de maneiras muito diferentes, envolvendo vários aspectos, tais como o histórico de vida de cada um, as várias interfaces relacionadas às modificações sofridas no mundo do trabalho, na forma como a vida familiar se reorganiza na sociedade contemporânea, o convívio social dentro e fora do ambiente de trabalho, a própria rotina laboral e os papéis sociais assumidos e desempenhados pelos sujeitos. Desse modo, o homem irá expressar suas capacidades de maneiras distintas, todavia, o faz também de acordo com um conjunto de normas sociais. Esses fatores foram bem perceptíveis no estudo desta tese.

Reforço aqui que a presente pesquisa objetivou compreender os significados assumidos pelo contínuo do trabalho pós-aposentadoria e os significados da aposentação e do envelhecimento, para uma categoria específica de análise, os docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), com idade igual ou superior a 60 anos, que, mesmo aposentados, continuaram muito ativos no mercado de trabalho. Considerando-se que o Brasil, nos últimos anos, tem apresentado índices de crescimento relacionados à esperança de vida e de populações idosas, esse fator já se configura, em um importante elemento para impulsionar outras reflexões que se direcionem a essa temática.

Como estudos futuros, ficam recomendações de pesquisas comparativas que se voltem para o mesmo tema, todavia, com docentes de ensino médio e também docentes de instituições privadas. Sugere-se também o estudo de novas categorias de trabalho para o entendimento dos significados das relações aqui estabelecidas entre o tripé trabalho, aposentadoria e envelhecimento. Por fim, espera-se que, as

reflexões surgidas com a experiência do campo, além do suporte teórico trabalhado nesse estudo, tragam futuras e positivas contribuições ao tema.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréa Moraes. Mulheres, corpo e performance: a construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbanas. In: LINS DE BARROS, Myriam (org.). **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 67-89.

ALVES, Fleide Wiliam Rodrigues. **Aposentadoria: o novo começo, expectativa e realidade. Uma análise com servidores técnico-administrativos da UFG**. 2016. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.19, p. 71-94, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 15 out. de 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e Envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 85-108.

BEAUVOIR, Simone Du. **A velhice: realidade incômoda**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1976, 339 p.

BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. (orgs). **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

BOBBIO, Norberto. De senectute. In: **O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 15-55.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres. Ed. UNB, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 Seção 1. Disposições Gerais. Artigo 194. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 Dos direitos Sociais. Artigo 06. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 setembro de 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Seção III. Da Previdência Social. Artigo 194. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 15 setembro de 2016.

_____. Estatuto do Idoso. Ministério da Saúde. 3. ed. Brasília: 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

_____. Governo do Brasil. **Reforma da Previdência**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/reformadaprevidencia/textos/reforma-da-previdencia-o-que-muda>>. Acesso em 10 de Novembro de 2017.

_____. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica.

n. 27, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. – Brasília, 2010. 44 p. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12.

_____. **Previdência Social do Brasil.** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

_____. Previdência Social do Brasil. Informe da Previdência Social Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. **Uma análise do envelhecimento da população brasileira e da taxa de atividade entre os idosos 1999, 2002 e 2012.** maio de 2014. v. 26. n. 05. Disponível em: <www.previdencia.gov.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

_____. Senado Federal. **Emenda Constitucional do teto de gastos.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. **Trabalho e Aposentadoria. As repercussões sociais na vida do idoso aposentado.** Revista virtual textos e contextos, n 2, ano II, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/957/737>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

CARADEC, Vincent. Sexagenários e octogenários diante do envelhecimento do corpo. In: GOLDENBERG, Mírian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. La Construction Sociale de la vieillesse. In: **Sociologie de la vieillesse et du vieillissement.** Paris: Armand Colin, 2006. p. 11-37.

CARVALHO, José Luís; FARO, Clovis de. Previdência Social no Brasil: Uma Proposta de Reforma. In: FARO, Clovis de (Org.); CASTRO, Hélio Portocarrero de et al. **Previdência Social no Brasil: Diagnósticos e Sugestões de Reforma.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 236 p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADO A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (CEPAE-UFG). **Caracterização do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação CEPAE/ PROGRAD/ UFG.**

Disponível em:

<https://www.cepae.ufg.br/up/80/o/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_CEPAE_2017.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2017.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 11ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. **Sujeitos no imaginário acadêmico. Escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Cad. AEL, v.14, n.26, 2009. pp.13-45. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2558/1968/>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Ano 1, n. 1. Jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>> Acesso em: 25 de Janeiro de 2017.

CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; PINTO, Almir Pazzianotto et al (org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. I, 320 p., 1994.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: Cosac Naif, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Apresentação. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon, PINTO, Almir Pazzianotto et al (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. I, 320 p., 1994.

DEBERT, Guita Grin. **A invenção da terceira idade e a reatirulação de formas de consumo e demandas políticas, 1996.** Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm>. Acesso em 10 de Janeiro de 2016.

_____. **A Reivenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

_____. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. (orgs.). **Velhice e Sociedade.** Campinas, SP: Papirus, 1999.

DEJOURS. Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ed. São Paulo: Atlas, 2012.

D'INTIGNANO, Béatrice Majnoni. Aux origines de l'État-Providence. In: **La Protection Sociale.** 2.ed. Paris: Fallois, 1997.p.11-47.

DRAIBE, Sônia Mírian. **As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-1984.** In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; PINTO, Almir Pazzianotto et al (orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. I, 320 p., 1994.

_____. **O Wefare State no Brasil: características e perspectivas.** Caderno de pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), n. 8. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; PINTO, Almir Pazzianotto et al (orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. I, 320 p., 1994.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: **A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79-103.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FEDERAÇÃO DE SINDICATO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO - PROIFES FEDERAÇÃO (PROIFES). **Professoras articulam participação das mulheres no PROIFES**. Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/professoras-articulam-participacao-das-mulheres-no-proifes>>. Acesso em 03 de Agosto de 2017.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Relatório sobre a situação da população mundial 2011, produzido pela Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA**. Disponível em: < <http://www.unfpa.org.br>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2015.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: LINS DE BARROS, Myrian (org.) **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ed. São Paulo: Globo, 2009.

FREITAS, Revalino Antônio de. **O direito ao trabalho diante de sua vulnerabilidade**. In: OLIVEIRA, Dijaci David; FREITAS, Revalino Antônio de;

TOSTA, Tânia Ludmila Dias. Sociologia e educação em direitos humanos. Goiânia: UFG; FUNAP, 2010. p 83-94.

_____. **Tempos de Trabalho e Proteção Social no Brasil**. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto, 2012. p.1-14.

Disponível em: <www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1007_ed.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2016.

GOLDANI, Ana Maria. Contratos intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem Estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Saindo da sociedade do trabalho assalariado**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.9, n.3. p.135-144. Jul-set. 1995.

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del bienestar**. Madri: H.Blume Ediciones, 1978.

GUILLEMARD, Anne-Marie. A la decouverte d'une politique de la vieillesse. In: **La vieillesse et l'état** . Paris: PUF, 1980. p.13-41.

_____. Vieillesse et retraite: formation d'un droit social a la retraite. In: **Le déclin du social: formation et crise des politiques de la vieillesse**. Paris: PUF, 1986. p.31-115.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

HUWS, Ursula. A Construção de um Cibertariado? Trabalho Virtual num Mundo Real. In: Antunes, R.; Braga, R. (Orgs.). **Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2009.

LALANDA, Piedade. **Sobre metodologia qualitativa na perspectiva sociológica**. *Análise Social*, n. 148, v.33, 1998, p.871-883.

LEITE, Celso Barroso. **A crise da previdência social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1981.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira. In: GOLDENBERG, Mírian (org.) **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MALLOY, James M. **A política da previdência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MARTINS, Lucinéia Scremin. **“Os sentidos do trabalho” docente universitário em tempos neoliberais**. *Revista da UFG*, v.7, N.2, dezembro, 2005, on line. Disponível em:
<https://teste.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/E-sentidostrabalho.html/>. Acesso em Janeiro de 2017.

MARX, Karl. Prefácio da Primeira Edição. In: **O Capital**. 3edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva; pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOTTA, Alda Britto da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 109-144.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa.

Disponível em: <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>> Acesso em: Janeiro de 2017.

NEGRI, Toni. De senectute. In: **Exílio, seguido de Valor e Afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001. p.49-54.

NERI, Marcelo; CARVALHAES, Luisa; COSTILLA, Hessi; MONTE, Samanta. O capital dos idosos. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; CORSI, Alessandra. Motivações financeiras para as pessoas da terceira idade. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

NUNES, Jordão Horta. **Dilemas identitários no mundo dos serviços: da invisibilidade à interação**. Sociologias. Porto Alegre, ano 16, n.35, jan./abr. 2014, p. 238-273.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Lourival José; PIRES, Ana Paula Vicente. **Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva**. Revista do direito

Público. Londrina, v.9, n.1, p.73-100, jan./abr.2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/17128/14324>> Acesso em Janeiro de 2017.

PAIVA, Beatriz Augusto et al . **A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais.** Temporalis. Brasília (DF), ano 12, n.23, p.45-67, jan./jun. 2012.

PAOLI, Maria Célia. **Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno.** Estudos avançados. v.3 n.7 São Paulo: Sept./Dec. 1989.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300004>. Acesso em 05 de Janeiro de 2017.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Sobre a institucionalização da velhice as condições de asilamento. In: GOLDENBERG, Mírian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.) **Família e Envelhecimento.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004. p.57-84.

PERES. Marcos Augusto de Castro. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social.** 2007. 372 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PINTO, Marina Barbosa. **A subordinação do trabalho docente à lógica do capital.** Revista Outubro. n4, 2000. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/a-subordinacao-do-trabalho-docente-a-logica-do-capital/>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2017.

PONCE, Pedro. O tempo da vida. Fórum Gulbenkian de Saúde sobre Envelhecimento 2008/2009. In: **Estamos Mais velhos, Mais Doentes e Mais Caros**. Lisboa: Fundação Calouste / Príncipe, 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAAD, Paulo Murad. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979, 138 p.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIBILIA, Paula. A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas. In: GOLDENBERG, Mírian (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência no Brasil: (des)estruturação dos trabalhos e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Otávio Pinto e. **A revolução de 1930 e o direito do trabalho no Brasil**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v. 95, 2000, p.177-190. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67462>> Acesso em 20 de Janeiro de 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social.** Caderno de pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), n. 29. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1996.

SIMÕES, Júlio Assis. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Velhice ou Terceira Idade? Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Provedores e Militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 25-57.

_____. A previdência social no Brasil: um histórico. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). **Velhice e Sociedade.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.

SIQUEIRA, Tânia Cristina Alves de. **O trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília.** 2006. 204 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; PINTO, Almir Pazzianotto et al (orgs). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. I, 320 p, 1994.

STUCCHI, Deborah. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política.** Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TAFNER, Paulo; BOTELHO, Carolina; ERBISTI, Rafael. **A previdência e as mudanças demográficas**. Cadernos de Educação, Brasília, n. 25, p. 197-219, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.cnte.org.br>, acesso em 06 de Setembro de 2017.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

TOMÁS, Licínio Manuel Vicente. **Conjugação dos tempos de vida. Idade, Trabalho e Emprego**. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira**. Argumentum, Vitória, v. 1, n.1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TOSCHI, Mirza Seabra. Solidão desconectada e a inclusão digital na velhice. In: ANDERI, Eliana Gonçalves Costa; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs.). **Inclusão digital e social: conhecimento e cidadania**. Anápolis: Editora UEG, 2016.

TOSTA, Tânia Ludmila dias. Diferença de gênero, raça e escolaridade na configuração do trabalho precário. In: OLIVEIRA, Dijaci David de; FREITAS, Revalino Antônio de; TOSTA, Tânia Ludmila Dias (orgs.). **Sociologia e educação em direitos humanos**. Goiânia: UFG; FUNAP, 2010. p.95-109.

VERAS, Renato. Novos desafios para o jovem país envelhecido. In: GOLDENBERG, Mírian. **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social**. Ciências Sociais. Unisinos, v. 42. n.2, p.85-93, maio/ago. 2006.

VIVA BEM. **Nada de asilo. Novos modelos de moradia estimulam a vida em comunidade na terceira idade e dão um chega pra lá na solidão**. Disponível em:

<<https://vivabem.uol.com.br/especiais/idoso-velhice-cohousing>>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 604 p.

WELLER, Wivian. **Aportes hermenêuticos no desenvolvimento de pesquisas qualitativas.** Linhas críticas. Brasília-DF, v. 16, n. 31, p. 287-304, jul./dez. 2010.

WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: Antunes, R.; Braga, R. (orgs.). **Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2009.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para a aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira.** Porto Alegre: Artmed, 2010, 143p.

APENDICÊS

Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**ENVELHECIMENTO E TRABALHO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais**”. Meu nome é **Adriane Geralda Alves do Nascimento César**, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é **Sociologia**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail (adriane400@hotmail.com, rafreitas@ufg.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): **(062) 999347612 / (062) 30871551**. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

ENVELHECIMENTO E TRABALHO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais.

A presente pesquisa se justifica pelo fato de que dados divulgados recentemente pelo IBGE (2009) demonstram que o número de pessoas mais velhas tem crescido nos últimos anos no Brasil e que, numa perspectiva futura, esses números só tendem a aumentar. Nesse contexto, o envelhecimento também se constitui, em uma problemática social, que tem se tornado cada vez mais emergente. A pesquisa trará subsídios importantes para compreensão de como é uma sociedade que está envelhecendo e como essa relação se dá com o exercício do trabalho e da aposentadoria.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar aspectos da realidade social de docentes de nível superior de instituições públicas, estaduais e privadas já aposentados (as), que os fazem a continuar no exercício do trabalho. Em suma, pretende compreender as motivações, sentimentos e desafios dos docentes pesquisados, que, de certo modo, viveram boa parte de suas vidas em função do trabalho e que, mesmo aposentados optaram por continuar exercendo alguma atividade.

Esta pesquisa entrevistará 16 docentes já aposentados, com idade igual ou superior, a 60 anos, que continuam a exercer qualquer tipo de trabalho. Esses docentes serão divididos em dois grupos: 8 que foram pertencentes a instituições de ensino público federal e 8 que foram pertencentes a instituições de ensino privadas

As entrevistas serão realizadas na casa dos próprios entrevistados, para que os mesmos possam se sentir mais acomodados, tranquilos e pela necessidade do não deslocamento. As entrevistas seguirão um roteiro e serão gravadas em áudio por meio de gravador de voz. O conteúdo dessa entrevista é garantido por sigilo, bem como o anonimato dos participantes. Em qualquer fase da pesquisa o participante poderá se recusar a participar, retirar o seu consentimento ou se recusar a responder questões que lhe causem constrangimento sem sofrer penalidade alguma, bem como pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa; caso se sinta sobre o direito.

Nestas entrevistas serão coletados - de acordo com um roteiro - dados referentes aos aspectos da realidade social dos entrevistados. Em seguida esses dados serão analisados tendo como base uma bibliografia que fundamentará a sua interpretação. Ao final, o produto dessa pesquisa comporá uma tese de acesso público que poderá ser consultada para diversos fins a partir de Maio de 2018, em plataformas *on line*, como um dos requisitos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,,
inscrito(a) sob o
RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em
participar do estudo intitulado “**ENVELHECIMENTO E TRABALHO: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisadora Adriane Geralda Alves do Nascimento César responsável sobre a pesquisa, dos procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



Apêndice 2 - Roteiro de Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Roteiro de Entrevistas

I. Dados Pessoais

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Estado Civil ou situação conjugal:
6. Com quem mora? ou mora sozinho?
7. Qual a sua renda aproximada em salários mínimos (SM)?

II. Roteiro Semiestruturado

1. Você ajuda financeiramente sua família (filhos, netos, parentes, afilhados)?
2. Você ajuda sua família com os afazeres do dia-a-dia (filhos, netos, parentes, afilhados, etc.)?
3. Fale-me sobre suas experiências de trabalho, com quantos anos começou a trabalhar e em que?
Conte-me como foi esse percurso?
4. Que tipo de trabalho você está exercendo, mesmo aposentado?
5. Porque optou a continuar exercendo algum tipo de trabalho?
6. Com quantos se aposentou?
7. Porque decidiu se aposentar?
8. Qual o significado da aposentadoria para você?
9. Me resuma seus planos/sonhos/expectativas/preparação do presente até a chegada do momento da sua aposentadoria?
10. Você se preparou financeiramente para a aposentadoria? Como?
11. Como é a questão do seu tempo livre, depois que aposentou-se? Modificou alguma coisa na sua rotina?
12. Qual o significado do envelhecimento para você?
13. Para você, o exercício do trabalho, modifica com a chegada da experiência do ato de envelhecer?
14. A relação envelhecimento e trabalho te remete a uma experiência de segurança ou insegurança?
De certezas ou incertezas?
15. O que você espera daqui pra frente?

ANEXO**Anexo 1 - Carta de Recomendação de Participação**

Prezado professor(a) aposentado(a)

Apresento a Professora ADRIANE GERAL ALVES DO NASCIMENTO CEZAR, orientanda do Professor REVALINO ANTONIO DE FREITAS, ambos da Universidade Federal de Goiás. A Prof^a Adriane está realizando uma pesquisa denominada Envelhecimento e trabalho: entre os caminhos da (in)segurança social e das (in)certezas pessoais. Indiquei o nome de diversos professores aposentados como possíveis para compor a amostra da pesquisa. Me certifiquei de que o o projeto foi aprovado pela Comissão de Ética.

Atenciosamente,


Ana Christina de Andrade Kratz